



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Ana Valéria Dias Pereira

**Democracia na Perspectiva dos Profissionais da Educação em São
Gonçalo/RJ em Face às Políticas Públicas Educacionais**

São Gonçalo
2011

Ana Valéria Dias Pereira

Democracia na Perspectiva dos Profissionais da Educação em São Gonçalo/RJ em Face às Políticas Públicas Educacionais

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marcia Soares de Alvarenga

São Gonçalo

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

P436
TESE

Pereira, Ana Valeria Dias.
Democracia na Perspectiva dos Profissionais da Educação em
São Gonçalo/RJ em Face às Políticas Públicas Educacionais / Ana
Valeria Dias Pereira . 2011.
204f..

Orientadora: Marcia Soares de Alvarenga.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Profissionais da educação – São Gonçalo (RJ) -Teses. 2. Educação
pública – São Gonçalo (RJ) - Teses. 3. Educação – Políticas públicas - São
Gonçalo (RJ) -Teses I. Alvarenga, Marcia Soares de. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

CDU 371.13(815.3)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta tese / dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ana Valéria Dias Pereira

**Democracia na Perspectiva dos Profissionais da Educação em São Gonçalo/RJ em Face
às Políticas Públicas Educacionais**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre, ao Programa de
Pós-graduação em Processos Formativos e
Desigualdades Sociais, da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro.

Aprovada em 11 de agosto de 2011.

Orientadora:

Prof.^a Dra. Marcia Soares de Alvarenga

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Tereza Goudard Tavares

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Prof. Dr. Nicholas Davies

Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2011

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Otto e Valquíria, aos meus amados "pequenos" Manuela, Júlia e Vítor, aos meus irmãos e a todos e todas que escreveram comigo esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Otto e Valquíria, a Manuela, a Júlia e ao Vítor, amorosos e companheiros em todos os momentos da minha vida e a quem devo o tempo que tirei por conta da dedicação a esta pesquisa.

Aos meus irmãos e cunhados/irmãos, Andréa, Paula, Marcele, Sérgio, Carrilho e Marcello, que compartilharam comigo as tensões e as alegrias que perpassaram os momentos de construção deste trabalho.

À minha orientadora Márcia Soares de Alvarenga que, sempre amiga e atenta a todos os detalhes, me acompanhou, me incentivou e me orientou em todo o processo de desenvolvimento desta investigação.

Aos professores Gelsom Rozentino de Almeida, Nicholas Davies e Maria Tereza Goudard Tavares por aceitarem a participar da banca examinadora desta pesquisa, pelas orientações e pelo estímulo para continuar o caminho que escolhi.

Aos colegas, professores e funcionários do Mestrado em Educação e do Mestrado em História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, pelas contribuições, companheirismo e incentivos nesta caminhada.

Aos professores Marcelo Moreno (Rede de Educação Estadual de SP) e Irene Cazorla (UNEB/ BA) e ao meu pai que, mesmo assoberbados de trabalhos, me orientaram pelas veredas da Ciência Estatística.

A Dalva Cezimbra pelas valorosas orientações em Língua Portuguesa e ao seu filho Pablo que generosamente aceitou e revisou o abstract.

Aos meus amigos do Colégio Municipal Presidente Castello Branco, do Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (núcleo São Gonçalo) e do Colégio Estadual Professor Francisco de Paula Achilles, que escreveram junto comigo esta dissertação.

E a Deus, força maior do universo e da esperança da vitória contra as mazelas da humanidade.

Meu muito obrigada a todos.

A grande verdade é que só vence aquele que continua, aquele que persiste, aquele que tem esperança e sabe passar a bandeira às novas gerações. Eu continuo cada vez com mais esperança. Essa é a minha vitória.

Dom Pedro Casaldáliga

RESUMO

PEREIRA, Ana Valéria Dias. *Democracia na Perspectiva dos Profissionais da Educação em São Gonçalo/RJ em Face às Políticas Públicas Educacionais*. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

O presente estudo buscou investigar, perspectivas sobre democracia produzidas pelos profissionais da educação da rede pública de São Gonçalo, a partir das relações engendradas entre estes sujeitos e o governo local, considerando os contextos de 1990 a 2010. A pesquisa foi motivada pela justificativa gerada da negação da primeira hipótese do trabalho, originalmente ancorada na crença de que ocorreria a participação do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro/ núcleo São Gonçalo (SEPE-SG) nas Conferências de Educação (Municipal, Estadual e Nacional), que aconteceram nos anos de 2009 e 2010. A suposição de que haveria a participação dos profissionais da educação, não se concretizou e o motivo apresentado pelos dirigentes do SEPE-SG - a falta de credibilidade na democracia representativa - gerou o novo objeto de estudo desta pesquisa. A pesquisa é fruto do diálogo que realizamos entre os resultados obtidos em nossa coleta de dados e a literatura eleita como suporte teórico - metodológico, cujas obras destacamos as de Almeida (2000), Alvarenga (2003), Bobbio (1988 e 1991), Coutinho (1980), Gramsci (1984), Marx (1987a, 1978b, 1980), Saviani (2000), Weffort (1992) e Wood (1996 e 2010). Do ponto de vista metodológico, foram realizadas entrevistas com 56 profissionais da educação pública municipal de São Gonçalo. Sendo 11 dirigentes do SEPE-SG e 45 professores do Colégio Municipal Presidente Castello Branco, onde a abordagem quanti-qualitativa foi priorizada no momento da análise dos dados. Esperamos com este trabalho ter conseguido compreender a percepção desses profissionais quanto a relação assimétrica que é estabelecida entre o poder público e a categoria, produzindo impactos sobre a participação da mesma na construção das políticas educacionais do município, além de ter contribuído com os destaques realizados em torno das opções de "resistência ativa", sugeridas pelos autores que dialogaram com este trabalho, em face às relações políticas institucionais entre governo e movimento social organizado.

Palavras-chave: Democracia. Política. Profissionais da Educação. Poder Público Local.

ABSTRACT

The present study investigated, from the perspective of public education professionals from São Gonçalo city, as were engendered relations between local government and these professionals during the period the years between 1990 and 2010, regarding to understand the perspectives of the research subjects about democracy. This research was motivated by justification generated from the denial of the first hypothesis this work that originally was founded on the belief that there would be participation of the State Union of Professional Education of Rio de Janeiro / Sao Goncalo core (Sepe-SG) in Education Conferences (City, State and National), which occurred in the years 2009 and 2010. The assumption of education professionals participation would did not materialize and the reason given by the leaders of Sepe-SG - the lack of credibility in representative democracy - generated the new object of study of this research. This research is the product of the dialogue realized between the results obtained in our data collection and literature elected to support theoretical - methodological, whose works highlight the de Almeida (2000), Alvarenga (2003), Bobbio (1988 and 1991), Coutinho (1980), Gramsci (1984), Marx (1987a, 1978b, 1980), Saviani (2000), Weffort (1992) and Wood (1996 and 2010). From the methodological point of view, interviews were conducted with 56 municipal public education professionals from São Gonçalo. As leaders of the 11 SEPE-SG and 45 teachers and the College Civic President Castello Branco, where the quantitative and qualitative approach was prioritized at the time of data analysis. We hope this research have been able to understand the vision of these professionals as the asymmetrical relationship that is established between the government and the category, impacting on the participation of the category in the construction of educational policies of the city, and has been able to contribute with highlights held around the options of "active resistance", suggested by authors who conversed with this work against of institutions political relations between government and organized social movement.

Keywords: Democracy. Policy. Professional Education. Local Government.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Telegrama de Jarbas Passarinho.....	42
Figura 2 - Parte do Boletim do SEP - SG.....	43
Figura 3 - Charge sobre corrupção.....	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - As relações em conceitos.....	103
Gráfico 2 - A relação é autoritária ou democrática?.....	104
Gráfico 3 - "Agressões Leves e Médias".....	107
Gráfico 4 - Agressões Graves.....	108
Gráfico 5 - Solução de conflitos.....	110
Gráfico 6 - Defeito nº 1 do poder democrático.....	114
Gráfico 7 - Defeito nº 2 da democracia.....	117
Gráfico 8 - O "3º defeito" da democracia.....	119
Gráfico 9 - O que você leva em conta na hora de votar?.....	129
Gráfico 10 - Os partidos dos prefeitos de São Gonçalo.....	131
Gráfico 11 - Quantos acertaram os partidos dos prefeitos de SG?.....	132
Gráfico 14 - Motivos de não participação na COMED e CONAE/RJ.....	135
Gráfico 15 - Sobre a participação na CONAE - 2010.....	136
Gráfico 16 - Sobre os meios de comunicação.....	137
Gráfico 12 - Sobre a participação na COMED - SG.....	139
Gráfico 13 - Sobre a participação na CONAE - ESTADUAL/RJ.....	139
Gráfico 17 - Avaliação da divulgação do COMED-SG.....	144
Gráfico 18 - Sobre a existência de debates.....	160
Gráfico 19 - Avaliação da política de respeito a autonomia.....	161
Gráfico 20 - Escala de impedimentos à organização da categoria.....	161
Gráfico 21 - Sobre a fama de Henry Charles.....	166
Gráfico 22 - Sobre a fama de Aparecida Panisset.....	166
Gráfico 23 - Sobre o apoio à candidatura de professores.....	170
Gráfico 24 - Sobre o conceito de liberdade.....	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dirigentes do poder Executivo.....	21
Quadro 2 - Democracia Liberal e Democracia Socialista em Bobbio.....	55
Quadro 3 - Liberalismo + Democracia e Socialismo + Democracia.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Avaliação das relações com atribuições de conceitos.....	105
Tabela 2 - Sobre a existência do "Pacto de não Agressão".....	107
Tabela 3 - A solução dos conflitos.....	109
Tabela 4 - Sinalizadora do "IADinho".....	121
Tabela 5 - O Plano Municipal de Educação de São Gonçalo.....	122
Tabela 6 - O Regimento Escolar.....	123
Tabela 7 - O Estatuto dos Servidores Públicos de SG.....	123
Tabela 8 - Sobre as representações como tantas no corpo do PME-SG.....	124
Tabela 9 - As representações no Regimento Escolar.....	125
Tabela 10 - Sobre as representações constantes no corpo do Estatuto dos Servidores Públicos de São Gonçalo.....	126
Tabela 11 - Sobre o Plano Nunicipal de Educação de São Gonçalo.....	126
Tabela 12 - Sobre o regimento Escolar.....	127
Tabela 13 - Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de São Gonaçalo.....	128
Tabela 14 - A composição da CONAE -2010.....	138
Tabela 15 - Sobre os meios de comunicação utilizados pela PMSG.....	143
Tabela 16 - Sobre as ações da PMSG serem ou nã secretas.....	148
Tabela 17 - Sobre a 1a questão em relação a dinâmica das ações do SEPE-SG.....	149
Tabela 18 - Sobre a 2a questão em relação a dinâmica das ações do SEPE.....	150
Tabela 19 - Sobre a 3ª questão em relação às ações do SEPE-SG.....	150
Tabela 20 - Sobre a 4ª questão em relação às ações do SEPE-SG.....	150
Tabela 21 - Sobre os representantes da mocidade gonçalense ; membros do Conselho Municipal de Educação.....	153
Tabela 22 - Sobre as atribuições dos conselheiros educacionais de São Gonçalo.....	154
Tabela 23 - Sobre as plenárias públicas da CME de São Gonçalo.....	155
Tabela 24 - Sobre o desempenho do Tribunal de Contas do Estado/RJ.....	155
Tabela 25 - A função fiscalizadora do CME-SG e do TCE-RJ.....	158
Tabela 26 - Opniõs quantoà fama de Henry Charles.....	166
Tabela 27 - Opiniões quanto à fama de Aparecida Panisset.....	167
Tabela 28 - Sobre os poderes de nudaça do SEPE -SG.....	169
Tabela 29 - O contato da categoria com os dirigentes do Poder Executivo.....	174
Tabela 30 - A freqüência de conteúdos de ordem classista.....	174
Tabela 31 - O grau de credibilidade nos discursos dos diregentes.....	175
Tabela 32 - A credibilidade no Poder Público Local.....	176

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCUG	Centro de Convenções Ulisses Guimarães
CEP	Centro de Professores do Rio de Janeiro
CEPERJ	Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CME	Conselho Municipal de Educação
CMPCB	Colégio Municipal Presidente Castelo Branco
COMED - SG	Conferência Municipal de Educação de São Gonçalo
CONAE-2010	Conferência Nacional de Educação
CONAE-RJ	Conferência Nacional de Educação / Etapa Estadual do Rio de Janeiro
CQC	Custe o Que Custar
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
D.O.M.	Diário Oficial do Município
EUA	Estados Unidos da América
FAETEC	Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
FAPERJ	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FENEP	Federação Nacional das Escolas Particulares
FFP	Faculdade de Formação de Professores
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor-Leste
GM	General Motors
IAD	Índice de Apoio Cidadão à Democracia
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INQ	Inquérito
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação

MIT	Massachusetts Institute of Technology
ONU	Organização das Nações Unidas
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PME	Plano Municipal de Educação
PME - SG	Plano Municipal de Educação de São Gonçalo
PMSG	Prefeitura Municipal de São Gonçalo
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP - RJ	Partido Progressista do Rio de Janeiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RJ	Rio de Janeiro
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEPE	Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro
UOL	Universo On Line

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	DAS ESCOLHAS	20
1.1	Caminhos da pesquisa	20
1.2	A primeira hipótese da pesquisa e por que o SEPE - São Gonçalo?	22
1.3	O surgimento da nova hipótese, de volta as primeiras palavras destes caminhos da pesquisa	30
1.4	Sobre a metodologia	34
2	DA DEMOCRACIA	46
2.1	Sobre a democracia	46
2.2	Democracias	50
2.3	O lugar da democracia	53
2.4	Democracia Direta X Democracia Representativa	58
2.5	A "democracia de massas"	64
2.6	Mecanismos de representação direta das massas populares	67
2.7	O Sufrágio Universal	74
2.8	Os Pactos Sociais	76
2.9	Ingovernabilidade da democracia ou a falta de condições para sua consolidação?	77
2.10	Os Partidos	81
2.11	A participação política do povo	87
2.12	A participação do povo nas decisões do país: "Breves palavras" sobre experiências de Timor-Leste para São Gonçalo	88
2.13	A necessidade da consolidação da democracia como condição de garantia dos direitos humanos, igualdade social e do crescimento econômico	91
2.14	Fatores externos	93
2.15	Transparência e marketing	95
2.16	Liberdade, Igualdade, Fraternidade	97
3	DO EXERCÍCIO DA PRÁXIS	101
3.1	Primeiras palavras	101
3.2	Mensurando a percepção da categoria quanto ao desenvolvimento das relações com o governo local	103
3.3	Mensurando o apoio à democracia em São Gonçalo	113
3.4	Sobre os conjuntos de regras que deveriam ser construídos coletivamente para que fossem respeitados por todos, inclusive, pela PMSG	121
3.5	Sobre a importância do partido	128

3.6	O "quesito" transparência...	134
3.7	Segredos e transparências...	147
3.8	O controle público das ações do Poder Executivo da PMSG...	152
3.9	Conquistas da democracia moderna...	159
3.10	Os avanços da democracia...	163
3.11	A liberdade...	172
3.12	A credibilidade da categoria...	173
4	CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS	178
	REFERÊNCIAS	183
	ANEXO A - Lista de nomes das Pessoas Entrevistadas	194
	ANEXO B - Tabelas	197
	ANEXO C - Documentos	201

INTRODUÇÃO

Das questões que envolveram minha decisão em realizar a presente pesquisa, destaco a que se tornou o objetivo principal desta investigação: perfilar a versão da categoria dos profissionais da rede pública municipal de São Gonçalo sobre democracia, assim como, a visão que esse grupo tem sobre como foram engendradas, durante o período de 1990 a 2010, suas relações institucionais com o governo local.

Minha inserção no quadro de professores da rede pública municipal, em 1993, me proporcionou conhecer e acompanhar a trajetória de lutas dessa categoria organizada, na forma do sindicato dos profissionais da educação pública do município de São Gonçalo, cuja importância em minha formação política se traduziu na motivação principal da escolha por investigar a dinâmica de atuação dessa entidade.

É durante a escrita do primeiro capítulo desta dissertação que me lancei ao desafio de transcrever, em breves palavras, um pouco da história deste SEPE-SG, relatando, mesmo que sumariamente, o desenvolvimento dessa dinâmica.

Também é no decorrer da escrita do primeiro capítulo que descrevemos quais foram os caminhos investigativos que percorremos, as razões (além da já mencionada) que nos levaram a escolher o SEPE – SG como entidade a ser pesquisada, qual ou quais foram os elementos que geraram o problema de pesquisa do qual nos dedicamos em nossas investigações e a metodologia que optamos para realização de nossas análises.

Com intuito de realizar um diálogo teórico com o exposto no primeiro parágrafo desta introdução, construímos o segundo capítulo com o propósito de refletir não só sobre o conceito da democracia política, privilegiada na contemporaneidade de nossa sociedade, mas também quanto a seus diferentes sentidos e formas.

Seguindo as pistas fornecidas pelos autores que nos forneceram sustentação teórica, foi possível discutir sobre qual seria o lugar da democracia em sistemas liberais e socialistas, além das diferenças, aproximações e complementaridade entre a democracia direta, a democracia representativa e a democracia de massas.

Os mecanismos de representação direta das massas, como o sufrágio universal e os pactos sociais, compuseram o capítulo juntamente com algumas críticas a esse modelo de governo. Críticas essas formuladas por diferentes liberais no decorrer da história da

humanidade, como por exemplo, a suposta ingovernabilidade da democracia ou a falta de condições apropriadas para sua consolidação em algumas sociedades.

A percepção sobre a importância dos partidos políticos para o desenvolvimento democrático de uma sociedade que pretende a participação ampla e irrestrita de seu povo nas decisões políticas, para além das eleições, foi possível de ser elaborada a partir das contribuições encontradas tanto em literatura específica, como na experiência empírica que tivemos a oportunidade de vivenciar quando participamos de um programa de cooperação internacional entre os governos do Brasil e Timor-Leste, durante o segundo semestre de 2010.

A necessidade da consolidação da democracia como condição de se garantir o respeito aos direitos humanos, a igualdade social, o crescimento econômico, as interferências que sofrem e que geram os movimentos orgânicos e ocasionais de uma sociedade, focalizando a interferência de fatores externos, além, da necessidade garantida por lei, da transparência em detrimento do segredo, para o alcance da consolidação da democracia social, também fizeram parte integrante das discussões realizadas no segundo capítulo.

Entretanto, é no capítulo III que nos ocupamos do desafio de compreender os resultados obtidos em nossa coleta de dados, diante da realização de um esforço dialógico com a fundamentação teórica da qual nos apropriamos durante a construção dos capítulos anteriores.

Neste sentido, cremos que foi possível organizar um panorama sobre diferentes questões que envolvem o conceito de democracia, das quais nos defrontamos regularmente com inúmeras contradições que compõem sistemas de governos ditos democráticos, por conta de uma suposta sinonímia com o crescente processo de ampliação do direito de voto.

Os encontros e desencontros, acerca das concepções sobre democracia, apresentadas por cada um dos autores trabalhados, contribuíram com a organização de nossas idéias sobre quais seriam os fundamentos que orientam diferentes concepções sobre o conceito, assim como seu processo de desenvolvimento e consolidação, possibilitando, neste sentido, a reunião de elementos suficiente para o início de um diálogo com a realidade vivenciada no município de São Gonçalo.

Do ponto de vista metodológico, durante a construção do capítulo III, priorizamos a abordagem quanti-qualitativa como ferramenta de aplicação do método do materialismo histórico dialético.

A compreensão sobre a percepção da categoria quanto ao desenvolvimento de suas relações com o governo local, a mensuração do apoio dado à democracia, a observação quanto a importância do partido político em sociedades que se pretendem democráticas, assim

como a importância sobre o “quesito” transparência e a aplicabilidade do controle das ações do poder público em detrimento do segredo como essência do poder a serviço da manutenção do *status quo* da elite política gonçalense, fizeram parte de nossas análises durante o capítulo.

Também durante o exercício investigativo realizado nesse terceiro e último capítulo, conseguimos reunir elementos que nos possibilitaram inferir sobre as percepções da categoria quanto às conquistas da democracia moderna, quanto o complexo e ambíguo conceito de liberdade e a quanto ao estágio em que se encontra sua credibilidade nesse sistema de governo.

Destarte, nossas considerações finais, nomeadamente como “considerações provisórias” são ao mesmo tempo, geridas e geradoras da proposta desta pesquisa de se preocupar com novas formas de se perceber a sociedade gonçalense e, conseqüentemente, com novas formas de agir em busca da construção e consolidação da democracia social.

1 DAS ESCOLHAS

1.1 Caminhos da Pesquisa...

Este capítulo foi escrito com o intuito de registrar os caminhos percorridos durante o processo de construção desta pesquisa, os quais em nada se pareceram com uma trajetória harmoniosa e ordenada. Muito pelo contrário, foi intensamente marcado por idas e vindas que nos lançaram diferentes desafios a serem superados e que, talvez por conta dessa característica, participar dele se configurou como uma rica experiência.

Destarte, diante dos reptos que transpassaram nossa pesquisa, foi necessário “aprumar o barco” e seguir na direção de nossa proposta principal que, para compartilhá-la, inscrevemos já nestas primeiras palavras, o objetivo que se constituiu como central deste estudo: o de desempenhar esforços investigativos e reflexivos com o propósito de perfilar e analisar as concepções da categoria dos professores da rede pública municipal de São Gonçalo sobre democracia, a partir das relações institucionais engendradas com o governo local, entre os anos de 1990 e 2010.

A extensão de vinte anos do espaço temporal justifica-se pelo fato de que desejamos que o perfil acima se caracterize como sendo de Estado e não de governo.

Contudo, entendemos a necessidade de identificar os chefes do Poder Executivo de cada um dos governos que formaram o referido período, assim como os partidos a que os mesmos pertenciam durante seus mandatos. A saber: Edson Ezequiel de Matos – 1989/1992 e 1997/2000 – PDT, durante os dois períodos de governo; João Barbosa Bravo – 1993/1996 – PDT, durante os dois primeiros anos de mandato e nenhum partido durante os dois últimos anos; Henry Charles Armon Calvert – 2001/2004 – PMDB durante todo seu mandato, depois tentou reeleição pelo PTB, mas foi derrotado; Maria Aparecida Panisset - de 2005 até hoje – ingressou pelo PFL (DEM), mas atualmente é filiada ao PDT (partido em que iniciou no Poder Legislativo).¹

¹ Sobre os prefeitos de São Gonçalo em conjunto: BRAGA, Maria Nelma Carvalho. O Município de São Gonçalo e sua história. Editora Independente, São Gonçalo/RJ: 2006, p. 213 e sobre os prefeitos de São Gonçalo individualmente, a origem das informações encontra-se nas “Referências Bibliográficas” desta pesquisa.

No tocante aos partidos políticos (cuja importância é analisada no capítulo III), os dados organizados na tabela abaixo evidenciam que a configuração das relações do Poder Executivo, em seus diferentes níveis (municipal, estadual e nacional), dar-se-á, prioritariamente, da seguinte maneira: nos primeiros momentos a relação entre partidos acontece, mais explicitamente (sem contar com as alianças partidárias), entre o nível municipal e estadual. E durante os demais momentos, vimos que a relação de partidos é mais intensificada entre os níveis estadual e nacional.

Numa observação realizada apenas em âmbito municipal, constatamos que o PDT foi o que se apresentou com maior permanência no Poder Executivo, estando presente em 4 de 5 blocos temporais que formaram o período analisado, ou seja, a grosso modo o PDT se manteve presente em 80% do período estudado.

Esse número percentual cai para 57% se considerarmos que, durante esses 5 (cinco) momentos/ etapas, os dirigentes pertenceram a 6 (seis) partidos distintos além de um deles ter permanecido sem partido (partido zero) durante a metade do tempo de seu mandato. Infelizmente não tivemos condições de nos aprofundar nessa análise, sendo o objetivo de expor esses dados apenas o de demonstrar, sinteticamente, o cenário em que o Poder Executivo estava inserido durante o recorte temporal desta pesquisa.

Quadro 1: Dirigentes do Poder Executivo (período entre 1990 a 2010)

PERÍODO:		PREFEITOS DE SÃO GONÇALO:	PARTIDO POLITICO:	GOVERNADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:	PARTIDO POLITICO:	PRESIDENTES DA REPÚBLICA:	PARTIDO POLITICO:
1ª etapa	1989/1992	Edson Ezequiel de Matos	PDT	Wellington Moreira Franco	PMDB	José Ribamar Ferreira de Araújo Costa Sarney	PDS
				Leonel de Moura Brizola	PDT	Fernando Affonso Collor de Mello	PRN
						Itamar Augusto Cautiero Franco	PRN
2ª etapa	1993/1996	João Barbosa Bravo	PDT (2 anos) e nenhum partido (2 anos).	Leonel de Moura Brizola	PDT	Itamar Augusto Cautiero Franco	PRN
				Marcello Nunes Alencar	PSDB	Fernando Henrique Cardoso	PSDB
3ª etapa	1997/2000	Edson Ezequiel de Matos	PDT	Marcello Nunes de Alencar	PSDB	Fernando Henrique Cardoso	PSDB
				Antony William Matheus Garotinho	PDT		
				Benedita da Silva	PT		
4ª etapa	2001/2004	Henry Charles Armon Calvert	PMDB	Benedita da Silva	PT	Fernando Henrique Cardoso	PSDB
				Rosângela B. Assed O. Matheus Garotinho	PSB	Luís Inácio Lula da Silva	PT
5ª etapa	2005 até hoje	Maria Aparecida Panisset	PFL/DEM (1º mand.) e PDT (no 2º)	Rosângela B. Assed O. Matheus Garotinho	PSB	Luís Inácio Lula da Silva	PT
				Sérgio Cabral Filho	PMDB		

Desse modo, retomemos a discussão sobre o foco desta pesquisa, do qual o que inicialmente a motivou ainda não foi mencionado nas primeiras linhas deste capítulo I.

O desejo de compreender o conceito de democracia, reconhecido pelos profissionais da educação pública municipal de São Gonçalo, assim como o desenvolvimento das relações entre o poder público do município e a categoria (sob a ótica desses profissionais), surge justamente da “desconstrução” do que se constituía como primeiro foco da pesquisa: as disputas que intercorreriam nas conferências de educação que antecederam a construção do Plano Nacional de Educação (2011-2020).

1.2 A primeira hipótese da pesquisa e por que o SEPE – São Gonçalo?

Originalmente, este trabalho havia sido motivado pela idéia de se realizar um acompanhamento investigativo quanto à forma em que se desenvolveriam as relações entre os dois grupos protagonistas desta pesquisa: o poder público local e os profissionais da educação do município de São Gonçalo durante a realização das Conferências de Educação que aconteceram nos anos de 2009 e 2010 (municipal de São Gonçalo, estadual do Rio de Janeiro e nacional)

(...) objetivando (...) avanços no sentido de garantia de democratização e efetiva participação dos diferentes setores da sociedade civil e políticas. (...) A Conae foi precedida , em 2009, por conferências municipais, regionais e estaduais (...) Tal processo, construído coletivamente, visa estabelecer as bases e diretrizes para as políticas de Estado (...) as conferências que a precederam e a Conae têm como tema geral “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação.”²

Essa motivação fundamentava-se na suposição de que haveria uma disputa, entre esses dois grupos, pela hegemonia na construção de políticas educacionais, pois, ao contrário do que imaginávamos anteriormente às orientações recebidas durante o exame de qualificação desta pesquisa e anteriormente à análise dos resultados obtidos na coleta de dados, considerávamos que tal disputa pudesse ser deflagrada.

O conceito de hegemonia em Gramsci (1984), tão minuciosamente analisado por Gruppi (2000), nos fornece condições de compreender o movimento de elaboração, aplicação

² FERNANDES, Francisco Chagas (Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação e Coordenador da Conferência Nacional de Educação). A Conferência Nacional de Educação: Construção Democrática de Políticas de Estado. Artigo disponível em: <<http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/texto%20chagas%20alterado25.03.pdf>>. Acesso em 24/7/2010

e monitoramento de estratégias utilizadas por um determinado segmento social que tem o intuito de “transformar” seus interesses e objetivos particulares em interesses e objetivos gerais.

(...) A hegemonia é a capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. [a hegemonia não é apenas] (...) direção política, mas (...) direção moral, cultural, ideológica.³

Sem ter a menor pretensão de esgotar esse conceito nas linhas acima, elegemos essas palavras de Gruppi porque as entendemos como as que mais significativamente expressam a percepção que tínhamos sobre hegemonia quando construíamos os primeiros encaminhamentos deste trabalho.

A primeira hipótese - eivada de expectativas de que projetos antagônicos disputariam a conquista pela hegemonia na construção de políticas públicas educacionais - era motivadora do desejo de realização de um esforço de se identificar quais seriam as conseqüências práticas para a educação pública no município de São Gonçalo.

As justificativas que compunham a construção dessa suposição foram baseadas nas percepções que tivemos em nossa própria trajetória profissional na rede pública municipal de São Gonçalo, que cresceu em admiração e respeito, pelo SEPE-SG, desde o ano de 1993.

(...) A entidade⁴ iniciou o ano de 1984 organizada, oficialmente, em 34 municípios e, em 17, com comissão provisória. (...) as lideranças do movimento participaram ativamente de discussões pedagógicas empreendidas por parte do poder (que na prática boicotava o CEP). (...) Ainda em 84 ocorreu o I Congresso do CEP, em *São Gonçalo*, que definiu um estatuto permanente para a entidade.⁵

A efervescência política sempre presente nos movimentos liderados pelo SEPE – SG me fizeram pensar que os momentos das conferências seriam mais um espaço para realização de disputas ativas desse sindicato e esse pequeno fragmento do trabalho realizado pela pesquisadora Dulce Alvarenga nos demonstra um pouco da importante trajetória de luta política dessa entidade em São Gonçalo.

Contudo, não se poderia ignorar a observância da existência de contradições internas em suas próprias relações. Dessa forma, um outro olhar sobre a dinâmica de desenvolvimento

³ GRUPPI: 2000, p. 5 e 11

⁴ CEP – Centro Estadual de Professores - denominação precursora do SEPE durante o período de 07/11/1983 a 1988 – (ALVARENGA, 1991).

⁵ ALVARENGA, 1991. Op. Cit., p. 114-115 - Grifo nosso

da convivência de seus membros e quiçá com a categoria, se fazia necessário. Para tanto, nossa opção de diálogo sobre esse tema foi o trabalho realizado pela professora e ex-diretora do SEPE-SG Ilana Cardoso Gouvêa (em 1994), cujo título é “Elementos para compreensão da função mediadora do SEPE – Entre projetos e ruínas”⁶, no qual a autora se deteve na realização de uma análise sobre a formação das correntes políticas no sindicato.

O recorte abaixo, da fala de um dos dirigentes do SEPE – SG (nomeadamente por dirigente A) nos aponta para o fato de que as relações internas do sindicato, hoje, acontecem tal como nos apresenta o trabalho Gouvêa (1994): de forma as vezes solidárias e as vezes não, mas intensas, complexas e contraditórias.

(...) Antigamente a gente não tinha estrutura, meu carro é que corria as escolas e a gente se cotizava para botar gasolina no carro, a gente saía por aí, enfrentava polícia... era um período em que a gente fazia piquetes na frente das escolas ... era uma época dura, as diretoras chamavam a polícia...(...) eu era muito participativa. (...) ainda sou, mas hoje vejo que o SEPE é uma contradição.⁷

Ante a necessidade de concentrar nosso empenho na investigação sobre *o pensamento político quanto às relações democráticas na Educação de São Gonçalo*, não foi possível realizar um estudo aprofundado sobre a história do SEPE. E nem tampouco do sindicalismo de forma ampliada. Entretanto, a opção pela abordagem de momentos dessa história dar-se-á com o intuito de garantir condições de demarcar, pelo menos minimamente, registros que fundamentam tanto a justificativa de nossa primeira hipótese como a justificativa do “novo” problema surgido de sua negação.

Diante do exposto, somado à contribuição do sintético mapeamento que se segue, sobre alguns dos acontecimentos históricos que envolveram os trabalhadores enquanto classe organizada em busca de melhores condições de vida, conseguimos elementos que nos indicam pistas sobre a conjuntura que envolveu e envolve a história de ações do SEPE-SG.

As primeiras tentativas efetivas de organização dos trabalhadores na luta contra os capitalistas deram-se na Inglaterra. Estas organizações diminuíram a concorrência entre os trabalhadores, unindo-os em sua luta contra os capitalistas.⁸

Desde o surgimento da classe operária, com o advento do Capitalismo em detrimento do “Antigo Regime”, mais precisamente com o advento da Revolução Industrial que se inicia

⁶ Mimeo – Fonte: arquivo particular da autora.

⁷ Parte do depoimento de um dos dirigentes do SEPE – SG que foram entrevistados (Dirigente A)

⁸ ALVARENGA, Dulce: 1991, p. 36

na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII (HOBBSBAWM:1979), os trabalhadores lutam por melhores condições de vida. Com os desdobramentos das lutas, desenvolvem consciências sobre a importância da união enquanto classe. Assim, para que a luta dos trabalhadores lograsse êxito, surge a necessidade de se organizar os movimentos populares. Logo se fundam as primeiras agremiações e associações que tinham como objetivo comum a defesa dos interesses dos seus membros (os trabalhadores). Essas associações se transformariam nos primeiros sindicatos laborais.

(...) el sindicalismo representa una reacción contra la explotación económica: la extracción de plusvalía del trabajo de los obreros. Los sindicatos siempre han llevado a cabo una lucha, dentro de este contexto económico, por regular y mejorar los términos en que los obreros se ven obligados a disponer de su fuerza de trabajo (...).⁹

Limites e possibilidades de transformações à parte, os sindicatos e suas lutas históricas são motivos de inúmeras análises críticas e reflexões. Hyman (1978) pontua em sua obra traços do sindicalismo mundial e em particular do sindicalismo mexicano. Traços esse que, também no Brasil, não deixa de ter como aspecto central o de “*regular y mejorar los términos en que los obreros se ven obligados a disponer de su fuerza de trabajo*”. Além, é claro, das articulações em torno de objetivos focados na criação de condições objetivas de atuação da classe trabalhadora como sujeitos políticos ativos.

Em abril de 1906 foi realizado no Rio de Janeiro o primeiro congresso da classe operária, com a participação de 43 delegados representando 28 organizações de alguns estados. Os principais temas desse congresso foram: lutas prioritárias da classe operária; criação da Central Operária Brasileira; organização sindical; relação entre partido e sindicato; o assistencialismo no sindicato; a comemoração do 1º de Maio.¹⁰

Nessas palavras de Almeida (2000), são revelados os temas que foram discutidos no primeiro congresso da classe operária brasileira. Temas que nos sugerem que o pensamento majoritário seguia pelo viés da crença quanto à necessidade de se organizar mais sistematicamente as ações daquele grupo. As possibilidades de concretização desse pensamento com a inauguração da primeira Central Sindical transformam o evento num marco importantíssimo da história de lutas dos trabalhadores brasileiros.

⁹ HYMAN, 1978, p. 73 – 74

¹⁰ ALMEIDA: 2000, Cap. II

Em Matos (2009), a formação dos sindicatos no Brasil, tal como a formação da primeira Central Sindical, tem seus primeiros registros a partir do século XX. Contudo, nessa obra, nossa busca estava direcionada para o encontro de movimentos populares de organização política de trabalhadores brasileiros, anteriores a esse período. Com essa busca encontramos registros datados desde o século XIX, num período que antecedeu, transpassou e postergou a abolição do trabalho escravo em 1888, conforme o exemplo abaixo.

Começo este livro resumindo uma história (...) de trabalhadores em padarias, entre 1876 e 1912, contada por um líder da categoria, João de Mattos (...) [que] registra suas memórias sobre as lutas dos empregados em padarias desde a época da escravidão até o momento das mobilizações sindicais. (...) em 1876 (...) organizou um “levante”, que ele explica ser como “as mesmas greve de hoje”. O levante (...) foi uma paralisação das padarias da cidade, em meio à qual se deu a fuga dos trabalhadores escravizados daqueles estabelecimentos. (...).¹¹

Nota-se que historicamente o movimento organizado dos trabalhadores se apresenta com características muito particulares da própria época em que está inserido, o que obviamente não poderia ser diferente. Entretanto, cabe ressaltar que o caráter de “instrumento de luta dos trabalhadores” permanece, apesar de suas “particularidades”, durante o processo histórico que data desde sua “origem” até os dias atuais.

(...) o SEPE Central foi fundado aqui em São Gonçalo (...) a partir da greve de 1979 o pessoal veio para São Gonçalo por causa da represália (...). Na época era sociedade, que depois virou Centro, e foi criada em São Gonçalo. Se você procurar lá no sindicato... com o pessoal da antiga.. com Zé Augusto. Eles devem ter os documentos comprovando.¹²

As palavras desse “dirigente E” referem-se ao momento em que o CEP se tornou oficialmente o Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro logo após a definição permanente de seu estatuto. Definição ocorrida durante o “I Congresso do CEP” que aconteceu em São Gonçalo no ano de 1984.¹³

Destacamos o momento acima porque o entendemos como revelador de uma das “particularidades” da trajetória histórica de formação do SEPE – SG que, nesta etapa da pesquisa, nos orientam em pistas para compreensão de alguns de seus “limites e possibilidades” de transformação social local.

¹¹ MATOS: 2009, p. 13

¹² Parte do depoimento de um dos dirigentes do SEPE – SG que foram entrevistados (Dirigente E)

¹³ ALVARENGA, Dulce: 1991. Op. Cit.

A comunidade educacional organizada se mobilizou fortemente em face do tratamento a ser dado à educação na Constituição Federal (...). Antes mesmo que os constituintes entrassem em ação, a IV Conferência Brasileira de Educação, realizada em Goiânia em agosto de 1986, teve como tema central “A educação e a constituinte”. E na assembléia de encerramento dessa Conferência foi aprovada a “Carta de Goiânia” contendo as propostas dos educadores para o capítulo da Constituição referido à educação.¹⁴

Nesse trecho do livro de Saviani (2000), que é uma simples amostra da minuciosa análise realizada pelo autor sobre a trajetória da LDB 9394/96, são revelados alguns episódios ocorridos nos bastidores dos cenários que serviram como palco de disputas de interesses empenhadas pelos setores progressistas da educação contra o bloco conservador/ privatista. E é em meio a essa efervescência política nacional que um de nossos entrevistados tem sua inserção no SEPE – SG (que na época ainda não se configurava como sindicato, mas como Centro de Professores do Rio de Janeiro - CEP).

(...) minha inserção no SEPE foi no início da década de 1980, na época não era sindicato, era Centro. (...) o grupo em que eu fazia parte (...) bancou uma chapa (...) de oposição. (...) A gente assumiu e teve naquele momento uma mobilização que culminou na greve de 1986, que foi uma greve muito longa.(...) o movimento começou no final de 1985 (...) o comando funcionava lá na FFP, que na época era CEPERJ ou FAPERJ... (...). A gente fazia as assembléias lá no Palácio de Cristal. Eram assembléias gigantes, [pois] (...) depois de 79 foi a primeira grande greve que teve. (...) Durante essa greve também teve um congresso da CUT que o sindicato participou (...).¹⁵

A realidade da organização dos trabalhadores da educação em São Gonçalo, relatada por esse “dirigente E”, está em consonância com a conjuntura política daquele momento histórico. Momento que, na análise de Saviani (2000) - sobre as lutas ideológicas desenvolvidas em diferentes momentos da história da educação brasileira - nos instigou a refletir ainda mais sobre as causas que levaram os dirigentes atuais do SEPE – SG a se afastarem das discussões das conferências enquanto entidade.

Em 1986, novo marco na luta do sindicato. Em greve, 25 mil professores, no Maracanãzinho, conquistaram um plano de carreira que regulamentava o enquadramento por formação, progressão e controle, pela categoria, da aplicabilidade do plano. Em razão da exclusão dos aposentados nesse plano, surgiu a

¹⁴ SAVIANI, 2000, p. 35

¹⁵ Parte do depoimento de um dos dirigentes do SEPE – SG que foram entrevistados (Dirigente E)

primeira comissão de aposentados do Sepe que, junto à direção do sindicato, ampliou a luta e conseguiu, em 1987, a almejada paridade.¹⁶

Diante das possibilidades geradoras do diálogo entre os movimentos ocasionais e orgânicos que se materializaram a partir das leituras das obras até o momento destacadas neste trabalho, das quais incluímos a de Saviani (2000), onde o autor também relata o acontecimento da “IV Conferência Brasileira de Educação”, lócus em que foi aprovada a “Carta de Goiânia” de 1986, e essa movimentação dos professores no Maracanãzinho, também no mesmo ano de 1986, conseguimos construir uma noção sobre a conjuntura vivenciada nessa “década quase perdida”¹⁷ pelo movimento educacional brasileiro, ou, como prefere Saviani, pela “Comunidade Educacional Organizada”.

Todavia, esse conteúdo dos movimentos sociais da década de 1980, marcado pela luta incansavelmente ativa em prol da emancipação dos trabalhadores, nas palavras de Gohn (2005) não necessariamente se constitui em conteúdo permanente e progressivo. Muito pelo contrário, na abordagem dessa autora sobre a história dos movimentos sociais/ sindicais, são reconhecidos períodos de instabilidade e, muitas vezes, contraditórios, como inerentes às suas trajetórias.

(...) movimentos (sociais) são frutos de idéias e práticas. As práticas fluem e refluem. As idéias persistem, e se transformam agregando elementos novos, ou negando velhos, segundo a conjuntura dos tempos históricos.¹⁸

Esse aspecto dos movimentos sociais de “fluir” e “refluir”, assim como a *destruição*, “nunca total”, de um partido que tem origem na vontade coletiva de um determinado grupo social em Gramsci (1984), nos orientou nas reflexões sobre as escolhas do SEPE-SG (da qual ainda desenvolveremos mais aspectos ainda neste capítulo). Entretanto, neste momento, outra questão também se apresenta como necessitada de maiores esclarecimentos: Por que optamos pela CONAE-2010?

A Conferência Nacional de Educação – CONAE é um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional. (...) da Educação Infantil à Pós Graduação (...). Estudantes, Pais, Profissionais da Educação, Gestores, Agentes Públicos e sociedade civil organizada de modo geral, terão em suas mãos, a partir de janeiro de 2009, a oportunidade de conferir os rumos da educação brasileira. [O] tema da CONAE (...)

¹⁶ História do SEPE/RJ – Disponível em: <http://www.seperj.org.br/historia.php> - acesso em 23/7/2010

¹⁷ ALMEIDA: 2000

¹⁸ GOHN, 2005. Op. Cit., p. 100

será: Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação. (...) [e] será precedida de Conferências Municipais (...) e de Conferências Estaduais e do DF (...).¹⁹

Elegemos a CONAE – 2010 como o grande acontecimento educacional da atualidade por conta de inúmeros motivos, dentre os quais, está o do entendimento de que, por essa conferência ter se caracterizado como tal, a pluralidade de relações sociais que se deram antes e durante o evento seriam capazes de nos fornecer possibilidades de realização de um diálogo sobre os movimentos que estavam acontecendo entre os níveis das esferas macro (nacional) e micro (municipal).

(...) a importância da análise a partir dos acontecimentos é que eles indicam sempre certos ‘sentidos’ e revelam também a percepção que uma sociedade ou grupo social, ou classe tem da realidade e de si mesmos.²⁰

Os espaços físicos e temporais que comportaram as realizações das conferências preparativas do Plano Nacional de Educação (2011-2020) foram selecionados como cenários desta pesquisa porque acreditávamos que seriam lugares capazes de revelar o desenvolvimento de “ações da trama social e política”. Revelação essencial para o desdobramento das análises primeiramente propostas para o presente estudo.

As ações da trama social e política se desenvolvem em determinados espaços que podem ser considerados como cenários. (...) Cada cenário apresenta particularidades que influenciam o desenvolvimento da luta e muitas vezes o simples fato de mudar de cenário já é uma indicação importante de uma mudança no processo.²¹

A busca pela identificação das “ações da trama social e política”, entretanto, permanece como objetivo a ser alcançado no “novo” problema desta pesquisa que precisou “mudar de cenário”, o que “indica uma importante mudança no processo” que, neste caso, se configura como sendo uma mudança na forma de agir do SEPE-SG.

¹⁹ Sobre a CONAE – 2010. Disponível em:

<http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=57>. Acesso em 22 de janeiro de 2010.

²⁰ SOUZA, 2005. Op. Cit., p.11

²¹ SOUZA, 2005. Op. Cit., p.11

1.3 O surgimento da nova hipótese, de volta às primeiras palavras destes caminhos da pesquisa...

“(...) o velho morre e o novo não consegue nascer.”
Antônio Gramsci ²²

Até o momento de identificarmos o ponto nevrálgico da opção do SEPE – SG pela não participação das conferências, o “novo não conseguia nascer”. Entretanto, no momento em que nos foi revelada a descrença de seus dirigentes quanto ao formato da democracia representativa em São Gonçalo, cujo momento da COMED – SG se traduzia numa amostra dessa organização “democrática” do município, o “novo” conseguiu surgir nos mostrando os “novos” caminhos a serem percorridos.

Essa frase de Gramsci indica a abordagem priorizada nesta etapa do trabalho que é a de marco situacional da pesquisa: um “novo” problema que surgiu de uma “velha” hipótese que, ao ser “desconstruída” nos provocou em algumas reflexões: Por que o SEPE - São Gonçalo se retirou das discussões? Como o SEPE – SG, detentor de uma trajetória histórica de mais de 30 anos marcada pela tradição de participações em diferentes embates junto aos opositores dos interesses do ensino público, gratuito e de qualidade para todos, deixa o espaço das conferências como espaço de resistência ativa²³? Será que a saída do SEPE-SG desse espaço foi uma estratégia de recuo para se nutrir de novas forças e reerguer-se, agigantando-se diante de seus opositores²⁴?

As leis são como as teias de aranha que apanham os pequenos insetos e são rasgadas pelos grandes
Sólon ²⁵

Como primeira resposta a essas questões os dirigentes do SEPE-SG justificaram o “recuo” da entidade daquele espaço porque não acreditam mais nesta forma de democracia: A democracia representativa. Julgam que, se tivessem se lançado nos embates estabelecidos para

²² Gramsci citado por SEMERARO, Giovanni. IN: Revista Eletrônica: Gramsci e O Brasil. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv65.htm>>. Acesso em 28/6/2010.

²³ SAVIANI: 2000, p. 235

²⁴ MARX: 1978, P. 332

²⁵ “Sólon (gr. Σόλων) viveu no fim do século -VII e na primeira metade do século -VI, possivelmente entre -640 e -558. Aristocrata, poeta e estadista de Atenas, é mais conhecido como legislador e como poeta lírico.” – Disponível em: <<http://greciantiga.org/arquivo.asp?num=0114>>. Acesso em 19/6/2010.

aquele evento²⁶, estariam correndo riscos de serem “apanhados” em teias como as “de” Sólon, das quais as mais temidas eram as que os colocariam em situação de legitimadores de algo em que não participaram.

(...) Para mim (...), penso que participar de um processo desses seria assinar embaixo dos interesses do governo. (...) A gente se retirou enquanto entidade para não legitimar os interesses do governo. Agora, enquanto militante, a gente tá lá, a gente tá sempre procurando uma brecha para tá lá, para tá sabendo, denunciando, para tá militando... agora, para assinar [embaixo] daquele cenário... porque é um palco realmente. Aí, não dá!²⁷

A percepção de que a dominação prevaleceria sobre a hegemonia, agregada a preocupação em não legitimar algo que estava sendo construído de forma autocrática, com “capa” de democracia, fizeram parte do conjunto de argumentos justificatórios quanto à saída da entidade dos demais fóruns de discussão que formaram a CONAE – 2010.

(...) Aqui [em São Gonçalo] a conferência foi feita para cumprir o que o governo federal estava determinando, pois ou você cumpre ou você sofre as “sanções”... mas compromisso com uma organização real onde tivesse a participação e a voz dos professores... não houve! (...) e, quando a conferência tornou-se intermunicipal, você podia fazer uma comparação mais precisa. Niterói tinha professores de sala de aula, São Gonçalo não!²⁸

Essa fração de relato de mais um dos entrevistados, indica um dos momentos do desenvolvimento das análises daquele grupo que percebeu a existência de estratégias realizadas pela PMSG, durante a COMED - 2009, em que apresentaram o claro intuito de manipulação do evento na direção de se garantir a defesa de seus próprios interesses imobilizando, o máximo possível, as forças opositoras.

(...) eu não pude participar das questões que foram discutidas de manhã (...) porque na escola eu não saí como representante. Aliás, não teve nada disso [de escolha de representantes em São Gonçalo], foi assim: vai você, vai você e vai você... quem era de confiança da direção é que foi. (...) então, eu só pude ir à tarde.²⁹

Dentre as evidências registradas neste capítulo, como as que constam nos próximos, elegemos esse fragmento de depoimento como o que mais explicitamente indicou, por conta

²⁶ As conferências preparativas do Plano Nacional de Educação (2011 – 2020) que aconteceram após a Conferência Municipal de Educação de São Gonçalo – COMED-SG.

²⁷ Parte do depoimento de um dos dirigentes do SEPE – SG que foram entrevistados (Dirigente B)

²⁸ Parte do depoimento de um dos dirigentes do SEPE – SG que foram entrevistados (Dirigente C)

²⁹ Parte do depoimento de um dos dirigentes do SEPE – SG que foram entrevistados (Dirigente D)

da exposição desse fato concreto, os caminhos que levaram a construção da percepção formulada, pelos dirigentes do SEPE –SG, de que o poder público local optaria por critérios que garantiriam a prevalência de sua dominação em detrimento da disputa pela hegemonia, comprometendo definitivamente a característica democrática que deveria ter o evento, instituída pelo Ministério da Educação Brasileiro no Regimento Interno da Conferência: “*Os debates na CONAE devem orientar-se por uma visão ampla, abrangente, inclusiva e sistêmica da educação, primando pela garantia do processo democrático, pelo respeito mútuo entre os/as participantes (...)*”³⁰. Descaracterização essa prevista por “todos”, mas necessária de registros reflexivos como os que constam em análises como a de Saramago:

Não se repara que a democracia em que vivemos é seqüestrada, condicionada, amputada - disse ele [Saramago] durante um debate em Portugal. - O poder de cada um de nós limita-se na esfera política a tirar um governo de que não gosta e colocar outro de que talvez venha a gostar. Mas as grandes decisões são tomadas em outra esfera. E todos sabemos qual é: as grandes relações financeiras internacionais.³¹

Durante os contatos que tivemos com os dirigentes atuais do SEPE – SG ouvimos, daqueles profissionais, a declaração de que a opção por se “recuar” das conferências havia sido motivada pela falta de credibilidade na democracia representativa de São Gonçalo. Declaração essa que se manifestou ora “com todas as letras”, ora sob diferentes nuances exemplificadoras, como a dos relatos sobre a discordância quanto à forma de condução da COMED – SG e a dos relatos quanto às preocupações em relação aos desdobramentos da mesma. Contudo, diante do risco de se intercorrer em abstrações prejudiciais ao desenvolvimento deste estudo, é necessário destacar que todas as “nuances” se mostraram em franca consonância com as palavras acima do escritor José Saramago³².

(...) o sentimento que eu tenho não é bem desilusão (...) nós gostaríamos de dizer (...) para a categoria (...) que nós não acreditamos mais nesse tipo de democracia, porque é uma democracia que poucos participam (...) onde alguns são levados a tomar as decisões para muitos. (...) Esse tipo de informação fica meio que presa aqui no

³⁰ Art. 11 do Regimento Interno da CONAE – 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/regimento-interno_revisadoportugus_sl.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2010.

³¹ Trecho da matéria “Comunista e polemista, Saramago defendeu Cuba e a fusão de Portugal com Espanha” de Maurício Savarese - UOL Notícias/ Em São Paulo. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2010/06/18/comunista-e-polemista-saramago-defendeu-cuba-e-a-fusao-de-portugal-com-espanha.jhtm>>. Acesso em 18/6/2010.

³² Escritor comunista, português e único Nobel de Literatura em Língua Portuguesa (1998). Disponível em: <<http://www.josesaramago.org/>>. Acesso em 19/6/2010.

SEPE... a gente queria sair gritando (...) informando as pessoas como as coisas acontecem. Só quem tá dentro da luta é que sabe...³³

Essas palavras do “dirigente D” que situam, com muita precisão, a “desconfiança” do SEPE-SG sobre o desenvolvimento da democracia em São Gonçalo, foram escolhidas como ilustrativas do ponto desencadeador da problematização que inaugurou o “novo” tema da pesquisa.

A necessidade de se modificar o foco da pesquisa, gerada pela negação da primeira hipótese do trabalho, desenvolveu-se concomitantemente ao diálogo com as seguintes questões: Quais desafios foram lançados à democracia representativa pelo SEPE-SG, em relação à dinâmica desenvolvida nas conferências preparativas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), a partir da alegação dos dirigentes sobre a falta de credibilidade nesse formato de democracia? Quais seriam as justificativas para o lançamento desses desafios? Quais seriam a validade teórica e prática dessas justificativas?

Diante do exposto, a identificação do “*pensamento político quanto às relações democráticas na Educação de São Gonçalo*” surge como novo desafio a ser superado, gerando novos caminhos para o desenvolvimento deste trabalho: 1. O de buscar entender a visão de democracia que tem a categoria e 2. O de desempenhar esforços possibilitadores da construção de um perfil sobre qual seria a percepção dessa parte dos profissionais da Educação de São Gonçalo quanto às formas em que são estabelecidas as relações entre o Poder Público Local e a categoria.

E, para realização desse empreendimento - que também motivado pelo desejo de contribuir com a luta desses profissionais, através do empenho em analisar conjuntamente, com essa categoria, as diferentes possibilidades de ações apresentadas pela teoria, quanto a caminhos a serem percorridos por aqueles que desejam a consolidação de uma sociedade democrática, livre daquela divisão entre os indivíduos que governam, de um lado, e os que são governados, do outro (GRAMSCI:1984) - tivemos a preocupação de seguir um rigor metodológico baseado na abordagem quanti-qualitativa de investigação.

³³ Parte do depoimento de um dos dirigentes do SEPE – SG que foram entrevistados (Dirigente D)

1.4 Sobre a metodologia...

Pensar em pesquisa quantitativa e em pesquisa qualitativa significa, sobretudo, pensar em duas correntes paradigmáticas que têm norteado a pesquisa científica no decorrer de sua história. Tais correntes se caracterizam por duas visões centrais que alicerçam as definições metodológicas da pesquisa em ciências humanas nos últimos tempos. São elas: a visão realista/objetivista (quantitativa) e a visão idealista/subjetivista (qualitativa).³⁴

Do ponto de vista metodológico, os procedimentos eleitos para realização desta pesquisa têm base tanto na abordagem qualitativa como na quantitativa, configurando-se, dessa forma, como uma pesquisa quali-quantitativa, cujos instrumentos utilizados foram entrevistas semi-estruturadas, num primeiro momento, e entrevistas estruturadas a partir da utilização de questionário de respostas fechadas de múltipla escolha, que contaram com a possibilidade de se registrar observações, pois, ao contrário do que a princípio possa parecer, a abordagem qualitativa e a abordagem quantitativa não são incompatíveis. Muito pelo contrário, elas se complementam.

(...) A abordagem quantitativa atua em níveis de realidade na qual os dados trazem à tona indicadores e tendências observáveis. A abordagem qualitativa realça os valores, as crenças, as representações, as opiniões, atitudes e usualmente é empregada para que o pesquisador compreenda os fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna do fenômeno pesquisado.³⁵

Ainda entendendo os referidos conceitos sob esse ponto de vista, vimos que os aspectos principais que configuram a pesquisa como sendo qualitativa é a marca da permissão para subjetividade, para a espontaneidade e interpretação dos entrevistados sobre o tema. E os aspectos da pesquisa classificada como quantitativa seriam a utilização de questionários estruturados e a delimitação de uma amostra que representaria uma determinada população. Ou seja, nesse modelo de pesquisa os resultados são mensurados de maneira a permitir que sejam realizados testes estatísticos que revelem um indicativo de tendência do pensamento da população pesquisada.

³⁴ QUEIROZ, Luiz Ricardo Silva. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia. IN: Claves n. 2 - Novembro de 2006. p. 87 - 98. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/claves/pdf/claves02/claves_2_pesquisa_quantitativa.pdf>. Acesso em 10/3/2011

³⁵ Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=592>>. Acesso em 31/3/11

No entanto, sem desqualificar nenhuma das duas abordagens, muito pelo contrário, percebendo-as sob a ótica de que elas se complementam, percebemos que essa complementaridade não seria suficiente para que o fato pesquisado deixasse o “campo da abstração” e se inserisse no campo do “concreto pensado”. Dessa forma, a abordagem quanti-qualitativa de nossa pesquisa se configura como ferramenta para realização de uma análise de conjuntura capaz de nos fornecer subsídios para compreender e construir deduções sobre as “*tramas sociais e políticas*” que são desenvolvidas entre as relações do grupo em questão.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”³⁶

A escolha dos dirigentes do SEPE-SG não foi realizada de forma aleatória à conjuntura em que estão inseridos. Nenhuma escolha é feita ignorando as circunstâncias que a cercam: “O SEPE-SG é o SEPE-SG e suas circunstâncias”³⁷. Assim, a reprodução desse trecho da obra de Marx (1978 a) é priorizada nesta seção do trabalho por conta de ser essa a tese que nos orientou quanto à reflexão sobre a necessidade de se analisar os movimentos ocasionais e de conjuntura que envolveram o surgimento do nosso “novo” problema.

Não tendo a pretensão de realizar uma análise crítica sobre obras cujos autores não são do campo marxiano, nem tampouco de descartar possíveis contribuições de outras perspectivas teóricas, é preciso destacar que o ponto de vista a ser privilegiado na construção deste estudo está em consonância com as contribuições teóricas vinculadas a essa concepção de perceber o funcionamento das sociedades, tais como nos indica Alvarenga (2003):

(...) Deve-se a Marx a criação de sentidos originais atribuídos à ideologia, sendo por ele transformada em instrumento importante para as análises que passa a desenvolver sobre o processo histórico de formação das sociedades. (...) As pesquisas produzidas por este autor sobre a forma como a sociedade humana se relaciona com a natureza na produção da riqueza, bem como desenvolve as relações sociais entre os homens, serão a senha pela qual Marx irá efetivar a sua contribuição para a análise da realidade social, pois, como assinala, o que os indivíduos são na realidade da vida depende do modo e da forma como estas condições são criadas e vividas.³⁸

³⁶ Marx: 1978 a, p. 329

³⁷ Parafrazeando Ortega y Gasset. Disponível em: <http://www.ortegaygasset.edu/contenidos.asp?id_i=105>. Acesso em 22/02/2011.

³⁸ ALVARENGA, 2003, p. 50

E para tanto, também destacamos o empenho que tivemos quanto ao encaminhamento de nossas análises a partir da compreensão sobre a necessidade de percorrer o “caminho da concretização” da realidade apresentada, a partir de um diálogo teórico – metodológico com a obra de Karel Kosik (2010), da qual esse “caminhar em busca do concreto pensado” é a utilização do Método Histórico Dialético desenvolvido e apresentado por Marx (1978/b).

(...) Os acontecimentos [e] a ação desenvolvida pelos atores sociais, gerando uma situação, definindo uma conjuntura, não se dão no vazio: eles têm relação com a história, com o passado, com relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas ao longo de um processo mais longo.³⁹

Souza (2005) elaborou, nessa obra, um convite ao encaminhamento da investigação sob a perspectiva teórica – metodológica de Engels (1978 a), a partir da revelação minuciosa dos caminhos a serem traçados quando na utilização do Método do Materialismo Histórico Dialético: método que mais completamente possibilita a compreensão de acontecimentos sociais, por mais complexos e contraditórios que sejam. Convite esse que aceitamos quando entendemos o Método sob a ótica do “caminho da concretização”. Caminho que deve ser orientado pela máxima de que “*o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações*” (MARX e ENGELS, 1978-b.). Máxima exemplificada pelos autores com a indicação de uma determinada “sociedade”⁴⁰ que não consegue transpor os limites da abstração quando é apresentada somente em si mesma. Limites esses que só seriam superados a partir do momento em que essa sociedade passasse a ser reconhecida como um todo, o que dependeria de sua submissão ao processo de “*problematização até a exaustão*” (FREIRE, 2007), através do aprofundamento investigativo dos elementos que a compõem, suas respectivas relações entre si e entre elementos externos a ela. Somente após esse momento de “*problematização*” é que devemos percorrer o caminho de volta até a “sociedade” que, dessa forma, deixa de ser uma abstração e se torna um concreto pensado.

Assim sendo, foi diante dessa concepção que realizamos a escolha pela abordagem quanti-qualitativa, como ferramenta inserida na dinâmica de desenvolvimento da filosofia da práxis⁴¹: real concreto, análise teórica, real pensado.

Dessa forma, na medida em que realizamos a coleta quanti-qualitativa de dados e a reflexão teórica – dialética dos resultados obtidos conseguimos realizar nossas próprias

³⁹ SOUZA, 2005. Op. Cit., p.14

⁴⁰Em MARX, 1978 - b, p. 116, lê-se “população”, na tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi, ao invés de “sociedade”.

⁴¹ GRAMSCI: 1984

considerações , haja vista que, nesse momento, teremos conseguido realizar o caminho de volta ao encontro do real concreto transformando-o em concreto pensado.

Sob essas orientações seguimos os caminhos de nossa investigação, dos quais os resultados que conseguimos obter durante os dois momentos da coleta de dados, permeiam toda a pesquisa, sendo que, os obtidos no primeiro momento estão mais presentes nos capítulos I e II, e os obtidos no segundo momento ficaram concentrados no capítulo III.

O instrumento utilizado durante o primeiro momento foi uma entrevista com questionário semi-estruturado, da qual o roteiro encontra-se anexado a este trabalho. Nessa etapa foram entrevistadas seis pessoas, sendo quatro dirigentes atuais do sindicato e duas ex-dirigentes do SEPE-SG.

Os resultados obtidos naquele momento nos indicaram a percepção desses dirigentes sobre a origem do sindicato em São Gonçalo, a inserção e trajetória de cada um deles na entidade, como aconteceu a participação do SEPE-SG na COMED – SG, a sistematização dos motivos (que já tinham sido explicados para essa pesquisadora de maneira informal) sobre a ausência do SEPE-SG, como movimento social na etapa estadual e nacional da CONAE-2010, algumas teses que seriam defendidas pela entidade, caso participasse da CONAE – 2010, além do conhecimento preliminar de suas visões sobre o poder público local e a percepção que tinham sobre a visão que os membros do referido poder teriam sobre eles.

(...) o poder público local é um poder público que foi particularizado (...) o poder público de São Gonçalo é um feudo (...) o espaço público foi transformado na extensão da família e dos amigos do dirigente do Poder Executivo (...). Hoje o SEPE não é perseguido frontalmente (...) no governo do PDT a gente sofria muito mais, mas hoje as pessoas não vêm para a luta porque estão amarradas nessa rede favores (...) Desde o governo Charles o Poder Executivo não disputa, “compra”.⁴²

A mudança no formato das relações expostas nesse relato da professora dirigente, nomeadamente por “Dirigente C”, orientou dois momentos relevantes de nossa investigação, ora na investigação teórica – capítulo II, ora na elaboração do segundo instrumento de coleta de dados (e a coleta propriamente dita) – capítulo III, em pelo menos dois aspectos: quando buscamos compreender a tomada do espaço público como sendo privado e quando buscamos compreender as artimanhas de cooptação de lideranças progressistas por dirigentes de regimes com alto índice de autoritarismo.

⁴² Parte do depoimento de um dos dirigentes do SEPE – SG que foram entrevistados (Dirigente C).

É fundamental perceber o conjunto de forças e problemas que estão por detrás dos acontecimentos. Tão importante quanto apreender o sentido de um acontecimento é perceber as forças, os movimentos, as contradições, as condições que o geram.⁴³

A compreensão desse “*conjunto de forças e problemas que estão por detrás dos acontecimentos*”, é primordial para análise do relato acima da “dirigente C”. Gramsci (1984), Coutinho (1989) e Gruppi (2000) foram os autores que nos ofereceram subsídios teóricos, durante os capítulos I e II, para a realização do capítulo III, no que tange à busca pela compreensão das relações entre movimentos orgânicos e ocasionais (de conjuntura), como sendo movimentos distintos, mas que se interrelacionam.

Em Gramsci (1984) o percurso de uma análise onde se pretende conhecer a organização de um grupo social deve priorizar o conhecimento dos movimentos orgânicos e ocasionais, os quais possuem três características básicas: 1) ambos pertencem à estrutura; 2) ambos mantêm relações de dependência entre si; 3) ambos apresentam características distintas, das quais a principal é a capacidade de alcance histórico de cada um: os movimentos orgânicos se apresentam com relativa permanência histórica e os movimentos ocasionais/conjuntura, possuem caráter mais imediato.

Essa premissa verterá o desenvolvimento do capítulo III, com o intuito de identificar as escolhas que foram realizadas pelos atores sociais desta pesquisa, a fim de que nos forneçam pistas sobre como são configuradas as relações de poder no município de São Gonçalo, sem deixar de observar as formulações de Almeida (2000) sobre os riscos que corremos em assumir posições de caráter liberal quando é presidida a defesa incondicional de que a divisão da sociedade se reduziria a divisão engessada entre Estado e Sociedade Civil.

Destarte, o conjunto das abordagens contidas neste capítulo I juntamente com as indicações e descobertas que fomos capazes de produzir quando na realização da discussão teórica presente no capítulo II (“*Sobre a democracia...*”), elaboramos o nosso segundo instrumento de coleta de dados.

O referido instrumento, que se encontra nos anexos, é um questionário com 38 perguntas fechadas, que foi aplicado na forma de entrevista a 56 trabalhadores da educação pública municipal de São Gonçalo, sendo, 45 professores de uma escola e 11 dirigentes do Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro – núcleo de São Gonçalo (9 dirigentes atuais e 2 ex-dirigentes).

A opção por mesclar entrevista com questionário de respostas de múltipla escolha nos proporcionou tanto um diálogo que extrapolou o limite das respostas fechadas - haja vista que

⁴³ SOUZA, 2005, Op. Cit., p. 14 -15

as intervenções dos entrevistados foram registradas e muitas das vezes dialogadas com a pesquisadora - como nos possibilitou a utilização da ciência estatística como instrumento de aferição de dados, os quais contribuíram de forma relevante com nossas considerações.

Sem ter a menor pretensão de realizar um estudo estatístico sobre os dados coletados tal como um profissional da área o faria, mas entendendo a importância da estatística como instrumento capaz de fornecer subsídios valiosos para nossa análise de dados, ousamos utilizar essa ciência como ferramenta de verificação da configuração das correlações e associações entre diferentes variáveis que compõem o capítulo III, para que, dessa forma, tivéssemos (e tivemos) condições de realizar inferências a partir da mensuração da probabilidade de acertos e erros.

(...) Estatística é um conjunto de técnicas e métodos de pesquisa que entre outros tópicos envolve o planejamento do experimento a ser realizado, a coleta qualificada dos dados, a inferência, o processamento, a análise e a disseminação das informações.⁴⁴

Reconhecendo essas orientações da Escola Nacional de Ciências Estatísticas como referências a serem observadas, ocupei-me de uma empreitada investigativa cujo objetivo central era o de aprender a utilizar ferramentas estatísticas.

A investigação em literatura específica foi relativamente longa demais para o tempo de que dispúnhamos e relativamente curta demais para adquirir todos os conhecimentos de que necessitávamos. Contudo, conforme já mencionados nos agradecimentos e nomeados no capítulo III, recebi auxílios valiosíssimos de profissionais da área da Economia, da Matemática e da própria Estatística, que nos proporcionaram a construção de uma base de compreensão que foi capaz de nos fornecer segurança suficiente para o desempenho dessa tarefa.

Não obstante a estatística já contar com espaços privilegiados em trabalhos anteriores a este, na medida em que gráficos e tabelas sempre receberam destaques nas produções de que participei, o contato propriamente dito com testes estatísticos, mais precisamente com o “Qui – Quadrado”, aconteceu durante minha estada em Timor-Leste no 2º semestre do ano passado (2010).

Minha estada naquele país, via programa de cooperação internacional da CAPES, também estava atrelada a interesses inerentes a esta pesquisa, haja vista que aquela nação vivencia um processo de redemocratização do Estado, depois de longos períodos de ditadura

⁴⁴ Fonte: Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Disponível em: <<http://www.ence.ibge.gov.br/estatistica/default.asp>>. Acesso em 02/3/2011.

estrangeira que culminou, literalmente, na devastação do país com a queima de cidades inteiras e extermínio de aproximadamente 1/3 de sua população: “*Lutamos pela independência, professora. Todos nós pegamos em armas. Até as mulheres, professora... Agora estamos lutando contra a obscuridade. Por isso estamos aqui, professora*”, disse-me o professor timorense Sr. Joaquim dos Reis Soares (67 anos), sobre a guerra e sobre o curso que estava freqüentando em Díli, 13 de setembro de 2010.

O processo de redemocratização em Timor-Leste receberá maior destaque no próximo capítulo. Neste, gostaria de enfatizar o contato com os testes estatísticos, mais precisamente com o Qui Quadrado, que aconteceu a partir da oportunidade que tive de acompanhar, relativamente de perto, as orientações do professor de Matemática brasileiro, Marcelo Moreno, a dois orientandos timorenses da *Universidade Nacional Timor Lorosa'E*, em Díli.

(...) O princípio básico deste método [*Qui Quadrado*] é comparar proporções, isto é, as possíveis divergências entre as freqüências observadas e esperadas para um certo evento. (...) Pode-se dizer que dois grupos se comportam de forma semelhante se as diferenças entre as freqüências observadas e as esperadas em cada categoria forem muito pequenas, próximas a zero.⁴⁵

Devido ao processo de transformação da percepção que tínhamos sobre as ações dos dirigentes do SEPE –SG, decidimos ampliar o número de nossa amostra expandindo nossos questionamentos até os professores “de base”, ou seja, aqueles que não fazem parte da diretoria do Sindicato. Dessa maneira, essas “divergências entre as freqüências”, que também recebem a denominação de “valor de dispersão”, se apresentaram como ferramenta significativamente relevante, na medida em que nos propusemos aplicar o teste nos resultados obtidos entre essas duas categorias “internas” de entrevistados (os dirigentes do SEPE e os não dirigentes) com o intuito de validar estatisticamente, ou não, a hipótese de que o pensamento dos dois grupos teria o mesmo conteúdo ou conteúdos aproximados.

O exercício comparativo desses pensamentos nos possibilitaria (e possibilitou), que um leque de opções de realização de diálogos se expandisse à nossa frente, de maneira que a análise dos movimentos ocasionais e orgânicos tivesse condições de ser realizada em movimentos continuamente dialéticos.

A utilização desse cálculo nas análises contidas no capítulo III nos proporcionou validar estatisticamente nossas conclusões, reiterando a característica quanti-qualitativa desta pesquisa, que se orientou por essas ferramentas no caminho de volta ao concreto real, transformando-o em concreto pensado.

⁴⁵ Sobre o Teste do Qui Quadrado. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/dicas/biome/bioqui.htm>>. Acesso em 06/3/2011.

Realizada a escolha da metodologia, das ferramentas e “genericamente” a escolha da população a ser pesquisada, o passo seguinte foi o de, justamente, delimitar qual seria essa população, mais especificamente, qual seria a população pesquisada dos não dirigentes do SEPE – SG e qual a quantidade adequada da amostra populacional.

Quanto à população de não dirigentes a ser pesquisada, optamos pelos professores do Colégio Municipal Presidente Castello Branco (CMPCB), situado no bairro Boaçu, na cidade de São Gonçalo.

A opção pelo CMPCB foi motivada por pelo menos duas razões: a primeira foi a da facilidade de acesso aos docentes da escola por já fazer parte de seu quadro de profissionais há mais de 15 anos e a segunda razão foi a de que se trata de uma escola que se destaca no município por ser a maior em espaço físico, em número de alunos e em número de professores militantes.

De acordo com os dados coletados no site da Prefeitura desse município⁴⁶, a rede de ensino pública municipal comporta um total de 79 (setenta e nove) instituições, sendo 67 (sessenta e sete) escolas, 04 (quatro) Classes em Cooperação (que funcionam oferecendo a Educação Infantil), 07 (sete) Casas do Futuro (que funcionam como portais de atendimento tecnológico aos estudantes e comunidade local), além de 01 (um) Centro de formação em informática e línguas: o Centro de Integração Ulysses Guimarães.

Na Escola Municipal Presidente Castello Branco, no centro da cidade, estudam quase quatro mil alunos, mas o colégio está silencioso. Há quase um mês, os alunos estão sem aulas por causa da greve dos professores e funcionários. Em toda a cidade, são 50 mil alunos matriculados nas escolas municipais.⁴⁷

São 71 unidades escolares que atendem à população com o ensino formal na rede pública municipal de São Gonçalo. Entretanto, é a nossa escola (ainda com nome de colégio⁴⁸) que também é eleita pelos jornalistas quando procuram ilustrar suas matérias (como essa parte de uma matéria sobre a greve de 2008). Esse é mais um dado que forma o conjunto de argumentos que nos levaram à escolha dessa escola como também local de nossas investigações.

⁴⁶ PMSG – Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Disponível em: <www.saogoncalo.rj.gov.br/escolas.phb>. Acessos em 08/02/2011 e 04/3/2011

⁴⁷ Parte da matéria intitulada “Greve dos professores em São Gonçalo prejudica estudantes” publicada em 05/05/08, no portal da Globo.com/ RJ – TV. Disponível em: <<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL587907-9097,00-GREVE+DOS+PROFESSORES+EM+SAO+GONCALO+PREJUDICA+ESTUDANTES.html>>. Acesso em 28/02/2011. Nota-se que o número de estudantes da escola e da rede municipal são diferentes dos números que constam no site do INEP/ Censo Escolar de 2010.

⁴⁸ Desde 1999 a escola não oferece mais o Ensino Médio. Entretanto, continua sendo chamada de colégio.

Contudo é necessário destacar que nem sempre nossa escola foi palco de reivindicações políticas. Muito pelo contrário, a história da instituição possui raízes de legitimação do período obscuro e autoritário da ditadura civil-militar vivenciada no Brasil de 1964-1985, raízes que são contadas de forma acrítica ainda nos dias atuais, como demonstra o fragmento da história do Hino Municipal na matéria abaixo.

(...) Inaugurado em 31 de março de 1970, o Castello sempre exerceu grande influência no universo acadêmico na cidade. Seus alunos foram responsáveis por grandes momentos do município, como a primeira apresentação do Hino Municipal, que foi cantado pelo coral do Colégio no pátio da Prefeitura, em 22 de setembro 1970. Hoje o Castello atende estudantes do Ensino Infantil ao 9º Ano do Ensino Fundamental (antiga 8ª Série). (...) A secretária municipal de Educação (...) atribuiu o sucesso do Colégio ao empenho conjunto de seus 2.868 alunos, 249 professores e 79 profissionais de apoio (...).⁴⁹

Irreverência do destino ou não, a escola que foi inaugurada no dia 31 de março de 1970, na forma de homenagem ao golpe militar de 1964, tendo contado, inclusive, com o “direito” de receber congratulações, por escrito, do então Ministro da Educação Jarbas Passarinho - como revela a cópia do telegrama abaixo - ficou conhecida no município como sendo uma escola de referência em mobilizações políticas pela emancipação dos profissionais da educação e pela escola pública, gratuita e de qualidade para todos.

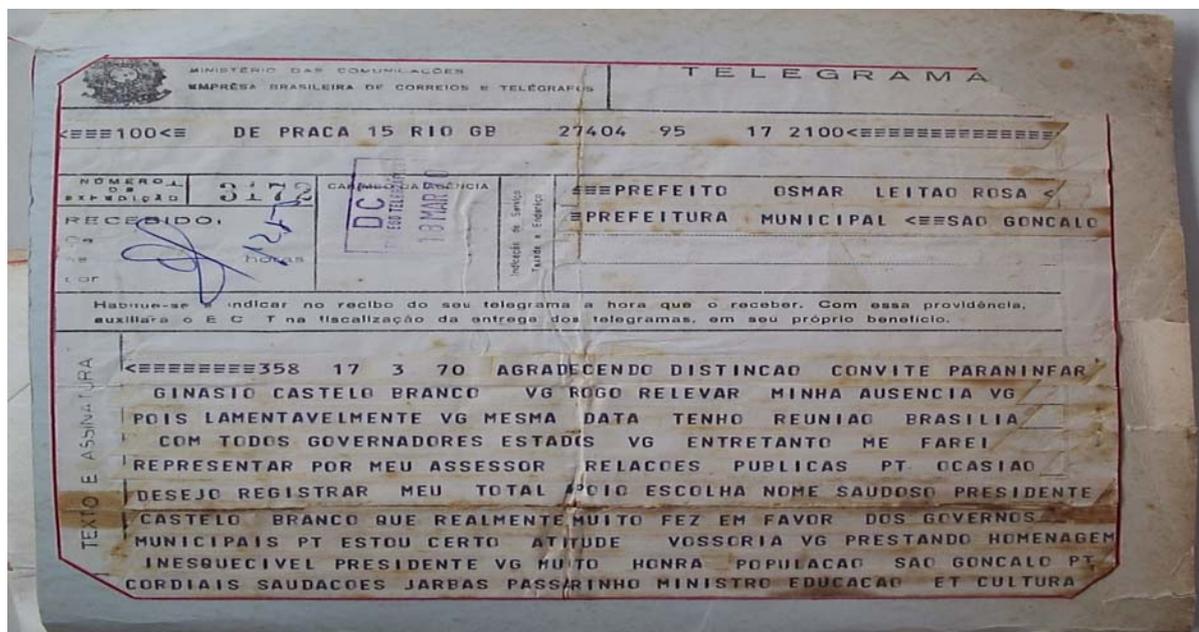
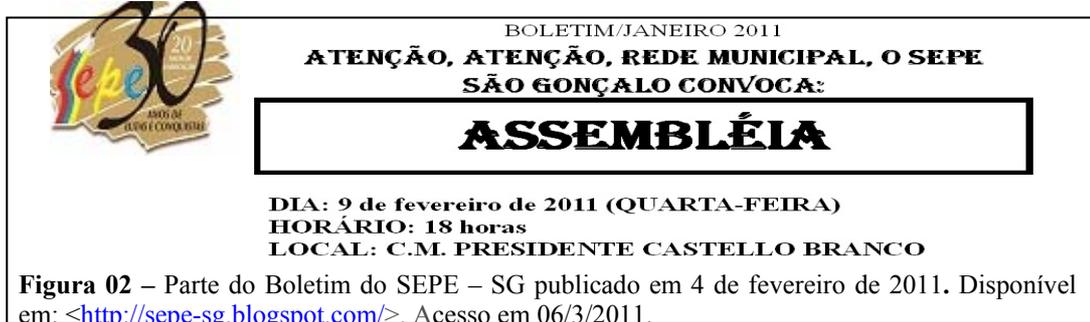


Figura 01 – Fonte: “História e Memória”: trabalho de pesquisa realizado por Laura Tânia Lobosco Lisboa .. (professora de Geografia, aposentada, do Colégio Municipal Presidente Castello Branco). Disponível em mídia no arquivo do CMPCB e em arquivo pessoal.

⁴⁹ “Sobre a história do hino da cidade”. Fonte: Site da Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Disponível em: <<http://www.pmsg.rj.gov.br/noticiaCompleta.php?cod=1582&tipoNoticia>>. Acesso em 08/3/2011

Também é importante destacar que apesar do CMPCB ter-se tornado o lócus das mais diferentes manifestações populares dos profissionais da educação do município (sendo o principal local escolhido para realização das assembleias promovidas pelo SEPE-SG), o grupo de professores não se constitui como grupo homogêneo em ideologia ou crença. Muito pelo contrário, o caráter multifacetário do grupo também se configura como altamente relevante nesse processo investigativo em que, apesar de termos a hipótese sobre a importância das lideranças, não tivemos condições de analisar como o CMPCB consegue manter esse status de lócus do movimento político de professores com um grupo tão heterogêneo de profissionais.



Entendendo que os motivos da escolha pela escola foram esclarecidos, seguimos para os procedimentos quanto ao número da amostra populacional. Para tanto, tivemos que realizar, primeiramente, a tarefa de mapear os documentos internos da escola (livro de ponto). A realização desse mapeamento interno ocorreu porque dentro do grupo de professores desejávamos selecionar o grupo que tivesse maior contato direto com os estudantes e que, prioritariamente, não fizesse parte da equipe técnico-administrativa (diretores, orientadores educacionais e pessoal de secretaria), apesar de termos entrevistado um dirigente de turno que estava atuando também como professor regente.

Dessa forma, o quantitativo de professores do CMPCB considerado foi o de 169 (cento e sessenta e nove) educadores que estavam inseridos ora na função de docentes em sala de aula, ora na de coordenadores pedagógicos, responsáveis pela biblioteca e pelo laboratório de ciências.

Os cálculos de amostragem estatística para populações com número inferior a de 2000 pessoas ficam muito próximos da população total. No caso desta pesquisa, o resultado obtido para amostragem foi de 158 pessoas, quase o número total da população escolhida (169 professores) e, em casos como esse, a utilização de amostra estatística não é a sugerida pelos especialistas da área.

De acordo com as informações contidas numa diversificada literatura⁵⁰, a pesquisa censitária para populações pequenas é a mais adequada. Entretanto, as dificuldades de se realizar um censo nos moldes em que construímos nosso questionário, com 38 questões das quais muitas são desdobradas mais de uma vez, nos fizeram seguir os conselhos dos especialistas com que tivemos contato, que nos orientaram a buscar entrevistar o máximo de pessoas, sem a preocupação com o número amostral, lembrando que a escolha aleatória dos entrevistados deveria ser a privilegiada.

Diante dessas orientações, estive durante vários dias visitando o colégio escolhido, durante um período um pouco maior do que o de dois meses. Em horários distintos, ora aparecíamos no primeiro, ora no segundo, ora no terceiro turno e, na medida em que encontrávamos as pessoas, falávamos da pesquisa e perguntávamos se poderíamos contar com sua contribuição. Foram 45 professores entrevistados dessa forma. Alguns puderam nos atender na mesma hora (poucos), a maioria agendou comigo outra data, alguns esqueceram-se das datas, outros preferiram falar longe do ambiente da escola e outros ainda me pediram para “ficar fora dessa”.

Entrevistei em minha casa, na casa de entrevistados, em bares, padarias, no sindicato... mas a maioria preferiu o ambiente do próprio colégio, ora na sala de aula, ora na sala dos professores, ora na sala da biblioteca.

Enfim, de posse dos dados coletados partimos para a tabulação e análise das relações entre os “diferentes atores sociais” que escreveram e pensaram conosco esse trabalho.

As classes sociais, os grupos, os diferentes atores sociais estão em relação uns com os outros. Essas relações podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação.⁵¹

Acreditamos que essa metodologia, a qual nos empenhamos em seguir, foi decisiva em nossas conclusões sobre o desenvolvimento das relações entre o poder público local e o grupo pesquisado de profissionais da educação pública municipal como um todo, assim como separadamente entre dirigentes e não dirigentes do SEPE-SG. Pensamos que, ao final deste trabalho conseguimos, alcançar a pretensão de aferir uma classificação, entre as três categorias apresentadas acima por Souza, sobre qual modelo de relação é priorizado entre nossos atores sociais: se são relações de domínio, igualdade ou de subordinação.

⁵⁰ Diferentes profissionais da área também contribuíram com essa informação e a literatura consultada está disponível na forma on line, da qual encontra-se devidamente descrita na bibliografia desta pesquisa.

⁵¹ SOUZA, 2005, Op. Cit., p. 13

E para finalizar as justificativas das escolhas que direcionaram os trabalhos realizados nesta pesquisa, sinto-me muito à vontade em parafrasear Hector Babenco em “Estação Carandiru”, que registra a opção do autor em contar a história do presídio a partir dos *olhos* dos presos mesmo entendendo que existem outros *olhos* que contariam a história de forma diferente. Ou seja, os *olhos* escolhidos nesta pesquisa foram os *olhos* dos profissionais da educação pública municipal de São Gonçalo.

2 DA DEMOCRACIA

Conforme indicado no capítulo anterior, durante a construção deste capítulo II tínhamos a intenção de compreender o “novo” problema que nos fora apresentado pelos dirigentes do SEPE – SG: a falta de credibilidade na democracia vivenciada no município de São Gonçalo.

(...) As pessoas que estão ali (...) são parceiros, cúmplices de um projeto que querem que seja legitimado por nós. (...) mas o que eu vejo é isso, é que eles fazem de conta... vejo que eles agem a partir de uma estratégia montada para justificar uma democracia que não existe. (...) mas é tudo uma farsa. Uma pantomima que eles querem que a gente dê legitimidade estando ali.⁵²

O presente capítulo foi de extrema relevância não somente para compreensão do conceito de democracia, mas também como suporte teórico fundamental para investigação do problema que nos foi apresentado. Sem esse suporte não teríamos condições de realizar as reflexões e discussões sobre as relações/tensões entre o SEPE/SG e o governo local, que compõem este estudo.

2.1 Sobre a democracia...

Em seu sentido mais elementar, democracia nada mais é do que “o governo do povo”. (...) [e] governo do povo significa que as decisões que nos afetam a todos sejam tomadas por todos.⁵³

Não obstante ser marcado por uma trajetória repleta de mudanças, esse sentido elementar do conceito de democracia tem transpassado a história da humanidade durante um percurso que ultrapassa milênios de anos e é a partir dessa concepção de “governo do povo” que nortearmos nossas análises.

⁵² Parte do depoimento de um dos dirigentes do SEPE – SG que foram entrevistados (Dirigente A), sobre sua percepção quanto as ações dos representantes do poder público local e dos representantes dos interesses das instituições particulares de educação, durante o desenvolvimento da COMED – SG.

⁵³ MARTINEZ, Elena. Prefácio da Diretora Regional para América Latina e Caribe do PNUD. IN: A democracia na América Latina: Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs. São Paulo: LM&X Ltda., 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf>>. Acesso em 31/3/2011

O cidadão ateniense adquiriu sua condição cívica em virtude de sua participação no demo, uma unidade geográfica geralmente baseada nas aldeias existentes. O estabelecimento do demo por Clístenes como unidade constituinte da polis representou essencialmente a fundação da democracia. (...) as reformas de Clístenes politizaram o campo ático e nele enraizaram uma identidade democrática.⁵⁴

Por se tratar de um conceito extremamente antigo na história da humanidade e, conseqüentemente, possuir a marca de tradição não só “mutante”, mas de inúmeras ramificações, não seria possível dar conta da leitura de um arcabouço de obras de quantidade quase que imensurável de autores que estudaram e organizaram suas versões sobre o tema.

Destarte, foi necessário estabelecer um referencial teórico de análise a fim de que pudéssemos organizar uma linha de pensamento sobre o conjunto de elementos que caracterizasse uma sociedade como sendo democrática, e, no caso deste trabalho, foi eleita a democracia social.

A construção dessa linha de pensamento só foi possível depois da realização de leituras referentes ao tema a partir de uma literatura prioritariamente indicada, quer direta ou indiretamente, pela banca de qualificação desta pesquisa - Almeida (2000), Alvarenga (2003), Bobbio (1988 e 1991), Coutinho (1980), Gramsci (1984), Weffort (1992) e Wood (1996 e 2010) – além da realização de investigações sobre a existência de algum documento oficial de ressonância, preferencialmente, internacional, que revelasse o pensamento majoritário, pelo menos formal, sobre o conceito de democracia na atualidade.

Essas investigações resultaram no encontro de um documento das Nações Unidas construído por países membros e signatários desse organismo, que nos auxiliou quanto à compreensão sobre como o tema “democracia” tem sido tratado na esfera internacional. O documento é um relatório encontrado no acervo virtual da ONU - Brasil, intitulado: “*A Democracia na América Latina: Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs.*”⁵⁵

Esse relatório, apesar de ser apresentado pela ONU como independente a essa organização, teve sua confecção incentivada por ela, através de um de seus programas oficiais: O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), cujo administrador brasileiro (Mark Malloch Brown), publicamente, o considera como uma agenda a ser observada pelas Nações Unidas:

⁵⁴ WOOD: 2010, p. 179 e 180

⁵⁵ O documento encontra-se disponível para consulta no próprio site do programa. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/pnud/>>. Acesso em 31/3/2011.

(...) Consideramos que ele representa uma valiosa contribuição para a configuração de uma agenda ampliada para os países da América Latina, o PNUD e seus parceiros na busca pelo desenvolvimento nos meses e anos futuros. Por esse motivo, é grande a satisfação do PNUD em ter apoiado esta iniciativa.⁵⁶

A United Nations Regional Information Centre – UNRIC (Centro Regional de Informação das Nações Unidas), sediado em Bruxelas, e que tem a função de prestar informações sobre as atividades da ONU, torna público, na forma online, que uma das funções das Nações Unidas é a de apoiar a democracia no mundo inteiro.

Diante do conhecimento que tivemos, a partir desse Centro de Informações, de que a concepção dessa organização está em consonância com as análises de Coutinho (1988) quanto à percepção da democracia como valor universal e não como método, na medida em que defende a democracia como direito internacional dos seres humanos, cujo princípio fundamental é o de que a vontade do povo deva ser a única forma de legitimação das ações dos Estados, tivemos a certeza de que havíamos encontrado um documento que, ao revelar concepções na ordem da esfera internacional, contribuiria significativamente com a proposta de desenvolvimento de nossas análises.

A democracia é um dos valores e princípios essenciais, universais e indivisíveis das Nações Unidas. Assenta na vontade livremente expressa dos povos e está estreitamente ligada ao Estado de direito e ao exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.⁵⁷

Com o propósito de apoiar a democracia no mundo, a ONU realiza atividades com objetivos de contribuir com a promoção e manutenção de mecanismos que garantam a criação, reforço e prosperidade da democracia mundial.

Essas atividades são realizadas por meio de programas dos quais, no caso desta pesquisa, interessa particularmente o PNUD que, apesar de funcionar em 166 países através de atividades focadas na realidade “individual” de cada um, possui características que estão presentes em todas as atividades nas quais se incluem desde o encorajamento da proteção dos direitos humanos e o apoio a igualdade de gênero, à busca por alcançar o cumprimento do

⁵⁶ BROWN, Mark Malloch. Prólogo do Administrador do PNUD IN: A democracia na América Latina: Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos. São Paulo: LM&X Ltda., 2004. p.14. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf>>. Acesso em 31/3/2011.

⁵⁷ United Nations Regional Information Centre – UNRIC – Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/sobre-o-unric>>. Acesso em 02/4/2011.

compromisso assumido em trabalhar pela consolidação dos “Objetivos do Milênio”⁵⁸, que no PNUD – Brasil encontram-se concentrados em três áreas de atuação:

No PNUD Brasil, há um enfoque especial para encontrar e compartilhar soluções em três áreas principais: Governança Democrática; Redução da Pobreza; Energia e Meio Ambiente (...)⁵⁹

Não é nosso propósito, neste trabalho, realizar uma análise crítica sobre o documento. Nossa intenção é a de compreender o conceito de democracia valorizado socialmente na atualidade para que possamos dialogar teoricamente com ele e, assim, podermos construir uma idéia sobre esse conceito a fim de utilizá-la como um dos suportes de nossa análise, que pretende identificar, através da percepção de uma parcela da categoria de profissionais da educação do município de São Gonçalo/RJ, se as relações entre o poder público dessa cidade e a referida categoria foram democráticas ou não, durante o período de 1990 a 2010, buscando inclusive identificar se a visão de democracia desses profissionais está em consonância com o conceito de democracia exposto não somente neste documento do PNUD, mas em toda literatura eleita para realização deste capítulo.

Nesse sentido, não temos a pretensão de construir uma idéia sobre democracia dentro de uma “camisa de força”, mas entendemos que o conteúdo desse documento cujo subtítulo é “Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs” é da maior relevância para este trabalho na medida em que foi possível, a partir dele, compreender, pelo menos em parte, idéias que norteiam o pensamento de alguns países membros e signatários das Nações Unidas sobre o conceito de democracia. Assim, mapeamos tanto os elementos apresentados como qualificadores da democracia, como os que a defrontam em seus limites. Dessa forma, cremos ter conseguido organizar um panorama das idéias desse documento sobre o tema, e identificamos as características nele sugeridas como elementares num sistema democrático: 1) construção e cumprimento de pactos sociais elementares para o estabelecimento da convivência pacífica entre os diferentes cidadãos que formam uma sociedade; 2) governos com representantes eleitos por meio do voto direto; 3) cumprimento das funções fundamentais do Estado; 4) condições efetivas de governabilidade do Estado; 5) proteção dos direitos

⁵⁸ Até 2015, todos os 191 Estados – Membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de buscar atingir os 8 objetivos de desenvolvimento do milênio: Erradicar a extrema pobreza e a fome, Atingir o ensino básico universal, Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, Reduzir a mortalidade na infância, Melhorar a saúde materna, Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, Garantir a sustentabilidade ambiental, Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php?lay=odmi&id=odmi>>. Acesso em 31/3/2011.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pnud/>>. Acesso em 31/3/2011.

humanos; 6) liberdade (de imprensa e outras); 7) igualdade social; 8) crescimento econômico; 9) independência dos três poderes; 10) crescimento e fortalecimento de instituições democráticas como os partidos políticos, poder legislativo e serviços de segurança; 11) transparência nos atos dos poderes públicos a partir, por exemplo, de prestações de contas periódicas à população; 12) participação do povo nas decisões políticas a partir de efetivos debates políticos; 13) descentralização do poder de maneira que os interesses particulares dos cidadãos possam ser atendidos conforme as necessidades locais.

E, como características que sugeririam justamente o contrário da idéia acima, detectamos: a existência de desigualdades sociais, destacando a existência de altos níveis de pobreza, o descontentamento popular, a ingovernabilidade, a violência, o autoritarismo, a prevalência da busca pela dominação ao invés da hegemonia, a personificação do governo em líderes populistas, a corrupção e a má administração da coisa pública.

2.2 Democracias...

A democracia é, primeiro e acima de tudo, um ideal. [...] Sem uma tendência idealista, uma democracia não nasce e, se nasce, debilita-se rapidamente. Mais do que qualquer outro regime político, a democracia vai contra a corrente, contra as leis inerciais que governam os grupos humanos. As monocracias, as autocracias, as ditaduras são fáceis, aparecem sozinhas; as democracias são difíceis, têm que ser promovidas e é preciso acreditar nelas.⁶⁰

Reforçando o sentido elementar de democracia, exposto no início deste capítulo, insistimos nesse entendimento clássico de democracia como governo gerido pelo “poder do povo” a partir do ponto de vista de Ellen Wood em entrevista à revista *New Socialist*:

Qual é a "verdadeira democracia"? Em primeiro lugar, tomando apenas o sentido literal da palavra "democracia", "Demos" em grego antigo significa pessoas (e não apenas pessoas no sentido abstrato político, mas como uma categoria social, as pessoas comuns ou até mesmo os pobres) e, "Kratos" significa força, poder, do Estado. Então *Demokratia* não significa nada mais nada menos que o poder do povo, ou até mesmo o poder das pessoas comuns ou os pobres.⁶¹

Além do fato concreto de que o conceito de democracia, ao longo da história da humanidade, desde a Grécia antiga até os dias atuais, sofreu uma gama considerável de mudanças, atualmente existem fortes divergências e embates em relação ao tema, como por

⁶⁰ SARTORI, Giovanni: 1991, p. 119. IN: Documento do PNUD, p. 36.

⁶¹ Parte da entrevista com Ellen Meiksins Wood, na revista *Nova Revista Socialista*, de Janeiro de 1996. Disponível em: <<http://www.newsocialist.org/magazine/01.html>>. Acesso 02/3/2011.

exemplo, as denúncias de Wood (2010) sobre a apropriação que a classe dominante faz do discurso das classes subalternas quando toma para si o papel de defensora da democracia transformando seu sentido de maneira que o exercício dessa democracia distorcida não se torne um perigo para os alicerces que a mantém no poder, e muito pelo contrário, contribua com a manutenção do *status quo*.

Diante dos argumentos de Wood podemos vislumbrar a noção sobre a existência de um extenso conteúdo que envolve o conceito de democracia. Weffort (1992), do ponto de vista metodológico, sugere sua classificação em diferentes categorias de análise e argumenta que “*estruturas institucionais, lideranças e processos de recrutamento de lideranças, participação das massas e o contexto econômico*” possibilitam uma análise comparada sobre o desenvolvimento histórico do conceito.⁶²

(...) uma analítica, outra axiológica (...). Na acepção descritiva da palavra, os antigos entendiam por democracia a democracia direta; para os modernos, ela é a democracia representativa.⁶³

Ao destacar essas duas diferenças quanto ao aspecto valorativo da palavra democracia, reportando ao significado dado pelos antigos e pelos modernos, Bobbio (1991) critica a forma como a produção intelectual, majoritariamente, relaciona o desenvolvimento da democracia moderna (ou democracia representativa) com o desenvolvimento histórico da democracia política, a partir da ampliação do direito ao voto, lamentando, inclusive, a possibilidade concreta de que essa produção nada mais estaria fazendo do que representando a história da “democracia real” em detrimento de uma “democracia ideal” que julga nunca ter existido em nenhuma parte do mundo.

Essa “redução” da história que constitui o centro das interpretações sobre o que conhecemos como “democracia dos modernos”, “democracia real” ou “democracia representativa” é, segundo esse autor, contraditório já no próprio aspecto valorativo do termo, haja vista que o significado literal da palavra é o de “*poder do demos e não poder dos representantes do demos.*”⁶⁴

Durante quase duas décadas, particularmente nos anos noventa, a agenda e as políticas públicas na América Latina trataram da questão do fortalecimento democrático (...). A democracia foi observada essencialmente em sua dimensão

⁶² Weffort: 1992, p. 88

⁶³ Bobbio: 1991, p. 39

⁶⁴ Bobbio: 1991, p. 40

eleitoral (...). [Entretanto] o desenvolvimento da democracia é muito mais do que a perfeição de seu sistema eleitoral.⁶⁵

O processo eleitoral, característica da democracia dos modernos, também existiu no interior da democracia dos antigos (em proporções significativamente menores e com diferente conotação). Apesar dessa existência, a democracia dos antigos não considerava eleição e democracia como sinônimas. O cerne da diferença está na configuração de uma e de outra: na democracia antiga as eleições eram exceção e a participação direta do povo a regra, na “democracia dos modernos” a participação direta do povo é exceção e as eleições a regra.⁶⁶

A idéia de que o “*desenvolvimento da democracia é muito mais do que a perfeição de seu sistema eleitoral*”, como descrito no documento do PNUD, está distante de fazer parte do imaginário da maioria do povo brasileiro. Entretanto, esperamos que esse fato seja superado em tempo consideravelmente inferior ao que a conotação negativa do sistema democrático demorou para ser erradicada, não só na esfera do senso comum, mas também do pensamento de intelectuais da antiguidade, como Platão.

Hoje a conotação positiva que a democracia recebe faz parte, pelo menos, do pensamento majoritário formal, apesar de terem sido contabilizadas, como veremos no capítulo III, manifestações contrárias ao sistema democrático, quando no momento das entrevistas junto aos professores.

De acordo com o pensamento de Bobbio (1991) a razão de não existir no imaginário dos povos da antiguidade a possibilidade de entender a democracia como sendo representativa, indica as possíveis razões que levaram esse termo a receber uma conotação negativa por parte daqueles pensadores. Inclusive, a título de ilustração, no Brasil os analfabetos foram excluídos do direito ao voto na primeira constituição republicana.

Na produção intelectual desse autor, uma das justificativas sobre a percepção negativa da participação direta do povo está relacionada à solidificada visão negativa da pobreza que, prevalecendo legitimada como verdade quase absoluta até o século XIX, tornava inviável uma mudança de pensamento sobre a participação dos pobres na política⁶⁷.

Paralelamente à instauração e desenvolvimento da consolidação de uma nova conotação da democracia, a positiva, as transformações do conceito não ficaram estagnadas. Muito pelo contrário, uma das principais mudanças no conceito de democracia acontece a

⁶⁵ PNUD: 2004, p. 51 e 52

⁶⁶ Bobbio: 1991, p. 41

⁶⁷ Bobbio. Op. Cit., p. 44

partir daquele século XIX, justamente no interior do liberalismo que, segundo esse autor, é dividido entre: *liberalismo tradicional* com bases fundamentadas no jurisnaturalismo, cujo representante teórico destacado é Alexis Tocqueville (contrário à democracia), e *liberalismo democrata* cujas bases são fundamentadas no utilitarismo, e o representante teórico destacado é Jhon Stuart Mill (que seria a “favor” da democracia) - “favoritismo” esse marcado por uma contradição teórica basilar, na medida em que esse autor defendia o sistema despótico de governo para sociedades em estágio de civilização “duvidoso”: “(...) o despotismo é uma forma legítima de governo quando se está na presença de bárbaros, desde que o fim seja o progresso delas e os meios sejam adequados para sua efetiva obtenção.”⁶⁸

2.3 O lugar da democracia...

(...) Veja como a coisa funcionou: (...) A pessoa tinha um destaque, aí o (...) Frederico Michel achava que o destaque da pessoa não cabia... como presidente ele achava isso e não queria que a pessoa fizesse o destaque (...) ele era o dono da COMED.(...) Agora, como pode: uma universidade particular é que organiza um evento para todo o sistema público do município? (...) ⁶⁹

Considerando que a chamada central dos trabalhos publicados por Wood: 2010; Bobbio: 1988 e Coutinho: 1980 é a discussão sobre o “lugar” ou o “não lugar” da democracia no mundo, ocupo-me, nesse momento, da tentativa de compreender os argumentos que nortearam as reflexões desses autores, o que, na produção teórica de Wood se traduz na afirmação sobre o “*Capitalismo ser contra a democracia*”, na de Coutinho quando afirma ser o “*Socialismo inconcebível sem democracia*” e no trabalho de Bobbio quando destaca que “o *Liberalismo pode, também, ser democrático em sua visão clássica.*”

Muito embora Bobbio (1988), num determinado momento de sua análise, concorde com Friedrich Von Hayek sobre liberalismo e democracia serem distintos numa visão contemporânea desse sistema político-econômico, suas considerações divergem desse autor quando suas reflexões entendem que uma das ligações entre liberalismo clássico e democracia é a da “*necessidade*” de se combinarem:

⁶⁸ Mill citado por Bobbio. Op. Cit., p. 67

⁶⁹ Parte do depoimento de um dos dirigentes do SEPE – SG que foram entrevistados (Dirigente C), sobre a organização da COMED- SG ter sido “presidida” pela UNIVERSO, que é uma universidade particular sediada em São Gonçalo, mas com várias filiais espalhadas pelo país e no exterior. Maiores informações sobre essa universidade, Disponível em: <<http://www.universo.edu.br/>>

Liberalismo e democracia estão ligados necessariamente um à outra, no sentido de que apenas a democracia está em condições de realizar plenamente os ideais liberais e apenas o Estado liberal pode ser a condição de realização da democracia.⁷⁰

Antagonismos entre liberais e democratas são explicados por esse mesmo autor como acontecimentos específicos do século XVIII, cujo momento histórico se caracterizava (na Europa) pela ausência de partidos socialistas e pela divisão dos parlamentos entre liberais e democratas (com exceção da Inglaterra), cujo desaparecimento paulatino aconteceria a partir do desenvolvimento de um processo que o autor denominou de “*gradual convergência entre liberalismo e democracia*”.

De fato, o desenvolvimento desse caminhar para a convergência aconteceu. Muito embora as causas desencadeadoras desse processo não tivessem sido motivadas por transformações na matriz do pensamento liberal, muito pelo contrário, essa convergência seria impulsionada por motivos externos ao liberalismo que, naquele contexto histórico configurado pelo surgimento de partidos Socialistas e pela instauração do novo regime na Rússia pós-outubro de 1917, se apropria, momentaneamente, de fragmentos dessa nova ideologia libertária a fim de se estabelecer como opção de ingresso “pacífico” na luta pela emancipação humana que mais uma vez explodia, eclodindo o grito dos oprimidos.

Nas observações assinaladas por Bobbio, tanto a origem do socialismo como a do liberalismo, está marcada pela relação de *complementaridade* com a democracia, relação essa que, conforme o pensamento desse autor, seria sustentada por duas teses respectivamente:

[1ª tese:] (...) o processo de democratização produzirá inevitavelmente, ou pelo menos favorecerá, o advento de uma sociedade socialista, fundada na transformação do instituto da propriedade e na coletivização pelo menos dos principais meios de produção. (...). [2ª tese:] apenas o advento da sociedade socialista reforçaria e alagaria a participação política e, portanto, tornaria possível a plena realização da democracia entre cujas promessas – que a democracia liberal jamais seria capaz de cumprir – estava também a de uma distribuição igualitária (ou ao menos mais igualitária) do poder econômico e do poder político.⁷¹

Essa aceção de Bobbio (1988) sobre ser o lugar da democracia, também, o socialismo, se aproxima, mesmo que momentaneamente, dos pensamentos de Wood (2010) e Coutinho (1980) que julgam serem socialismo e democracia conceitos inseparáveis.

A aproximação entre esses autores não ultrapassaria a momentaneidade temporal porque, contraditoriamente ao pensamento registrado acima, no transcorrer de sua análise, Bobbio ressalta que a relação entre socialismo e democracia nunca se configurou como

⁷⁰ Bobbio:1988, p. 53

⁷¹ Bobbio, Op. Cit., p. 81

pacífica nem tampouco o “lugar” da democracia - mesmo durante o período de transição entre o sistema capitalista para o sistema socialista, em qualquer das sociedades que vivenciaram essa situação - seria previsível, coerente e de fácil compreensão.

(...) Era evidente que o recíproco reforço da democracia pelo socialismo e do socialismo pela democracia era uma relação circular. De que ponto do círculo dever-se-ia começar? Começar pelo alargamento da democracia significa contentar-se com um desenvolvimento gradual e incerto. Era, ao contrário, possível, desejável e lícito começar de imediato a transformação socialista da sociedade com um salto qualitativo revolucionário, renunciando, portanto, ao menos provisoriamente, ao método democrático? (p.82).

Elaborando quadros panorâmicos e comparativos entre características da “democracia liberal” X “democracia socialista” e entre características do que o autor denominou de “binômio: Liberalismo + Democracia” X “binômio: Socialismo + Democracia”, Bobbio fornece subsídios teóricos que possibilitam depreender sobre os desdobramentos do conceito de democracia no interior desses dois sistemas, assim como os desdobramentos originados das relações entre eles.

QUADRO 2: Democracia Liberal e Democracia Socialista em Bobbio

Quadro comparativo sobre as definições Bobbio quanto a Democracia Liberal e a Democracia Socialista	
Democracia Liberal	Democracia Socialista
Nasceu como democracia representativa na qual, representantes eleitos, tomam suas decisões sem vínculo de mandato.	Será uma democracia direta, no duplo sentido de democracia de todo povo sem representantes e de democracia não de representantes, mas de delegados cujos mandatos vinculados estão sujeitos a revogação.
Permitiu até o extremo limite do sufrágio universal masculino e feminino, a participação no poder político, central e local.	Permitirá (apenas ela e não a outra) a participação popular também na tomada de decisões econômicas que, numa sociedade capitalista são tomadas autocraticamente, representando nesse sentido não só um reforço da participação em intensidade, mas também uma extensão quantitativa, como efeito da abertura de nossos espaços para o exercício da soberania popular em que consiste a essência da democracia.
A atribuição ao povo do direito de participar direta ou indiretamente das decisões políticas, não procede no mesmo passo de uma mais equânime distribuição do poder econômico e, portanto, faz do direito de voto uma mera aparência.	Uma mais equânime distribuição do poder econômico é um dos objetivos primários da mudança do regime econômico. [Assim,] o poder formal de participação é transformado em poder substancial e, ao mesmo tempo, realiza a democracia inclusive no seu ideal último que é o da maior igualdade entre os homens.

Fonte: Bobbio: 1998, p. 82 e 83

QUADRO 3: Liberalismo + Democracia e Socialismo + Democracia em Bobbio

Quadro comparativo sobre as definições Bobbio quanto ao Binômio: Liberalismo + Democracia e o binômio: Socialismo + Democracia	
BINÔMIO: Liberalismo + Democracia	BINÔMIO: Socialismo + Democracia
Democracia aqui significa principalmente sufrágio universal e, portanto, um meio de expressão da livre vontade dos indivíduos singulares.	Democracia aqui significa ideal igualitário que apenas a reforma da propriedade proposta pelo socialismo poderá realizar.
Democracia aqui é consequência e como tal, completa a série das liberdades particulares com a liberdade política.	Democracia aqui é pressuposto e como tal, será completada tão somente pela futura e esperada transformação socialista da sociedade capitalista.

Fonte: Bobbio: 1988, p. 84

Uma breve reflexão teórica sobre os conteúdos desses dois quadros supõe a possibilidade de inferir que não obstante, para esse autor, o lugar da democracia ser, também, no liberalismo, suas considerações no que tange ao desenvolvimento da democracia social só ser possível no socialismo aproxima-se, novamente, dos pensamentos de Wood (2010) e Coutinho (1980) na medida em que Bobbio (1988) afirma categoricamente que a democracia social está para além da democracia liberal, pois ela dá um passo à frente quando defende, além do direito à liberdade (como os liberais), os direitos sociais.

Próximo dos pensamentos de Wood e Coutinho, mas nem tanto, algumas proposições desse autor parecem habitar numa espécie de limbo quando, por exemplo, estabelecem espaços entre o liberalismo e o socialismo. Nas palavras de Bobbio, a democracia social receberia críticas simultâneas de dois lados distintos: dos liberais e dos socialistas. Os liberais a rejeitam porque acreditam que os direitos sociais limitam os direitos à liberdade e, os “socialistas impacientes” não concordariam com o compromisso entre o “velho sistema” e o “novo sistema”, previsto na democracia social, por conta de acreditarem que tal compromisso resultaria não somente no retardamento do desenvolvimento do socialismo como o próprio impedimento de seu desenvolvimento.

A discussão que Coutinho (1980) realiza sobre esse “lugar da democracia”, se distancia das considerações realizadas por Bobbio (1988) quando o primeiro, citando Lênin, traz a lume apontamentos desse ícone marxista que entende a relação de interdependência e

necessidade entre democracia e socialismo em todos os sentidos, inclusive indicando a necessidade vital do exercício da democracia como preparação para a luta revolucionária.

O Socialismo é inconcebível sem democracia em dois sentidos: 1) o proletariado não pode realizar a revolução socialista se não se preparar para ela através da luta pela democracia; 2) o socialismo vitorioso não poderá consolidar sua vitória e conduzir a humanidade no sentido da extinção do Estado se não tiver realizado integralmente a democracia.⁷²

Diante dessas afirmações, Coutinho (1980), que no momento da escrita dessa tese estava vivenciando um momento histórico marcado pelo final da ditadura militar e início da redemocratização da sociedade brasileira, propõe logo no início de seu trabalho a reflexão sobre dois aspectos inerentes ao tema sobre a existência de vínculo entre democracia e socialismo e sobre a importância da democracia na reconstrução do Brasil.

(...) rediscutir o vínculo entre democracia e socialismo (...) [e] avaliar a importância da democracia na luta pela renovação política, econômica e cultural da sociedade brasileira. (...) examinando momentos de nossa história, tento indicar como a renovação democrática do conjunto da vida brasileira é o único caminho para erradicar definitivamente os vícios autoritários e elitistas que sempre caracterizaram e continuam a caracterizar nossa sociedade; a renovação democrática aparece assim como alternativa à “via prussiana” de transformação social seguida por nosso país.⁷³

Coutinho, atento tanto ao contexto histórico do momento, cujo cenário era marcado pelo fim do regime ditatorial no Brasil, como aos “*momentos de nossa história*” indica, naquele momento, que somente a partir do exercício da democracia política é que teríamos condições efetivas de eliminar o autoritarismo, caminhar para a modernidade e trabalhar na construção de uma sociedade justa e igualitária para todos.

Contrária a esse pensamento, Wood (2010), inserida em outro contexto histórico, num cenário bastante diferente daquele de Coutinho (pós-queda do muro de Berlim), denuncia que o capitalismo do século XXI provou que consegue ter uma relação “harmoniosa” com o sufrágio universal, não sendo assim, o exercício da democracia política suficiente para construção de uma sociedade justa e igualitária para todos.

Em contrapartida as análises de Coutinho (1988) e de Wood (2010) estão as abordagens do economista austríaco Friedrich Von Hayek, que afirmou ser o liberalismo o lugar da democracia. Essas abordagens de Hayek, retomadas em Bobbio (1988) como sendo o “*Summa da doutrina liberal contemporânea*”, recebem desse autor a interpretação de que

⁷² LÊNIN. IN: Coutinho:1980, p. 9

⁷³ Coutinho: 1980, p. 13 e 14

esse lugar pertenceria ao passado, onde liberalismo e democracia teriam andado juntos, mas que hoje são duas coisas diferentes, e devem ser diferentes, pelo próprio *bem* do liberalismo.

[Hayek reafirmou] (...) a necessidade de distinguir claramente o liberalismo, que tem seu ponto de partida numa teoria econômica da democracia, que é uma teoria política, e [atribuiu] (...) à liberdade individual (da qual a liberdade econômica seria a primeira condição) um valor intrínseco e à democracia unicamente um valor instrumental. (...) liberalismo e democracia respondem a problemas diversos: o liberalismo aos problemas das funções do governo e em particular à limitação de seus poderes; a democracia ao problema de quem deve governar e com quais procedimentos.⁷⁴

Também contrário ao pensamento de Hayek, Enrico Berlinguer, em 1977, quando, em Moscou, se comemorava o 60º aniversário da Revolução Russa, discursou sobre a democracia afirmando, naquele momento, que ela não seria apenas “*o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas seria também o valor historicamente universal sobre o qual se funda uma original sociedade socialista.*”⁷⁵

2.4 Democracia Direta X Democracia Representativa

(...) Rousseau, que tinha elogiado a democracia direta, reconheceu que um dos motivos por que a verdadeira democracia nunca tinha existido e nunca chegaria a existir era a necessidade de um Estado pequeno, “no qual o povo possa se reunir facilmente, e todo cidadão possa sem dificuldade conhecer todos os outros.”⁷⁶

É sob o ponto de vista de Rousseau sobre a inviabilidade de existir uma sociedade moderna, organizada a partir da democracia direta, que Bobbio (1991) retorna àquele julgamento negativo sobre a democracia na Antigüidade, inclusive nomeadamente negativo por Platão, que em sua obra “República” elabora uma lista explicativa de quatro formas de governos onde a democracia aparece em 3º lugar, perdendo apenas para a tirania:

α) Timocracia. (...) β) Oligarquia. (...) γ) Democracia. — Um dissenso ainda maior do ideal político Platão descobre na democracia, que é o domínio da plena liberdade no agir. “Pelo menos assim o dizem”, observa Platão (...). Plena liberdade, particularmente, porém, a da palavra. Mas não há aí nenhuma autoridade coativa, nenhum direito irrefragável; todos são iguais, e cada um pode manifestar o seu desejo, conforme lhe aprouver, como numa “praça de mercado”. “Forma

⁷⁴ Bobbio: 1988, p. 87 e 88

⁷⁵ Berlinguer citado por Coutinho: 1980, p. 20

⁷⁶ Bobbio: 1991, p. 45

aparentemente ideal de constituição do Estado, sem governo, matizada, repartindo a igualdade, igualmente — entre iguais desiguais". (Rep. 558c). (...) δ Tirania. (...) ⁷⁷

Além de rechaçar a democracia por conta do alto nível de sentimento negativo em relação à pobreza, os povos contrários a esse sistema de governo contavam com mais, pelo menos, uma característica negativa atribuída à democracia direta que contribuiu com o fortalecimento desse sentimento: a paixão como sua regente.

Como alternativa de substituição da paixão pela racionalidade na regência da democracia, é inaugurada a democracia representativa no âmago do ideário difundido em duas revoluções do final do século XVIII: a americana e a francesa.

A crítica clássica à democracia, entendida como governo das paixões, esteve sempre dirigida à democracia direta. Mas, a partir do fim do século XVIII, depois da Constituição dos Estados Unidos da América e da francesa de 1791 (com o precedente histórico da Constituição inglesa, não-escrita), todas as democracias (...) são representativas. Seus fundadores esperavam eliminar, pela intermediação representativa, os inconvenientes da democracia direta. Contudo, a democracia representativa encontra também dificuldades muito sérias quando se quer avaliá-la pela medida de qualquer critério de racionalidade, justamente no que respeita o instituto que a caracteriza – a representação.⁷⁸

Contudo, a contradição no interior do próprio conceito de representação produz novas reflexões que irão culminar em propostas de articulação entre a democracia direta e a democracia representativa, haja vista que essa contradição interna do “*instituto da representação*” desmontou a justificativa de racionalidade que sustentou a substituição da democracia direta pela representativa sugerindo, em Bobbio (1991), o seguinte debate: Como um representante eleito poderia representar ao mesmo tempo aqueles que o elegeram e toda população nacional? Como poderá representar ao mesmo tempo os interesses “individuais” do grupo que o elegeu e toda a nação?

Destarte, considerando aquela impossibilidade retratada por Rousseau no século XVIII, quanto à instauração de uma democracia direta em sociedades mais complexas do que as da Grécia antiga e, considerando as limitações e contradições da democracia representativa, Coutinho (1980) expõe em seu trabalho propostas de articulação entre as duas democracias, como forma de garantir a participação do povo nas decisões políticas que incidem sobre suas vidas.

⁷⁷ O Estado Ideal na República de Platão: História da Filosofia na Antiguidade, por Hirschberger. IN: Revista Consciência Org. Disponível em: <<http://www.consciencia.org/o-estado-ideal-na-republica-de-platao>>. Acesso em 23/02/2011

⁷⁸ Bobbio: 1991, p. 31

Preocupado com a legitimidade de suas afirmações, Coutinho (1980) apresenta uma reflexão longa e profunda sobre as necessidades e possibilidades de se realizar essa articulação entre a ideal democracia direta dos gregos da antiguidade, única forma defendida por Rousseau, e a democracia possível na sociedade atual, com tamanha complexidade social:

(...) com o atual nível de complexidade social, essa reapropriação só se tornará possível por meio de uma articulação entre os organismos populares de democracia de base e os mecanismos “tradicionalis” de representação indireta (como os parlamentos). (...) Essa articulação de democracia de base e de democracia representativa, dado o grau de complexidade do mundo moderno, parece-me a única forma realista de responder ao ideal de democracia direta que inspira a prática dos gregos clássicos e a reflexão de Rousseau.⁷⁹

As inscrições no documento do PNUD (2004) demonstram a consonância desse relatório com a proposta de Coutinho de articulação entre as democracias, a partir da elaboração de justificativas de implementação de mecanismos da democracia direta no seio das sociedades democráticas.

Os mecanismos de democracia direta oferecem aos cidadãos, oportunidades para contribuir com a fiscalização e gestão dos assuntos políticos. Podem ser classificados em dois tipos. O primeiro compreende processos ativados “de cima” isto é, por agentes do Estado, tais como os plebiscitos vinculatórios e não vinculatórios. O segundo tipo inclui processos ativados “de baixo”, pelos próprios cidadãos, tais como iniciativas vinculatórias e não vinculatórias, referendos e petições de revogação de mandato.⁸⁰

Não obstante constar nesse mesmo documento a inscrição de que “o uso de mecanismos de democracia direta ainda é limitado”, há registros sobre o interesse de fortalecê-los através da criação, manutenção e aprofundamento do que recebeu a denominação de “*local de uma síntese política dos vários sujeitos coletivos*”.

Todavia as argumentações de Coutinho (1980) sobre as causas das limitações dessa articulação entre as democracias superam as discussões propostas nesse documento da ONU/PNUD (que ignora discussões que envolvem a mudança de sistema a partir da invisibilidade que dá à expressão “sistema socialista” em todo o corpo do relatório) ao endereçar tais limites à complexidade da lógica que rege as disputas de interesses capitalistas, superada apenas a partir do exercício da “democracia de base” única capaz de forjar esse “*lugar de síntese política*”.

⁷⁹ Coutinho: 1980, p. 28

⁸⁰ PNUD: 2004. p, 88

(...) os organismos de democracia de base [...] devem ser entendidos e construídos como verdadeiros e próprios momentos institucionalizados de intervenção e de decisão que se ligam e articulam com a vida das grandes assembleias eletivas, de modo a assegurar uma presença difusa e organizada das massas, desferindo um golpe contra a separação e o cupulismo das assembleias e dos próprios partidos políticos. Portanto: uma articulação organizada entre democracia representativa e democracia de base, que favoreça a projeção permanente do movimento popular no Estado, transformando-o. Esse ponto me parece essencial [...] para dar corpo a uma democracia progressiva (...) [e o] partido político de massa (...) deve saber promover em tal articulação uma força de síntese geral.⁸¹

A “democracia de base”, “democracia de massas” ou “democracia progressiva”, é apresentada na obra de Coutinho (1980) como fundamental no processo de transição do sistema capitalista ao socialista. Transição necessária tanto do ponto de vista desse autor como no de Wood (2010), Weffort (1992) e até mesmo Bobbio, como único sistema possível de consolidação da democracia.

A “Democracia de massas” ou “Democracia progressiva” (Togliatti e Ingrao, de acordo com Coutinho) funcionaria como forma de articular as representações tradicionais e os organismos da democracia direta, promovendo a síntese dos vários sujeitos políticos que desejam a transformação social para o socialismo. Articulação essa que, segundo o autor, pode e deve ser realizada no interior do sistema capitalista, justamente como forma de alcançar sua superação.

A justificativa sobre essa “germinação” do socialismo no interior do capitalismo a partir do exercício da democracia de massas se fundamenta na idéia de que esse exercício indica a possibilidade concreta de conquista da hegemonia pela classe trabalhadora, primordial condição para se iniciar concretamente a transformação de um sistema que constantemente sofre reinvenções com objetivos de permanecer e ampliar os privilégios de pequenos grupos sociais.

Uma dessas reinvenções é a “democracia formal”, denominada por Wood (2010), também como sendo uma “*redefinição americana de democracia*”.

A democracia americana, “reinventada” pelos federalistas com o propósito de limitar os poderes de um povo politicamente ativo, devido à “*experiência colonial que culminou na revolução de 1776*”, é o exemplo concreto analisado por Wood (2010) com o objetivo de fundamentar sua hipótese sobre as possibilidades de germinação do socialismo no seio da sociedade capitalista, a partir da democracia de massas.

⁸¹ Pietro Ingrao (jornalista e político italiano, foi dirigente do Partido Comunista Italiano) - citado por Coutinho: 1980, p. 28 e 29

(...) a tarefa prática [dos federalistas] era manter uma oligarquia proprietária com o apoio eleitoral da multidão popular. (...) Foram os antidemocratas vitoriosos nos Estados Unidos que ofereceram ao mundo moderno a sua definição de democracia (...) em que a diluição do poder popular é ingrediente essencial.⁸²

A inauguração do novo modelo de democracia representativa assumidamente por Alexander Hamilton (in *Federalist* nº 35) como instrumento de representação do povo por indivíduos “socialmente superiores” ao invés de representantes da mesma classe social, quiçá os próprios membros da população, nas palavras de Wood (2010), deixa um legado universal: a democracia representativa ao invés de abalar o poder das elites, sustenta-o.⁸³

(...) a concepção federalista de representação (...) é a própria antítese de *isegoria*. (...) a democracia representativa (...) em forma federalista significou (...) não o exercício do poder político, mas *renúncia* a este poder, sua *transferência* a outros, sua *alienação*.⁸⁴

A liberdade de opinião e igualdade de expressão (Isegoria), características essenciais da democracia ateniense - da democracia do demos - foram também reinventadas na democracia invertida dos federalistas dos EUA, ainda durante o século XVIII, período que marcou a história com a expansão da democracia de massas, que os federalistas conseguiram “disfarçadamente” transformar em uma outra coisa.

O efeito [dessa transformação] foi a mudança do foco da “democracia”, que passou do exercício ativo do poder popular para o gozo passivo das salvaguardas e dos direitos constitucionais e processuais, e do poder coletivo das classes subordinadas para a privacidade e o isolamento do cidadão individual.(...)⁸⁵

Percebida como disfarce das oligarquias ou não, apresentando características mais fortes de passividade do “*demos*” ou não, as contradições no seio da democracia representativa, antes da reinvenção “silenciosa” dos federalistas, caminham para uma democracia de delegação ao invés de representação, fato que, junto com a impossibilidade da prática da democracia direta, formava em Rousseau o sentimento totalmente descrente das possibilidades concretas da realização desse regime.

A contradição clássica desse regime, como já vimos numa discussão anterior promovida por Bobbio, fortalece o entendimento desse conceito também como método, haja

⁸² Wood: 2010, p. 185

⁸³ Wood, Op. Cit., p. 185 e 186

⁸⁴ Wood, Op. Cit., p. 187

⁸⁵ Wood, Op. Cit., p. 196

vista a necessidade do estabelecimento de regras comuns que deveriam ser construídas a partir de decisões coletivas em que o critério da maioria seria o respeitado.

(...) diferentemente das decisões individuais, (...) as decisões coletivas (...) precisam ser adotadas em função de regras determinadas, que permitem estabelecer que o que foi decidido por certa pessoa, um colegiado, ou uma assembléia, vale como decisão de grupo (...) pode-se dizer que a forma de governo democrática é aquela em que existem normas sobre quem deve tomar as decisões e de que maneira. (...) essas regras nada dizem sobre *o quê* deve ser decidido (...) mas o *estratagema* precisa ser adotado. (...).⁸⁶

Essa afirmação sobre a necessidade do “*estratagema ser adotado*” revela, além da mudança do significado de valor para procedimento, a “conquista” da racionalidade da democracia defendida hipocritamente pelos liberais, como necessidade de legitimação de algo (a democracia) que na verdade eles não desejavam, mas que tiveram que “aceitar”, reinventando-a para que não corressem riscos de serem ultrapassados determinados limites “seguros” que garantiriam a permanência da organização social dividida entre os que mandam – elite capitalista - e os que obedecem – o povo.

(...) passamos de uma concepção substantiva da democracia, que sempre recorreu a valores (...) a democracia vista pura e simplesmente como um método para se chegar a decisões coletivas. (...) sem ter a pretensão de poder afirmá-lo com certeza, entendo que esta idéia da democracia como método, conjunto de regras processuais, tenha sido obra não dos grandes escritores políticos, ou dos filósofos da política, mas sim dos juristas, mais atentos à forma do que ao conteúdo, às estruturas do que aos valores.⁸⁷

A democracia como método, com o critério da maioria como regra principal, não garante, segundo Bobbio (1991), a “pureza” da racionalidade como única fonte de recursos para organização da vida em sociedade. Muito pelo contrário, segundo esse autor o que se vê é o “retorno” às justificativas baseadas em argumentos valorativos para fundamentar até mesmo a regra principal desse método.

Além dessa discussão sobre a racionalidade, está em pauta a discussão sobre a forma delegativa que muitas vezes é assumida por esse modelo. As intensas reflexões realizadas por Weffort (1992) sobre as articulações entre a democracia delegativa e a democracia representativa apontam para a ilegitimidade das afirmações que nomeiam separadamente essas duas funções exercidas pela democracia.

⁸⁶ Bobbio: 1991, p. 33

⁸⁷ *Idem*

Do ponto de vista de Weffort, não há de fato uma democracia totalmente delegativa e outra totalmente representativa, até mesmo porque, formalmente, a democracia delegativa sequer existe. O que existe é mescla das duas funções no interior da democracia representativa que muitas vezes se transforma em delegativa. Para Weffort, diferentemente daquele valor de “seres superiores” dirigido aos representantes eleitos da democracia federalista, a função delegativa sem esse valor não inviabilizaria o objetivo principal da democracia que é a participação efetiva do povo nas decisões políticas.

2.5 A “democracia de massas”...

A democracia de massas, abordada pelos diferentes autores observados nesta pesquisa, recebe destaque tanto quando o assunto é abordado sob o ponto de vista da consolidação da democracia nos tempos atuais, como quando é abordado sob o ponto de vista da impossibilidade de um simples retorno ao autoritarismo depois que seu desenvolvimento atingiu determinados níveis de crescimento, como foi o caso do alto índice de participação política da população dos EUA, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, que forçou a elite dominante a criar novas formas de dominação no interior da própria democracia.

Algumas reflexões realizadas por Coutinho (1980) sobre o pensamento gramsciano e algumas reflexões do próprio Gramsci (1984) quanto aos diferentes processos de desenvolvimento das sociedades orientam nossa compreensão sobre esse crescimento da participação política do “*demo*” a partir do desenvolvimento da democracia de massas.

É importante destacar que esse processo de desenvolvimento da participação política das massas não acontece da mesma forma em todas as sociedades. Nas palavras de Alvarenga (2003), Gramsci elabora sua teoria sobre essa participação popular a partir de suas observações e reflexões quanto à trajetória histórica do desenvolvimento do capitalismo nas sociedades.

O olhar minucioso de Gramsci sobre as crises e modificações ocorridas no Estado e a sociedade italiana, após a Primeira Guerra mundial, o leva a entender que, nas sociedades onde o capitalismo atingiu patamares superiores de desenvolvimento, o

Estado ampliou as suas incursões na dinâmica política e cultural da sociedade, complexificando as relações do processo produtivo.⁸⁸

Diante dessa complexificação das relações, Gramsci apresenta a elaboração de seu pensamento sobre as possibilidades de desenvolvimento do socialismo a partir de uma classificação, inicial, das relações mundiais em dois grandes e diferentes grupos: o das sociedades orientais e o das ocidentais.

As percepções desse autor [Gramsci] sobre a efervescência política, social e econômica, trazidas pela nova ordem estrutural capitalista, o fizeram pensar que a tomada do poder pelos trabalhadores no ocidente não seria deflagrada pelas vias insurrecionais, mas por uma outra estratégia de ação que exigiria o patamar de classe dirigente.⁸⁹

Essa divisão retratada também no trabalho de Coutinho (1980) nomeadamente como sociedades de organização mais complexas e menos complexas, respectivamente, constitui-se no que talvez seja o cerne da elaboração da justificativa da teoria gramsciana quanto à oposição ao pensamento determinista que marcou grande parte da produção intelectual no início do século XIX.

Como em Alvarenga, a análise de Coutinho entende que a motivação para a elaboração dessa divisão se baseia no resultado das investigações de Gramsci sobre quais seriam as relações de forças, externas e internas, desenvolvidas durante aquele período histórico, que não permitiram a concretização das previsões proclamadas pela linha de pensamento que dominou as discussões da II Internacional: o determinismo social que acreditava que seria naquele momento histórico que o socialismo aconteceria “automaticamente”.

[Gramsci consegue compreender a] diferença estrutural entre o “ocidente” e o “oriente”: nas sociedades de tipo ocidental política e ideologicamente mais complexas, as crises econômicas não “irrompem catastroficamente” nas esferas superestruturais, mas são mediatizadas pelo conjunto de organismos do que Gramsci chama de “sociedade civil”. A partir dessa observação, ele chega à sua teoria ampliada do Estado (Sociedade política mais sociedade civil) e, desse modo, à formulação adequada da estratégia socialista para o ocidente (predomínio da “guerra de posições”).⁹⁰

⁸⁸ Alvarenga: 2003, p. 65

⁸⁹ Alvarenga, Op. Cit., p. 65 e 66

⁹⁰ Coutinho: 1980, p. 48

Em Coutinho (1980), o “bloco histórico” da teoria gramsciana, formado pelo movimento dialético entre as relações provenientes da infra-estrutura e da superestrutura, é marcado pela inversão de papéis que recebem essas duas esferas da sociedade. Ou seja, a superestrutura que anteriormente ocupava o lugar de reflexo da infra-estrutura, passa a receber o papel central nas relações existentes numa sociedade. Essa autonomia que a superestrutura recebe em Gramsci é justificada pela idéia desse pensador sobre ser essa esfera (a político-ideológica) responsável pelo processo de libertação dos indivíduos.

(...) Para indicar o momento do salto entre determinismo econômico e a liberdade política, Gramsci cunha o seu (...) conceito de *catarse*: a *catarse* é o processo pelo qual uma classe supera os seus interesses econômico-corporativos e se eleva a uma dimensão universal (através de mediação do nacional – popular); ou seja, é o momento no qual a classe deixa de ser puro fenômeno econômico para converter-se em sujeito consciente da história. A “*catarse*” é assim o equivalente gramsciano da passagem da “*classe em-si*” à “*classe para-si*” (Marx) ou da elevação da consciência trade-unionista à autêntica consciência universal – política- de classe (Lênin).⁹¹

Em Gramsci (1984) a supremacia da superestrutura em relação à infra-estrutura acontece porque, naquele momento histórico⁹², o autor já identificava que as questões de natureza política eram essenciais para uma análise que buscasse entender a engrenagem de uma sociedade. E essa análise não poderia mais se deter na compreensão da política como reflexo da economia nem tampouco se deter somente nas suas próprias relações internas, devendo buscar a compreensão, também, do desenvolvimento das sociedades com o meio externo a elas. Ou seja, uma das justificativas levantadas por Gramsci (1984) quanto aos motivos que levariam à credibilidade do pensamento determinista é a de que determinados pensadores ignoraram, em suas doutrinas⁹³, as diferenças existentes entre os movimentos orgânicos e ocasionais das sociedades⁹⁴.

Não obstante os movimentos orgânicos e ocasionais manterem relações de dependência entre si, possuem características específicas que se distinguem de acordo com a capacidade de alcance histórico que cada um possui. Ou seja, os movimentos orgânicos são

⁹¹ Coutinho: 1980, p. 48 e 49

⁹² Momento do cárcere vivenciado por Gramsci durante os anos de 1927 a 1934. Fonte: Gramsci e o Brasil. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>>. Acesso em 13/4/2011

⁹³ Na sua forma mais difundida de superstição economista, a filosofia da práxis perde uma grande parte da sua expansividade cultural na esfera superior do grupo intelectual, tanto quanto adquire entre as massas populares e entre os intelectuais medianos, que não pretendem cansar o cérebro, mas pretendem parecer sabidíssimos, etc. Como disse Engels, é cômodo para muitos acreditar que podem ter a baixo preço e sem nenhum esforço, ao alcance da mão, toda a História e todo o saber político e filosófico concentrados em algumas formulazinhas. (GRAMSCI, Antonio. Op. Cit, p 37).

⁹⁴ Gramsci, Op. Cit, p 46

aqueles que se apresentam com maior permanência histórica do que os movimentos ocasionais, também denominados movimentos de conjuntura, que possuem caráter imediato.

Nos espaços nacionais e internacionais são os movimentos orgânicos que recebem a preocupação dos dirigentes, enquanto nos espaços aonde circulam os dirigentes do poder local, os movimentos ocasionais são os que recebem atenção.

No caso desta pesquisa, à qual interessa compreender as relações entre o poder público local do município de São Gonçalo e a categoria dos profissionais da educação pública municipal, alguns dos movimentos ocasionais ocorridos durante o período de 1990 a 2010 entre esses dois grupos, são integrantes do instrumento de coleta de dados. Cotejados entre si e com movimentos orgânicos ocorridos no mesmo período, tais dados contribuirão com indicações expressivas para nossas considerações finais. Ao refletir sobre as escolhas realizadas tanto pelos sujeitos que estiveram a frente do poder público local como pelos sujeitos que compõem a categoria dos profissionais da educação de São Gonçalo, cremos ter conseguido construir um conjunto de subsídios necessários para a realização de tentativas quanto à compreensão do jogo de interesses postos em questão.

2.6 Mecanismos de representação direta das massas populares...

Em Coutinho (1980), a mobilização popular através de mecanismos de representação direta das massas populares tais como Partidos de massa, Sindicatos, Associações profissionais, Comitês de empresa e Comitês de bairro, objetiva a conquista de transformações sociais que se caracterizam como conquistas provenientes “de baixo para cima” e os sujeitos que compõem os quadros desses mecanismos são denominados de sujeitos políticos coletivos.

O autor destaca que esse modelo de mobilização só foi possível com o advento do sistema capitalista que, pelas suas próprias características de desenvolvimento, torna inevitável o agrupamento das massas, tornando-se também a contradição do próprio sistema que, ao dividir as massas por setores de produção as agrupa por setores de interesses comuns.

Nomeadamente por Coutinho como “*carecimento da auto-organização popular*”, esse evento (de divisão dos trabalhadores por setor), que surge como estratégia para o aumento da produtividade capitalista acaba por forjar a reunião dos trabalhadores, criando condições

objetivas de desenvolvimento de lutas por melhorias de trabalho e vida, como a luta pela redução da jornada laborativa.⁹⁵

Esses “eventos”, em aparente “efeito dominó”, que vão “desembocar” na redução da jornada de trabalho, logo, na conquista de tempo livre que gera condições de organização do trabalhador são denominados, pelo autor, de “círculo dialético” de construção, retração e reconstrução de mecanismos de representação direta das massas que, apesar de sofrer constantes boicotes das elites, se reinventa em cada oportunidade.

Sobre a especificidade do desenvolvimento dessa “democracia de massas” no Brasil, o teórico economista Hélio Jaguaribe⁹⁶ - que tem seu nome registrado como sendo um dos “Participantes da Rodada de Consultas” durante a construção do documento do PNUD e que tem sua “teoria geral da democracia” destacada por Weffort (1992) - organiza um esquema analítico onde o desenvolvimento da democracia brasileira se apresenta de forma conflitiva e fragmentada.

(...) há uma regra de transição conflitiva da democracia no Brasil: de “democracia de notáveis” para a “democracia da classe média” e depois para a “democracia das massas”.⁹⁷

Essa “última” fase de desenvolvimento da democracia denominada de “democracia de massas”, que Jaguaribe também chama de “democracia moderna”, conta ainda com uma subdivisão em dois grupos distintos: “democracia liberal” e “democracia social”.

Na “democracia social” as funções do Estado são as de fiscal – com o intuito de garantir o bem da coletividade, de coordenador da economia e de garantidor dos interesses do trabalhador, características que remontam o “Welfare State” (“Estado de Bem Estar Social”), enquanto, na “democracia liberal” o Estado assumiria apenas o papel de regulador da sociedade.

De acordo com Weffort (1992), essas duas democracias estão presentes, mas de forma desproporcional, no conteúdo híbrido da Constituição Federal do Brasil de 1988, que retrata o estabelecimento de uma ordem institucional muito aquém do que seria uma democracia social, mas com uma democracia liberal, pelo menos, regulada : “[Com a CF/88] chegamos a

⁹⁵ Coutinho: 1980, p. 26

⁹⁶ “O Brasil só tem solução se adotar majoritariamente um projeto social-democrata.” Hélio Jaguaribe - JORNAL DA UNICAMP- de 21 a 27 de junho de 2004 – em entrevista intitulada: “A Vanguarda do governo está envolvida no círculo vicioso da ortodoxia” Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju256pag06.pdf>. Acesso em 15/4/2011.

⁹⁷ Weffort: 1992, p.19

um tipo de regime liberal regulatório, ou a um regime de oligarquias competitivas, Não houve modo de alcançarmos uma democracia social.” ⁹⁸

Ainda de acordo com esse autor, a “democracia social” em países da Europa, como a Alemanha e a Inglaterra, possui características teóricas e práticas muito diferentes das características que lhes são atribuídas na política interna brasileira.

A democracia social é mais do que uma democracia organizatória, ela pressupõe uma sociedade organizada. (...). Não se trata de um regime de mobilização que implementa políticas redistributivas para os marginalizados.⁹⁹

Ao contrário da implementação da democracia social que não pretendeu e não abarcou a população marginalizada em diferentes sociedades européias, como por exemplo, os turcos na Alemanha e os irlandeses na Inglaterra, no Brasil as políticas implementadas como sendo tentativas de promoção da consolidação da democracia social são políticas que, segundo o autor, possuem características organizatórias da sociedade, haja vista que se pretende a integração dos marginalizados no processo de democratização social do país, o que contraria uma das premissas básicas dessa democracia que é o de ser estabelecida em uma sociedade já organizada.

Se entendermos a palavra “consolidação” em seu sentido estrito, veremos que consolidar significa tornar firme, sólido, durável, forte, permanente etc..¹⁰⁰ Dessa maneira, o que será consolidado? A desorganização? A marginalização?

É nesse sentido que Weffort (1992) enfatiza a contradição que existe quando sociedades com altos índices de desigualdade social (como é o caso do Brasil) caracterizadas dessa maneira como sociedades sem organização, sustentam argumentos e organizam projetos que visam à consolidação da democracia social, que requer como pré-requisito a organização social, a integração, o consenso, os pactos sociais...

Sob esse ponto de vista são reveladas, pelo menos, algumas das razões sobre os constantes fracassos das inúmeras tentativas de concretização de pactos sociais no Brasil: a condição de desorganização social, cerne das contradições que formam as bases desses pactos.

Raras vezes na história de um país houve tanta ansiedade para vincular o político e o social, e, ao mesmo tempo, tantas dificuldades em fazer com que esta vinculação produzisse resultados práticos. Exemplos: (...) governo José Sarney (...) [com] ‘tudo

⁹⁸ Weffort , Op cit, p. 22

⁹⁹ Weffort: 1992, p.30 e 31

¹⁰⁰ De acordo com <<http://www.dicio.com.br/consolidar/>> . Acesso em 14/4/2011

pelo social', (...) governo de Fernando Collor (...) [em defesa] dos descamisados [etc.] (...) [que torna] difícil dizer o que mais chama a atenção, se a insistência dos partidos e dos políticos em mencionar as questões sociais ou sua comprovada incapacidade para solucionar tais problemas.¹⁰¹

Essas contradições que historicamente são geradas e se tornam geradoras de um “sistema dual”¹⁰² na política brasileira, estão presentes no conteúdo híbrido da Constituição Federal de 1988 que, segundo Weffort, não obstante conter avanços no que tange à existência da possibilidade de criação de mecanismos propulsores do desenvolvimento da igualdade social, se contradiz quando mantém-se extremamente conservador em relação à organização das representações dos estados brasileiros, mantendo mecanismos que possibilitam a permanência da supremacia do poder agrário fortemente atrelado às mazelas que reforçam a desigualdade social no Brasil.

Os argumentos do autor sobre esse fato são alicerçados em duas de suas análises sobre a configuração da CF/88. A primeira é a de que a representação dos estados brasileiros no Congresso Nacional - especificamente na casa do Senado Federal - possui o mesmo número. Ou seja, um estado pequeno e agrário possui o mesmo número de representantes que um estado grande e avançado tecnologicamente como São Paulo. A segunda característica da CF/88 que a torna instrumento facilitador da perpetuação desse “sistema dual” no Brasil é a ausência de mecanismos efetivos para promoção da reforma agrária,¹⁰³ apesar dos avanços quanto ao desenvolvimento da democracia a partir de dispositivos que favorecem “o processo de liberalização política”.¹⁰⁴

La democracia en América Latina ha vivido el periodo más prolongado de regímenes democráticos y designación de autoridades mediante elecciones. Pero hay un problema de calidad de nuestras democracias. Se observa frustración ciudadana ante la desigualdad de riqueza y poder, débil participación popular en los asuntos públicos, corrupción pública y privada, inseguridad ciudadana y debilidad estatal, entre otros.¹⁰⁵

Nesse fragmento de uma das matérias publicadas no “Boletim On Line” do PNUD da América Latina, a referência à má qualidade das democracias dessa parte do mundo

¹⁰¹ Weffort: 1992, p. 30

¹⁰² “Sistema Dual” = expressão de Robert Dahl para falar sobre os sistemas políticos que possuem indivíduos “integrados” e indivíduos “marginalizados”. (Weffort: 1992, p.22).

¹⁰³ Weffort, Op. Cit., p. 28

¹⁰⁴ Weffort, Op. Cit., p.21

¹⁰⁵ “Nuestra Democracia” IN: Boletim On line do PNUD. Disponível em: <http://www.gobernabilidaddemocratica-pnud.org/proyectos.php?id_pro=11&parte=1>. Acesso em 07/4/2011

aparentemente estaria se contradizendo ao fato concreto de se referir ao mesmo período, considerado como o mais prolongado, vivido sob o regime da democracia eleitoral, mas, na verdade, a referida matéria reforça a idéia acima discutida sobre a forma como esses regimes são configurados: em regimes duais, caracterizados, principalmente, pela peculiaridade da diferença entre os integrados e os marginalizados, onde os primeiros participam e influenciam a vida política e os segundos sofrem coerção e, às vezes, terror.¹⁰⁶

O grupo dos chamados “integrados” no Brasil é heterogêneo e nele podemos encontrar pessoas de diferentes segmentos sociais organizados. Já o grupo que forma “os marginalizados” é formado pela camada mais pobre da sociedade que sofre a imposição dos interesses da camada social mais abastada. Para Weffort (1992) “os marginalizados” estariam ao mesmo tempo “dentro e fora da sociedade”, pois apesar de serem considerados integrantes da sociedade porque são considerados eleitores, deixam de ser quando o assunto é o estabelecimento da igualdade social: “(...) *existem milhões de cidadãos no sentido eleitoral que, na realidade, não passam de cidadãos de segunda classe*”.

A afirmativa “*eles estão dentro, mas estão à margem*” traduz a idéia do autor sobre o “sistema dual” não ser propriamente um sistema dividido. Ou seja, todos fazem parte do mesmo sistema, sendo que uns dominam e outros são dominados: “(...) *O sistema dual é, de maneira estrita, não tanto um sistema de exclusão, mas um sistema de dominação*”¹⁰⁷

Eles são livres para participar das eleições e, na realidade, a maioria o faz. Não são marginalizados por nenhum tipo de restrição institucional, mas pelas próprias condições sociais, políticas e culturais em que vivem e que os transformam em massas amorfas.¹⁰⁸

O sistema dual se torna ainda mais perigoso e lesivo à consolidação da democracia quando o Estado passa a ser controlado por apenas uma minoria, que passaria a se sentir como proprietária dele.

A cidade de São Gonçalo, lócus desta pesquisa, é um exemplo de cidade controlada por uma minoria durante longos períodos de sua história. Essa característica, inclusive, foi determinante quando fixamos para a análise aqui proposta um período consideravelmente extenso para uma pesquisa dessa natureza (de 1990 a 2010). A razão pela qual se fez necessária a determinação de um período de 20 anos foi a de que desejávamos realizar uma

¹⁰⁶ Weffort: 1992, p.22 e 23

¹⁰⁷ *Idem*, p. 24 e 25

¹⁰⁸ Op. Cit., p.23

pesquisa sobre a relação entre a categoria dos profissionais da educação e o Estado e não desses primeiros com algum governo específico, o que fatalmente se caracterizaria se tivéssemos elegido um período mais curto. Durante esse espaço de tempo poderíamos ter tido 6 prefeitos diferentes e tivemos apenas 4, sendo que poderíamos, inclusive, contabilizar 3, quiçá menos ainda, haja vista que, além de um desses 4 prefeitos ter permanecido com praticamente toda a equipe de seu antecessor e apoiador político, e além da “dança de cadeiras” comum, principalmente em políticas locais, foram criados, ao longo da história gonçalense, mecanismos legais que permitiram a permanência *ad eternum* de muitas pessoas em cargos-chave para execução de algum tipo de poder coercitivo sobre aqueles que fizeram o favor de institucionalizá-los.

O clientelismo gera privilégios e envolve uma utilização discricionária dos recursos públicos. Na pesquisa (...), indagou-se aos consultados se conheciam casos de pessoas que tivessem recebido privilégios por serem simpatizantes do partido do governo. 31,4 por cento declararam conhecer um ou mais casos de clientelismo.¹⁰⁹

As análises dos dados a serem realizadas durante o capítulo III desta pesquisa, que também desejam investigar, na cidade lócus, ações que caracterizam o formato privilegiado dos governos durante o período acima descrito, buscarão identificar se os mesmos primam e/ou primaram ou não pela invisibilidade da população pobre, a partir da descaracterização de seus direitos na medida em que os concedem como favores, como, por exemplo, a ausência da prestação de serviços públicos, principalmente do âmbito da saúde, em estabelecimentos oficiais da rede pública e o oferecimento desses mesmos serviços em estabelecimentos privados sempre nomeadamente vinculados a políticos ou a candidatos a cargos políticos, em espaços criados para ações sociais e fundações.

Os invisíveis nas sociedades latinoamericanas [são] aqueles que não formam parte das sociedades civis, simplesmente porque não têm identidade, projeto, organização social e forma de luta para afirmar-se, defender-se, para conquistar direitos e reconhecimento público. São os politicamente destituídos de todo poder real.¹¹⁰

Esse estado de invisibilidade de grande parte da população latino-americana, referido no documento do PNUD, está em consonância com o pensamento de Weffort (1992) quanto à caracterização do sistema de “Apartheid” na América Latina que, ao contrário da África do Sul, se caracteriza como um apartheid social ao invés do racial.

¹⁰⁹ Documento do PNUD. p, 88.

¹¹⁰ Ib Idem p, 125.

Observadas as especificidades de cada país, o autor chama atenção para um “novo” aspecto quanto ao desenvolvimento dos “sistemas duais” nos países da América Latina. Diferentemente de períodos históricos passados, em que a classe dominante pensava num progresso para a nação, no final do século XX, com o advento do neoliberalismo, o sentimento que se torna cada vez mais hegemônico é o do “salve-se quem puder” em detrimento daquele sentimento nacional que não existe mais, aumentando assim a “exclusão dos incluídos” ou a “invisibilidade” social das populações pobres.

O fato concreto de que os avanços acontecem apesar da democracia política ser prevista no projeto de permanência da oligarquia dos federalistas, está vinculado à participação política das massas que, a partir do surgimento cada vez maior de grupos sociais organizados, pressionam o poder público a atender a seus interesses que, mesmo não sendo comuns a toda a nação, conseguem, a partir de lutas “corporativistas”, conquistas de grupos que fazem parte da camada oprimida da sociedade.

Essas lutas recebem destaque na teoria gramsciana que, ao analisar as relações de forças existentes nas sociedades, distinguindo três momentos fundamentais (o momento das relações sociais, o momento das relações políticas e o das relações militares), percebe os interesses corporativistas na perspectiva do desenvolvimento das forças políticas.

As forças políticas que são constituídas por três graus de variação, o econômico-corporativo, o político-jurídico e o político, podem se desenvolver de forma progressiva ou *“se confundindo reciprocamente (...) combinando-se e dividindo-se alternadamente”*¹¹¹.

O primeiro grau dessas relações, o econômico-corporativo, é a forma mais simples de agrupamento entre pessoas, cujas lutas pela conquista de interesses particulares se destacam pela forma de isolamento do grupo que não se preocupa com as necessidades de outros grupos, mesmo que esses tenham relações de interdependência.

O segundo grau, o político-jurídico, se caracteriza por uma forma mais elaborada ou mais expansiva de agrupamento corporativista. Nesse momento de desenvolvimento das relações políticas, as pessoas são capazes de perceber que o isolamento não garante um desenvolvimento satisfatório para o grupo social. Essa percepção da necessidade de solidarizar-se com outros grupos como forma de unir forças em prol de objetivos em comum é clara, mas não ultrapassa o campo econômico e tampouco ultrapassa os limites da luta por direitos jurídicos pré-existentes, ou pelo menos por direitos que não visam a abalar a estrutura social vigente.

¹¹¹ Gramsci, Op. Cit., p.50

O terceiro grau de desenvolvimento dessas relações (econômico, político, intelectual e moral) é caracterizado como momento em que um determinado grupo social adquire a consciência tanto de que seus interesses ultrapassam os limites do corporativismo econômico como a de que outros grupos possuem os mesmos interesses ou interesses contrários. Nesse momento alguns grupos se unem em torno de interesses na esfera econômica, política, intelectual e moral, não mais no âmbito do corporativismo, mas no âmbito universal de maneira a agrupar-se em forma de partidos que concorreram entre si com intuito de fazer prevalecer numa determinada sociedade (seja nacional ou internacional) seus interesses de ordem econômica, política, intelectual e moral, formando uma superestrutura (estrutura jurídica e ideológica) capaz de promover transformações na infra-estrutura (base econômica) e, *“criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. [onde] o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo.”*¹¹²

2.7 O Sufrágio Universal...

No que tange ao conjunto de elementos necessários para a consolidação da democracia, o sufrágio universal é uma das necessidades fundamentais, mas nas palavras de Bobbio (1988) o debate “central” entre liberais e democratas durante o século XX não estava mais pautado nesse tema, pois tal debate já havia sido travado anteriormente e os democratas, defensores do sufrágio universal como integrante do conceito mínimo de democracia, viram sua tese abandonar o campo de batalha e entrar no rol das verdades do senso comum. As lutas atuais entre liberais e democratas são travadas no campo da limitação e da ampliação da participação política do povo.

O advento das revoluções liberais do final do século XVIII trouxe a democracia de volta para a pauta das discussões políticas. Nessa “pauta” o tema “sufrágio universal” se apresentou contraditoriamente nas diferentes análises que os teóricos da época se empenharam em realizar.

¹¹² Gramsci, Op. Cit., p.50

Um exemplo dessa contradição está presente em afirmações do teórico Stuart Mill que, em sua defesa sobre a necessidade do estabelecimento da “democracia”, sugere que o direito ao sufrágio não deveria ser “concedido” a todos.

(...) além dos falidos e dos devedores fraudulentos, Mill exclui do direito de voto os analfabetos (...) e os que vivem de esmolas das paróquias, com base na consideração de que quem não paga um pequeno imposto não tem o direito de decidir o modo pelo qual cada um deve contribuir para as despesas públicas.¹¹³

Weffort (1992), assim como Bobbio (1991), também se preocupou em analisar os inúmeros embates que envolvem a questão do sufrágio universal como elemento essencial no conjunto que forma uma sociedade democrática, indicando, em suas análises, a existência de uma espécie de “misturas de comportamento” que configura o que o autor denominou de “regimes mistos”, dotados de características democráticas e autocráticas que nada mais são do que mais uma tentativa de relativização dos conceitos durante esse período histórico que é a modernidade.

(...) o principal argumento deste capítulo é que as “novas democracias” são aquelas cuja construção ocorre em meio às condições políticas de uma transição na qual foi impossível a completa eliminação do passado autoritário.¹¹⁴

Diante da exposição de uma preocupação quanto a se “perder” de vista o que concretamente definiria um sistema como sendo democrático, o autor traz à tona o conceito mínimo de democracia estabelecido a partir de um consenso entre cientistas políticos: “*voto secreto, sufrágio universal, eleições regulares, competição partidária, direito de associação e responsabilidade dos executivos.*”¹¹⁵

As reflexões de Weffort contribuem com o enriquecimento desse conceito clássico de democracia ou definição mínima da democracia, quando acrescenta a ele a idéia de que “*o funcionamento das regras mínimas de procedimento de uma democracia política, implica a existência de certas condições sociais mínimas.*”¹¹⁶

Concordando com parte do pensamento de Tocqueville, Weffort (1992) é enfático quanto à defesa das condições sociais mínimas para consolidação da democracia. Ou seja, não

¹¹³ Bobbio: 1988, p. 70

¹¹⁴ Weffort: 1992, p. 85

¹¹⁵ Weffort, Op. Cit., p. 97

¹¹⁶ Weffort, Op. Cit., p.98

há como garantir a prática real do conjunto de características que formam a definição mínima da democracia, sem garantir condições sociais mínimas.¹¹⁷

2.8 Os Pactos Sociais ...

O fundamento de uma sociedade democrática é o pacto de não agressão de cada membro com todos os outros, e a obrigação de obedecer às decisões coletivas tomadas com base nas regras do jogo pré-estabelecidas de comum acordo.¹¹⁸

A perspectiva de formação de uma sociedade democrática a partir do estabelecimento de pactos sociais, sem deixar de observar a importância dos fatores externos, fundamentou as justificativas de Bobbio (1991) em sua análise comparativa sobre a formação e as relações entre o pacto negativo e o pacto positivo, nas sociedades.

Nessa perspectiva o pacto negativo se caracteriza como sendo aquele de não agressão entre os membros de um determinado grupo social e o pacto positivo se caracteriza pela obediência às decisões tomadas com base nas regras de convivência que devem ser estabelecidas a partir de um comum acordo entre todos os membros do grupo em que o pacto negativo foi formalizado.

Nessa análise, o organismo a ser destacado pelo autor como legítimo protagonista das relações internacionais é a ONU – Organização das Nações Unidas. A função fundamental da ONU deveria ser a de exercer o papel do poder comum, superior às partes contratantes. No entanto, apesar do desempenho de esforços quanto à realização desse papel, a realidade é que nem o pacto negativo é cumprido pelos Estados membros que compõem essa organização internacional.

De acordo com o autor, isso ocorre porque a instituição de um poder comum, superior às partes contratantes, não foi devidamente estabelecido:

(...) Na Assembléia Geral, onde todos os Estados têm direito de voto, esse poder não existe. No Conselho de Segurança, onde ele poderia existir não há representação de todos os Estados. E sem um poder comum, não pode haver qualquer garantia de que o pacto de não agressão seja respeitado, e de que a obediência às decisões comuns seja assegurada.¹¹⁹

¹¹⁷ Weffort, Op. Cit., p. 101

¹¹⁸ Bobbio: 1991, p. 54

¹¹⁹ *Idem*, p. 55

A partir desse ponto de vista é reiterada como imperiosa a necessidade de se estabelecer esse “poder comum superior” por conta de ser a única forma de se manter a paz mundial diante da tendência à anarquia que tem a sociedade internacional. Esse “poder comum superior” garantiria a liberdade dos Estados, mas sua consolidação só seria possível com a consolidação de Estados nacionais democráticos e conseqüentemente e dialeticamente com a consolidação das relações democráticas internacionais.

[a garantia da paz internacional só é possível caso ocorra] (...) a ampliação da esfera dos Estados democráticos e a democratização do sistema internacional no seu conjunto. São dois processos que deveriam [ser] mutuamente reforçados, já que a imperfeição de um determina a imperfeição do outro.¹²⁰

2.9 Ingovernabilidade da democracia ou a falta de condições para sua consolidação?

O coração do problema está em que, embora a democracia tenha-se propagado amplamente na América Latina, suas raízes não são profundas. (...) Assim, (...) a proporção de latino-americanas e latino-americanos que estariam dispostos a sacrificar um governo democrático em favor do progresso socioeconômico real é superior a 50%. (...) São várias as razões dessa tendência. (...) [como a de que] diversos fatores indispensáveis para a governabilidade democrática, tais como liberdade de imprensa, proteção sólida aos direitos humanos e poder judiciário independente e vigoroso ainda precisam ser substancialmente fortalecidos.¹²¹

A preocupação com o fortalecimento da governabilidade democrática está presente em diferentes análises e propostas de teóricos progressistas, inclusive nesse relatório do PNUD, não somente por conta da necessidade desse fortalecimento como um dos pré-requisitos para a consolidação da democracia social, mas também como constatação de que ainda existem muitas pessoas, como demonstra o resultado da pesquisa acima, que concordariam com o sacrifício da democracia em prol da “ordem e do progresso”.

Recentemente uma polêmica surgiu nos meios de comunicação do Brasil¹²² com as declarações de um deputado federal¹²³ sobre seu ponto de vista em relação a diversas esferas da organização da vida em sociedade.

¹²⁰ Bobbio, Op. Cit., p. 55 e 56

¹²¹ Documento do PNUD, p. 13 e 14.

¹²² CQC (Custe o Que Custar) programa que mistura jornalismo com humor da TV Band, exibiu em 28/3/2011, uma matéria com declarações polêmicas do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) que repercutiram em todo país. A matéria está disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/natv/2011/03/29/carta-aberta-a-jair-bolsonaro-e-ao-cqc-em-defesa-de-preta-gil-e-das-vitimas-de-preconceito/>>. Acesso em 29/3/2011.

¹²³ Jair Bolsonaro (PP-RJ)

Uma dessas declarações - que não foi a mais “badalada” - direcionou-se à defesa do regime ditatorial vivenciado no Brasil de 1964-1984, que o deputado fundamentou a partir do argumento de que naquele momento havia uma ordem estabelecida. Conforme o fragmento abaixo, de um texto escrito por esse mesmo deputado, não era a primeira vez que o referido representante legal do povo realizava esse tipo de comentário:

(...) Foram 20 anos de ordem e de progresso (...). É notório que a esquerda quer passar para a história como a grande vítima que lutou pelo Estado democrático atual, invertendo completamente o papel dos militares, que, em 1964 (...) intervieram para que nosso país não se transformasse, à época, em mais um satélite da União Soviética. (...).¹²⁴

A propagação de idéias como essa, onde aparece o pensamento de uma suposta ausência de condições de governabilidade da democracia, sustenta muitos pensamentos autoritários desde os tempos mais remotos como, por exemplo, e principalmente, nos tempos do advento do liberalismo.

A afirmação de Bobbio (1988) sobre “*A relação do liberalismo com a democracia ter sido sempre difícil*”, inscrita no início de um dos tópicos de seu trabalho, é fundamentada, primeiramente, com a postura “inicial” dos liberais, depois de já terem conquistado o poder, sobre suas restrições à democracia por conta de uma cautela em relação aos “perigos” provenientes de uma “tirania da maioria”. As mudanças históricas deslocaram a referida cautela para dois “perigos” ainda mais iminentes: o da “ingovernabilidade” desse sistema e da suposta incapacidade dos governos democráticos de dominarem os conflitos.

(...) no início do litígio o alvo principal foi (...) a tirania da maioria, donde derivou a defesa intransigente da liberdade individual contra a invasão da esfera pública mesmo que regulada à base do princípio da maioria, hoje o alvo principal é a incapacidade dos governos democráticos de dominarem convenientemente os conflitos de uma sociedade complexa: um alvo de sinal oposto, não o excesso, mas o defeito do poder.¹²⁵

Os argumentos dos liberais sobre a ingovernabilidade da democracia a partir da idéia de defeito do poder democrático baseiam-se, segundo Bobbio, em três teses fundamentais: a sobrecarga de tarefas, o aumento dos conflitos sociais e a descentralização.

A sobrecarga de tarefas envolve, seria gerida e geraria uma série de dificuldades no que tange ao desenvolvimento das ações do poder público. Primeiramente, a análise desses

¹²⁴ Folha de São Paulo em 11/01/2011: “A Comissão da Inverdade” por Jair Bolsonaro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1101201107.htm>>. Acesso em 02/4/2011.

¹²⁵ Bobbio: 1988, p. 92

teóricos (em Bobbio: 1988) se fundamenta na hipótese de que essa quantidade de demandas que surgem num governo democrático é muito maior do que as surgidas em governos autoritários. Assim, ocorreria uma espécie de efeito cascata: por conta dessa demanda maior, os governos não teriam condições de atendimento a todas e o não atendimento breve dessas solicitações levaria ao risco de enfraquecimento do consenso.

Essa “lentidão” nas tomadas de decisões também seria justificada pela dinâmica de funcionamento dos sistemas democráticos, como o que o autor chamou de “*o jogo de vetos cruzados, o próprio iter da decisão*”. E acrescenta: (...) *enquanto a democracia tem a demanda fácil e a resposta difícil, a autocracia torna a demanda mais difícil e tem mais fácil a resposta.*¹²⁶

Quanto aos mecanismos que orientam as tomadas de decisões de maneira democrática, os liberais insistem que as desvantagens da democracia em relação à aristocracia, seria, justamente, as possibilidades de tomadas de decisão mais rápidas quando o poder fica concentrado em poucas mãos: os aristocratas defendem a supressão do parlamento porque “*as diversas opiniões são confrontadas e as decisões tomadas apenas após longos debates*”.¹²⁷

Como exposto acima, mais um “defeito” do poder democrático seriam as conseqüências do aumento de conflitos sociais que levariam à anomia. Num movimento caracterizado por um “círculo vicioso” ou por um “efeito dominó”, esses conflitos sociais gerariam conflitos internos entre os poderes e seriam agravados pela descentralização do poder.

A descentralização do poder (chamada por Bobbio de poliarquia) proveniente da ampliação da participação do povo nas decisões políticas, geraria conseqüências negativas para a sociedade porque essa fragmentação propiciaria, também, uma ampliação de conflitos no interior do poder. Ou melhor, entre os poderes. Esses conflitos, ao contrário dos conflitos sociais, seriam caracterizados como patológicos porque não conseguiriam resolver seus problemas internos, muito menos os problemas externos ao poder, desencadeadores dos conflitos sociais classificados como fisiológicos.

Assim, de acordo com os liberais, a impossibilidade do exercício da governança em regimes democráticos contaria com a justificativa fundamentada no fato concreto de que o

¹²⁶ Bobbio, Op. Cit., p.94

¹²⁷ No lugar do Parlamento, os liberais defendem que as decisões deveriam ser tomadas por um “órgão jurisprudencial como a Corte Constitucional ou [pelo] (...) próprio povo através do recurso do referendun.” (Bobbio: 1988, p. 94).

poder é mais distribuído nesse regime do que em outros modelos. Dessa forma, essa seria a “causa mor” da instituição da anomia.

Contraditoriamente a esse pensamento, a crise de governabilidade em governos democráticos é justificada por Weffort (1992) de maneira bem diferente das apontadas acima pelos liberais. Para esse autor, tal crise é conseqüência justamente da falta de participação popular e da centralização do poder que caracterizaria a chamada democracia “débil”, superficial, que não abarca todas as características de um sistema democrático, tal como as elencadas no documento do PNUD.

Das ausências dessas características que gerariam a referida crise e, conseqüentemente, a impossibilidade de consolidação da democracia, o autor destaca o fracasso dos governos quanto à continuidade das políticas e as dificuldades dos partidos em exercer a função de governar quando chegam ao poder: *“Os partidos são capazes de organizar eleições, mas não são capazes de organizar governos. Não são capazes de governar.”*¹²⁸

Para Weffort (1992) a crise de governabilidade é a mais evidente crise do Estado e uma das mais difíceis de serem solucionadas porque, dentre outros motivos, em mais um movimento circular, essa incapacidade dos partidos de governar gera um desgaste na capacidade de se eleger e esse desgaste gera reflexos na capacidade de organizar eleições - acarretando numa descrença generalizada nos partidos - trazendo à tona aquela vontade que é uma das maiores inimigas da criação de condições objetivas de consolidação da democracia social que é a de eleger pessoas independentemente de partidos pois, sem compromisso partidário, ações irresponsáveis estão mais sujeitas a acontecer. Ou seja, eleger indivíduos “sem” partidos ou sem se preocupar com eles é como dar um passo atrás no sentido das garantias que um programa de partido construído coletivamente por seus militantes possa oferecer. É deixar todo o poder nas mãos de uns poucos, provavelmente na figura de uma pessoa, possivelmente carismática e que, possivelmente, devido a uma disputa no campo do marketing, conseguiu vencer as eleições.¹²⁹

Para compreender melhor essa engrenagem “circular” de acontecimentos nocivos à consolidação da democracia, Weffort (1992) chama atenção para existência, peculiar na América Latina, de partidos criados para fins distintos: os que elegem e os que governam.

¹²⁸ Weffort: 1992, p. 70

¹²⁹ *Idem*, p. 71

(...) na América – Latina (...) a tendência predominante é a separação (...) de partidos que apenas elegem governos, mas não governam. E que, por isso, tendem a condutas eleitorais irresponsáveis, de quem não se considera responsável pelos governos que ajudaram a eleger. (...). A incapacidade dos partidos para formar governos, associada à desmoralização dos políticos, é uma das raízes da crise institucional brasileira.¹³⁰

Na dinâmica desses acontecimentos circulares a “perda de prestígio da atividade política” é inevitável. Essa perda de prestígio é tão maléfica para o desenvolvimento da consolidação da democracia que o autor a elege como sendo uma das características principais da crise de governabilidade.

Quando o povo procura eleger pessoas desvinculadas de partidos ou de qualquer atividade política - muitas vezes em nome de uma suposta “descontaminação” - corre sérios riscos de estar sendo envolvido pela capacidade de marketing de um determinado grupo a que só interessa chegar ao poder. Como exemplo interno, Weffort(1992) relembra as eleições de 1989, quando a figura dos candidatos eram exaltadas em detrimento dos programas de seus partidos. Como exemplo externo, o autor relembra as eleições no Peru (também de 1989) onde os dois candidatos (Alberto Fujimori e Mário Vargas Llosa) que chegaram até a disputa final, não pertenciam a nenhum partido e essa característica era enfatizada em suas campanhas como sendo um ponto positivo.¹³¹

2.10 Os Partidos...

Os partidos políticos enfrentam um momento de forte desconfiança como agentes de representação, o que é um desafio-chave para o desenvolvimento democrático.¹³²

Por que, quando rejeitamos a observação do partido e valorizamos a figura individual do candidato desvinculada do partido, estamos contribuindo com o enfraquecimento ao invés do fortalecimento da democracia?

Os argumentos destacados por Weffort, sobre as conseqüências da existência desse “procedimento” de privilegiar pessoas em detrimento de partidos, na história recente da América Latina, utilizam exemplos de governantes que se elegeram de forma “independente”. As eleições de Fernando Collor de Mello no Brasil e de Alberto Fujimori no Peru são os exemplos escolhidos. Esses governantes quando candidatos, eram enaltecidos por essa

¹³⁰ Weffort., Op. Cit., p. 71 e 72

¹³¹ Weffort, Op. Cit., p. 72 e 73

¹³² Documento do PNUD, p.28

característica de não possuírem nenhum compromisso em respeitar algum tipo de plano partidário.

A história nos mostrou que esses governantes, que não tinham compromisso com nenhum plano construído coletivamente por militantes de algum partido, acabaram tomando atitudes “isoladas”, arbitrárias e irresponsáveis. Eles eram “independentes”. Não havia nenhum grupo de pessoas organizadas que eles fossem forçados a prestar conta de suas ações. Assim, suas condutas estavam mais afinadas como típicas de regimes autocráticos. Condutas muito parecidas com aquelas dos reis ou dos ditadores, só que revestidas de uma pseudodemocracia.

Com essa observação o autor deseja enfatizar que o perigo estaria justamente no fato de que ao elegermos governantes independentes, depositamos nas mãos de um único indivíduo, ou de um grupo restrito, poderes com altos níveis de liberdade.

A teoria de Gramsci (1984) que norteará nossa tentativa de entender as engrenagens que movimentam as formas de organização dos partidos recebe uma divisão inicial que indica dois modelos que se distinguem quanto as suas funções em relação a “*tutela de uma determinada ordem social*”: o modelo progressista e o reacionário.

(...) o funcionamento de um determinado partido fornece critérios discriminantes: quando o partido é progressista funciona “democraticamente” (...); quando o partido é reacionário funciona “burocraticamente” (...)¹³³

Identificar a função que o partido privilegia é essencial para sabermos se está em consonância com o projeto de país que desejamos e, para realização dessa tarefa é necessário conhecer a história desse partido, do contrário, as massas correm o risco de escolher o seu próprio algoz. Segundo Gramsci (1984), a busca pelo conhecimento da história de formação e manutenção de um partido deverá considerar a análise de três elementos essenciais: o elemento difuso, o de coesão principal e o médio.

O elemento difuso é comparado a um exército, o elemento de coesão principal, a de um grupo de capitães e o elemento médio se apresenta com duas funções: a de interlocutor entre os dois primeiros elementos e a de equilibrador das forças desses.

Um partido político surge, ou pelo menos deveria surgir, da motivação de um determinado grupo de pessoas em resolver algum problema de alcance maior na sociedade. Ou seja, um problema que não fosse restrito ao ponto de poder ser considerado como um problema de corporação.

¹³³ Gramsci, Op. Cit., p. 29

Entretanto, a fundação de um partido, não significa a garantia de sua permanência. Um partido pode desaparecer definitivamente ou momentaneamente, a qualquer momento e, um dos motivos destacados por Gramsci (1984) que justificam o desaparecimento de um partido está vinculado a sua incapacidade de articular os três elementos que compõem sua formação.

A preservação da democracia e sua expansão não são fatos espontâneos. São construções voluntárias, formuladas em projetos, modeladas por lideranças e investidas do poder que se origina no apoio popular. Requerem partidos políticos que construam opções fundamentais, um Estado com poder para executá-las e uma sociedade capaz de participar de uma construção que excede as reivindicações setoriais.¹³⁴

Nesse fragmento do documento do PNUD, o destaque dado para o papel das lideranças como sendo um dos aspectos centrais da democracia, reflete algumas das observações de Gramsci sobre a importância desses atores.

“(…) na luta deve-se sempre prever a derrota. A preparação dos próprios sucessores é um elemento tão importante quanto tudo o que se faz para vencer”¹³⁵

O grau de importância das lideranças em um partido também é mensurado a partir da capacidade dos líderes de exercer a função de coesão principal que seria, grosso modo, a capacidade de construir condições objetivas para o reaparecimento de um partido, que por alguma razão tivesse desaparecido. Numa escala hierárquica dessas condições, a capacidade das lideranças de preparar seus próprios sucessores aparece como fundamental.

Um exemplo destacado na teoria gramsciana sobre as razões que envolveriam o desaparecimento de um partido é a ocorrência de lutas internas, muitas vezes motivadas por um elemento externo cujo objetivo seria o de desestabilizar a organização de um determinado grupo social com o intuito de enfraquecê-lo ao ponto, inclusive, de criar condições para que o grupo se autodestruísse, deixando livre o caminho para uma liderança “forasteira” se apropriar.

Do ponto de vista das motivações internas dessas lutas, Gramsci (1984) analisando a crise orgânica de um partido, mais conhecida como crise de autoridade, e entendida como sendo uma crise de hegemonia, apresenta como uma de suas conseqüências mais maléficas a do afastamento dos dirigentes da classe (ou da fração de classe) que representava quando na formação do partido.

¹³⁴ PNUD – p. 36

¹³⁵ Gramsci, Op. Cit, p. 27

Tanto a derrota de algum projeto idealizado e posto em prática por um grupo dirigente, que necessitou impor sacrifícios ao povo a partir de promessas de futuras conquistas, como a mudança de comportamento de massas caracterizadas como passivas para ativas politicamente, fazem parte do rol de justificativas de motivação interna da crise de autoridade “cabendo” (mas não corroborando com a idéia de que se justificaria outra forma de governo que não fosse a democracia, até para sanar tais acontecimentos), nesse momento, aquela lógica do pensamento liberal que crê na existência de conectividade entre a ampliação da participação política do povo com a ampliação dos conflitos internos do poder.

Dentre outros pontos a serem considerados como propulsores da fragilidade de um partido são quando esse tende a depositar em um único indivíduo (uma “única” liderança), em detrimento do partido (liderança coletiva), a capacidade de formação da vontade coletiva.

“(...) é um partido político a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais (...). [O partido deve ser] propagandista e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional – popular”.¹³⁶

O ponto propulsor ou revelador da fragilidade de um partido que nos interessa entender nesse momento é o do aparecimento do terceiro elemento (ou da nova liderança) a partir do estabelecimento dessa crise de autoridade ou crise orgânica, que a qualquer movimento ocasional no interior da infra-estrutura seria perigoso porque permitiria a ação, inclusive, daquele terceiro elemento forasteiro que pode ser, de acordo com Gramsci (1984), uma outra nação, que teria o “nobre” objetivo de restabelecer a ordem social do grupo em conflito.

Com esse suposto objetivo de restabelecimento da ordem social, o terceiro elemento se apresentaria para o grupo em crise ou através do empreendimento da força militar ou através da figura de um “redentor”, criado possivelmente pela união de forças de grupos antes antagônicos, a partir da propaganda focalizada em uma pessoa que deve ser carismática ao ponto de ser capaz de exercer sedução sobre as massas, convencendo-as de suas intenções e competências. Nessas condições e, principalmente, diante das limitações estruturais de reorganização das massas em circunstâncias de anomia social, essas não teriam alternativas a não ser a de acreditar ou a de querer acreditar no terceiro elemento.

O desenvolvimento dessas relações de forças no interior da crise orgânica de um partido, sendo motivada ou não por um terceiro elemento, mas que resultaria no aparecimento dele, seja no estabelecimento de um pacto social – aquele primeiro de Hobbes que pretende o

¹³⁶ Gramsci, Op. Cit, p. 6, 8 e 9

acordo de não agressão entre as partes, seja na figura de um “César” – personagem do “*Cesarismo*” ou do “super-herói” populista, seja por uma intervenção militar ou repressão policial, é apresentado por Gramsci, também, a partir de um esquema original, exemplificador e esclarecedor dessas engrenagens de acontecimentos que, apesar de não dar conta das complexidades da sociedade moderna que além de ser dividida entre reacionários e progressistas possui inúmeras subdivisões e agrupamentos desses grupos, nos oferece um panorama rico em lógica sobre o desenvolvimento dessas correlações de forças.

Resumindo: “ $A \times B = C$ ” ou “Conflitos entre forças revolucionárias e forças reacionárias em igualdade de condições tendem a destruição das duas e a criação de condições para o surgimento do terceiro elemento”.

O período da presidência de José Sarney representaria, efetivamente (...) um “governo de transição”, entre o regime ditatorial e o democrático. (...) [foi] um governo onde a crise de hegemonia burguesa tornar-se-ia explícita, diferenciando-se de uma mera crise de governo ou “governabilidade”, patente na incapacidade dos grupos dominantes tornarem-se também dirigentes, na ausência de um projeto unificador dos interesses dos diferentes setores burgueses e na carência de legitimidade para a formação de um “consenso”.¹³⁷

A incapacidade dos grupos dominantes de organizar e por em prática projetos que atendam interesses em comum (com exceção da capacidade de união para garantir benefícios particulares – primeiro e segundo estágios da relação de forças políticas da teoria gramsciana) como acima mencionado por Almeida (2000) gerando essa *crise de hegemonia burguesa*, também é apresentada por Weffort (1992) com o foco direcionado para a mesma incapacidade dos movimentos sociais.

Uma das justificativas sobre a fraqueza de regimes democráticos, renascidos a partir das pressões realizadas por movimentos populares pela democratização das ditaduras, estariam interligadas as formas de transição da qual a grande e valiosa agitação desses movimentos não foram suficientemente articuladas ao ponto de se criar aquele poder comum superior de Hobbes, essencial para o fortalecimento das democracias e supressão de crises de autoridade. Ou seja, na história recente do Brasil, nem os grupos burgueses e nem tampouco os grupos formados pelos movimentos sociais foram capazes de se organizar em torno de um projeto comum, não conseguiram articular as relações de forças políticas no terceiro estágio de Gramsci.

¹³⁷Almeida: 2000, p. 6

Muitas vezes (...) as lideranças das transições democráticas obviamente não nasceram democráticas. Se as democracias nascem do conflito e da violência, muitos dos seus líderes nascem da ditadura.¹³⁸

Diante dessa situação é retomada a discussão em torno da importância do papel das lideranças, indispensáveis não somente durante o processo de transição de regimes autoritários para regimes democráticos, mas essenciais, no processo de consolidação desse sistema.¹³⁹ Nessa obra Weffort analisa o continuísmo e a conversão de lideranças, chamando atenção para necessidade de não se limitar a compreensão da importância das lideranças no campo individual, mas, principalmente no campo coletivo formado por lideranças de diversas organizações da sociedade civil, tais como: partidos, sindicatos, jornais, escolas, igrejas e outras.

A formação dos partidos na atualidade, através da união de forças antagônicas, mas pertencentes à mesma classe social, não é garantia dessa organização de lideranças em torno de um projeto comum para a sociedade. Na verdade, como acima mencionado, a história recente dessa “união de forças antagônicas” retrata preocupações individuais em se manter a qualquer custo no poder, formando os chamados “blocos de poder” a partir de uma espécie de “dança das cadeiras”, característica tipicamente de agrupamento corporativista, quando no máximo, um agrupamento corporativista mais expansivo como o estágio nomeadamente por Gramsci como político-jurídico.

Essa “dança das cadeiras” fortalece uma camada da sociedade que acaba conseguindo se manter no poder durante longos períodos sem se preocupar com projetos muito além de projetos individuais.

Além da formação de alianças entre as elites, outra estratégia utilizada com fins de perpetuação no poder é a da criação de mecanismos de dependência das massas à elite. E, na análise de Weffort (1992) o medo é a principal fonte legitimadora desses mecanismos de dependência.

Para esse autor, maior que o medo dos jagunços que matam dezenas de sindicalistas por ano no meio rural, os pobres tem medo é da miséria e é esse medo que leva o trabalhador a se tornar cada vez mais dependente dos patrões, como por exemplo, a vitória do PDS, nas

¹³⁸ Weffort: 1992, p. 95

¹³⁹ Weffort, Op. Cit., p. 118

eleições de 1982, nos lugares mais pobres do Brasil (regiões Norte e Nordeste), onde ainda estava bastante fortalecido o poder das oligarquias.¹⁴⁰

“Esse mecanismo de dependências interligadas constitui a base do ‘sistema dual’ de poder no Brasil (...) No Brasil contemporâneo, (...) a arquitetura do ‘sistema dual’ divide as classes populares ao mesmo tempo em que une as superiores. Em sua grande maioria, as classes populares são desorganizadas, não sabem como se fazer representar e acabam elegendo indivíduos que pertencem a outras classes e que elas próprias reconhecem como seus superiores.”¹⁴¹

Esse dentre outros mecanismos de dependência da massa de pobres à elite, que é o grande empecilho de mudança do sistema dual no Brasil, tende a ser desvendado e destruído a partir da participação política do povo, por isso, também, tantos “boicotes” direcionados a essa participação (como aquele da reinvenção da democracia pelos federalistas dos EUA) fundamental no processo de consolidação da democracia.

2.11 A participação política do povo...

(...) em São Gonçalo ...(...) bem, os Secretários... os dirigentes... (...) eles falam com o povo, mas não com o povo organizado (...). Se existe uma entidade como representante, para desqualificar a entidade eles não falam com ela, por exemplo, (...) nas próprias audiências públicas (...) o vereador mesmo disse que a Secretária nunca vai às audiências (...), mas embora eles tratem assim, o SEPE – SG é reconhecido como uma autoridade (...).¹⁴²

Em Coutinho (1980) a participação do povo que surge daquele círculo que envolve socialização do trabalho, demandas surgidas com essa socialização, conquistas e estabelecimento de condições de organização e novas conquistas, inaugurado com o advento do capitalismo que contraditoriamente ao mesmo tempo em que viabilizou sua existência seus representantes criam mecanismos que obstaculizaram seu pleno desenvolvimento, mas sem sua aniquilação por completo.¹⁴³

A universalidade da democracia, segundo Coutinho (1980) está inscrita em sua capacidade de transpassar por diferentes sistemas. Nesse caso, a democracia de massas que ao mesmo tempo em que se fortalece é reinventada na democracia política, ao invés de ser

¹⁴⁰ Weffort: 1992, p. 27

¹⁴¹ Weffort: Op. Cit., p. 28

¹⁴² Parte do depoimento de um dos dirigentes do SEPE – SG que foi entrevistado: Dirigente “F”.

¹⁴³ Coutinho: 1980, p. 24

obstaculizada no socialismo, encontrará terreno fértil e único possível para se consolidar como democracia social.

Novamente numa percepção de ação em cadeia (mas não determinista) a ampliação da democracia política, no seio da sociedade capitalista criaria, na concepção de Coutinho, condições objetivas necessárias para transformação social.

(...) trata-se de eliminar o domínio burguês sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos políticos democráticos possam alcançar pelo florescimento e, desse modo, servir, integralmente à libertação da humanidade trabalhadora.¹⁴⁴

Consoante às análises de Wood e Weffort, Coutinho também observa a debilidade da democracia em sociedades como a brasileira, cuja participação popular apenas pelas vias eleitorais não garante a resolução dos problemas sociais e econômicos reivindicados pelos movimentos sociais. Assim, sociedades formadas por “democracias débeis” como a nossa, seriam débeis porque falham na promoção da justiça social e, por falharem, permanecem débeis.

Essas democracias débeis, também denominadas de democracias pobres ou vazias, além de fazerem parte de uma longa trajetória histórica brasileira marcada pela democracia de fachada das oligarquias, como o coronelismo e/ou suas características clientelistas, atualmente, insiste em permanecer agregando novas artimanhas que são impetradas ora autoritariamente, ora disfarçadamente, de maneira a camuflar a decisão do povo.¹⁴⁵

2.12 A participação do povo nas decisões do país: “Breves palavras”¹⁴⁶ sobre experiências de Timor-Leste para São Gonçalo

Conforme mencionado no capítulo anterior, durante o 2º semestre de 2010, tive a oportunidade de conviver em um país que se encontra em processo de redemocratização: Timor – Leste.

¹⁴⁴ Coutinho: Op. Cit., p.25

¹⁴⁵ Weffort: 1992, p. 112

¹⁴⁶ A expressão “breves palavras” é muito utilizada em Timor-Leste. Geralmente refere-se a discursos em cerimônias, dos quais geralmente não são breves, mas que no caso deste trabalho, procuraram ser.

Timor-Leste é um país localizado no extremo Oriente, formado pela parte de uma ilha maior, duas ilhas menores e um enclave chamado Oecusse, cuja extensão territorial total somam 15.007 Km² e as línguas oficiais são o Português e o Tétum, mais aproximadamente mais 32 línguas nativas, além das chamadas “línguas de trabalho” que são o Inglês e o Bahasa Indonésio.¹⁴⁷

As lutas do povo timorense pela democracia datam desde a ocupação do território, pelos portugueses - Malae sira¹⁴⁸ -, em 1515, das quais o advento da conquista pela independência em 1975, se configurou em apenas mais um momento de vitória daquele do povo, mas não o final das lutas.

Em 28 de Novembro de 1975 dá-se a Proclamação unilateral da Independência de Timor-Leste pela FRETILIN e pelo primeiro Presidente da República, Xavier do Amaral, assumindo o cargo de Primeiro-Ministro Nicolau Lobato, que viria a ser o primeiro líder da Resistência Armada. Com a proclamação da Independência tem também início a guerra civil. [contra a] Indonésia [que invadiu Timor-Leste com] o apoio tácito do governo norte-americano que via a Fretilin como uma organização de orientação marxista.¹⁴⁹

Oficialmente, durante 24 anos, o povo timorense sofreu, resistiu e lutou contra a tirania em que foram submetidos desde a invasão da Indonésia, apoiada pelo governo estadunidense. Somente em 1999, após longa e sangrenta história de lutas, das quais tiveram ressonância internacional foi que o país pode contar com a intervenção da ONU que organizou um referendo no dia 30 de agosto daquele ano.

O território timorense é de formação montanhosa, as estradas não se encontravam (e não se encontram) em boas condições e os meios de transporte são precários e escassos, mas esses fatores não afetaram a força, a coragem, a determinação daquele povo Maubere¹⁵⁰ que compareceu, em quase sua totalidade (mais de 90%), para participar do referendo que trouxe a independência para o país.

Nós queríamos apagar o fogo das casas, mas Xanana disse: - Deixem queimar! Deixem que o mundo veja o que os indonésios fazem conosco. Assim talvez a gente consiga ajuda.

¹⁴⁷ Dados disponíveis no site oficial do Governo de Timor-Leste. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=547&lang=pt>>. Acesso em 31 de janeiro de 2011.

¹⁴⁸ Estrangeiros em Tétum.

¹⁴⁹ História de Timor. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=29&lang=pt>>. Acesso em 31/01/2011

¹⁵⁰ Maubere é uma expressão em Tétum, utilizada em Timor – Leste que quer dizer povo guerreiro. É a forma como eles se designam a si mesmos, que também quer dizer povo da terra do Crocodilo.

Xanana estava certo. Aquelas imagens da violência “gerada” pelo resultado do referendo, 78% da população que apareceu para votar dizendo sim a liberdade, somadas a outras de um episódio anterior: o massacre do Cemitério Santa Cruz registrado pelas lentes de dois jornalistas estrangeiros (Max Stahl e Steve Cox), correram o mundo e despertaram manifestações de repulsa em diferentes povos que protestaram em frente às embaixadas da Indonésia de seus países, até que as Nações Unidas resolveram intervir enviando um contingente militar internacional em missão de paz para a “Ilha”: Timor – Leste, literalmente, queimou por 18 dias ininterruptos: *“Foi terrível professora! Foi um horror! Todos nós perdemos muitas pessoas que amávamos!” – disse-me uma professora timorense ex-guerrilheira.*

Uma parte significativa da violência que envolveu esse acontecimento, como queima de cidades e assassinatos em massa, está *muito bem registrada* no filme “Timor-Leste: O Massacre que o mundo não viu”, sob a direção de Lucélia Santos. E, esse conceito atribuído ao filme de *muito bom registrador*, foi dado por um grupo de timorenses que assistiram, como eu, pela primeira vez, esse documentário numa das salas do Instituto de Formação Profissional e Contínua, localizado em Matadouro, Díli, em outubro de 2010.

(...) Senhoras e Senhores, (...) o Portal da Transparência é (...) mais uma das várias medidas (...) [de respeito]: • Ao combate à corrupção (...); • À implementação do princípio de Boa Governação, encorajando a participação do Povo nas decisões políticas e na execução das mesmas; • À criação de mecanismos de transparência; • À activação de um sistema de divulgação eficaz para que toda a população tenha conhecimento (...). Através do Portal da Transparência, chamamos de forma inovadora todos os timorenses a intervir no próprio funcionamento da administração pública e tanto quanto possível a participar na tomada de decisões do Governo. (...)

¹⁵¹

Esse “Portal transparência” foi inaugurado em Timor – Leste, como esforço de construir e consolidar vias inerentes ao processo de democratização do Estado a pouquíssimo tempo atrás, em 15 de março deste ano de 2011. O processo de redemocratização do país é muito recente. Somente no último mês de maio é que foram completados 9 anos de restauração da Independência em Timor-Leste.

Foram realizadas eleições para a Assembleia Constituinte que elaborou a actual Constituição de Timor-Leste, que passou a vigorar no dia 20 de maio de 2002,

¹⁵¹ Parte do pronunciamento de Kay Rala Xanana Gusmão, na ocasião de lançamento do “Portal Transparência de Timor- Leste” (<http://www.transparency.gov.tl/>) em 15 de Março de 2011. Disponível em: <<http://umalulik.blogspot.com/2011/03/lancado-o-portal-da-transparencia-de.html>>. Acesso em 07/4/2011

quando foi devolvida a soberania ao país passando este dia a ser assinalado como Dia da Restauração da Independência.¹⁵²

A história de lutas pela liberdade daquele país é um aprendizado imensuravelmente rico para qualquer sociedade que tenha o desejo de se constituir como sociedade democrática. Aquele povo “maubere” nos ensina que a participação indiscriminada de toda população deve ser a premissa respeitada numa ordem que se pretende democrática. Como construir essa ordem? Os timorenses estão descobrindo juntos, os gonçalenses e brasileiros devem descobrir também.

2.13 A necessidade da consolidação da democracia como condição de garantia dos direitos humanos, igualdade social e do crescimento econômico...

Um problema tradicional dos países latino-americanos foi o divórcio entre os poderes institucionais e os poderes fáticos: embora os textos constitucionais outorguem grande peso ao Poder Executivo e uma importante capacidade de ação ao Legislativo e ao Judiciário, o poder real costuma residir em instituições às quais as normas delegam outras funções (como foi o caso, no passado recente, das Forças Armadas) ou em grupos que não fazem parte da ordem político-institucional (famílias tradicionais, grupos econômicos e outros).¹⁵³

Ao destacar como sendo uma das causas principais da limitação da democracia latino-americana, e em particular da democracia brasileira, o fato do poder real não residir nas instituições outorgadas pelos textos constitucionais, esse documento do PNUD, traz contribuições concretas para análises referentes à necessidade de se repensar estratégias de consolidação da democracia social.

A resolução de problemas econômicos e sociais como pré-requisito para consolidação da democracia e a fragilidade da democracia constituída desde o fim do regime militar até o início da década de 1990 são, para Weffort (1992), fatores preocupantes quanto ao seu futuro.

Diante dessa preocupação o autor desenvolve reflexões sobre algumas concepções que nortearam muitas produções intelectuais daquele momento histórico da década de 1990, das quais se basearam em perspectivas cunhadas de hipóteses que estavam endereçadas as teses de “Perda do futuro”, “Sociedades em degenerescência”, “A Nova Idade Média” e a “Perda de Lugar no mundo” .

¹⁵² Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=29&lang=pt>>. Acesso em 30/5/2011

¹⁵³ Documento do PNUD, p. 162

As considerações do autor sobre essas teses que refletiam pensamentos sobre a conjuntura que envolvia o processo de desenvolvimento da democracia na América Latina (principalmente no Brasil) primaram pela identificação dos fatos que motivaram cada uma delas, das quais, destacamos o sentimento de “perda do futuro” que estaria intimamente ligado a uma “crise de credibilidade em futuro próspero”, orientado pela percepção popular do caos social instaurado com o desemprego, a falta de moradia, falta de serviço público de saúde adequado, etc., que se manifestaria através, inclusive, de afirmações do senso comum, como a de que “O Brasil não teria jeito mesmo!”

Aí está, talvez, a primeira grande diferença entre as crises passadas e a atual [década de 1990]. Vivemos hoje um bloqueio de perspectivas. (...). Uma espécie de ‘fim da história’, a noção de que ‘o futuro já chegou’?(...) Não creio na validade das teorias da pós-modernidade para a Europa, muito menos para as Américas, sobretudo para a latina.¹⁵⁴

Sobre o “segundo” sentimento majoritariamente proclamado durante a última década do século XX, o das “Sociedades em Degenerescência”, o autor entende que o pensamento motivador nesse caso, seria o que estaríamos vivenciando uma situação de “anomia generalizada” que, obviamente, inviabilizaria qualquer movimento de transformação social.

Segundo o autor, citando Dahrendorf, situações de degenerescência social formam as chamadas “áreas de exclusão” que nada mais seriam do que áreas que fogem do controle do Estado, como as que crescem a cada dia no Brasil sob o aval e estímulo de conservadores e neoliberais que afirmam ser a “única” e “nova” forma, da atualidade, de desenvolvimento do mercado e consolidação da democracia: a “economia informal” ou “economia subterrânea”.

Umberto Eco, também citado por Weffort (1992), afirma que uma característica do início de um processo de degenerescência social causada pela anomia generalizada, é a descentralização absoluta do poder dos grandes sistemas. Assim assinala o autor que o combate à anomia deve estar estreitamente vinculado a necessidade de criação de condições para o desenvolvimento da democracia política que deve caminhar junto ao desenvolvimento econômico no sentido de se conseguir a democracia social e a consolidação dessa, haja vista que a desigualdade extrema e a “desigualização”, apesar de não anularem as possibilidades da democracia social, dificultam-na e deformam-na.

¹⁵⁴ Weffort: 1992, p. 42 e 43

2.14 Fatores externos...

A conjuntura internacional sempre deve ser levada em conta na elaboração de projetos que pretendem a consolidação da democracia de uma determinada sociedade nacional. Entretanto, vimos o alerta em Gramsci (1991) que a paralisia do desenvolvimento de uma nação pode estar relacionada às escolhas desse país em priorizar relações internacionais, em detrimento das relações nacionais.

O processo de desenvolvimento da globalização que se intensifica com muita velocidade no mundo, acaba por impulsionar ainda mais o estabelecimento de relações internacionais tornando cada vez mais imperiosa a atenção diante das tensões que envolvem as dinâmicas dessas relações, assim como elas refletem e são refletidas no âmbito das relações internas do país, com o objetivo claro de garantir que tais relações se caracterizem como de interdependência e não de dependência.

Weffort (1992) aborda sua preocupação sobre essa questão no sentido de perceber que a negligência de uma nação quanto a essa questão pode ser traduzida na transformação de uma “interdependência” internacional não “somente” para a de “dependência”, mas inclusive, para a de uma “superdependência”.

O papel dos Estados Unidos e dos organismos multilaterais de crédito (Banco Mundial, BIRD; Fundo Monetário Internacional, FMI; Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID) como fatores de grande influência são mencionados pela metade dos consultados, aproximadamente. Eles apontam a ingerência dos organismos nas questões internas e a perda de autonomia. A dependência se vê expressa nas prioridades da agenda pública, particularmente na coincidência entre as sugestões oferecidas por esses organismos e as pautas de reformas econômicas, fiscais e estatais, previstas a curto e médio prazo.¹⁵⁵

Nesse fragmento do documento do PNUD são registradas algumas observações de intelectuais latinoamericanos¹⁵⁶ sobre suas visões quanto às relações internacionais entre países da América Latina e EUA serem manifestadas, prioritariamente, pela configuração que as define como relações de “superdependência”, manifestando-se em direção do pensamento desenvolvido por Almeida (2000) intitulado em sua pesquisa como *Negociação, Submissão e Recessão* para se referir a relação entre o Brasil da “década quase perdida” de 1980 e os EUA.

¹⁵⁵ Documento do PNUD, p. 167 e 168

¹⁵⁶ Os participantes da rodada de consultas, ou os intelectuais latinoamericanos consultados para elaboração do documento do PNUD estão listados, por país, nas páginas 207, 208 e 209 do documento.

Ainda sem recorrer oficialmente ao FMI, o governo efetuou medidas ortodoxas conforme o receituário do sistema financeiro internacional. (...) A dissimulação da gravidade da crise, nesse momento [agosto de 1982], interessava muito tanto ao governo norte-americano quanto ao brasileiro. (...) Em 18 de novembro de 1982, três dias após as eleições, o Ministro do Planejamento Delfim Netto assumiu publicamente que o governo já adotava uma política econômica dentro dos padrões recomendados pelo FMI. Dois dias depois foi anunciado o acordo formal com os bancos privados e a submissão de um programa ao Fundo.¹⁵⁷

A título de exemplificação quanto às intenções ou “más intenções” embutidas em relações internacionais que se configuram em “pé” de desigualdade quanto ao domínio do poder, Weffort (1992) faz questão de realizar uma observação sobre as declarações de “*John Reed*¹⁵⁸, presidente do Citicorp, na revista *Veja*, em 1990”:

(...) questionado sobre a dívida externa, Reed, representante do maior credor do Brasil [declara]: o problema não é de receber uma dívida, mas de participar da história econômica do país, como há setenta anos (um crítico poderia “traduzir” essa palavra do seguinte modo: o problema não é receber esta dívida, mas dívidas futuras). Reed exemplificou com relação entre o seu banco e a GM, dizendo que esta lhes deve hoje muito mais do que há quarenta anos.¹⁵⁹

Diante dessas abordagens e denúncias é lícito destacar que nem em nossas reflexões sobre tais acontecimentos e nem, muito menos, nas análises dos intelectuais acima mencionados, existe a menor pretensão de eleger como prioritárias, ações de insulamento nacional que erroneamente consideram que os fatores externos não influenciariam nas relações internas. Tanto Almeida (2000) como Weffort (1992) analisam as condições em que as relações externas são configuradas identificando se tais relações ultrapassam ou não o caráter de interdependência.

(...) perdem qualquer relevância pensar a política internacional desvinculada da dinâmica interna, da mesma forma que é cada vez mais problemático analisar a política doméstica sem considerar o contexto externo¹⁶⁰

Seguindo o pensamento gramsciano (1984) que nos aponta a necessidade de entendermos como se desenvolvem as coalizões internas e externas de uma sociedade, vimos

¹⁵⁷ Almeida: 2000, p. 39, 40 e 41

¹⁵⁸ “ (...) John Reed é o banqueiro internacional mais familiar aos brasileiros, não pelas poucas agências do Citibank no país, mas pelo fato de o Citicorp ser o maior credor privado do Brasil (...)”. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/150498/p_110.html>. Acesso em 31/3/2011.

¹⁵⁹ Weffort: 1992, p. 135 e 136

¹⁶⁰ Soares de Lima citada em Diniz, Eli: 2000, op. Cit. p.20.

que, não obstante a necessidade de se entender a internacionalização como característica inerente ao capitalismo, são as escolhas internas realizadas pelos governos nacionais que irão configurar o status de cada país no espaço das relações mundiais: “(...) a modalidade de inserção externa sofre os condicionamentos das políticas executadas por cada governo. (...) o grau de estabilidade das regras do jogo – dependeria dessas escolhas.”¹⁶¹

2.15 Transparência e marketing ...

“Repita uma mentira mil vezes que ela se tornará uma verdade”.

Esse teorema de Paul Joseph Goebbels, que foi ministro de propaganda de Adolph Hitler, se torna cada vez mais presente nas atuais e sofisticadas estratégias de dirigentes políticos que primam pelo convencimento do povo, a qualquer custo, de que os interesses das elites seriam interesses gerais de toda a população, a partir do marketing.

Recentemente, mais precisamente no dia 30 de julho de 2010, foi publicada no site do Instituto João Goulart, as “10 Estratégias de Manipulação Midiática” elaboradas pelo lingüístico estadunidense Noam Chomsky¹⁶², que nos remete à reflexão sobre o que chamamos de sofisticação da aplicação do teorema de Goebbels.

1-A estratégia da distração; 2- Criar problemas, depois oferecer soluções; 3- A estratégia da gradação; 4- A estratégia do deferido; 5- Dirigir-se ao público como crianças de baixa idade; 6- Utilizar o aspecto emocional muito mais do que a reflexão; 7- Manter o público na ignorância e na mediocridade; 8- Estimular o público a ser complacente na mediocridade; 9- Reforçar a revolta pela autocupabilidade; 10- Conhecer melhor os indivíduos do que eles mesmos se conhecem.¹⁶³

Se tivermos de um lado, como um dos pré-requisitos essenciais para a consolidação da democracia, a determinação da transparência dos atos públicos através, inclusive, da prestação periódica de contas à população fazendo frente a ele, como numa guerra ilegítima entre

¹⁶¹Diniz, op. Cit. p. 19.

¹⁶² Noam Chomsky - acadêmico, professor de linguística e filosofia no Massachusetts Institute of Technology (MIT), é também um ativista político incansável em suas manifestações contra o capitalismo americano. – Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u302.jhtm>>. Acesso em 10 de abril de 2011

¹⁶³ INSTITUTO JOÃO GOULART. Disponível em: <<http://www.institutojoagoulart.org.br/noticia.php?id=1861>>. Acesso em 10 de abril de 2011.

desiguais terão, do outro lado, um arcabouço de estratégias e ações de convencimento que primam por uma roupagem falsa de democracia, que esconde, camufla e mente para o povo.

Como se não bastasse essa luta incessante que deve ser travada contra um marketing muitas vezes mal intencionado, as formas de controle social dos gastos do dinheiro público, que deveriam dar conta da fiscalização das ações do poder executivo são, no mínimo, insuficientes e ineficazes.

Arquivado inquérito contra deputado federal Edson Ezequiel: O Inquérito (INQ) 2181, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o deputado federal Edson Ezequiel de Matos (PMDB/RJ), por supostamente assumir obrigação no último ano de mandato, foi arquivado pela ministra Ellen Gracie.¹⁶⁴

O desfecho definitivo dado pela justiça quanto ao processo impetrado a um dos ex-prefeitos do município de São Gonçalo que, requeria o esclarecimento daquela autoridade pública, representante legal do povo, sobre as razões que o teriam motivado a autorização do pagamento ilegal da quantia supra de R\$ 8,11 milhões dos cofres públicos a empresas de materiais de construção, demonstram, mesmo que minimamente, algumas das regras do jogo de esconde-esconde da elite brasileira.

(...) a democracia não se reduz só ao ato eleitoral, mas requer eficiência, transparência e equidade nas instituições públicas e também uma cultura que aceite a legitimidade da oposição política, reconheça os direitos de todos e advogue por eles.¹⁶⁵

Em consonância com o pensamento exposto acima, Coutinho (1980) mostra em seu trabalho reflexões sobre essa cultura da mentira em que se alicerçam alguns dos pressupostos da teoria liberal que tenta freqüentemente esconder, como se fosse possível, a parcialidade dos que compõem o corpo estatal. Indicando, inclusive, que a falta de imparcialidade caracterizaria o Estado como totalitário.

A teoria socialista deve criticar a mistificação que se oculta por trás dessa formulação liberal: deve colocar claramente a questão da hegemonia e da dominação como questão central de todo poder do Estado (...). A democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas. Mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores, representados através da

¹⁶⁴ Revista Digital “Dom Total” – Notícias do STF, em 12/5/2009. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/41/arquivado-inquerito-contra-deputado-federal-edson-ezequiel>>. Acesso em 02/3/2011. “O inquérito apurava a denúncia de que, no final do ano 2000, quando era prefeito de São Gonçalo (RJ), Edson Matos teria autorizado a inscrição de restos a pagar no valor de R\$ 8,11 milhões em favor das empresas Engetécnica Serviços e Construções Ltda. e Construtora e Fornecedor de Materiais de Construção Madre Constança Ltda. O lançamento, de acordo com a denúncia, estaria em desacordo com a legislação.”

¹⁶⁵ Documento do PNUD, p. 25

pluralidade de seus organismos de massa (sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base, etc.) e sob a direção política do (s) partido(s) de vanguarda da classe operária (...). Podemos concluir (...) que a relação da democracia liberal é uma relação da democracia socialista é uma relação de superação.¹⁶⁶

A proposta do autor contra essa estratégia liberal é justamente a realização do contrário. Coutinho propõe a classe trabalhadora que tudo seja dito abertamente para o povo e que ao agir dessa forma a esquerda estará em consonância com a teoria da criação de condições objetivas para o desenvolvimento da “vontade coletiva” de Gramsci.

2.16 Liberdade, Igualdade, Fraternidade...

Com seu lema “*Liberdade, Igualdade, Fraternidade*” e suas conquistas como a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, a Revolução Francesa de 1789, diferentemente do movimento da revolução americana de 1776, que fora “abafado” pelos estratégias dos federalistas, marca a história mundial que passa a dedicar espaço privilegiado e legitimado para as lutas pela liberdade e seus diferentes significados: liberdade de ir e vir, de imprensa, de expressão, de associação, de crença e de tantas outras.

Entretanto, uma discussão fervorosa em torno do conceito de liberdade põe essa bandeira da Revolução Francesa em xeque de definição. Para Bobbio, “o pomo da discórdia foi a liberdade econômica, que pressupõe a defesa ilimitada da propriedade privada”.¹⁶⁷

A clássica divisão social em dois grupos - de um lado, os liberais como defensores da liberdade ilimitada da propriedade privada e, do outro, os socialistas, que defendem a liberdade ilimitada da miséria, do analfabetismo, do subemprego etc. - é por Bobbio (1988) subdividida em três: Os liberais conservadores, os liberais democratas e os socialistas.

Para esse autor o “nó” da discussão sobre o sistema de governo ser ou não ser democrático seria, justamente, esse entendimento de grupos divergentes sobre o conceito de liberdade.

O trabalhador individual é livre, no sentido econômico, diante da empresa? (...) Se o trabalhador não é livre economicamente como indivíduo em face da empresa, sua liberdade econômica depende menos do mercado e mais da organização da sociedade civil e da democracia política. (...) São os pobres politicamente livres em sociedades caracterizadas por extremas desigualdades econômicas e sociais? (...) O

¹⁶⁶ Coutinho: 1980, p. 32 e 33

¹⁶⁷ Bobbio: 1988, p. 80

que é liberdade? (...) [para os neoconservadores] a liberdade defini-se no campo da economia.¹⁶⁸

A discussão sobre o conceito de liberdade é necessária no sentido de desmascarar a lógica neoconservadora que com o objetivo de manter o regime vigente, como garantia de se manter no poder, se utiliza de máximas que não suportam a mínima reflexão teórica sobre o assunto.

Alvarenga (2003) nos remete as reflexões de Bobbio sobre a liberdade esclarecendo suas teses sobre os significados de liberdade em duas vertentes: a liberdade negativa e a liberdade positiva.

Por liberdade negativa entende-se a situação na qual um sujeito tem capacidade de fazer ou não fazer o que as leis permitem ou não proíbem. Sustentada em Hobbes, a liberdade negativa se fundamenta no fato de que os movimentos e as ações do cidadão nunca são em sua totalidade regulados por lei. (...) [e] liberdade positiva, também chamada de liberdade de autonomia, consiste na idéia de que um sujeito tem a possibilidade de orientar seu próprio querer, isto é, sua própria vontade na direção de uma finalidade; de tomar decisões próprias sem que esta seja determinada pela vontade dos outros.¹⁶⁹

Baseado nas reflexões de Spinoza e Rousseau, Bobbio (1991) apresenta mais um campo de discussão sobre o conceito de liberdade que é o campo que prima pela defesa sobre a necessidade de se consolidar a democracia como garantia do efetivo exercício da liberdade.

Esse dois autores defenderam a democracia como forma de garantir a liberdade do indivíduo que só seria possível a partir da passagem do estado natural ao estado civil, o que seria racional.

Bobbio, em Alvarenga (2003), entende as liberdades, positiva e negativa, como duas formas diferentes de perceber uma sociedade livre. Ou seja, a liberdade negativa, requerida pela tradição liberal é a que defende a ampliação das liberdades do indivíduo, em detrimento da atuação do Estado, que deve ser mínimo. E, a liberdade positiva, requerida pelo pensamento da tradição libertária, defende uma sociedade livre de indivíduos associados. Ou seja, uma sociedade onde todos participam ativamente das decisões políticas, onde o poder é dividido entre todos.

Weffort (1992) realiza uma análise que percebe que a desarticulação entre liberdade política e igualdade social, ou entre Estado e Massas, no Brasil traduz-se literalmente, em obstáculos ao desenvolvimento da consolidação da democracia que, só serão superados, como

¹⁶⁸ Weffort: 1992, p. 147

¹⁶⁹ Alvarenga: 2003, p. 108

já faz parte de nossa história, a partir da organização e lutas populares, com as agrárias, abaixo descritas por Almeida (2000).

De Canudos ao MST, passando por Contestado, Trombas, e tantos outros movimentos e lutas, a “Questão Agrária”, como definida por Caio Prado Jr., seria a própria questão nacional e base das desigualdades, injustiças e violência contra o povo brasileiro. Os trabalhadores tiveram um longo processo de lutas e resistências.¹⁷⁰

Um dos focos dessa desarticulação está justamente na configuração da Constituição Federal de 1988 que além de ter sido produzida por dois grupos antagônicos - e ainda bem que foi porque do contrário não se teria sequer as conquistas quanto as questões sociais que, segundo o autor, foram anexadas à C.F./ 88 como apêndices montados por grupos corporativistas - foi construída a partir de um pressuposto falso de que já havia uma ordem política democrática liberal estabelecida.

Para Weffort, esse pressuposto é que se configura no “nó” da questão sobre os fracassos dos projetos pensados para consolidação da democracia no Brasil. Desse modo, a democracia que estava sendo estabelecida no Brasil da década de 1990 era a “democracia de conflito” ao invés da “democracia social” “encontrada” na C.F./88, haja vista que, no território brasileiro ainda não havia, e não há, a necessária ordem social pré-estabelecida, apesar da tradição populista, com origens na demagogia de Roosevelt, insistir na afirmação contrária.

“A democracia de conflito não pressupõe uma sociedade organizada, mas uma sociedade muito desorganizada e dividida em integrados e marginalizados. Enquanto as democracias sociais requerem o consenso a respeito das questões econômicas e sociais básicas, a democracia de conflito depende da sólida legitimidade de regras e procedimentos, de modo a tornar tolerável o intenso conflito sobre questões de substância social e econômica.¹⁷¹”

Essas colocações de Weffort, que já foram discutidas no corpo deste capítulo, muitas vezes baseadas em estudos comparados entre a situação brasileira e o processo de consolidação da democracia em países da Europa e EUA, estão em comum acordo com as conclusões de Wood (2010) sobre ser a organização e participação popular o único caminho possível para consolidação de uma democracia para além da democracia política, a

¹⁷⁰ Almeida: 2000, p. 5

¹⁷¹ Weffort: 1992, p.31 e 32

democracia social, tendo em vista que a democracia capitalista consegue viver muito bem obrigada com as desigualdades sociais.

As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo a igualdade e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta.¹⁷²

Os sentidos da trajetória das conquistas pelos direitos de cidadania no Brasil, pensados por Alvarenga (2003), apresentam um elenco de contradições nos discursos, práticas e leis que nos oferece a oportunidade de traçar um panorama reflexivo sobre algumas tensões desenvolvidas entre as elites e a população brasileiras: De um lado as investidas históricas das elites que primaram e primam pela propagação e continuidade de um imaginário sobre o perfil do povo brasileiro como sendo dócil e feliz mesmo sem pão e sem-teto e, do outro lado, o povo que luta incessantemente, e muitas vezes violentamente, pelo direito à saúde, alimentação, educação, emprego e moradia.

¹⁷² Wood: 2010, p. 184

3 DO EXERCÍCIO DA PRÁXIS

3.1 Primeiras palavras...

*“O Estado é a organização econômico - política da classe burguesa. O Estado é a classe burguesa na sua concreta força atual.”
“Todo Estado é uma ditadura.”*

Antônio Gramsci¹⁷³

O desenvolvimento deste capítulo é orientado pela pretensão de traçar um perfil quanto à percepção da categoria dos profissionais da Educação de São Gonçalo sobre as formas como ocorreram as relações entre o Poder Público Local e a mesma no que diz respeito ao desenrolar do processo democrático durante o período de 1990 a 2010, buscando, inclusive, entender a visão de democracia que tem esta categoria.

O espaço temporal, delimitado para realização desta pesquisa, como já mencionado no primeiro capítulo, possui a devida extensão de vinte anos por conta do objetivo de caracterizar este trabalho como uma pesquisa de Estado e não de governo. E, para rememorar o exposto naquele capítulo, também destacamos, neste, os nomes dos chefes do Poder Executivo durante o momento investigado: Edson Ezequiel de Matos (1989-1992 e 1997-2000), João Barbosa Bravo (1993-1996), Henry Charles Armon Calvert (2001-2004) e Maria Aparecida Panisset (de 2005 até hoje).

As análises propostas neste capítulo possuem como suporte teórico-metodológico a discussão realizada durante a construção dos capítulos anteriores, da qual nos possibilitou compreender diferentes características que envolvem o conceito de democracia, prioritariamente o conceito de democracia representativa ou moderna, base do diálogo que desenvolvemos com a percepção que os profissionais da educação de São Gonçalo têm sobre o tema.

O fato de que a história é contada sob a ótica de seu narrador ou de seus representantes e o fato de que as elites contam com diferentes meios de comunicação como divulgadores de suas

¹⁷³ Disponível em: 1) Pensamentos de Gramsci em PENSADOR.INFO. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/autor/a_gramsci/> - acesso em 31/5/2011 e 2) Conforme o “Citador” <<http://www.citador.pt/frases/citacoes/a/a-gramsci>>. Acesso em 15/8/2011 a fonte da frase **“Todo Estado é uma ditadura.”** é *Ordine Nuovo* (GRAMSCI, Antônio. L’Ordine Nuovo 1919-1920. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1987.) e das frases **“O Estado é a organização econômico-política da classe burguesa.”** e **“O Estado é a classe burguesa na sua concreta força atual.”** é *Scritti Giovanili* (GRAMSCI, Antônio. Scritti Giovanili 1914-1918. IN: Coleção: Opere Di Antonio Gramsci. Editor: Einaudi: 1972).

percepções históricas são um dado que, como já mencionado, mas que se faz lícita a reiteração da informação, justifica a pretensão do presente trabalho de contar, mesmo reconhecendo os limites de seu humilde alcance, sob a ótica de um grupo da classe trabalhadora, uma parte da história da educação pública local, além de reunir dados que possam contribuir com reflexões quanto a formas de construção e consolidação da democracia na cidade.

(...) me desculpe, mas eu não entendi a sua pesquisa... você as vezes fala do SEPE... as vezes fala dos professores... a sua pesquisa vai tratar de quem afinal de contas?¹⁷⁴

(...) O SEPE não, Ana Valéria! Pelo amor de Deus! Será que você não entende que o que o SEPE fala não tem nada a ver com o que os professores querem!¹⁷⁵

Também é lícito que se destaque que a ousada utilização da ciência estatística nesta pesquisa, aconteceu porque desejávamos que a validade de nossas descobertas fosse legitimada por essa ciência, inclusive, no que tange a contribuição pretendida quanto à desconstrução do pensamento ainda presente no imaginário de uma parcela significativa de profissionais da educação - conforme exemplificado nos dois fragmentos expressos acima - de que os ideais dos dirigentes do SEPE- SG não estariam em consonância com os ideais dos profissionais que formam sua base.

Entretanto, haja vista a impossibilidade, justificada pela extensa quantidade numérica, de se realizar tanto um censo estatístico como uma pesquisa fundamentada num cálculo de amostra populacional dos profissionais da educação de São Gonçalo, optamos pelo desenvolvimento de uma dinâmica de análise que envolvesse tanto a utilização de instrumentos de quantificação, e de testes dessa ciência, como o de interpretação qualitativa dos dados coletados.

A opção por entrevistar professores do Colégio Municipal Presidente Castello Branco¹⁷⁶ integra-se a estratégia empreendida nessa pesquisa de se realizar, em determinados momentos, testes comparativos entre os pensamentos desses professores e os pensamentos dos dirigentes do SEPE – SG, além de “simplesmente” fazer parte do número total de entrevistados.

¹⁷⁴ Parte da intervenção de uma querida colega da UERJ/ FFP, sobre a minha pesquisa no momento em que eu estava apresentando o projeto para um grupo (em 2009).

¹⁷⁵ Parte da fala de uma querida colega, professora de uma escola em São Gonçalo, pertencente a rede pública estadual do Rio de Janeiro, quando exemplifiquei alguns pensamentos e ações do SEPE-SG no momento em que conversávamos, ela, alguns funcionários e eu, sobre algumas necessidades e expectativas dos professores e funcionários estaduais.

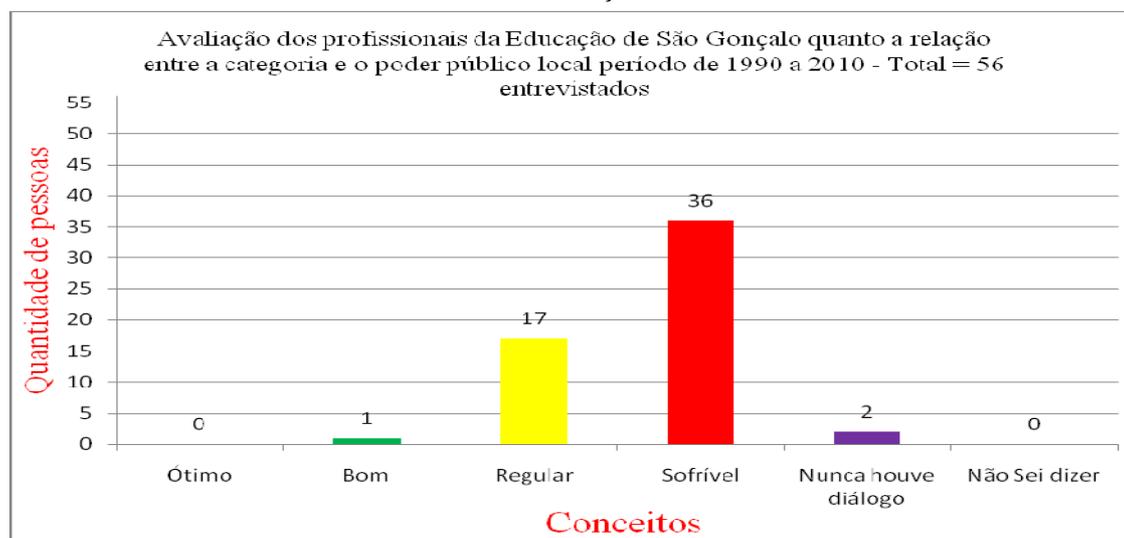
¹⁷⁶ Além da facilidade de acesso que contamos por se tratar de uma das escolas em que eu trabalho.

3.2 Mensurando a percepção da categoria quanto ao desenvolvimento das relações com o governo local ...

A análise realizada neste tópico é iniciada pelo esforço de diagnosticar o estado da democracia a partir de um balanço geral do período recortado para este trabalho. Assim, inicialmente solicitamos que nossos entrevistados avaliassem, sinteticamente, de forma pessoal, de que maneira se caracterizou o desenvolvimento da relação entre a categoria de profissionais da rede pública municipal de educação de São Gonçalo e os membros dos governos do município durante o período de 1990 a 2010.

As opções oferecidas aos nossos entrevistados foram os conceitos: ótimo, bom, regular, sofrível, nunca houve diálogo e não sei dizer.

Gráfico 1: As relações em conceitos



Os dados do gráfico acima evidenciam que 64% (36) dos entrevistados responderam que tais relações se configuraram como sofríveis, que 30% (17) as classificaram como regulares e 4% (2) optou pelo entendimento de que nunca houve diálogo entre as partes.

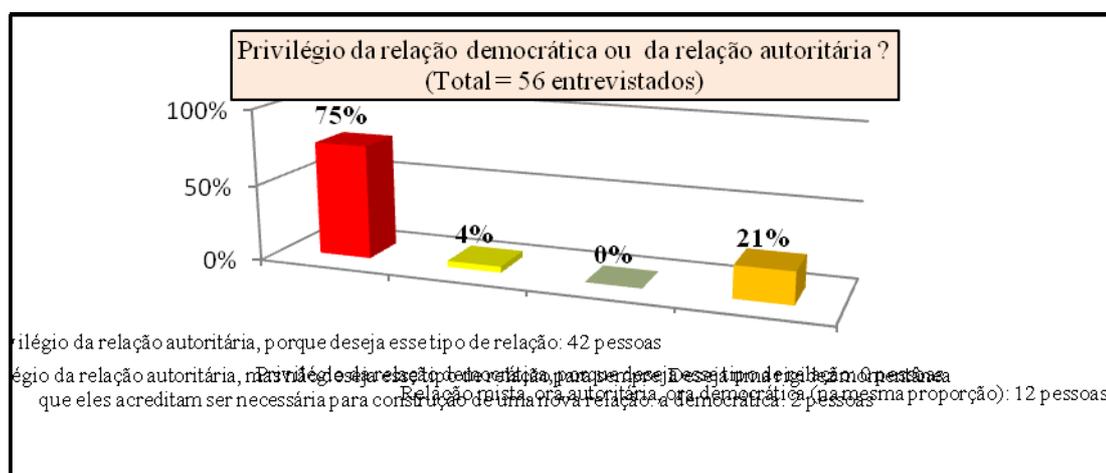
Ao considerarmos essas três categorias como um conjunto de opções caracterizado como escolhido por pessoas que não se mostraram satisfeitas, visualizamos o altíssimo e preocupante índice, para a democracia, de 98% (55) de entrevistados insatisfeitos.

O “segundo passo”, mais específico que o primeiro, foi dado na tentativa de se compreender, mais detalhadamente, o desenvolvimento dessas relações. Nesse momento da

entrevista foram oferecidas, aos entrevistados, algumas alternativas que sinalizavam diferentes modelos de relacionamento entre governantes e governados.

Essa questão que objetivou mensurar qual seria a prevalência do formato das relações, na perspectiva dos entrevistados, configurou-se num conjunto de categorias que variou entre o privilégio da relação autoritária, o privilégio da relação democrática e as nuances entre esses dois extremos, obteve o seguinte resultado:

Gráfico2: A relação é autoritária ou democrática?



(...) o despotismo é uma forma legítima de governo quando se está na presença de bárbaros, desde que o fim seja o progresso delas e os meios sejam adequados para sua efetiva obtenção.¹⁷⁷

Controversas à parte e já mencionadas no capítulo anterior, as “categorias nuances” que se encontram entre “autoritarismo” e “democracia” foram inspiradas nessa afirmativa de Mill sobre uma suposta necessidade de se estabelecer um regime autoritário com propósitos de se consolidar um regime democrático depois do estabelecimento de uma ordem social pós-bárbarie.

É importante destacar, entretanto, que, apesar das nuances terem sido inspiradas por esse argumento de Mill, a resposta que contemplou tal pensamento só recebeu 4% do total de votos.

As respostas ficaram polarizadas entre “privilégio da relação autoritária” e “privilégio da relação mista” e a porcentagem dos votos fornecidos pelos dirigentes do SEPE-SG e pelos professores do CMPCB ficou distribuída da seguinte forma: 91% (10) dos diretores do SEPE-SG e 71% (32) dos professores escolheram “privilégio da relação autoritária” e 9% (1) e 29%

¹⁷⁷ Mill citado por Bobbio. Op. Cit., p. 67

(11), respectivamente, optaram pelo entendimento que existe o privilégio de uma “relação mista, ora autoritária, ora democrática”.

Não obstante de esse número ser consideravelmente alto, 29% (11) de respostas fornecidas pelos professores do CMPCB sobre o entendimento do privilégio da relação mista, isso não invalida a constatação do sentimento de insatisfação desses profissionais quando consideramos as respostas constantes no gráfico 1: “regular”, “sofrível” e “nunca houve um diálogo” pertencendo a uma mesma categoria de “insatisfeitos”.

Essa insatisfação também percebida numa análise separada das partes, ou seja, a partir de uma análise comparativa entre as opiniões dos dirigentes do SEPE – SG e dos professores do CMPCB, mostra a existência de associação entre as respostas dos grupos estudados, haja vista o resultado obtido de 100% (11) e 98% (44) respectivamente. Entretanto, essa associação se distancia caso retiremos a categoria “regular” dessa análise, que resulta numa aproximação menos significativa, apesar de consideravelmente importante, como vimos na tabela abaixo: 100% (11) dos dirigentes do SEPE-SG e 60% (27) dos professores do CMPCB.

Tabela 01: Avaliação das relações com atribuições de conceitos

Questão: Escolha uma opção que revele sua avaliação, geral e pessoal, sobre a relação entre a categoria e os membros dos governos durante o período de 1990 a 2010:							
Variável de Exposição	Variável Resultado/ Grupos de Respostas						Total
	Ótimo	Bom	Regular	Sufrível	Nunca houve diálogo	Não Sei dizer	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	00	00	00	11	00	00	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	00	01	17	25	02	00	45
TOTAL	00	01	17	36	02	00	56

Concomitante a essa análise quantitativa, registramos as intervenções dos entrevistados todas as vezes que foram manifestadas. Assim, observações como “[Eles assumem] *posturas de que são os donos do poder, não têm costume de se sentar e conversar com a categoria. Não só sobre salário, mas tudo sobre a Educação*” ou “*o tempo inteiro esses governos querem enganar*”, ou ainda “*Democracia é uma maneira organizada de reprimir o povo.*” demonstram não somente a insatisfação dos entrevistados como a descrença na democracia da forma como é apresentada para a categoria, o que, no mínimo, podemos considerar como sendo preocupante quando pensamos num projeto maior de construção e consolidação da democracia social.

É importante destacar que a mesma questão nomeadamente como questão nº1, exposta no primeiro gráfico deste capítulo, foi desmembrada entre os quatro prefeitos que compunham

o período referido nesta pesquisa, a fim de tentar descobrir se havia algum deles que, ao ser analisado separadamente, pudesse ter conseguido atingir um grau mais positivo de satisfação entre os entrevistados. O que não ocorreu, haja vista que nenhum dos referidos prefeitos (Edson Ezequiel de Matos, João Barbosa Bravo, Henry Charles Armon Calvert e Maria Aparecida Panisset), conseguiram uma soma inferior a 80% (45) de insatisfação (caso consideremos a categoria de “insatisfeitos” a que reuni os quesitos “regular”, “sofrível” e “nunca houve diálogo”).

Que democracia é essa apresentada para a categoria que a leva a supor que seria uma “maneira organizada de reprimir o povo”? Que democracia é essa apresentada para a categoria que a faz decidir não participar das conferências que teriam o propósito de construir o Plano Nacional de Educação que regeria suas vidas profissionais, refletindo em suas vidas pessoais por, pelo menos, durante o período de dez anos (2011-2020)?

Essas e outras indagações já reveladas, e ainda a serem aprofundadas em reflexão no percurso deste trabalho, nos motivaram a realizar uma investigação mais minuciosa sobre as possíveis causas desses pensamentos.

Destarte, inicialmente, pensando em investigar as engrenagens dos “movimentos ocasionais” que fizeram parte das relações entre o SEPE-SG e o poder público local, no que tange a construção e consolidação do primeiro passo a ser conquistado no desenvolvimento da democracia, segundo Hobbes em Bobbio (1988): o “pacto de não agressão”, elegemos quatro questões que pudessem sinalizar a existência ou não desse pacto a partir da mensuração da intensidade das tensões. Assim, as quatro questões abaixo demonstradas na tabela 02, foram agrupadas em duas categorias de análise nomeadamente como “Agressões leves e médias” e “Agressões Graves”.

Tabela 02: Sobre a existência do “Pacto de Não Agressão”

Categorias/ questões e repostas	Mensurando a existência de “Agressões Leves e Médias”		Mensurando a existência de “Agressões Graves”	
	Questões realizadas aos entrevistados:	Existiu durante esse período (de 1990-2010) momentos em que o SEPE foi agredido, seja verbal e/ou fisicamente por membros da PMSG?	Existiu durante esse período (de 1990-2010) momentos em que a PMSG foi agredida, seja verbal e/ou fisicamente por membros do SEPE?	Existiu durante esse período (de 1990-2010) momentos em que a PMSG utilizou da força policial para inibir algum movimento pacífico do SEPE?
Resumo quantitativo das Respostas	Das 56 pessoas pesquisadas, em graus variados de frequência, 79% (44) afirmaram que sim e 20% (11) respondeu que não se lembra ou não sabe dizer. Ou seja, apenas 1% (01) disse afirmou que não.	55% (31) das pessoas entrevistadas, em diferentes graus de frequência, responderam que sim e complementaram com observações como: “ <i>Se crítica dura é agressão, então foi sim</i> ” ou “ <i>No sentido de fazer a crítica: sempre, mas fisicamente não</i> ”, 25% (14) responderam que não se lembram ou não sabem dizer e 20% (11) disseram que não.	Também com diferentes graus de frequência, o total de pessoas que responderam que sim foi de 79% (44), pessoas que disseram que não se lembram ou não sabiam dizer, 18% (10), e 3% (02) disseram não.	5% (03) das pessoas disseram que sim, 32% (18) que não se lembravam ou que não sabiam dizer e 63% (35) disseram que não.

Para melhor visualização dos resultados dessas questões, organizamos dois gráficos que pretendem demonstrar a configuração dos resultados obtidos na tabela acima. Um para a categoria de análise nomeadamente por “Agressões Leves e Médias” (Gráfico 3) e outra para a de “Agressões Graves” (Gráfico 4).

Gráfico 3: “Agressões Leves e Médias”

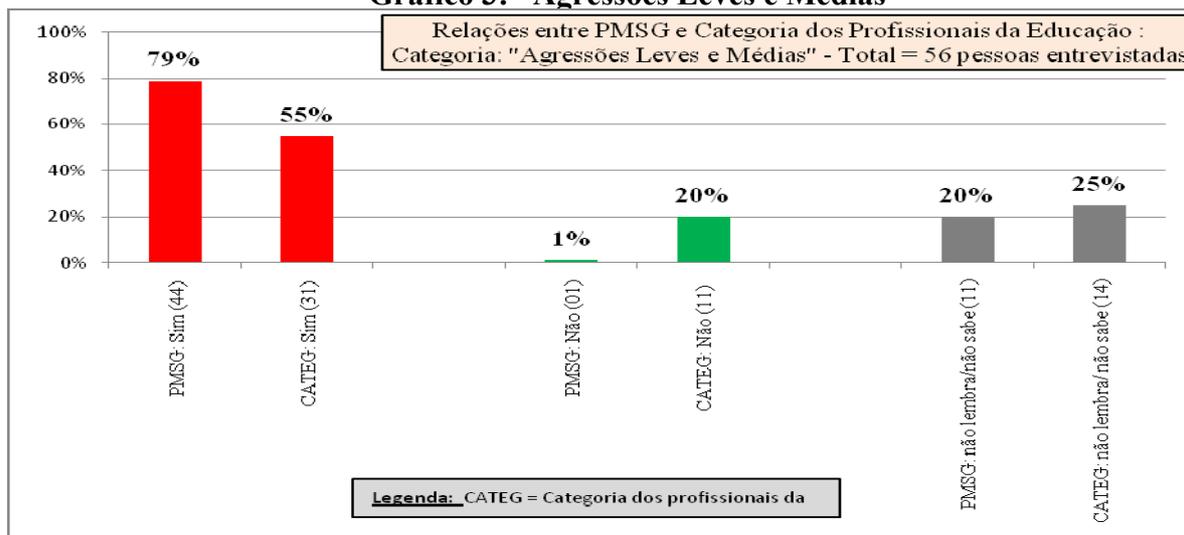
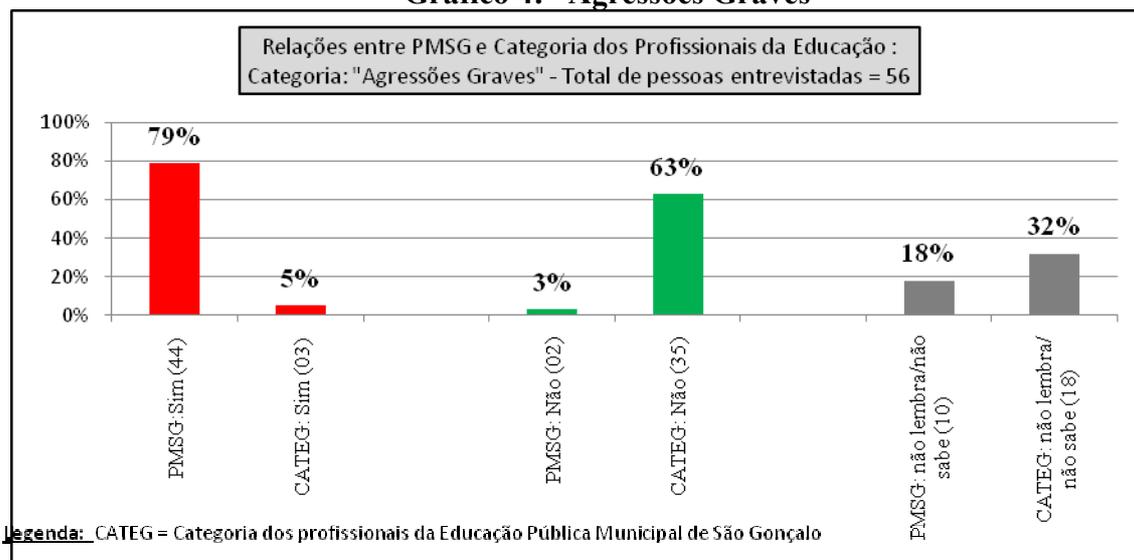


Gráfico 4: “Agressões Graves”

Os dados expostos tanto na tabela 02 como nos gráficos 3 e 4, nos proporcionam uma visibilidade sobre a visão da conotação agressiva que se apresenta o desenvolvimento das relações entre o poder público local e a categoria dos profissionais da educação durante o período em questão, apontando uma aproximação maior entre as relações quando se trata das que se configuram como relações “agressivas leves e médias” e um distanciamento quando se trata das relações classificadas como “agressões graves”.

Em Bobbio (1988) o “esquema simples” de Hobbes, mas de validade teórica historicamente reconhecida, no que tange a explicação sobre o desenvolvimento de um processo democrático, vimos que o estágio de “agressão” intensificado entre diferentes grupos que compõem uma mesma sociedade revela que, nem o primeiro pacto rumo à democracia, aquele de não agressão, foi atingido. E, nas palavras de Weffort (1992) vimos que esse estágio agressivo revelaria a existência de uma das características de teorias produzidas na década de 1990, sobre uma atualidade que se configuraria em evidências de um suposto “retorno à Idade Média” ou de uma “Nova Idade Média”.

Outro dado importante que contribui com essa configuração de relação, majoritariamente marcada por uma conotação violenta, é fornecido pelas respostas dos entrevistados quanto à forma como são solucionados os conflitos entre as partes aqui pesquisadas.

Para conhecermos a forma priorizada na solução dos conflitos, organizamos a questão que é apresentada na tabela 03. Nessa questão foram oferecidas aos entrevistados, além de três alternativas de respostas (com diferenciação entre níveis de acontecimentos), a possibilidade de se criar uma quarta opção, como pode ser observado abaixo:

Tabela 03: A solução dos conflitos

<u>Tabela demonstrativa da frequência das respostas obtidas com a questão:</u>																					
<ul style="list-style-type: none"> Sobre os conflitos entre poder público e categoria dos profissionais da Educação de São Gonçalo, como são resolvidos? 																					
Variável de Exposição	- Variável Resultado / Grupos de Respostas																				
	Através de conversa:					Através da repressão velada:					Através da repressão aberta:					Outras formas:					
	sempre	mais de 50% das vezes	menos de 50% das vezes	nunca	TOTAL de RESPOSTAS	Sempre	mais de 50% das vezes	menos de 50% das vezes	nunca	TOTAL de RESPOSTAS	sempre	mais de 50% das vezes	menos de 50% das vezes	nunca	TOTAL de RESPOSTAS	sempre	mais de 50% das vezes	menos de 50% das vezes	nunca	Não tem outras anteriores atendidas	TOTAL de RESPOSTAS
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	00	00	05	06	11	01	05	02	03	11	02	01	06	02	11	01	01	01	00	08	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	01	03	19	22	45	13	22	06	04	45	06	10	12	17	45	04	01	00	00	40	45
TOTAL	01	03	24	28	56	14	27	08	07	56	08	11	18	19	56	05	02	01	00	48	56

É mister destacar que essa questão foi uma das que mais causou polêmica no momento da entrevista, logo foi uma das que mais contou com registros de observações extras tais como:

“Menos que 50% para o quesito através de conversa, disse: bem menos que 50%. Quase nada.”

“ Outra forma de resolver é a de que 50% das vezes eles manipulam o judiciário e o legislativo. Ex.: vetando eleição para diretor, mandando juiz para outro lugar ou dando prêmios para juízes, ou manipulando a opinião pública através da imprensa.”

“Os conflitos só são resolvidos através de lutas persistentes.”

“Outra forma é através da barganha, com mais de 50%.”

“Os conflitos não são resolvidos.”

“As conversas não vão para lugar nenhum.”

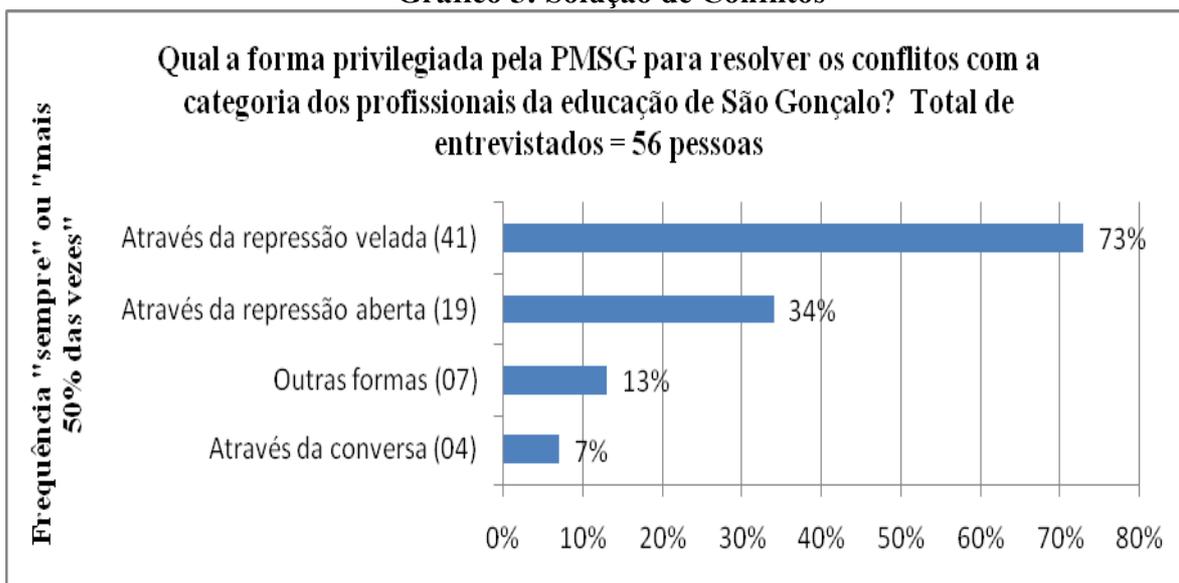
“Existe uma indústria de boatos criado pela SEMED ou PMSG – inclusive para desmobilizar a categoria.”

“Outra forma é dividindo os profissionais municipais. Exemplo: dando aumento para todas as outras categorias – para a Educação, dizendo que a Educação não precisa (Aparecida que faz isso)”.

Com o propósito de identificar a percepção da maioria, reagrupamos as respostas “sempre” e “mais de 50%” das vezes”. Esse reagrupamento nos possibilitou inferir que, mesmo diante da polêmica que gerou em torno dessa questão, a opção pela “repressão velada” foi a “campeã” em votos.

Esse novo reagrupamento dos dados coletados e expostos na tabela 03 são novamente organizados no gráfico 5, que demonstra, numa escala organizada em ordem decrescente, os “campeões” de atitudes privilegiadas pela PMSG, no que diz respeito à solução dos conflitos (sempre do ponto de vista da categoria dos profissionais da educação pública de São Gonçalo).

Gráfico 5: Solução de Conflitos



A partir desse conjunto de percepções que formam um quadro panorâmico que revela a visão da categoria dos profissionais da educação sobre como são desenvolvidas as relações entre o poder público local e a mesma, atrelado ao entendimento equivocado, porém propagado como verdadeiro, sobre ser a “democracia moderna”, vivenciada nos dias de hoje, sinônimo de “democracia política”, podemos elaborar nossa primeira conclusão sob a constatação de que esses fenômenos estão fortemente atrelados às causas que evidenciam uma intensificação na geração do desânimo e da descrença em relação ao sistema de governo democrático, confundido, inclusive, sob a forma de seu conteúdo.

Ou seja, quando membros da diretoria do SEPE-SG, lá no capítulo I, justificam a retirada da entidade da participação das Conferências de Educação (2009 – 2010) por conta da falta de credibilidade na “democracia representativa”, na verdade as pessoas estão se referindo a “forma” de fazer democracia como sendo o seu “conteúdo”.

A forma da “Democracia representativa” é a única viável em sociedades complexas como a nossa já previa Rousseau no século XVIII. A outra forma seria a “Democracia Direta” que só foi possível em sociedades da antiguidade.

A partir da compreensão sobre essa diferença, arriscamos supor que, o que deve ser discutido nos dias de hoje não é a “forma”, mas o “conteúdo” da “democracia”. Essa percepção, que foi sendo construída durante o desenvolvimento desta pesquisa, teve sua origem quando nos lançamos tanto na investigação e discussão sobre quais seriam as características que formariam uma “verdadeira” democracia ou quais seriam as verdadeiras democracias sob o ponto de vista de diferentes grupos ideológicos.

Diante dessas investigações e reflexões conseguimos compreender que são essas questões, às vezes de forma mais visível e às vezes menos, que norteiam as polêmicas geradas em torno do que seria o conteúdo da democracia. Definitivamente elas não se apresentam de forma clara e, a confusão pode ser compreendida como sendo proposital no sentido de estar a serviço de interesses de determinados grupos que não desejam transparência nas discussões, justamente porque, a confusão pode gerar, e gera, garantias de permanências de determinados segmentos sociais no poder.

Um exemplo dessa “confusão”, plantada a serviço de interesses muito bem definidos, é aquela gerada pela “reinvenção americana da democracia”, analisada em Wood (2010) e mencionada no capítulo anterior.

Diante das contribuições de Wood (2010), Weffort (1992), Coutinho (1980) e Bobbio (1988 e 1991), vimos que representantes de diferentes setores das sociedades primam por defender modelos diferentes de democracias, ou talvez melhor dizendo, defendem conteúdos diferentes da democracia representativa.

Exemplo dessas diferentes defesas é a clássica divisão que acontece sob a perspectiva da democracia liberal ou burguesa, de um lado, e da democracia social, de outro: na perspectiva liberal o conceito de democracia é restringido ao conteúdo de um modelo de democracia política - como se bastassem as características desse modelo para garantir a democratização dos bens e serviços entre os indivíduos que formam uma sociedade e, a democracia social prima por conquistas maiores a da democracia política inspirada na ideologia burguesa: a democracia social se configura pela democratização dos bens e serviços entre todos os membros de uma sociedade, inclusive entendendo essa democratização como fazendo parte de um círculo “vicioso” (no bom sentido) que integra a democratização das decisões políticas.

Nas palavras de Weffort (1992) uma das possibilidades de consolidação da democracia social seria a combinação entre elementos da democracia direta e da democracia representativa, único formato possível em sociedades com desenvolvimento complexificado, combinação da qual também está presente nos caminhos sugeridos para o desenvolvimento da

democracia constante no documento do PNUD - 2004 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Do ponto de vista da população pesquisada, o desenvolvimento das relações investigadas em São Gonçalo (de 1990 a 2010) caracteriza-se por um panorama político marcado pela insatisfação da categoria dos profissionais da educação pública municipal quanto à forma em que “aconteceu” o diálogo entre a categoria e o poder público local. Essa insatisfação, justificada pela presença do privilégio do autoritarismo e de elevados índices de repressão, seja velada ou aberta, nos indica que, além de se discutir o conteúdo ideológico da democracia que queremos construir em nossa cidade, é preciso que seja garantido, pelo menos, o primeiro daqueles três momentos de construção e desenvolvimento de um sistema de governo democrático da teoria de Hobbes, pois em São Gonçalo, sequer o “pacto de não agressão” é respeitado.

Mas será que o sistema de governo democrático é o desejado pela maioria?

Num primeiro momento essa questão pode parecer “tola”, haja vista que, pelo menos teoricamente, o “valor universal” da democracia no mundo ocidental, conforme Coutinho (1980) seria incontestável. Entretanto, posturas e colocações, muitas vezes revestidas por tons de “brincadeira” (outras não), mas que fazem parte do vocabulário comum das pessoas quando discutem democracia (das quais somos testemunhas), principalmente no momento vivenciado quando estávamos realizando as entrevistas para esta pesquisa, nos orienta a refletir sobre essa “incontestabilidade”.

“Eu gosto de democracia quando mandam em mim e não gosto dela quando sou eu é quem mando nos outros.”

“Eu penso que o problema da escola pública de hoje é que existe muita democracia. Veja a escola particular! Lá não tem democracia e as coisas funcionam muito melhor.”

“Quer saber se uma pessoa é democrática? Dê o poder para ela!”

Na contramão de dois desses fragmentos de depoimentos (os dois primeiros), o Índice de Apoio Cidadão à Democracia (IAD) utilizado pelo PNUD (2004) para medir as tendências da população da América Latina possui resultado positivo. Ou seja, apesar de pensamentos como os expostos acima, o resultado do IAD comprova que a maioria do povo latinoamericano é a favor da democracia. O que demonstra que, pelo menos para a maioria, talvez o valor da democracia seja realmente incontestável.

3.3 Mensurando o apoio à democracia em São Gonçalo...

O resultado do IAD para a região tendeu a ser positivo para a democracia. Os democratas, em termos de correlação de forças, estão em melhor posição do que seus contrários, os não-democratas. Na verdade, os democratas constituem a tendência em relação à democracia mais difundida e tenderam (embora levemente) a participar mais na vida política e social dos seus países do que as pessoas com outras tendências.¹⁷⁸

Muito embora não faltem argumentos, inclusive proclamados por colegas da classe trabalhadora (como vimos), que buscam justificar, no atual contexto histórico, que outro sistema de governo seria melhor do que a democracia. Esses argumentos se sustentariam numa suposta idéia de que outro modelo conteria elementos essenciais para o estabelecimento da “ordem e do progresso” como a suposta eficiência do modelo de governo autocrático. O fato, entretanto, é que o resultado do IAD revela que o pensamento majoritário é contrário a essa posição.

Conforme verificamos no capítulo anterior, os liberais, na obra de Bobbio (1988), são os autores defensores dessa “democracia pela metade” formada por, pelo menos, três “defeitos” do poder democrático causadores dessa ingovernabilidade da democracia: 1. A existência de uma “sobrecarga” de tarefas devido à demanda mais fácil, que causaria dificuldades em se garantir as respostas do governo; 2. O aumento dos conflitos sociais que devido a descentralização do poder causariam uma crise interna classificada como patológica para o exercício dos poderes e 3. Que a democracia estaria fundamentada numa defesa indefensável de que seria o único regime capaz de atender aos interesses do povo, haja vista a própria contradição interna existente em seu princípio básico calcado no critério da maioria.

Com uma ousada intenção de criar nosso próprio “IAD” (ou IADinho) para medir o grau de aceitação da democracia de nossa população alvo, decidimos trazer para nossa entrevista esses três “defeitos” do poder democrático para que nossos entrevistados opinassem sobre eles. Dessa forma, foram criadas três questões, uma para cada “defeito”, além de uma primeira que tinha o propósito de introduzir os entrevistados ao tema sobre a efervescência presente num regime onde as pessoas buscam soluções para seus problemas de forma ativa, de forma participativa.

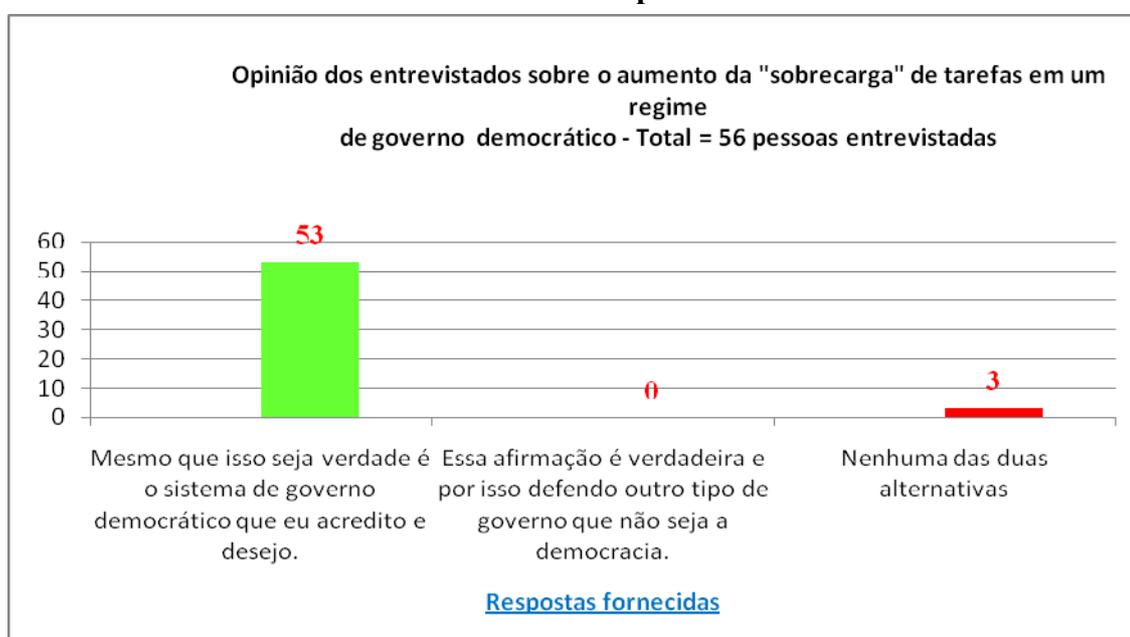
¹⁷⁸ PNUD: 2004, p. 153

Nessa questão “introdutória” os entrevistados foram provocados a opinar sobre a idéia de que o envio de solicitações sistematizadas de carências do povo ao poder público, num regime de governo democrático, teria seu volume aumentado.

Ao serem inquiridos sobre essa afirmativa, 75% (42) dos entrevistados concordaram plenamente com ela, 20% (11) concordaram parcialmente e 5% (03) não concordaram.

Somente após essa primeira provocação os interrogados tiveram contato com as três questões desenvolvidas acerca dos referidos “defeitos” do poder, dos quais as respostas foram contabilizadas e transformadas nos próximos três gráficos abaixo.

Gráfico 6: Defeito nº 1 do poder democrático



De acordo com tais autores [os liberais, segundo Bobbio, 1988] o aumento de demandas num sistema democrático dificulta que tais demandas sejam resolvidas pelo poder público porque esse receberia uma “sobrecarga” de tarefas que não existe em governos autocráticos. Supondo que essa afirmação esteja correta, qual é a sua opinião?

Essa foi a questão apresentada aos entrevistados que, além de optarem majoritariamente (95% = 53 dos entrevistados) pela democracia, mesmo contando com esse “defeito” da sobrecarga de tarefas, contribuíram com argumentos que, além de reiterarem suas opções, forneceram subsídios que ampliaram um debate que não foi capaz de ser concluído e que nem tampouco havia se iniciado com essa pretensão:

“A democracia é melhor, mesmo com a sobrecarga, porque isso ocorre no início, pois depois que ela pegar o rumo não haverá mais sobrecarga.”

“Essa sobrecarga advém das carências sociais e não do sistema de governo, elas remontam os 500 anos de história que a gente tem.”

“Exemplo: “X” [a diretora de uma das escolas – que não é o CMPCB - em que essa entrevistada trabalha] quer centralizar tudo e não consegue suportar a sobrecarga, mas se ela descentralizasse não teria a sobrecarga. O medo da democracia também está no medo de descentralizar tarefas e decisões, numa democracia pessoas reivindicam.”

Das três pessoas que formaram os 5% do gráfico 6, escolhendo a opção “Nenhuma das alternativas acima”, duas quiseram justificar suas escolhas: “*As duas afirmações acima estão muito radicais*” - disse uma delas; “*A democracia seria ótima para pessoas de bom caráter administrarem a cidade. O ser humano não vai ser bom. A democracia coloca o mau caráter com muito poder e ele tira tudo do povo.*” - Eu pergunto: Solução? E a pessoa responde: “*Não tenho. Vamos pensar! Autocracia ninguém quer, nem eu, mas essa democracia, que mascara uma autocracia, também não quero.*”

Como já assinalado no capítulo anterior, o desenvolvimento da democracia política sem estar atrelado ao desenvolvimento econômico não garante a consolidação da democracia social, o que gera um sentimento de que vivenciamos uma “democracia pela metade”. A resposta dessa professora que enfatiza “*não querer a aristocracia*”, mas que deseja algo mais do que essa “*democracia que mascara uma autocracia e que põe o mau caráter no poder para tirar tudo do povo*”, consegue representar, de forma muito original, os sentimentos que envolvem as observações dos entrevistados que dizem “*quererem a democracia, mas não essa que está aí*”.

A conclusão que tivemos condições de formular sobre esses comentários foi a de que a “democracia política” estaria recebendo um lugar privilegiado no conceito sobre democracia, ou seja, um lugar de sinônimo do conceito de democracia ao invés de ser, conforme Coutinho (1980), apenas uma possibilidade criadora de condições objetivas necessárias para transformação do cenário de desigualdades sociais vivenciado pela população brasileira. Nessa perspectiva, o autor define a democracia política como instrumento capaz de “*eliminar o domínio burguês sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos políticos democráticos possam alcançar pelo florescimento e, desse modo, servir, integralmente à libertação da humanidade trabalhadora.*”¹⁷⁹

Frente à concepção apresentada por Coutinho sobre a democracia política, como um dos caminhos para se chegar à democracia social, mas, entendendo o “retrato” acima montado pela professora, a partir de suas observações quanto aos movimentos ocasionais ocorridos

¹⁷⁹ Coutinho: Op. Cit., p.25

durante o período de 1990-2010 (entre categoria e poder público em São Gonçalo) e a complexidade da formação de uma luta política¹⁸⁰, nos indagamos sobre qual seria o ponto nevrálgico dessa luta que poderia traduzir o estágio em que se encontram as relações investigadas nesta pesquisa.

Uma das respostas que conseguimos detectar para elucidar sobre qual seria, pelo menos, um dos pontos mais centrais sobre o estágio de desenvolvimento da democracia em nossa cidade (em relação ao nosso grupo) seria fornecida por Rêses (2011) na forma do que denominou de “inscrição tardia” na luta política, de forma organizada. Ou seja, para esse autor - que focaliza sua investigação no desenvolvimento do sindicato dos profissionais da educação no estado do Rio de Janeiro - o sindicalismo tardio da educação básica no Brasil¹⁸¹ é uma das principais causas responsáveis pelas dificuldades atualmente encontradas na trama complexa de se buscar alternativas de lutas no interior da democracia política com objetivos de se alcançar a democracia social.

Assim, aquela “democracia” que a professora *não quer*, porque a considera uma “*máscara da autocracia*” – nas palavras de Weffort (1992) “democracia débil”, “democracia pobre” ou “democracia vazia”¹⁸² - tem sua origem histórica na democracia de fachada das oligarquias que, de acordo com os entrevistados, insiste em permanecer como forma privilegiada na política de São Gonçalo, ora se apresentando de forma autoritária, ora se apresentando hipocritamente de maneira disfarçada, obviamente se torna, ao invés de instrumento de “alcance da libertação da humanidade trabalhadora”, instrumento de reforço da repressão.

Mesmo sendo publicamente contrário à linha de pensamento que norteia esta pesquisa, o liberal Alexis de Tocqueville, citado por Bobbio, parece, numa fina ironia, ter ouvido as manifestações dessa professora lá no início do século XIX.

Nossos contemporâneos imaginam um poder único, tutelar, onipotente, mas eleito pelos cidadãos; combinam centralização e soberania popular. (...) Consolam-se do fato de estarem sob tutela pensando que eles mesmos escolheram os tutores... Num sistema desse gênero, os cidadãos saem por um momento da dependência, para designar o seu patrão, e depois nela reingressam.¹⁸³

¹⁸⁰ Gramsci: 1984, p. 68

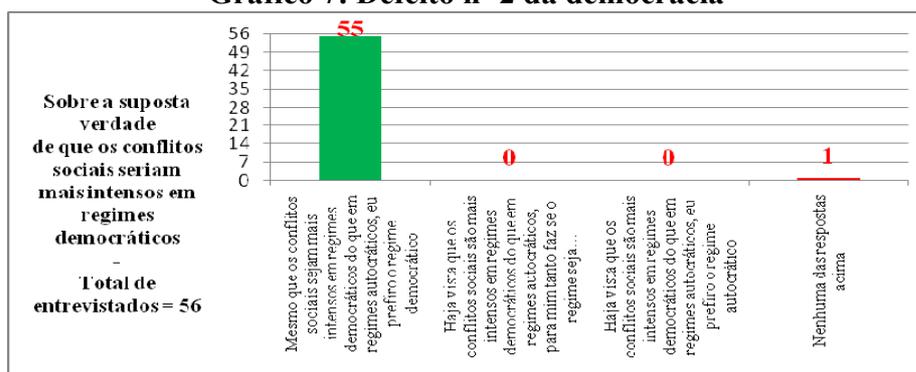
¹⁸¹ Rêses: 2011, p. 247 e 248

¹⁸² Weffort: 1992, p. 112

¹⁸³ Alexis de Tocqueville citado por Bobbio: 1988, p. 59 e 60.

Dando prosseguimento a análise sobre os três “defeitos” do poder democrático, defendidos pelos liberais e trazidos para discussão por Bobbio (1988), vimos que a solução oferecida para o combate ao segundo “defeito” foi rechaçada. O segundo defeito seria pautado na idéia de que a intensificação dos conflitos sociais, “verdadeiros” comprometedores da ordem social, ocorreria em regimes democráticos. A solução, que foi rechaçada pelos entrevistados, pauta-se na defesa de que para inibir desse “defeito” seria necessário optar por um regime autocrático de governo.

Gráfico 7: Defeito nº 2 da democracia



E o Egito? O que esses liberais têm a dizer do Egito?”¹⁸⁴

“Todos os governos são ditaduras de classe. Os EUA são uma ditadura do capital, o Irã tem uma ditadura... enfim eu prefiro o governo democrático porque eu posso dizer o que eu quiser. Serão os mesmos caras no poder, mas se for autocrático não poderei falar nada.”

“Eu prefiro a democracia, mas não essa democracia”

“Eu não concordo que os conflitos existam mais em regimes democráticos! Eu gosto muito do exemplo da fuga das galinhas.”¹⁸⁵

Esses comentários realizados pelos entrevistados, quando indagados sobre o “2º defeito” da democracia, pertencem ao conjunto de profissionais da educação de São Gonçalo que somaram o quantitativo de 98% (55) dos que optaram pelo sistema de governo democrático, considerando a afirmativa sobre a intensificação dos conflitos sociais, nesse sistema, sempre com ressalvas.

¹⁸⁴ Essa entrevistada relembrou os conflitos sociais que ocorreram no Egito em fevereiro de 2011, que levaram a queda do ditador Hosni Mubarak, que estava no poder desde outubro de 1981.

¹⁸⁵ A “Fuga das Galinhas” é um filme produzido no ano 2000, sob a direção de Nick Park e Peter Lord: “(...) A história se passa numa granja (...) e Ginger (...), a líder do bando, tenta mil maneiras de escapar do lugar, com suas colegas.(...) *A Fuga das Galinhas* é, segundo (...) Nick Park a versão galinácea de (...) *Fugindo do Inferno*. Assim como naquele filme, a ação se passa num campo de concentração de prisioneiros de guerra. (...)Ginger é (...) a responsável por concretizar a grande escapada da granja administrada [por] (...) uma fazendeira (...) que só pensa em aumentar a produção de ovos em nome do lucro.(...)” . Disponível em: <<http://www.terra.com.br/cinema/comedia/galinhas.htm>>. Acesso em 04 de março de 2011.

Essas ressalvas nos demonstram que as reflexões levantadas em torno da questão não se limitaram aos movimentos ocasionais ocorridos durante o período de 1990 a 2010 entre o poder público local e a categoria dos profissionais da educação de São Gonçalo, como foi observado no início de cada uma das entrevistas. Muito pelo contrário, durante todo tempo os entrevistados realizaram reflexões que levaram em conta os movimentos orgânicos que em Gramsci (1984), como já mencionado no capítulo II, são aqueles que possuem alcance histórico maior. Os entrevistados saíram dos limites oferecidos pela pesquisa e num movimento dialético trouxeram reflexões sobre as circunstâncias vivenciadas no mundo árabe no início de 2011 (no Egito), assim como em um filme, teoricamente “infantil” (A Fuga das Galinhas), para dialogar com uma teoria liberal e falar sobre suas realidades locais.

Uma outra reflexão dialética que levou em conta movimentos ocasionais e movimentos orgânicos para expor justificativas quanto ao seu apoio à democracia em detrimento à aristocracia, no momento em que discutíamos o terceiro “defeito” do poder democrático, foi expressada por um professor na seguinte argumentação:

Na democracia você tem que atender aos interesses da maioria, mas é preciso que os interesses da minoria sejam contemplados, também, desde que não prejudique a maioria. Agora se alguém for prejudicado os interesses que devem prevalecer devem ser os da maioria em detrimento da minoria. Exemplo: união homossexual não vai atrapalhar em nada os heteros que são a maioria. Feriado de Iemanjá em 02/02 não vai atrapalhar em nada o feriado de Cristo em 25/12. Agora, a reforma agrária vai atender a maioria em detrimento da minoria.

A reflexão do professor, descrita acima, além de reiterar o posicionamento majoritário (96% = 54 pessoas), exposto no próximo gráfico 8, que opta pela democracia em detrimento de seu 3º “defeito”, amplia a discussão sobre o critério da maioria e põe em xeque alicerces de sustentação de argumentos erguidos para fundamentar a oposição à democracia, tais como o da “tirania da maioria” ou do “excesso do poder da maioria”. Na construção desses argumentos o critério da maioria não garantiria a contemplação dos interesses de todos, haja vista que sempre sobrariam pessoas que não teriam seus interesses contemplados nesse regime.

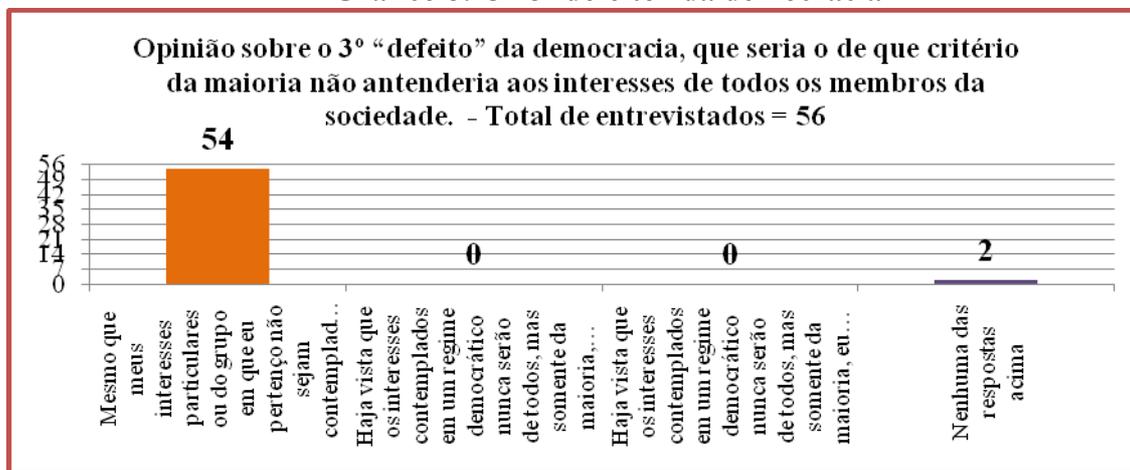
(...) A ameaça que deriva da democracia como forma de governo é para ele [Alexis de Tocqueville – século XIX] como de resto para seu amigo John Stuart Mill, a tirania da maioria: o perigo que a democracia corre como progressiva realização do ideal igualitário é o nivelamento, cujo efeito final é o despotismo.¹⁸⁶

Numa elucubração espontânea que nos permitimos nesse momento da pesquisa, pensamos que se o referido professor pudesse ter estado com Tocqueville e Mill, talvez

¹⁸⁶ Bobbio: 1988, p. 57

fizesse a seguinte pergunta aos ilustres pensadores: Então seria lícito que os interesses de uma minoria, que prejudicasse uma maioria, fossem contemplados?

Gráfico 8: O “3º defeito” da democracia



professor e que, não obstante da certeza de que a simples exposição deles seria o suficiente para demonstrar que esse 3º “defeito” não consegue se traduzir em nem, pelo menos, uma justificativa minimamente convincente a favor da autocracia, mantivemos nosso ousado propósito inicial de mensurar o apoio dado à democracia, por nossa população, validando-o, também, a partir da utilização de recursos fornecidos pela ciência estatística.

(...) Estatística, é um conjunto de técnicas e métodos de pesquisa que entre outros tópicos envolve o planejamento do experimento a ser realizado, a coleta qualificada dos dados, a inferência, o processamento, a análise e a disseminação das informações.¹⁸⁷

Orientando-nos por essa definição da Estatística, fornecida pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, nos movimentamos no sentido de buscar compreender os princípios básicos dessa ciência para que pudéssemos ter condições de organizar qualitativamente nossa coleta de dados referentes às opiniões quanto aos “três defeitos” do poder democrático, de realizar teste estatístico e de analisar os resultados.

Para tanto, foi necessário, além de se pesquisar em literatura específica, das diferentes e valiosas contribuições de profissionais da área da Economia, da Matemática e da Estatística (Otto Pereira, Marcelo Moreno e Irene Cazorla, respectivamente) que, somadas, foram vitais para que este trabalho pudesse contar com esse suporte científico como validador das conclusões realizadas.

¹⁸⁷ Fonte: Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Disponível em: <<http://www.ence.ibge.gov.br/estatistica/default.asp>>. Acesso em 02/3/2011.

O Qui quadrado, teste estatístico eleito para realização da validação qualitativa desta etapa da pesquisa, é um teste que mede quantitativamente o valor de dispersão entre duas variáveis nominais que em nosso caso são: 1. Os que apóiam incondicionalmente a democracia e 2. Os que pensam de outra forma.

Qui Quadrado, simbolizado por χ^2 é um teste de hipóteses que se destina a encontrar um valor da dispersão para duas variáveis nominais, avaliando a associação existente entre variáveis qualitativas.¹⁸⁸

O nosso objetivo em medir esse “valor de dispersão” é o de avaliar a existência ou não de associação entre as variáveis. Ou seja, quanto menos associação existir entre as variáveis nominais e, logo, quanto mais existir dispersão entre as duas, maior é o grau de independência entre as mesmas e maior é a probabilidade matemática de que a opinião possui alto nível de consolidação.

Dessa forma realizamos os cálculos matemáticos que compõem o referido teste (χ^2 = Qui Quadrado) para confeccionarmos uma tabela sinalizadora do nível de apoio da democracia de nossos entrevistados em detrimento aos três “defeitos” do poder democrático defendido pela ideologia liberal.

Os cálculos matemáticos encontram-se no anexo e a tabela sinalizadora de nosso “IADinho” encontra-se abaixo. Para efeito de esclarecimentos sobre a utilização do teste do χ^2 (na confecção da tabela sinalizadora de nosso “IADinho”) registramos que, além da realização dos referidos cálculos foi necessária a utilização de tabela específica de distribuição do teste (também anexada), além da escolha de nosso grau de confiabilidade do teste, que neste caso, foi de 95% de confiança.

¹⁸⁸ Sobre o Teste do Qui Quadrado. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/dicas/biome/bioqui.htm>>. Acesso em 06/3/2011.

Tabela 04: Sinalizadora do “IADinheiro” dos entrevistados em detrimento aos três supostos “defeitos” da democracia

Variáveis de Exposição	- Variável Resultado – Resultado Final dos cálculos realizados com o teste do χ^2	
	Existem dúvidas sobre o apoio à democracia ou não se apóia a democracia	Existe certeza de que se quer apoiar a democracia em detrimento do suposto “defeito”
	Resultado < que 0,0039	Resultado = ou > que 0,0039
Sobre o “Defeito 1”: Opinião dos entrevistados sobre o aumento da "sobrecarga" de tarefas em um regime de governo democrático		3,2871
Sobre o “Defeito 2”: Sobre a suposta verdade de que os conflitos sociais seriam mais intensos em regimes democráticos		3,2581
Sobre o “Defeito 3”: Opinião sobre o 3º “defeito” da democracia, que seria o de que critério da maioria não atenderia aos interesses de todos os membros da sociedade		3,2602

Esses resultados, sempre na cor verde (demonstrados na tabela acima), foram obtidos pela comparação entre o valor de nosso qui-quadrado (adquirido a partir da realização dos cálculos matemáticos em anexo) e o qui-quadrado tabelado (χ^2) 0,0039, nos possibilitam a constatação qualitativa de que o apoio à democracia de nossos entrevistados está consolidado de forma expressiva. Ou seja, com 95% de confiança o teste valida estatisticamente que as respostas fornecidas pelos profissionais entrevistados possuem um grau de dispersão consideravelmente significativo do pensamento norteador da elaboração dos que seriam os três “defeitos” do poder democrático.

3.4 Sobre os conjuntos de regras que deveriam ser construídos coletivamente para que fossem respeitados por todos, inclusive, pela PMSG...

A importância da formalização de pactos sociais na construção de sociedades democráticas, sistematizados por Bobbio (1991) nos conceitos de pacto positivo e negativo, nos impulsionou a investigar qual seria o nível de contato dos entrevistados com os pactos positivos da sociedade educacional gonçalense - aquele que se apresenta na forma de um

acordo de obediência às regras ou conjunto de regras estabelecidas coletivamente entre as partes acordadas.

Para realização dessa investigação elegemos três conjuntos de regras oficiais, ou três pactos positivos que deveriam ter sido produzidos coletivamente. A saber: 1) O Plano Municipal de Educação de São Gonçalo (PME - SG) ¹⁸⁹; 2) O Regimento Escolar Básico da Rede Pública Municipal de Ensino de São Gonçalo, de 24 de outubro de 2004 e 3) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município De São Gonçalo (Lei 050/91).

A Tabela 05 revela que 46% (26) dos entrevistados não tiveram contato com a escrita do Plano Municipal de Educação de São Gonçalo, sendo que desses, 31% (08) sequer sabiam de sua existência (a nada mais do que depois de 8 anos de sua construção (2003)). Dos 54% (30) dos entrevistados que leram, apenas 27% (08) leu o plano na íntegra, contrariando, dessa forma, a afirmativa constante no Parecer do C.M.E. Nº 005/04, sobre a construção do plano: “Foi um trabalho extremamente democrático, com convocação de todos os segmentos da comunidade gonçalense”.

Tabela 05: Sobre o Plano Municipal de Educação de São Gonçalo

Questão: Você conhece o Plano Municipal de Educação (PME) de São Gonçalo?					
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas				Total
	Sim e li todo	Sim e li parcialmente	Já ouvi falar, mas não li	Não conheço/ Não sabia que existia	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	00	06	04	01	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	08	16	14	07	45
TOTAL	08	22	18	08	56

Sobre o segundo conjunto de regras eleito para ser investigado nesta pesquisa (o Regimento Escolar Básico da Rede Pública Municipal de Ensino de São Gonçalo), perguntei a cada um dos 56 entrevistados: Você conhece o Regimento Único das Escolas da Rede Municipal de São Gonçalo?

¹⁸⁹ Inicialmente o PME – SG (Lei 056/2006) tinha suas metas estabelecidas para o decênio de 2003-2012, entretanto, diante do atraso no andamento dos trabalhos que envolveram o início de sua implementação, o PME-SG foi “esticado” para implementação das metas durante o decênio 2005 – 2014. Disponível em: <<http://www.pmsg.rj.gov.br/diario/337.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2011.

A tabela abaixo demonstra que 55% (31) dos entrevistados leram, pelo menos, parte do documento, ou seja, 1% (01) a mais do que o quantitativo de pessoas que leram o PME. Sendo que, desse total apenas 26% (08) leu o documento na íntegra.

Tabela 06: Sobre o Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de SG/RJ

Questão: Você conhece o Regimento Único das Escolas da Rede Pública Municipal de São Gonçalo?					
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas				Total
	Sim e li todo	Sim e li parcialmente	Já ouvi falar, mas não li	Não conheço/ Não sabia que existia	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	01	03	03	04	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	07	20	16	02	45
TOTAL	08	23	19	06	56

A tabela 07, que expõe os dados coletados em parte da investigação sobre os conjuntos de regras que deveriam compor a formalização do pacto positivo entre os profissionais da educação de São Gonçalo e o poder público do município, centralizou o maior número de leituras. Ou seja, o número de leitores do Estatuto dos Servidores Públicos de São Gonçalo é bem maior do que dos dois primeiros documentos.

Ao contrário dos dois documentos acima abordados, dos quais tiveram a margem insignificante de 1% (01) entre os resultados das repostas, neste item a diferença cresce consideravelmente (17 e 16 entrevistados respectivamente). Ou seja, 84% (47) dos entrevistados responderam que leram, pelo menos parcialmente, o referido documento.

Tabela 07: Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de São Gonçalo

Questão: Você conhece o Estatuto dos Servidores Públicos de São Gonçalo?					
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas				Total
	Sim e li todo	Sim e li parcialmente	Já ouvi falar, mas não li	Não conheço/ Não sabia que existia	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	03	07	00	01	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	12	25	08	01	45
TOTAL	15	32	08	01	56

Se levarmos em conta apenas os dados obtidos na tabela acima para qualificar o documento “Estatuto dos Servidores Públicos de São Gonçalo” como sendo um documento

construído de forma mais democrática do que os dois primeiros, como veremos abaixo, estaríamos incorrendo em grave erro.

Primando pela necessidade de problematizar nossa investigação, com o intuito de se obter dados mais próximos possíveis da realidade, ouvimos, registramos as intervenções dos entrevistados e, através do cuidado de quantificar a identificação das representações contidas nos documentos, nos aprofundamos nos questionamentos sobre cada um deles.

Essa quantificação das representações, que foram classificadas em três categorias: Vozes dos profissionais da Educação de São Gonçalo, Vozes do Poder Público de São Gonçalo e Outras vozes, possibilitou-nos compreender a percepção da população entrevistada, da qual foi formada pela parcela que leu, pelo menos parcialmente, os referidos documentos.

Verificamos na tabela 08, já configurada a partir dessa quantificação de representações, que apenas 27% (08) dos entrevistados que leram pelo menos, parte do documento, reconheceram a presença de vozes dos profissionais da educação sendo representadas em mais de 50% do corpo do PME, enquanto 77% (23) desses entrevistados consideram que as vozes do poder público é que são encontradas na maior parte do documento.

Tabela 08: Sobre as representações constantes no corpo do PME - SG

Questão: Se você respondeu que leu o documento (PME-SG), qual o seu sentimento/ impressão sobre as representações presentes no documento?															
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas														
	"Vozes" dos profissionais da Educação de SG					"Vozes" do Poder público de SG					Outras vozes				
	Em mais de 50% do documento	Em 50% do documento	Em menos de 50% do documento	Em nenhuma parte do documento	TOTAL DE RESPOSTAS	Em mais de 50% do documento	Em 50% do documento	Em menos de 50% do documento	Em nenhuma parte do documento	TOTAL DE RESPOSTAS	Em mais de 50% do documento	Em 50% do documento	Em menos de 50% do documento	Em nenhuma parte do documento	TOTAL DE RESPOSTAS
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	00	00	05	01	06	06	00	00	00	06	00	03	01	02	06
Grupo B: formado por professores do CMPCB	08	01	15	00	24	17	01	06	00	24	01	02	10	11	24
TOTAL	08	01	20	01	30	23	01	06	00	30	01	05	11	13	30

Desses 27% (08) que reconheceram as vozes dos profissionais da educação em mais de 50% do documento, dois quiseram registrar: *"Escolhi esse número porque os profissionais da educação presentes não necessariamente defendem os mesmos interesses que nós, por exemplo, as pessoas da SEMED que são profissionais da educação"* e *"Há mais de 50% das vozes dos profissionais, entretanto, existem mais profissionais da rede particular do que da rede pública, por exemplo, fornecimento de bolsas. Quem defende isso?"*

Na tabela 09 o quantitativo de entrevistados que reconheceram a presença de vozes dos profissionais da educação representadas em mais de 50% do corpo do documento agora

em questão (Regimento Escolar Básico da Rede Pública Municipal de Ensino de São Gonçalo), desce para 16% (05) dos entrevistados, enquanto o número de pessoas que consideram a representação do poder público em mais de 50% do documento, permanece em 77% (24).

Tabela 09: Sobre as representações constantes no corpo do Regimento Escolar Básico da Rede Pública Municipal de Ensino de São Gonçalo

Questão: Se você respondeu que leu o documento (Regimento Básico), qual o seu sentimento/impressão sobre as representações presentes no documento?															
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas														
	“Vozes” dos profissionais da Educação de SG					“Vozes” do Poder público de SG				Outras vozes					
	Em mais de 50% do documento	Em 50% do documento	Em menos de 50% do documento	Em nenhuma parte do documento	TOTAL DE RESPOSTAS	Em mais de 50% do documento	Em 50% do documento	Em menos de 50% do documento	Em nenhuma parte do documento	TOTAL DE RESPOSTAS	Em mais de 50% do documento	Em 50% do documento	Em menos de 50% do documento	Em nenhuma parte do documento	TOTAL DE RESPOSTAS
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	00	00	04	00	04	04	00	00	00	04	00	00	01	03	04
Grupo B: formado por professores do CMPCB	05	03	16	03	27	20	06	01	00	27	02	01	13	11	27
TOTAL	05	03	20	03	31	24	06	01	00	31	02	01	14	14	31

Seguindo abaixo, os dados expostos na tabela 10 em comparação com os dados obtidos nas tabelas acima (08 e 09) evidenciam que o Estatuto dos Servidores, apesar de ter sido o documento mais lido entre os entrevistados (conforme consta na tabela 07) não foi, na percepção da população inquirida, dentre os três documentos analisados, o que mais teria sido construído de forma democrática. Muito pelo contrário, os dados da tabela a seguir, mostram exatamente o oposto, que há nesse estatuto: *“Quase nenhuma voz dos servidores...”*

Essa observação de um dos entrevistados, expressando quase que um lamento, reflete o resultado dessa parte da coleta de dados onde somente 2% (01) da população entrevistada que leu o documento, considerou que as vozes dos trabalhadores estavam representadas em mais de 50% do documento, enquanto 89% (42) dos que leram consideraram que eram as vozes do poder público de São Gonçalo é que se fazem presentes na maior parte do documento.

Tabela 10: Sobre as representações constantes no corpo do Estatuto dos Servidores Públicos de São Gonçalo

Se você respondeu que leu o documento (Estatuto dos Servidores), qual o seu sentimento/impressão sobre as representações presentes no documento?															
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas														
	“Vozes” dos Servidores Públicos de SG					“Vozes” do Poder público de SG					Outras vozes				
	Em mais de 50% do documento	Em 50% do documento	Em menos de 50% do documento	Em nenhuma parte do documento	TOTAL DE RESPOSTAS	Em mais de 50% do documento	Em 50% do documento	Em menos de 50% do documento	Em nenhuma parte do documento	TOTAL DE RESPOSTAS	Em mais de 50% do documento	Em 50% do documento	Em menos de 50% do documento	Em nenhuma parte do documento	TOTAL DE RESPOSTAS
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	00	00	07	03	10	10	00	00	00	10	03	01	01	05	10
Grupo B: formado por professores do CMPCB	01	05	25	06	37	32	03	02	00	37	02	02	16	17	37
TOTAL	01	05	32	09	47	42	03	02	00	47	05	03	17	22	47

E os motivos que levaram a uma parcela significativa de nossa população entrevistada a não ter contato com os referidos documentos? Quais teriam sido esses motivos?

Na certeza de que os esclarecimentos desses motivos contribuiriam com nossa análise, no sentido de nos fornecer elementos subsidiários para a tentativa de traçar um perfil sobre o ponto de vista dessa parcela da categoria dos profissionais da educação de São Gonçalo, quanto às condições em que foram construídos esses conjuntos de instrumentos regulatórios (que fazem parte do pacto positivo de Bobbio), solicitei aos entrevistados que falassem sobre a razão de não terem lido o(s) documento(s).

Tabela 11: Sobre o Plano Municipal de Educação de São Gonçalo

Questão: Se você não leu ou se não sabia sobre a existência do documento, fale a razão:							
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas						Total
	Gostaria de ler, mas não sabia da existência		Gostaria de ler, mas ainda não tive tempo		Não gostaria de ler, não me interessa	Nenhuma das alternativas	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	00		03		00	02	05
Grupo B: formado por professores do CMPCB	07		04		03	07	21
TOTAL	07		07		03	09	26

Das pessoas que responderam: “nenhuma das alternativas”, destacamos as seguintes justificativas:

“Gostaria de ler como estudo em grupo, porque nem tudo é muito fácil da gente entender quanto está fora.”

“Não tive interesse em ler, talvez porque eu não tivesse pego ele.”

“Sei que existe, mas não me interessei ainda em ler.”

“Gostaria de ler, mas acho que por acomodação não li.”

“Não li porque não priorizei.”

“Falta de estímulo”.

“Não li porque não tive acesso”

“Ouvi falar agora de você”

“Se chegar a minha mão eu vou gostar de ler”.

Considerando que essas repostas equivalem a 35% (09) dos entrevistados que não leram o PME e apenas 16% (26) do total de entrevistados, nossa opção por destacá-las aconteceu por conta de dois motivos: primeiro porque percebemos que há nelas um clamor pela organização das lideranças no sentido de fomentar a vontade coletiva de participação política desses profissionais da educação que demonstram disponibilidade caso ocorra investimentos neles. E, segundo, porque consideramos que esses profissionais (como todos os outros entrevistados) ao disponibilizarem um tempo (que não foi pequeno) para participarem desta pesquisa fornecendo, além das respostas quantitativas, respostas qualitativas, esperaram inscrever nela seus anseios, suas expectativas, suas opiniões. Opiniões essas baseadas em suas realidades concretas, fundamentais para realização do movimento interpretativo e sugestivo, do qual envidamos esforços para concretizar, durante a realização deste trabalho.

Tabela 12: Sobre o Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de SG/RJ

Questão: Se você não leu ou se não sabe sobre a existência do documento (o Regimento Escolar Básico da Rede Pública Municipal de Ensino de São Gonçalo), fale a razão:

Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas						Total	
	Gostaria de ler, mas não sabia da existência		Gostaria de ler, mas ainda não tive tempo		Não gostaria de ler, não me interessa			Nenhuma das alternativas
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	04		02		00		02	08
Grupo B: formado por professores do CMPCB	02		05		02		09	18
TOTAL	06		07		02		11	26

Tabela 13: Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de São Gonçalo

Questão: Se você não leu ou se não sabe sobre a existência do documento, fale a razão:						
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas					Total
	Gostaria de ler, mas não sabia da existência	Gostaria de ler, mas ainda não tive tempo	Não gostaria de ler, não me interessa	Nenhuma das alternativas		
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	00	01	00	00		01
Grupo B: formado por professores do CMPCB	01	02	01	04		08
TOTAL	01	03	01	04		09

Dos 26 entrevistados que responderam não terem lido o Regimento das Escolas (conforme a tabela 12) e dos 09 que responderam não terem lido o Estatuto, 42% (11) e 44% (09) respectivamente, não se sentiram contemplados com as opções para respostas que foram apresentadas, e decidiram pela opção “nenhuma das alternativas”.

Essa decisão foi acompanhada de observações tal como as que foram registradas sobre o PME (tabela 11), corroborando dessa forma, com a urgência do entendimento das lideranças sobre a necessidade de investimentos na formação da vontade coletiva anunciada por Gramsci (1984).

Em suma, o conteúdo analisado neste momento do capítulo nos sugere a conclusão de que o princípio básico para consolidação do pacto positivo de Bobbio - o da construção coletiva de regras que devem ser obedecidas por todos (apesar dos avanços), não foi contemplado satisfatoriamente, que dirá completamente.

3.5 Sobre a importância do partido...

(...) o protagonista do novo Príncipe não poderia ser, na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político. (...) o funcionamento de um determinado partido fornece critérios discriminantes: quando o partido é progressista funciona “democraticamente” (...); quando o partido é reacionário funciona “burocraticamente”.¹⁹⁰

Conforme vimos no capítulo II a importância dos partidos nas sendas, rumo à consolidação de uma democracia política capaz de servir como instrumento de consolidação

¹⁹⁰ GRAMSCI: 1984, p. 22 e 29

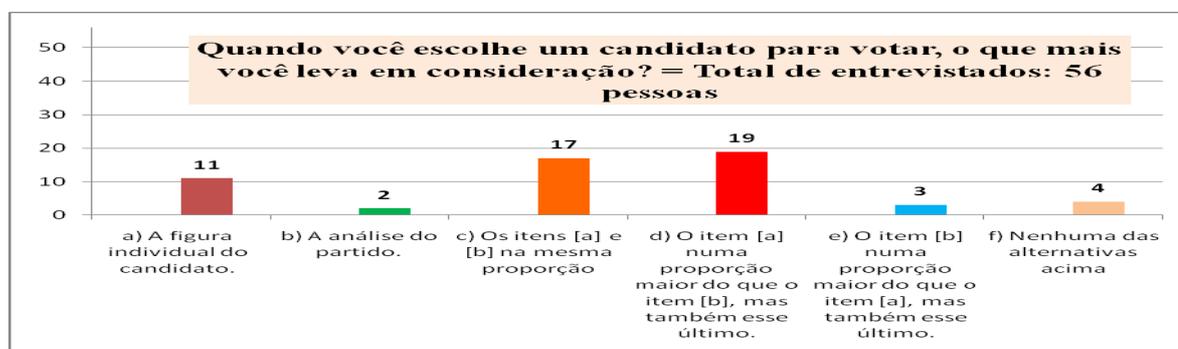
da democracia social, tem sido negligenciada por uma parcela consideravelmente preocupante da população da América Latina.

As causas dessa “negligência” aparecem nos trabalhos de Weffort (1992) e Wood (2010) como fruto de estratégias montadas pelas elites dominantes que tentam a todo custo obstaculizar o desenvolvimento do processo democrático.

Com o objetivo de dialogar com os trabalhos acima citados, nos dedicamos nesta parte da pesquisa à investigação de dados que possam nos auxiliar na compreensão sobre o desenvolvimento da reprodução desse fenômeno de descrença nos partidos em São Gonçalo.

O gráfico abaixo demonstra os resultados obtidos com o questionamento aos entrevistados sobre o que os mesmos levam em consideração na hora de votar.

Gráfico 9: O que você leva em conta na hora de votar?



Os dados obtidos no gráfico 9 evidenciam que 54% (30) dos entrevistados consideram a figura individual do candidato como sendo a observação mais relevante a ser feita. Dos 56 entrevistados 30% (17) consideram importante levar em conta, na mesma proporção, tanto a figura do candidato como a do partido. Somente 9% (05) dos entrevistados consideram que a observância do partido deve prevalecer sobre a observância da figura individual do candidato e 7% (04) não se sentiram contemplados pelas opções, justificando que não existia a opção: “eu anulo meu voto”.

“No Brasil não existe fidelidade partidária. No momento em que você acredita na ideologia do partido você teria que votar no partido, mas isso não existe.”

“Porque eu ainda sou idiota e acredito na figura do candidato. Eu acredito no meu partido, mas se o candidato me convencer e for de outro partido eu mudo de partido. As vezes os partidos mudam as posturas e ele [o candidato] tem uma posição firme e não muda.”

“Porque... exemplo, a prefeita que mudou tanto de partido.”

“Embora hoje a gente sabe que não tem força de partido, mas tem partido que eu não voto de jeito nenhum, mesmo que eu adore o candidato. Hoje é muito difícil votar. Antes você tinha mais clareza sobre o que era esquerda e o que era direita. Hoje não.”

Essas afirmações, que acompanharam a escolha de alguns dos entrevistados que pertencem ao grupo majoritário de respostas (54%), demonstram que os mesmos possuem conhecimentos sobre a importância do partido numa democracia política. Entretanto, tal conhecimento não é suficiente para que mudem de posição.

Na expectativa de compreender as causas do enfraquecimento de um dos dispositivos elementares para consolidação democrática (os partidos) tentamos realizar um diálogo entre as reflexões de Weffort (1992) e de Dreifuss (1981) - sobre os investimentos que a elite dominante realiza sempre que deseja propagar uma ideologia que venha legitimar seus interesses como sendo interesses de toda população - com os dados concretos obtidos nesse gráfico 9.

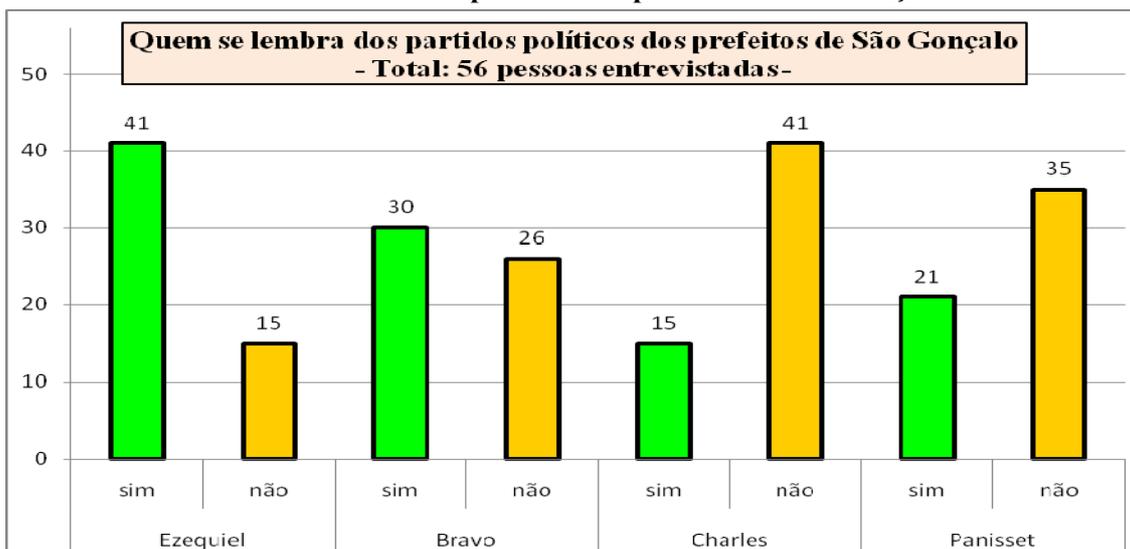
Em Dreifuss (1981), vimos como essa elite foi capaz de se organizar, a partir de grupos de ação como o IBAD na década de 1960, no tocante de formar, progressivamente, situações favoráveis ao desenvolvimento de artimanhas que buscaram legitimar seus interesses durante a ditadura civil-militar de 1964-1985. E em Weffort (1992), no tocante das artimanhas empregadas pelas elites quanto à obstaculização do desenvolvimento da democracia política, se destacam os esforços empreendidos com o intuito de enfraquecer os partidos políticos e a valorizar as figuras individuais dos candidatos.

O enfraquecimento dos partidos compromete seriamente a consolidação da democracia política como via de acesso a democracia social, haja vista que essa atitude confere ao eleito poderes muito similares aos dos reis do Antigo Regime que tinham, pouca e às vezes, quase nenhuma necessidade, sequer legal, de dar satisfações de seus atos.

As investidas para enfraquecer os partidos são organizadas, historicamente, em diferentes frentes de ação. Uma delas é a descrença formada a partir da consolidação de determinadas alianças que não se sustentam em ideologias, mas na busca pela permanência no poder, como por exemplo, a união entre o PMDB, partido que surgiu em 1980 como sucessor do MDB - que abrigou opositores a ditadura Civil-Militar de 1964/ 1985 - e o PFL (atual DEM), sucessor da ARENA, partido de sustentação política a essa mesma ditadura civil-militar instituída em 1964.

Ainda com o objetivo de coletar dados capazes de contribuir com a mensuração sobre o nível de importância que nossos entrevistados atribuem aos partidos políticos, perguntamos a cada um deles se se lembravam dos partidos em que os prefeitos de São Gonçalo (durante o período de 1990 – 2010) eram vinculados no momento em que tomaram posse e durante os períodos de seus mandatos.

Gráfico 10: Os partidos dos prefeitos de São Gonçalo

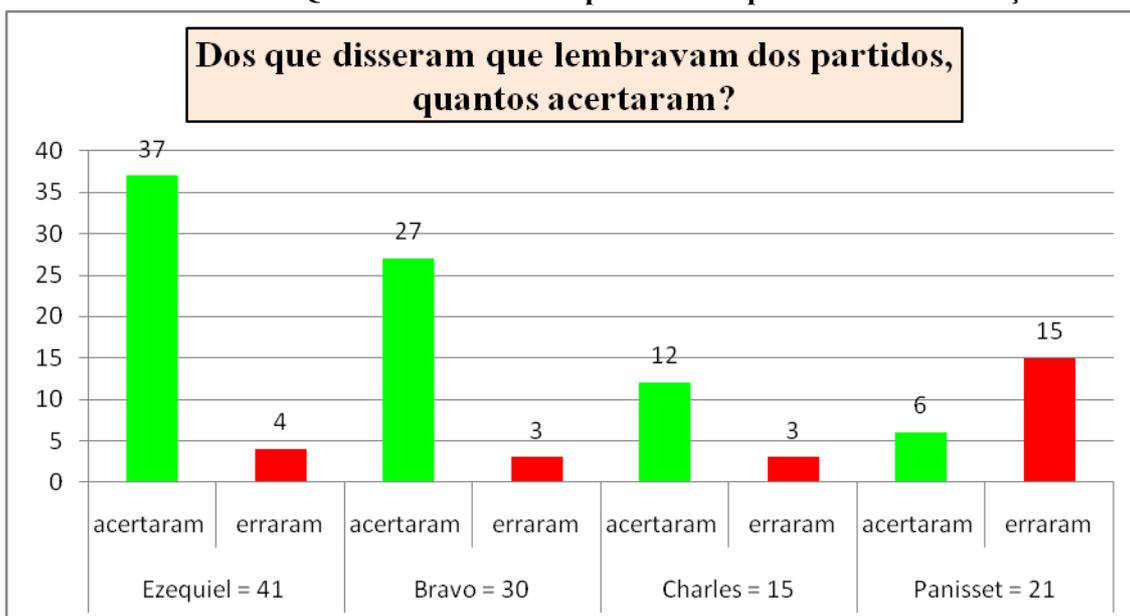


Tendo por base somente os dados do gráfico acima, poderíamos inferir uma escala de “lembranças dos partidos” organizada da seguinte maneira: Edson Ezequiel = 73% dos entrevistados (41) disseram lembrar do partido em que era inserido; João Bravo = 54% dos entrevistados (30) optaram pela afirmativa; Aparecida Panisset = 38% dos entrevistados (21) e Henry Charles = 27% dos entrevistados (15) afirmaram que sim, se lembravam.

Entretanto, considerando que o fornecimento de um dado é sempre envolvido por inúmeras situações subjetivas e que não é de nosso interesse realizar nenhuma “escala” que não tenha outro objetivo senão o de compreender as razões que levaram os entrevistados a lembrar mais do partido do que de outro, decidimos prosseguir com a investigação a fim de colhemos mais dados que auxiliassem nossas interpretações.

Dessa forma, uma de nossas estratégias foi a de solicitar aos entrevistados que dissessem se lembrar dos partidos em que os prefeitos eram vinculados, que nos dissessem quais eram esses partidos. Assim, ao considerarmos apenas as respostas corretas, obtivemos outra escala.

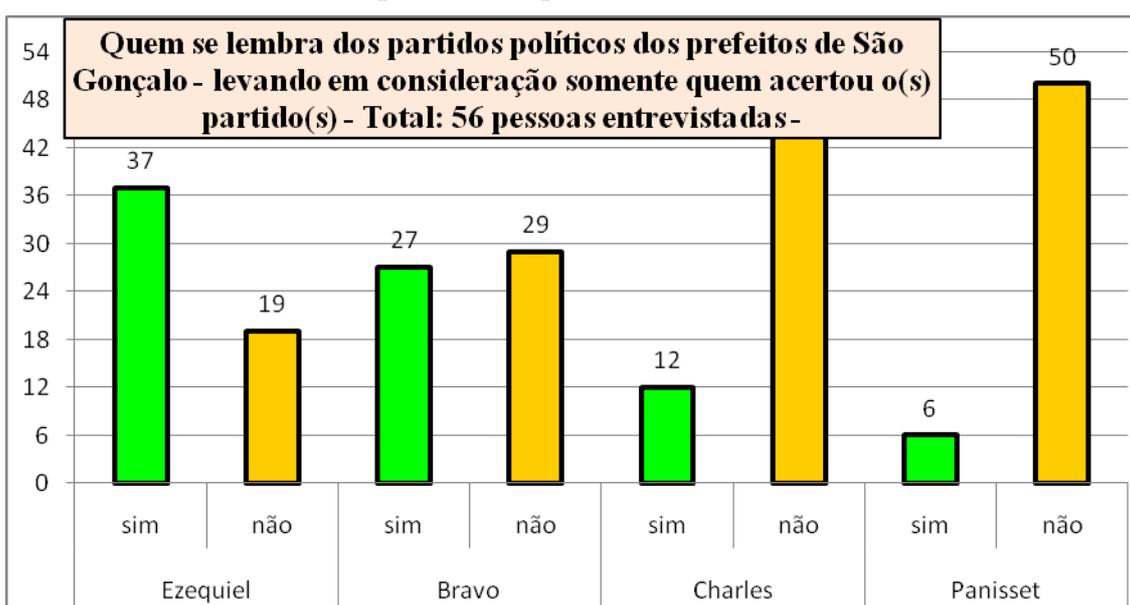
Gráfico 11: Quantos acertaram os partidos dos prefeitos de São Gonçalo?



É importante destacar que foram computados como acertos a resposta completa dos entrevistados. Ou seja, caso o prefeito tenha se vinculado em dois ou mais partidos durante o mandato de seu governo, só foi considerado como “acertaram”, as respostas fornecidas corretamente de todos os partidos em que foi vinculado.

Destarte, se consideramos apenas os acertos como lembranças válidas, o gráfico nº 10 passaria a ter a seguinte configuração:

Gráfico 12: Os partidos dos prefeitos de São Gonçalo – Nova versão



Entendendo como partidos lembrados somente os que cujas respostas dos entrevistados estavam corretas, o gráfico 10 recebe uma nova “roupagem”, revelando uma nova inferência quanto a constituição de nossa escala de “lembranças dos partidos”: Edson Ezequiel = 66% (37) de lembranças ao invés dos 73% (41) computados acima; João Bravo = 48% (27) de lembranças ao invés dos 54% (30) registrados no gráfico 10; Henry Charles = 21% (12) dos acertos nas lembranças ao invés dos 27% (15) acima descritos, e Aparecida Panisset = 11% (06) ao invés dos 38% (21) anteriormente registrados.

Ainda num esforço de compreensão sobre as causas que levaram a obtenção de resultados tão diversificados em governos que, até o presente momento da pesquisa, tinham seus dados relativamente equiparados, quando investigados de forma isolada, registramos os comentários que foram realizados, dos quais a maioria foi direcionado para a atual dirigente do Poder Executivo, um foi direcionado ao dirigente anterior a ela e nenhum direcionado aos demais, o que nos leva a suspeitar que o fator memória recente pode ter prevalecido, pelo menos, nessa questão.

“Mas me lembro que Charles trocou de partido”, disse uma pessoa que optou pela alternativa “Não me lembro”, para designar o partido desse ex-prefeito, mas o fato é que Henry Charles não mudou de partido durante seu mandato.

Seis pessoas disseram que a prefeita atual ingressou no Poder Executivo pelo PDT, mas na verdade ela havia ingressado, por esse partido, no Poder Legislativo, como vereadora, retornando ao mesmo recentemente.

Dois entrevistados disseram que Aparecida Panisset havia se filiado ao PT e, talvez a confusão se deva a um episódio em que vivenciamos durante seu primeiro mandato 2004 – 2008, em que essa prefeita e o PT estiveram “conversando”, mas nada foi concretizado e sete entrevistados quiseram se justificar, porque não lembraram do partido dela:

“Porque ela muda tanto de partido... e eu sei que o PT não aceitou ela.”

“Vive pulando de galho... vive mudando.”

“Porque ela muda muito de partido.”

“Porque ela não teve comprometimento com o partido dela.”

“Ela é tão elástica... vai para um e outro que não sei o dela.”

“Porque mudou muito.”

“Ela mudou 500 vezes o partido.”

Esses resultados e manifestações se tornam preocupantes quando entendemos a importância do partido político como um dos protagonistas mais valiosos na jornada rumo a

consolidação de uma democracia política capaz de servir como instrumento de consolidação da democracia social.

Ou seja, se levarmos em conta uma análise baseada num método muito conhecido de nós professores para mensurar o aproveitamento do estudante, a média aritmética, somente um prefeito conseguiu ultrapassar o valor mínimo de 50% para aprovação. Considerando que esse prefeito só esteve a frente da prefeitura durante 6 dos 20 anos em que essa pesquisa se reporta, vimos que, durante 70% (14 anos) desse período fizemos parte da estatística de negligenciadores do partido político em que os candidatos são vinculados, contribuindo para um dos fatores que Weffort (1992) diz ser um dos provedores do retardamento de consolidação da ordem democrática.

3.6 O “quesito” transparência...

No capítulo II desta pesquisa, o “quesito” transparência, localiza-se no subitem “Transparência e marketing” porque percebemos uma associação contraditória entre esses dois itens. Essa contradição nos motivou a refletir sobre esses elementos, antes de realizar alguma inferência sobre o “quesito” transparência, reconhecidamente importante e necessário para consolidação da democracia.

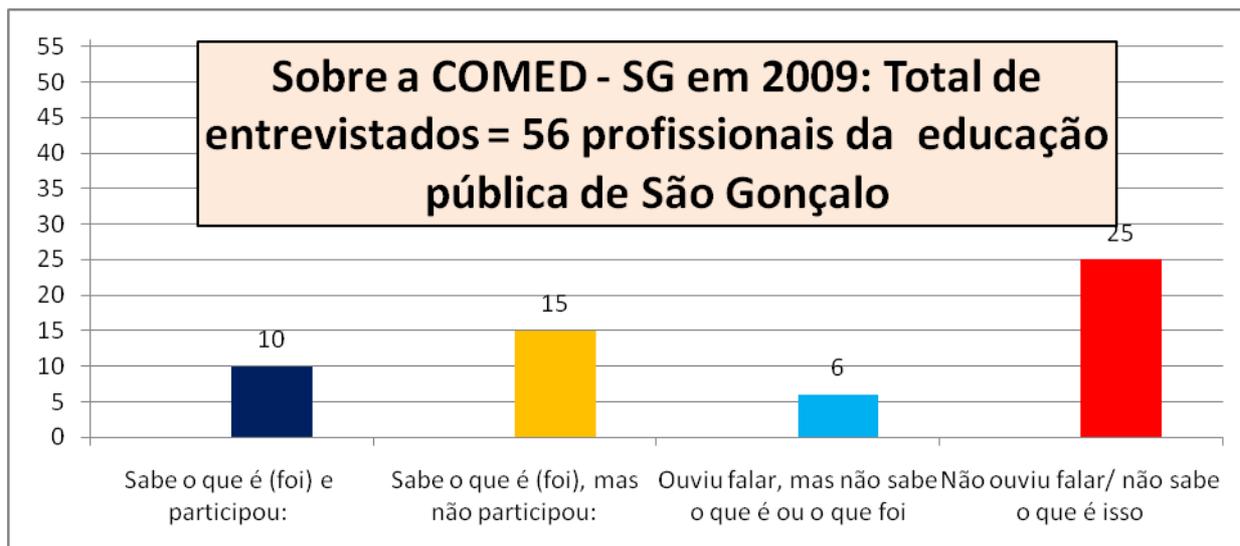
Justificando nossa adesão a esse ponto de vista, que entende o marketing historicamente surgindo na cena política como elemento decisório no movimento contrário a transparência exigida pela democracia está a revelação de um dos teoremas de Goebbels, já mencionado no capítulo anterior (“*Repita uma mentira mil vezes que ela se tornará uma verdade*”), mas a mentira como instrumento de dominação é muito mais antiga que esse teorema, já proclamava Maquiavel (1469-1527).

Neste momento da pesquisa, pretendemos analisar dados coletados sobre dois temas que, apesar de distintos, se entrecruzam na mesma proposta: a de identificar como a publicidade dos atos públicos foi tratada pelos dirigentes municipais.

O primeiro tema a ser analisado com esse intuito é, na verdade, um retorno a discussão realizada sobre a construção do pacto coletivo “de” Bobbio, mas com foco direcionado para um conjunto de regras que está em processo de construção (PNE – 2011/2020), diferentemente dos três conjuntos de regras abordados anteriormente (PME, Regimento das Escolas e Estatuto dos Servidores). O segundo tema é o da dinâmica da publicidade

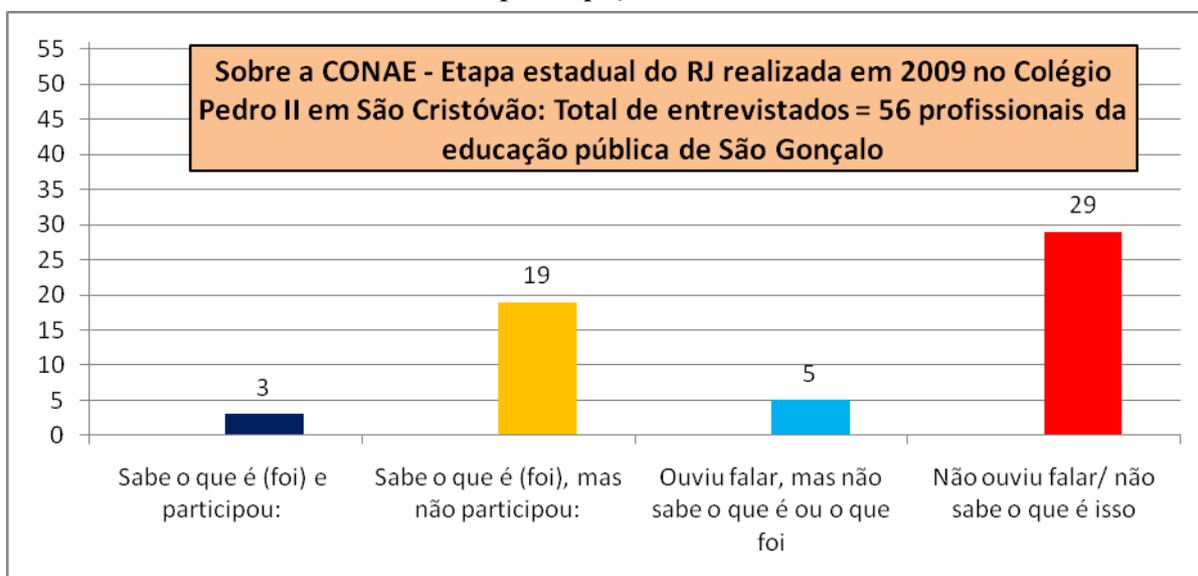
propriamente dita. Nesse momento dialogaremos com a população entrevistada com o intuito de coletar dados sobre suas percepções quanto a publicidade dos atos públicos, para que tenhamos condições de compreender, pelo menos parcialmente, a dinâmica privilegiada pelos governantes municipais, no que tange ao desenvolvimento desse necessário “quesito” para consolidação da democracia.

Gráfico 13: Sobre a participação na COMED – SG



Os dados apresentados no gráfico nº 12 mostram que apenas 18% (10) dos entrevistados participaram da COMED – SG contra 82% (46) que não participaram. Sendo que é necessário destacar que desse total, 55% (31) dos entrevistados não fazem idéia sobre o que foi a COMED – SG.

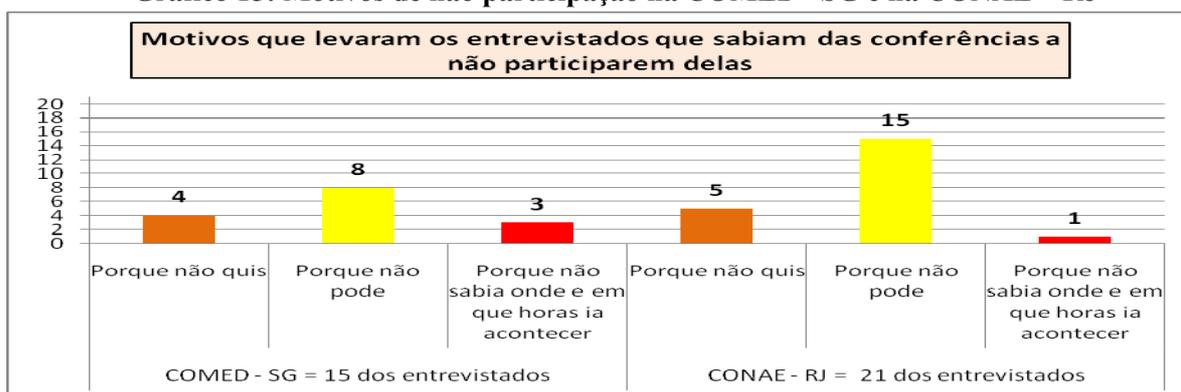
Gráfico 14: Sobre a participação na CONAE – ESTADUAL/ RJ



Os dados constantes no gráfico nº 13 mostram uma queda significativa na participação (que já era pequena). Dos 18% (10) de participação na COMED – SG, na CONAE – RJ reduziu para 5% (03) de participação. A queda na participação já era prevista na dinâmica das conferências, onde em cada etapa eram “eleitos” delegados que deveriam representar o grupo que o elegeu. Entretanto, tanto o quantitativo de 18% (10) no primeiro momento como o de 5% (03) no segundo, foi reduzido em demasia (em 07 participantes).

Quanto aos entrevistados que não participaram das conferências (COMED – SG e CONAE-RJ), mas sabiam da existência delas, o gráfico abaixo revela os motivos informados a partir da coletânea de dados obtida através das seguintes questões: a) Você não foi porque não quis? b) você não foi porque não pode? e c) Você não foi porque não sabia onde e em que horas ia acontecer?

Gráfico 15: Motivos de não participação na COMED –SG e na CONAE – RJ



Tanto na Conferência de São Gonçalo, como na Conferência Estadual, os dados revelam que a maioria não participou porque não pode: 53% (08) na COMED – SG e 71% (15) na CONAE – RJ.

Os números referentes aos que não participaram porque não quiseram participar, 27% (04) referente a COMED – SG e 24% (05) na CONAE/RJ, revelam proximidade com as justificativas fornecidas pelos dirigentes do SEPE – SG (registradas no capítulo I desta pesquisa), sobre a não participação nas conferências estar atrelada a falta de credibilidade no sistema democrático que vivenciamos em São Gonçalo.

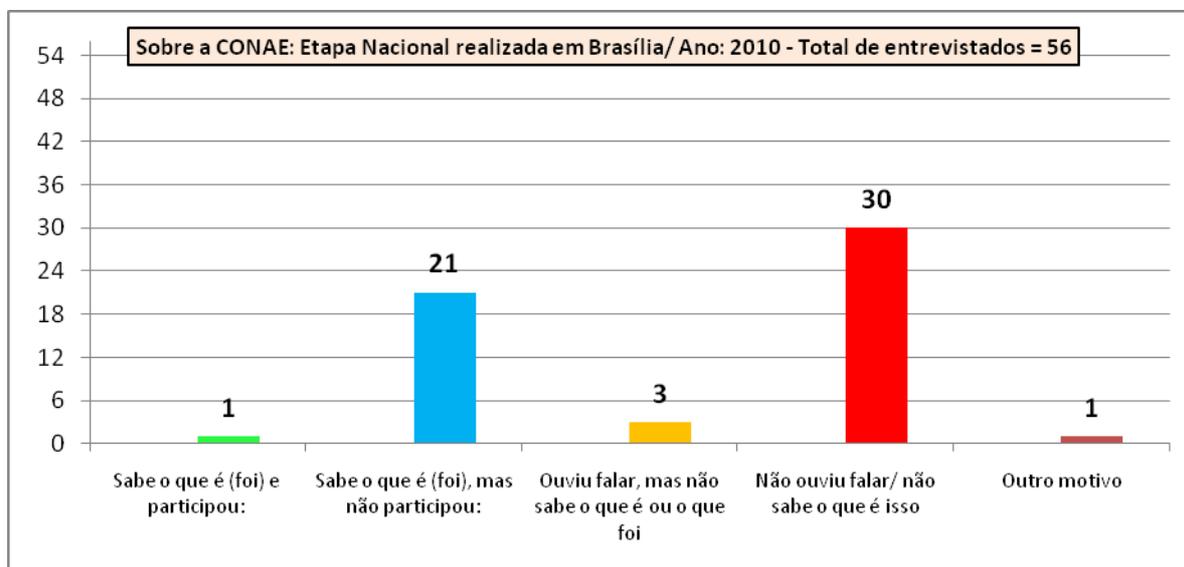
(...) Governo do povo significa, então, um estado de cidadãos plenos. Uma forma, sem dúvida, de eleger as autoridades, mas, além disso, uma forma de organização que garante os direitos de todos: os direitos civis (garantias contra a opressão), os direitos políticos (tomar parte nas decisões públicas ou coletivas) e os direitos

sociais (acesso ao bem-estar). É a democracia da cidadania que o Relatório propõe e que serve de eixo ordenador de sua análise.¹⁹¹

Será que a instauração da COMED – SG, extremamente importante no processo de consolidação da democracia, foi promovida a partir da garantia dos direitos políticos elencados nessa parte transcrita do documento do PNUD?

A realização de uma análise sobre os dados contidos no gráfico 14 conjuntamente com documentos como a “Moção de Repúdio à Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Educação de São Gonçalo/RJ”¹⁹², que circulou na internet e na COMED-SG, nos remete a, pelo menos, duas conclusões: 1) É percebido que a garantia de tomar parte nas decisões públicas ou coletivas (direitos políticos) em São Gonçalo está consideravelmente comprometida e, 2) É percebido que são necessários maiores investimentos junto a categoria de profissionais da educação de São Gonçalo, quanto a percepção da teoria gramsciana nomeadamente por Saviani (2000) como “resistência ativa”, como possibilidade de alcançar efeitos mais sólidos, no âmbito dos movimentos de caráter ocasional, que tenham objetivos de contribuir com a luta pela democratização social.

Gráfico 16: Sobre a participação na CONAE – 2010/ Etapa Nacional



Diante da dinâmica aplicada quanto à organização da participação na CONAE – 2010 ter sido via eleição de delegados ou representações de entidades e/ou instituições ligadas à educação, nesse momento da análise de nossa pesquisa compreendemos o alto índice de não

¹⁹¹ Documento do PNUD: 2004, p. 18

¹⁹² Tanto a “Moção de Repúdio” datada em de 2009 como a “Carta de Esclarecimento” da Comissão Organizadora da COMED – SG encontram-se no anexo deste capítulo III.

participação de nossos entrevistados 98% (55) contra 2% (01) de participação. Dessa forma, a proposta de análise para esse gráfico é a comparação do número de profissionais da educação que ainda não tinham tomado conhecimento desse acontecimento de alcance nacional.

A CONAE possui caráter deliberativo e apresentará, a partir de um diagnóstico da realidade educacional brasileira, um conjunto de propostas que subsidiará a efetivação do Sistema Nacional Articulado de Educação, abrangendo especialmente a nova edição do Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes, Estratégias e Ações.¹⁹³

Durante o período de 28 de março a 1º de abril de 2010, realizou-se no Centro de Convenções Ulisses Guimarães (CCUG), em Brasília/DF (com cerca de 3mil e 500 representantes de diversas instituições sediadas nos mais variados espaços que compõem o território nacional) a referida Conferência Nacional de Educação (CONAE – 2010), da qual tive o privilégio de participar como observadora do curso de Mestrado em Educação da UERJ – FFP.

De acordo com o documento intitulado “Agenda CONAE 2010” entregue pela Comissão Organizadora aos participantes do evento, as 3.500 participações foram configuradas da seguinte maneira:

Tabela 14: Sobre a composição da CONAE - 2010

Delegados Natos	71
Delegados eleitos nos Estados	2.000
Delegados por indicação nacional (Ministérios da área Social, Órgãos Colegiados Normativos ou Executivos, de fiscalização e controle, gestores do MEC e parlamentares)	266
Delegados por indicação estadual (Entidades municipalistas, instituições religiosas, movimento sindical, articulações sociais em defesa da educação, comunidade científica, instituições de empresários, movimentos de afirmação e diversidade, órgãos de fiscalização e controle, parlamentares).	547
Participantes de apoio	291
Participantes da imprensa	44
Participantes observadores, convidados e palestrantes	281
TOTAL GERAL	3.500

A magnitude do evento e a pluralidade de participantes, como são demonstradas na tabela acima, legitimaram a força do evento que tem estado, ainda em 2011, na pauta de muitas discussões que, teoricamente, já deveriam ter sido solucionadas.

¹⁹³ Parágrafo 2º do Capítulo I do Regimento Interno da CONAE – 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/regimento-interno_revisadoportugus_sl.pdf>. Acesso em 31 de janeiro de 2011

O Senado aprovou (...) principais pontos em relação a exploração de petróleo na camada pré-sal: (...) [tais como] 50% dos recursos recebidos pela União com a venda do petróleo do pré-sal será destinada à educação. (...) ¹⁹⁴

Esse fato, ocorrido na Casa do Senado Federal em 10 de junho de 2010, exemplo de repercussão positiva sobre os temas debatidos na CONAE – 2010 como o financiamento da educação está longe de ser considerada, como muitas outras, uma discussão encerrada e pacífica.

No último dia 15 de maio de 2011 circulou em redes sociais como a do Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo ¹⁹⁵ uma notícia que deixou os defensores da escola pública e gratuita para todos, no mínimo preocupados. A matéria intitulada “*MEC abriu as portas do inferno*” ¹⁹⁶, revela que os senadores receberam (em maio/2011) um documento da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) com críticas contundentes à CONAE – 2010.

Além da alegação de que a Conferência teria “*desconsiderado a importante participação da Educação Privada na construção do capital educacional, cultural e social brasileiro*”, os representantes da escola particular apresentaram propostas de emendas ao Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação das quais haviam sido rechaçadas durante o evento, tais como a retirada de qualquer referência a regulação do poder público ao setor privado e a retirada da expressão gratuidade de ensino em todas as metas que o projeto de lei propõe expansão.

Durante as discussões setoriais e de plenária, pudemos observar que o setor privado, sempre organizado, foi sendo progressivamente “vencido” em suas contundentes e “justificadas” argumentações que defendiam a escola privada em detrimento da escola pública durante o desenvolvimento da CONAE – Nacional. Entretanto, na COMED – SG, o movimento parecia ocorrer de modo inverso. Uma das falas dos entrevistados que justificava seu “desapreço” em participar das discussões, pautava-se justamente na condição “privilegiada” que o setor privado ocupou naquela conferência: “*Participei integralmente da COMED-SG: quem abriu foi a prefeita e a palavra mais importante foi da Marlene Salgado...*” ¹⁹⁷

¹⁹⁴ Trecho da matéria da Folha On line intitulada “Entenda o que o Senado aprovou em relação ao pré-sal” - Disponível em :<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/748684-entenda-o-que-o-senado-aprovou-em-relacao-ao-pre-sal.shtml>>. Acesso em 10/6/2010.

¹⁹⁵ Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Disponível em: <ebem@yahoo.com.br>

¹⁹⁶ Disponível em: <<http://rluizaraujo.blogspot.com/2011/04/mec-abriu-as-portas-do-inferno.html>>. Acesso em 15/5/2011.

¹⁹⁷ Marlene Salgado é legítima representante do setor privado educacional, tendo inserção em várias esferas da sociedade civil e política, como por exemplo: Reitora da UNIVERSO (<http://www.universo.edu.br/>); 2ª Tesoureira da Associação Nacional das Universidades Particulares .Disponível em: <http://www.anup.com.br/interna.php?est_id=8> e mãe do Senador

Ainda sobre o desenvolvimento da COMED – SG, mais especificamente sobre as reuniões que antecederam essa conferência com o intuito de organizá-la, transcrevemos abaixo parte de mais um depoimento que retrata um cenário local marcadamente composto por características do regime coronelista, tais como o mandonismo e o clientelismo (como acima destacados), totalmente contrárias as características que formam um sistema de governo democrático.

A discussão (...) foi sobre os nomes que iriam compor as mesas para discussão, a mesa para estudar... (...) Eu lembro que tinham posto o nome de Nicholas Davis para discutir financiamento da Educação... daí Frederico falou que... não... a gente conversou que o Nicholas tá fora. Daí eu perguntei: Ué, mas porque o Nicholas tá fora? O Nicholas é um professor da UFF que estuda financiamento da educação a longa data. (...) Ele não disse com todas as letras, mas a gente entendeu que a prefeita discordava do Nicholas. (...) Nas questões mais importantes que a gente poderia votar somos voto vencido porque a gente é minoria (...) Ah, tem fulano da UNIVERSO! (alguém disse..) Quando eu vi que estava ali como observadora...¹⁹⁸

Talvez pensando que esse cenário favorável ao autoritarismo pudesse ser sustentado em âmbitos maiores de discussão, o setor privado compareceu confiante às discussões da CONAE. Entretanto, quando em vários momentos da Conferência suas defesas foram derrubadas pelos representantes da escola pública, gratuita e de qualidade que estavam presentes no local, de forma organizada, esses mudaram de estratégia: sem conseguir maioria nos votos da CONAE – 2010 reuniram-se após o evento para construir, propor e exigir “emendas” ao documento de referência para construção do Plano Nacional de Educação.

(...) O documento também é composto de uma última parte onde a entidade oferece uma breve discussão conceitual sobre a relação entre público e privado. No texto é dito que os autores do Projeto de Lei, de forma maldosa, confundem os conceitos de público e privado, como forma de reforçar a visão estatizante. (...) Para a FENEP o documento da CONAE possui um viés conceitual baseado em Gramsci, revelando claras “intenções político-partidárias de dominação”. Por fim, defendem como modelo para o Brasil as virtuosas experiências internacionais da Inglaterra, Portugal e Chile, que “comprovaram a eficácia da atuação da iniciativa privada nas políticas públicas, com vantagens econômicas para ambas, como também, práticas, em que o particular contratado detém condições de prestar o serviço público com maior qualidade”.¹⁹⁹

Wellington Salgado, que apresentou no Senado projeto de lei cujo conteúdo tentava mudar as regras de nomeação para o Conselho Nacional de Educação, que “coincidentalmente” sua mãe pleiteou vaga algumas vezes. (Fontes: 1. <http://vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=44432&id_secao=76>; 2. <<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/wellingtonsalgado/biografia.asp>> e 3. <http://www.angrad.org.br/novidades/petistas_tentam_impedir_que_reitora_integre_cne/1291/> - acessos em 20/5/2011)

¹⁹⁸ Parte da gravação de depoimento de membro do SEPE – SG, sobre a organização da COMED – SG.

¹⁹⁹ Disponível em: <<http://rluizaraujo.blogspot.com/2011/04/mec-abriu-as-portas-do-inferno.html>>. Acesso em 15/5/2011

A FENEP acerta na parte desse documento em que destaca o “viés conceitual baseado em Gramsci” como majoritário na CONAE. Sim era. Mesmo tendo que estar em vários momentos do desenvolvimento da CONAE em situação desprivilegiada, como a revelada em São Gonçalo, os trabalhadores defensores da escola pública, gratuita e de qualidade para todos não estavam em condição de minoria como a revelada acima pela representante do SEPE – SG nas reuniões que ocorreram em São Gonçalo: *“Nas questões mais importantes que a gente poderia votar somos voto vencido porque a gente é minoria.”*

A condução da CONAE Nacional revelou suas “claras “intenções político-partidárias de dominação”? Sim. E a FENEP está tentando fazer o que?

Mentir sobre suas “intenções” é o mesmo que ir na contramão da consolidação da democracia que prima pelo “quesito” transparência de suas ações e intenções.

Não seriam essas colocações da FENEP uma daquelas estratégias de ação, “velhas” conhecidas nossas em São Gonçalo, de tentativa de convencimento a partir de uma roupagem falsa de democracia, que esconde, camufla e mente para o povo, abordada por Coutinho (1980) e já mencionada nesta pesquisa durante o desenvolvimento do capítulo II?

A análise realizada por Coutinho (1980) sobre a cultura da mentira que sustenta a tese de que o Estado democrático é imparcial, e que o contrário o caracterizaria como Estado totalitário é percebida claramente na composição desse documento da FENEP.

Entretanto, o pensamento majoritário da CONAE – Nacional, demonstrou não estar em consonância com essa cultura, mas com a proposta defendida por esse autor de que um posicionamento contra a essa estratégia liberal deveria ser pautado na transparência dos pensamentos e ações: *“deve-se colocar claramente a questão da hegemonia e da dominação como questão central de todo poder do Estado”*.²⁰⁰

Em seu trabalho, Coutinho (1980) propõe aos dirigentes que pretendem a emancipação da classe trabalhadora que ajam de acordo com o princípio da transparência sempre: o povo sempre deve saber as intenções verdadeiras do grupo dirigente, pois somente dessa forma é que os dirigentes realmente estariam em consonância com o pensamento gramsciano abordado pela FENEP como algo pernicioso, mas que trata de uma teoria que prima pela criação de condições objetivas para o desenvolvimento da “vontade coletiva” de terminar com a divisão da humanidade entre os que “governam” e os que são “governados”.

(...) Ao formar-se o dirigente, é fundamental a premissa: pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende-se criar as condições em que a

²⁰⁰ Coutinho: 1980, p. 32

necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do ser humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?²⁰¹

Sendo assim, o esforço empreendido na tentativa de compreender e comprovar a hipótese de que na organização da COMED – SG havia “*claras intenções político-partidárias de dominação*” de cunho liberal, pelo menos, na perspectiva da cultura da mentira, a partir da cultura da omissão, não divulgando amplamente esse acontecimento histórico educacional para os profissionais da rede pública de ensino do município, decidimos investigar mais profundamente as razões que levaram ao resultado obtido no gráfico 12 que apresenta um alto número de entrevistados que não sabiam do que se tratava essa Conferência Educacional: 55% (31) dos entrevistados.

Não desejando transformar essa pesquisa em instrumento de defesa do SEPE – SG sobre sua retirada, como instituição, das discussões que envolveram a CONAE, mas tentando, também, compreender mais detalhadamente as razões que levaram esses representantes a tomarem tal atitude, entendemos que, se comprovada a hipótese sobre o pouco empenho de se promover uma ampla divulgação do evento, no nível municipal, esse dado contribuiria com a compreensão sobre a dinâmica do desenvolvimento da publicidade dos atos públicos no município.

Destarte, não obstante o que esse quantitativo de 55% (31 entrevistados) pode nos sugerir, realizamos um mapeamento dos meios de comunicação utilizados pela PMSG com o objetivo de identificar os meios de comunicação de maior visibilidade no município e assim compará-los aos meios de comunicação utilizados na divulgação da referida Conferência de Educação.

Dessa maneira, elegemos 08 meios de comunicação utilizados pela PMSG e solicitamos aos nossos entrevistados que os enumerassem em ordem crescente (1º lugar, 2º lugar, 3º, etc.) de acordo com seu contato com cada um deles. Caso tivesse algum em que o entrevistado não tivesse contato, o mesmo deveria assinalar a resposta zero.

²⁰¹ Gramsci: 1984, p. 19

Tabela 15: Sobre os meios de comunicação utilizados pela PMSG

Demonstrativo do contato em que os entrevistados possuem com os meios de comunicação utilizados pela PMSG, em ordem crescente de nível de contato.										
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas									Total por variável de exposição
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	5º lugar	6º lugar	7º lugar	8º lugar	zero	
Outdoor	27	12	07	05	02	01	00	00	02	56
Placas em geral espalhadas pela cidade	14	20	11	03	03	00	01	00	04	56
Jornal O São Gonçalo (que tem o D.O.M.)	03	03	06	10	05	11	02	00	16	56
Site da PMSG	02	01	04	07	07	06	05	01	23	56
Panfletos, geralmente utilizados em épocas de campanhas	03	02	12	14	10	07	01	00	07	56
Discursos/ falas em inauguração de obras e/ou outros eventos	01	03	04	06	11	09	10	00	12	56
Impressos no Contracheque	02	11	08	09	06	05	03	02	10	56
Outros	04	01	02	00	04	00	01	01	43	56

De acordo com os dados expostos na tabela acima, o meio de comunicação “Outdoor” foi eleito como sendo o 1º dos “meios de comunicação” em que os entrevistados têm contato.

As “placas espalhadas pela cidade”, que geralmente, têm seus conteúdos vinculados à propaganda de obras, foram a 2ª maior cotada como primeiro contato visual que os candidatos possuem.

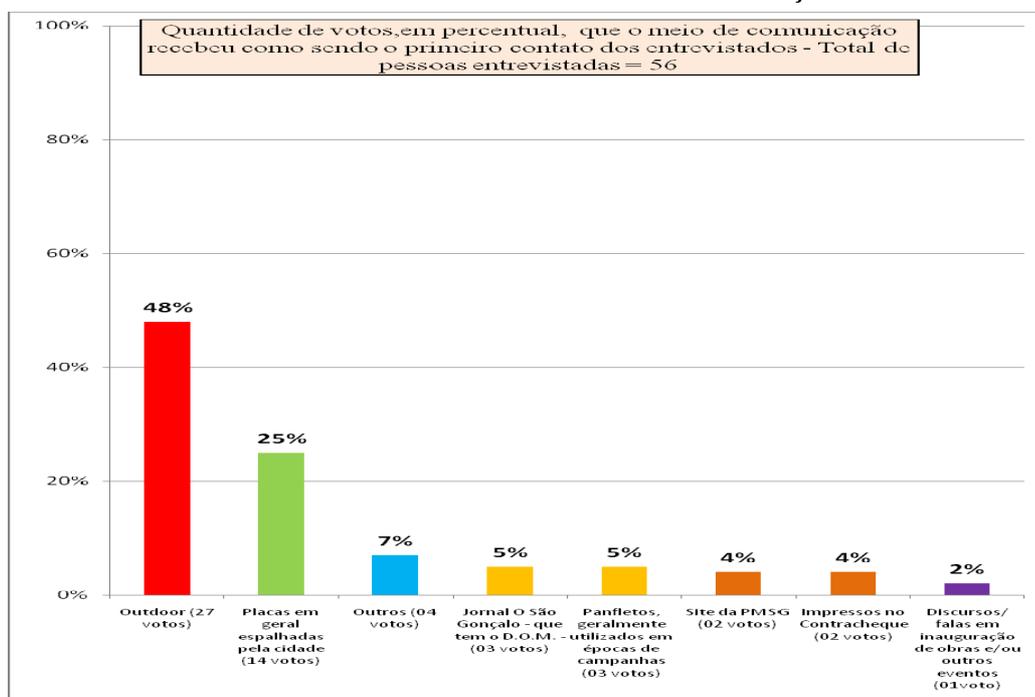
Os “outros” meios de comunicação formaram a categoria 3ª maior colocada. E, os entrevistados que optaram por essa classificação justificaram suas respostas informando quais seriam esses “outros meios de comunicação”. A saber: “*Agenda deste ano de 2011 distribuída nas escolas*”; “*Televisão*”; “*carro de som*”; “*outros jornais*”; “*colegas comprados*”; “*diretora da escola*”; “*Impressos próprios da PMSG*”; “*Faixas de agradecimento por obras como se fosse a população, mas não é.*”

Os “panfletos, geralmente utilizados em épocas de campanhas” e o “Jornal O São Gonçalo (divulgador do D.O.M.)”, ficaram empatados com o mesmo quantitativo de 03 votos cada.

Os “Impressos no Contracheque” e o “site da Prefeitura” ficaram empatados com a penúltima colocação (recebendo cada um 02 votos dos entrevistados) e o último colocado, com 01 voto, ficou com a categoria “os discursos/ falas em inauguração de obras e/ou outros eventos”.

Ao considerarmos apenas esses dados da tabela 15, visualizamos a seguinte configuração do pensamento dos entrevistados quanto qual seria o meio de comunicação de maior visibilidade para os mesmos:

Gráfico 17: Sobre os meios de comunicação



Os dados do gráfico “16” demonstram que o “Outdoor”, seguidamente das “Placas espalhadas pela cidade” foram os meios de comunicação “campeões” entre os entrevistados: 48% (27) e 25% (14) respectivamente.

Entretanto, quando nos dedicamos na investigação sobre os meios de comunicação utilizados pela PMSG para divulgação da COMED – SG, não conseguimos encontrar nenhum indício de que esses instrumentos haviam sido utilizados para esse fim.

O que conseguimos apurar foi que a PMSG utilizou-se do jornal “Fluminense”²⁰² (via impressa e on line) e de sete sites para divulgação do evento. Desses sete veículos de comunicação on line que conseguimos identificar, 05 fizeram propaganda antes do evento (Site da PMSG²⁰³, site da FAETEC²⁰⁴; Site O Repórter²⁰⁵; Site do Jus Brasil²⁰⁶ e o Diário

²⁰² Diário Oficial da PMSG de 27 de maio de 2009 (na época era o Jornal Fluminense) – Edição impressa e também Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/ArquivosExternos/Arq885.pdf>>. Acesso em 21/7/2010

²⁰³ <http://www.pmsg.rj.gov.br> e, na época o endereço do site oficial da PMSG, também era: <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/noticiaCompleta.php?cod=1770&tipoNoticia>. Acesso em 10/01/2010.

²⁰⁴ FAETEC. Disponível em: <<http://www.faecet.rj.gov.br/desup/index.php/notas-mainmenu-33/447-i-comed-sao-goncalo>>. Acesso em 20 de março de 2011

²⁰⁵ O Repórter: <http://www.oreporter.com/detalhes.php?id=6432>

Oficial - Jornal O Fluminense, como já mencionado) e 02 fizeram propaganda pós acontecimento do evento. A saber: um vídeo postado no “You tube” pelo vereador Marlos²⁰⁷ e no site particular do Prof^o Fernando Mota, a publicação de um agradecimento pelo convite de participar da Conferência como palestrante²⁰⁸.

(...) a característica da democracia sobre a qual não me cansei de insistir em todos esses anos, é a da publicidade dos atos de governo. Só quando um ato é público podem os cidadãos julgá-lo e assim exercer uma das prerrogativas fundamentais do cidadão democrático, o controle dos governantes.²⁰⁹

Diante desse destaque de Bobbio (1991) sobre a necessidade da “publicidade dos atos do governo”, como pressuposto fundamental para caracterizar um regime de governo como sendo democrático e diante das possibilidades de diálogo dessa reflexão com os resultados acima (que se traduziram em indagações norteadas pelo pensamento que deseja saber quais seriam os motivos que teriam levado a PMSG a utilizar meios de comunicação, que não são considerados como sendo de alto impacto, na divulgação da COMED – SG), decidimos transformar em gráfico, os resultados obtidos com a solicitação que fizemos aos entrevistados de avaliar a divulgação da COMED a partir da atribuição de uma nota que poderia variar entre zero e cinco.

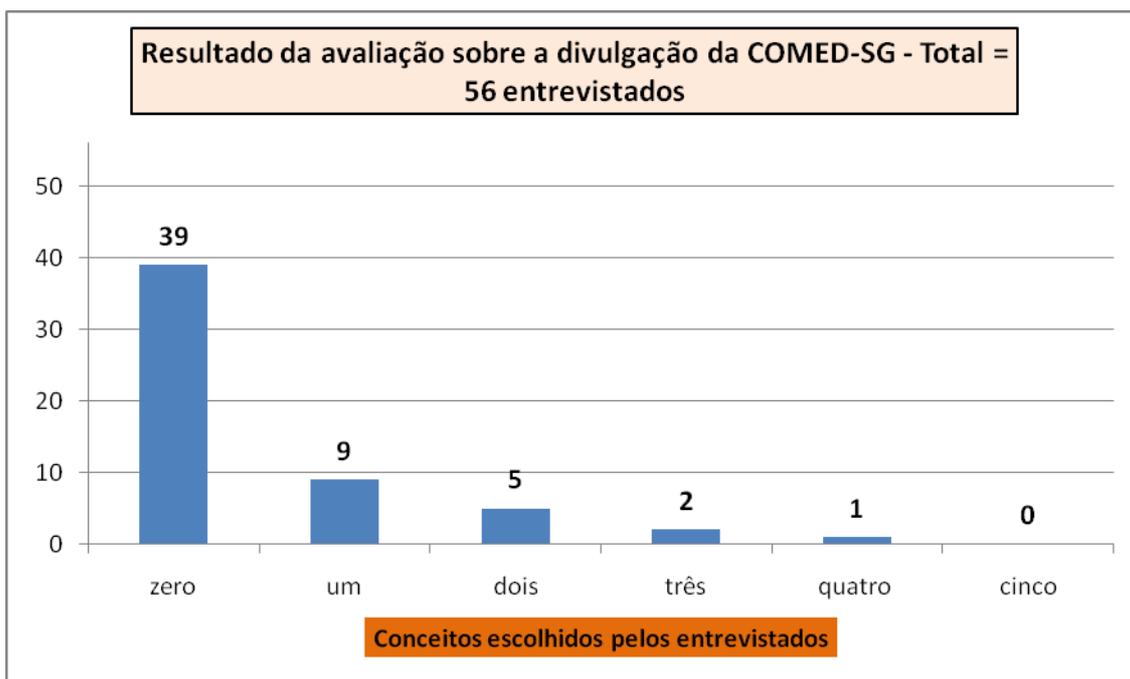
²⁰⁶ JUS BRASIL -<<http://www.jusbrasil.com.br/politica/2747251/termina-o-segundo-dia-da-conferencia-municipal-de-educacao>> e <<http://www.jusbrasil.com.br/politica/2737176/sao-goncalo-realiza-conferencia-de-educacao>>. Acessos em 20 de março de 2011

²⁰⁷ Vereador Marlos defende a eleição direta para diretor de escolas na abertura da conferencia municipal de educação em 06/07/09. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=IFkCALCaTgw>>

²⁰⁸ Ensino Fernando Mota. Disponível em: <http://ensinofernandomota.tempsite.ws/ensinov2/2009_07_01_archive.html>. Acesso em 10/4/2011>

²⁰⁹ Bobbio: 1991, p. 74

Gráfico 18: Avaliação da divulgação da COMED-SG



Se considerarmos as notas “zero” e “um” numa mesma categoria - a de muito insatisfeitos com a divulgação da COMED – SG - vimos que os números somam 86% (48) dos entrevistados. Um número muito alto e que seria agravado caso considerássemos as notas dois, três, quatro e cinco nas categorias: insatisfeito, regular, satisfeito e muito satisfeito, respectivamente, pois só teríamos 2% dos entrevistados satisfeitos, ou seja, 01 (uma) pessoa.

Com o intuito inicial de identificar a percepção dos entrevistados que se enquadrariam nas categorias dos muito insatisfeitos, insatisfeitos e com satisfação regular, mas sem ter a noção, ainda, de que o somatório dessas categorias chegaria a 98% (55) da população pesquisada, tínhamos elaborado uma questão específica para aqueles que atribuísem conceitos na faixa de zero a três para a divulgação daquela Conferência Municipal de Educação:

Caso a pontuação que você escolheu, para classificar a divulgação, foi de 0 a 3, escolha um dos possíveis motivos: a) Penso que a pouca divulgação possa ter sido negligência da PMSG/ SEMED porque parece que para eles tanto faz a participação da categoria ou não em eventos como esse; b) Penso que não foi divulgado porque a PMSG/ SEMED não deseja a participação dos profissionais da Educação na elaboração de regras que devem ser obedecidas por todos, inclusive pela PMSG/ SEMED e c) Nenhuma das alternativas.²¹⁰

Das 55 pessoas que votaram entre zero e três e, por isso, responderam a essa questão, 18% (10) optaram pela alternativa “a”; 78% (43) optaram pela alternativa “b” e 4% (02)

²¹⁰ Questão Nº 19 do questionário aplicado aos entrevistados.

optaram pela alternativa “c”. Sendo que algumas pessoas quiseram, além de registrar seus motivos a partir da escolha de uma das opções acima, comentar as suas escolhas:

“E também quando estive na COMED percebi que não havia abertura para as pessoas falarem. Várias pessoas foram podadas/ impedidas de falar. Antes de concluírem a fala eram rebatidas. Eu fui. Não gostei e não insisti, por isso não quis ir a outra. Sei que deveria ir mas...”

“Observação: Não é para esperar a PMSG, o SEPE poderia ter tomado a frente.”

“Acho que também temos responsabilidades de ir atrás da informação.”

“Acho que existe um desinteresse da categoria”; “Nota 01, porque saiu nos jornais, certamente!”

“Acho que também foi falha do sindicato que deveria divulgar.”

Essas observações fornecidas por 9% (05) dos entrevistados nos provocaram a realizar novas reflexões sobre o tema, partindo tanto do ponto de vista dos possíveis reflexos da ideologia culpabilizadora do indivíduo pelo fracasso social, propagada pelo neoliberalismo, como do ponto de vista positivo que alerta sobre a necessária consciência da categoria dos profissionais da educação quanto à importância de participação na luta política através, por exemplo, da já mencionada resistência ativa de Saviani (2000).

Entretanto, a amplitude dessa discussão poderia gerar uma segunda dissertação de mestrado não tendo, no âmbito desta pesquisa, condições de desenvolvê-la.

Dessa forma, retornamos ao foco desse tópico que trata sobre o “quesito transparência” nos propondo a uma investigação mais aprofundada nomeada pelo subitem a seguir.

3.7 Segredos e transparências...

(...) o poder deve ser imperscrutável, como os decretos divinos. Não deve ser visto, porque isto lhe permite ver melhor o que fazem os outros: “O detentor do poder conhece as intenções dos outros, mas não revela as suas. Deve ser sumamente reservado. Ninguém pode saber o que pensa, o que pretende.”²¹¹

Com o intuito de identificar se o segredo como essência do poder que aparece em Bobbio(1991) nas palavras de Elias Canetti, possui lugar privilegiado nas relações entre o poder público de São Gonçalo e a categoria dos profissionais da educação, elaboramos um conjunto de questões cujos resultados devem servir de subsídios para a reflexão aqui proposta.

²¹¹ Bobbio: 1991, p. 74 e 75

Tabela 16: Sobre as ações da PMSG serem ou não secretas

Questão: Você acha que as ações da PMSG são muitas vezes realizadas de forma secreta, longe dos olhos dos cidadãos gonçalenses?					
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas				Total
	Sim	Não	As vezes	Prefiro não me pronunciar	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	10	00	01	00	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	39	00	05	01	45
TOTAL	49	00	06	01	56

Como numa resposta quase que instantânea à questão sobre o privilégio do segredo em detrimento da publicidade dos atos em relação à prática da PMSG (durante as duas últimas duas décadas que formam o período de 1990 a 2010), os profissionais pesquisados revelaram que a crença majoritária, de 88% (49) dos entrevistados, é a de que existe relação entre o privilégio do segredo e as ações dos membros dessa prefeitura.

“Principalmente quando o assunto é sobre o lixão do Anaia”, disse uma das pessoas entrevistadas que quis justificar o seu sim através do exemplo de um acontecimento recente na história do município do qual foi estrategicamente montado a partir dessa “forma secreta de atuação”.

Nós não fomos comunicados! Eu sei que quando você é desapropriado, você recebe um documento... mas a gente não recebeu nada. No dia 20 de outubro de 2009, eu me lembro muito bem porque é aniversário de uma amiga, apareceu lá na rua um jornalista do “Fluminense” dizendo que ia haver um aterro sanitário no local. Nós não sabíamos de nada! Ficamos desesperados! Aí a gente abriu a internet... eu não sei qual é o site, meu sobrinho que jogou lá “aterro sanitário” aí, apareceu...²¹²

O depoimento acima não foi fornecido por nenhum dos 56 entrevistados que compõem o quadro de profissionais da educação pública do município de São Gonçalo, e que fazem parte desta pesquisa. O referido depoimento, assim como o que segue abaixo, foi coletado para ilustrar e dar fundamento a observação - *“Principalmente quando o assunto é sobre o lixão do Anaia”*- fornecida pela professora acima entrevistada, que a fez por conta de seu desejo de justificar seu “sim”, computado na resposta da questão conteúdo da tabela 16.

Primeiramente eles se reuniram com o pessoal que ia ser desapropriado. Parece que eles queriam comprar o pessoal... Eles não falaram nada com a gente. Só depois que

²¹² Esse depoimento foi fornecido por uma moradora do Anaia Pequeno em 26/5/2011, sob a condição de que seu nome não fosse registrado. O argumento da moradora para não ser identificada foi: “Não coloque meu nome porque não se sabe como é essa turma aí né”

a gente ficou sabendo. A gente também mora aqui, esse assunto também nos interessa.

Nós conseguimos esses depoimentos com relativa facilidade porque, coincidentemente, temos acesso, por outra rede de ensino, àquele local e episódio, além de conhecermos as pessoas que sofreram, ainda estão sofrendo com essa questão e quiçá ainda sofrerão.

Por não se tratar exatamente do foco desta pesquisa eu não havia mencionado esse fato. Entretanto, provocada pela professora, resolvi coletar alguns depoimentos de moradores do Anaia Pequeno a fim de sustentar a posição da mesma, registrar um acontecimento lamentável, em pleno século XXI, numa sociedade que se diz democrática e buscar subsídios que possam estar contribuindo com o diálogo teórico aqui proposto sobre o “segredo como essência do poder” em São Gonçalo.

Contudo, se estamos realizando um esforço em compreender o desenvolvimento das relações entre o poder público local e a categoria dos profissionais da educação do município de São Gonçalo é preciso que, também, façamos o movimento contrário ao de cima.

Assim, partindo da suposição de que uma análise comparativa entre os resultados obtidos com a questão acima, e os adquiridos anteriormente, nos permitiria ter condições de organizar nossa interpretação sobre a visão que essa parcela da categoria dos profissionais da educação possui sobre a postura da PMSG em relação ao respeito à publicidade, nos empenhamos na realização de um esforço em compreender também o movimento contrário: Qual seria a percepção em relação à publicidade das ações do próprio SEPE-SG?

Para obter dados que pudessem nos auxiliar nessa etapa da investigação, organizamos um bloco de quatro questões direcionadas exclusivamente à dinâmica de atuação do SEPE em torno desse quesito.

As quatro questões estão organizadas abaixo, em quatro tabelas distintas: Tabela 17, Tabela 18, Tabela 19 e Tabela 20.

Tabela 17: Sobre a 1ª questão em relação à dinâmica das ações do SEPE - SG

Questão: Todas as resoluções do SEPE são divulgadas no boletim que é distribuído para a categoria?					
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas				Total
	Sim	Não	As vezes	Não sei dizer	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	10	00	01	00	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	22	04	07	12	45
TOTAL	32	04	08	12	56

A partir dos dados dispostos na tabela 17, observamos que 57% (32) dos entrevistados acreditam que sim, as resoluções do SEPE-SG são amplamente divulgadas no boletim. 7% (04) disseram que “não”, 14,5 % (08) que “às vezes” e 21,5 % (12) que “não sei dizer”.

Tabela 18: Sobre a 2ª questão em relação à dinâmica das ações do SEPE - SG

Questão: O SEPE possui alguma forma de agir que impeça que membros da PMSG tenham acesso às informações constantes no boletim que é distribuído para a categoria?					
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas				Total
	Sim	Não	Às vezes	Não sei dizer	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	00	11	00	00	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	01	32	02	10	45
TOTAL	01	43	02	10	56

Não! Claro que Não! O Wagner Laranjeiras e o Waltenir, ex – Secretário de Educação e ex – vice, respectivamente, são sindicalizados e recebem o boletim!

Essa exclamação de um dos entrevistados que faz parte da direção do SEPE – SG, que mostrou unanimidade no trato dessa questão, 100% (11) dos votos, afirmando que o SEPE – SG não possui nenhuma forma de agir que impeça que membros da PMSG tenham acesso às informações no boletim que é divulgado para categoria, está de acordo com o pensamento majoritário do grupo formado por professores do CMPCB que atingiu a casa dos 77% (32) dos votos.

Essa prevalência por ações que privilegiam a convivência democrática entre os grupos (SEPE-SG e Poder Público) são colocadas em xeque com os resultados obtidos nas tabelas abaixo.

Tabela 19: Sobre a 3ª questão em relação à dinâmica das ações do SEPE – SG

Questão: Você é a favor que o SEPE espione a PMSG?				
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas			Total
	Sim	Não	As vezes	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	08	02	01	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	21	15	09	45
TOTAL	29	17	10	56

Tabela 20: Sobre a 4ª questão em relação à dinâmica das ações do SEPE – SG

Questão: Você é a favor que o SEPE deva ter segredos para se defender da PMSG?					
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas				Total
	Sim	Não	As vezes	Não quis marcar nenhuma das opções	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	07	02	02	00	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	17	16	11	01	45
TOTAL	24	18	13	01	56

Na tabela 19 os resultados demonstram que 52% (29) dos entrevistados são a favor da espionagem “sempre” e 18% (10) a favor da espionagem “às vezes”. Na tabela 20 os dados revelam que 43% (24) dos entrevistados são a favor de que o SEPE – SG possua “sempre” segredos para se defender da PMSG e que 23% (13) optam pela alternativa de que o SEPE-SG deva tê-los “às vezes”.

Esses resultados (das tabelas 19 e 20, que chamamos de “segundo dueto”) indicam que o pensamento majoritário dos profissionais entrevistados não está em consonância com a prática democrática. Entretanto, em contrapartida, os resultados obtidos nas tabelas 17 e 18 (“primeiro dueto”) demonstram que a prática democrática faz parte do ideário dessa população.

Diante das contradições apresentadas nesse bloco de questões, decidimos realizar uma comparação reflexiva dos referidos resultados com o pensamento exposto em Gramsci (1984), em Bobbio (1991) e em Konder (2010).

(...) não se pode combater o poder invisível senão com um poder invisível igual e contrário; só se pode combater o segredo com o segredo. Se os adversários entrarem numa disputa, levará a melhor quem tiver serviço de inteligência mais eficiente, espiões mais confiáveis, contra-espionagem mais bem avisada, quem conseguir ser mais astuto, e exercitar melhor a arte da calúnia e da fraude.²¹³

Com o intuito de iniciar o registro de nossas reflexões escolhemos o pensamento exposto nesse trecho da obra de Bobbio (1991) porque vimos nele pistas que podem nos revelar as causas desses resultados “antidemocráticos”. Esse fragmento da obra de Bobbio retrata uma percepção originada de uma correlação de forças tipicamente caracterizada por estratégias de sobrevivência entre dois grupos. Grupos que possuem um relacionamento marcado por altos níveis de hostilidade, portanto longe de serem percebidos como grupos que privilegiam a democracia sequer como método de convivência.

Essa convivência hostil encontra-se num momento da luta política caracterizada por Gramsci (1984) como “guerra subterrânea”, da qual consiste na “*preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto.*”²¹⁴.

Em Konder (2010) o registro de parte da luta das mulheres, durante o século XVIII, contribui com a busca de nossa compreensão quanto aos referidos resultados obtidos:

²¹³ Bobbio: 1991, p. 76

²¹⁴ Na teoria gramsciana as três formas de guerra numa luta política são: guerra de posição, guerra de movimento e guerra subterrânea. (Gramsci: 1984, p. 68).

Claire Demar, em *Libertação da Mulher* (1833) e *Minha lei do futuro* (1834), defende as mulheres contra a acusação de serem falsas e de mentirem, alegando que as mulheres usam as armas dos escravos, dos oprimidos e dos fracos que resistem como podem à opressão.²¹⁵

As reflexões que fomos capazes de elaborar nos direcionaram para a conclusão parcial de que, apesar da vontade democrática exposta no “primeiro dueto”, a relação de forças entre os referidos grupos (Poder Público local e SEPE – SG) não se caracteriza como democrática. Muito pelo contrário, a reação da categoria (exposta no “segundo dueto”) se apresenta como uma estratégia fortemente caracterizada pela luta em busca da sobrevivência, assim como as *mulheres de Claire Demar* no século XVIII.

Os profissionais entrevistados nos revelaram que estão empenhados na luta contra um poder que privilegia a dominação em detrimento de uma disputa pela formação da vontade coletiva com objetivos de se conquistar a hegemonia. Mas uma *preparação clandestina* com intuito de combater, talvez, por assalto esse poder, seria primordial nesse momento.

3.8 O Controle público das ações do Poder Executivo da PMSG ...

Existe um acompanhamento das ações do poder público local que permita que efetivamente se consiga acompanhar e avaliar tais ações como órgãos dotados de poderes legítimos de fiscalização e aplicação e/ou encaminhamento à órgãos competentes para realizar ações corretivas, em São Gonçalo?

Foi pensando em quais seriam os organismos que possuiriam a função de realizar esse acompanhamento e avaliação do poder público, que trouxemos para esse trabalho dois órgãos: O Conselho Municipal de Educação de São Gonçalo e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no que tange ao acompanhamento do município de São Gonçalo.

Para garantir a ampla participação, o CME poderá ser composto por representantes de pais, alunos, professores, associações de moradores, sindicatos, Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos e entidades ligados à educação municipal do setor público e privado, indicados e/ou eleitos democraticamente. Nesse caso é interessante a garantia, por meio de lei, de que a escolha dos representantes se faça de forma democrática salientando que a composição deste órgão observe uma proporcionalidade. O número de membros que integram o Conselho Municipal

²¹⁵ KONDER: 2010, p. 80.

depende de cada realidade. No Brasil a maioria dos CME possui de 6 a 11 membros titulares (66% dos CME).²¹⁶

Sem ter a pretensão de realizar uma discussão teórica aprofundada tanto sobre o Conselho Municipal de Educação de São Gonçalo, como sobre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, mas entendendo as funções desse primeiro como órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador dos sistemas municipais de ensino²¹⁷ e desse segundo como órgão fiscalizador dos recursos públicos, decidimos mensurar qual a importância que esses organismos têm conseguido alcançar no imaginário da categoria dos profissionais da educação de São Gonçalo quanto as suas ações em favor da construção de um sistema político democrático na referida cidade e, em particular, no âmbito da educação local.

Para atingir nosso objetivo de compreender, minimamente, o conhecimento e pensamento de nossa população sobre esses dois organismos, fizemos quatro perguntas, sobre o tema a nossos entrevistados, das quais as repostas seguem expostas nas próximas quatro tabelas.

Tabela 21: Sobre os representantes da sociedade gonçalense: membros do Conselho Municipal de Educação

<u>Questão:</u> Você sabe quem são as pessoas que formam o Conselho Municipal de Educação de São Gonçalo?				
Variável de Exposição	Variável Resultado / Grupos de Respostas			Total
	Sim	Não	Algumas	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	00	03	08	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	01	36	08	45
TOTAL	01	39	16	56

Com os dados obtidos na tabela 21 podemos aferir que 98% (55) da população entrevistada não conhece todo o corpo de representantes da sociedade gonçalense que forma o Conselho Municipal de Educação. Sendo que, desse total, 71% (39) não conhece sequer 01(um) único nome que forma o referido órgão que deveria ter como um de seus princípios o da “*garantia da ampla participação da sociedade local*”.

Assim, fica mais uma questão para nossas reflexões sobre mais um item importante quanto à efetiva organização democrática das relações entre o poder público local e a

²¹⁶ “Manual do MEC” - BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Criação, Composição e Atribuições do Conselho Municipal de Educação. Disponível em: Portal do Ministério Público de Goiás. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/cme_mec.pdf>. Acesso em 31/3/2011

²¹⁷ UNCME – Disponível em: <<http://www.uncme.com.br/>>

categoria dos profissionais da educação de São Gonçalo: Como é que a garantia dessa ampla participação do setor educacional tem sido realizada em São Gonçalo?

Tabela 22: Sobre as atribuições dos conselheiros educacionais de São Gonçalo

Questão: Você sabe quais são as atribuições dos membros do Conselho Municipal de Educação?				
Variável de Exposição	Variável Resultado/ Grupos de Respostas			Total
	Sim	Não	Algumas	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	04	01	06	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	09	24	12	45
TOTAL	13	25	18	56

(...) **Art. 4º** - Todos têm direito de participar, nos termos da lei, das decisões do Poder Público Municipal, em qualquer Poder ou nível da Administração Pública, exercendo-se a soberania popular através do sufrágio universal e do voto direto, secreto e igualitário, bem como mediante plebiscito, referendo, iniciativa legislativa popular, cooperação das associações representativas no planejamento municipal e fiscalização dos atos municipais. (...) **Art. 166** - O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de : (...) **VIII** - criação do Conselho Municipal de Educação, de caráter deliberativo, normativo, fiscalizador, com representação dos poderes municipais e da sociedade civil, conforme normas estabelecidas pelo artigo 4º desta lei.²¹⁸

Considerando – como o “manual” da Secretaria de Educação Básica do MEC - dentre outras, “o acompanhamento da transferência e controle da aplicação de recursos para a educação no Município, o cumprimento do plano municipal de educação, a experiência pedagógica inovadoras e o desempenho do Sistema Municipal de Ensino”, como parte das atribuições dos membros de um Conselho Municipal de Educação, no que tange a sua função fiscalizadora vimos que, no que diz respeito a essas (e/ ou outras) atribuições dos membros do CME de São Gonçalo, a tabela 22 demonstra que 45% (25) dos entrevistados não faz idéia de quais sejam tais atribuições, 32% (18) tem a noção de algumas e 23% (13) disse que conhece as conhece.

²¹⁸ Lei Orgânica do Município de São Gonçalo . Disponível em: <http://www.pmsg.rj.gov.br/copias_digitais/leiorganica.pdf>. Acesso em 02/4/2011

Tabela 23: Sobre as plenárias públicas do CME de São Gonçalo

Questão: Você já participou de alguma plenária do Conselho Municipal de Educação?								
Variável de Exposição	- Variável Resultado/ Grupos de Respostas							Total
	Sim		Não				Nenhuma das alternativas	
	Integralmente	Parcialmente	Porque eu não sabia que existiam essas plenárias	Porque eu não quis ir	Porque eu não pude	Porque eu não sei onde e/ou quando acontecem as plenárias		
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	02	01	01	04	01	02	00	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	03	07	14	03	00	18	00	45
TOTAL	05	08	15	07	01	20	00	56

Uma plenária como o próprio nome indica, é uma sessão plena, cujo valor atribuído a mesma, em organismos estruturados de forma democrática, é o de instância máxima de decisão.

Das 56 pessoas entrevistadas, seja integralmente ou parcialmente, 23% (13) confirmaram ter participado de alguma plenária do CME – SG contra 77% (43) que nunca participou. Desses 77% (43), foram contabilizados 35% (15) que sequer sabiam da existência dessas plenárias e 47% (20) que, apesar de saberem da existência, não sabem nem onde e nem quando acontecem as mesmas.

Diante desses dados e diante da compreensão sobre o valor que uma plenária deveria ter num órgão como o Conselho Municipal de Educação (que tem *o dever de primar pela garantia da participação popular*), retornamos a questão da deficiência quanto a publicidade dos atos públicos, já discutida no âmbito da divulgação das Conferência de Educação ocorridas em 2009 e 2010, mas que retorno neste momento porque reitera a constatação progressiva de nossa hipótese sobre a falta de características do desenvolvimento de relações democráticas entre os atores que formam o lócus deste trabalho.

Tabela 24: Sobre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em relação às contas públicas de São Gonçalo

Questão: Avaliação da atuação do TCE – Tribunal de Contas do Estado do RJ?								
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas							Total
	0	1	2	3	4	5	Prefiro não avaliar	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	07	01	00	00	00	00	03	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	25	02	05	03	01	00	09	45
TOTAL	32	03	05	03	01	00	12	56

O Tribunal de Contas é a organização responsável pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos por parte dos governantes. O uso de todo o dinheiro do contribuinte aplicado em impostos é verificado por esse setor da Administração Pública, que tem sua missão e atribuição definidas pela Constituição.²¹⁹

Nesse tópico o contexto que envolveu as reflexões desenvolvidas quanto ao *controle público das ações do Poder Executivo da PMSG* estava estritamente vinculado aos desdobramentos da função fiscalizadora do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em relação ao município de São Gonçalo.

As ações desse órgão fiscalizador fazem parte das conversas cotidianas dos profissionais entrevistados. Ou seja, existe uma alta circularidade de informações sobre a atuação desse órgão no município assim como uma alta circulação de manifestações contrárias aos desdobramentos dessas ações.

Com o intuito de oferecer maiores informações que auxiliam na compreensão do contexto em que essa circularidade de conversas (no ambiente escolar) sobre o TCE em São Gonçalo acontece, registramos algumas observações dos entrevistados:

“Eu vi que reprovam, e aí? Qual a punição?”

“Porque a gente sabe que tem desvio de verbas. Exemplo: Verba da merenda... e aí?”

“Eu não sei nada da prestação.”

“Porque ouve-se falar sobre isso e o pouco que se ouve é distorcido ou acaba em pizza.”

“Todo ano você escuta que está errado e passa...”

“Fazem e não dá em nada. Exemplo: Escândalos, mas nada acontece. Eles têm que ter mais autonomia para dar solução aos problemas.”

“Agora a prestação de contas está pior.”

“Eles levantam, mas tudo acaba em pizza.”

“Sempre aparece negativo as contas, mas nada acontece com a prefeita. Mesmo quando não compete ele tem que fazer valer aquilo que definiu. É só falar e acabou? Quem quiser que mexa seus pauzinhos? Cadê as respostas do que o tribunal diz?”

“O tribunal tem o papel de contador e para o Ministério Público e eles engavetam – o tribunal faz a parte dele, agora...”

“Os gastos não foram aprovados e ela está reeleita. Eles reprovaram e, quando o TC recusava a Câmara aprova por unanimidade – a prefeita detém a unanimidade.”

²¹⁹ Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro: Lei Orgânica nº 63 de 1990 . Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/main.asp?Team={4BBC7F77-9738-423A-B699-AB24D7C9C586}>>. Acesso em 02/4/2011

Essas manifestações podem ser conferidas com os resultados obtidos na tabela 24, destinada a reunir informações sobre a percepção da população pesquisada sobre o desempenho do referido órgão em relação às contas públicas do município, através de uma avaliação orientada pela solicitação aos entrevistados de atribuir uma nota à atuação do TCE (em São Gonçalo), variando entre “zero” e “cinco”.

Os dados obtidos dessa avaliação revelaram que: 63% (35) dos entrevistados estão muito insatisfeitos com as ações provenientes das avaliações do TCE (em relação a São Gonçalo), haja vista que atribuíram as notas “zero” e “um” aos desdobramentos dessas ações e 9% (05) estão insatisfeitos.

Os 5% (03) que possuem uma satisfação regular e os 2% (01) que estão satisfeitos quiseram registrar que dentro das limitações do TCE ele atua corretamente e que o problema está somente nos desdobramentos dessa atuação que sempre, em São Gonçalo, “acamariam em pizza”.

Dos 21% (12), alguns demonstraram que a preferência por não avaliar se deu porque apesar dos desdobramentos serem insatisfatórios e a atuação ser satisfatória, algo mais precisa ser feito, algo mais que os deixam com expectativas que não foram contempladas com a questão oferecida e que por isso, preferiram não se manifestar.

Com intuito de mensurar os dados obtidos quanto ao controle do Poder Público, tanto no âmbito do Conselho Municipal de Educação como no âmbito do Tribunal de Contas do Estado (em SG), organizamos a tabela 25 formada por indicativos que sugerem, a partir de uma análise quantitativa, um panorama qualitativo dos estágios em que se encontram o desenvolvimento democrático em cada uma das variáveis analisadas.

Tabela 25 - Mensuração do estágio democrático quanto a percepção sobre o desenvolvimento da função fiscalizadora do CME – SG e do TCE-RJ

Variáveis observadas	Referencial para classificação do estágio em que se encontra o desenvolvimento democrático				RESULTADOS OBTIDOS
	Estágio democrático	Estágio de construção da democracia	Atenção: Perigo para a democracia.	Estágio característico de sociedade não democrática	
<u>Tabela 21:</u> Você sabe quem são as pessoas que formam o Conselho Municipal de Educação de São Gonçalo?	Quando sim e algumas somarem entre 90% e 100%	Quando sim e algumas somarem entre 50% e 89%	Quando sim e algumas somarem entre 30% e 49%	Quando sim e algumas somarem entre 0% e 29%	30%
<u>Tabela 22:</u> Questão: Você sabe quais são as atribuições dos membros do Conselho Municipal de Educação?	Quando sim e algumas somarem entre 90% e 100%	Quando sim e algumas somarem entre 50% e 89%	Quando sim e algumas somarem entre 30% e 49%	Quando sim e algumas somarem entre 0% e 29%	55%
<u>Tabela 23:</u> Você já participou de alguma plenária do Conselho Municipal de Educação?	Quando o sim se apresenta entre 90% e 100%	Quando o sim se apresenta entre 50% e 89%	Quando o sim se apresenta entre 30% e 49%	Quando o sim se apresenta entre 0% e 29%	23%
<u>Tabela 24:</u> Quanto ao controle dos gastos públicos do município de São Gonçalo, durante esse período, como você avalia a atuação do TCE – Tribunal de Contas do Estado do RJ?	Quando a soma dos que optaram por “4” e “5” está entre 90% e 100%	Quando a soma dos que optaram por “4” e “5” está entre 50% e 89%	Quando a soma dos que optaram por “4” e “5” está entre 30% e 49%	Quando a soma dos que optaram por “4” e “5” está entre 0% e 29%	02%

A persistência e a extensão da corrupção no exercício da função pública encontram um terreno fértil quando os cidadãos se resignam a ela ou ajudam a praticá-la. Uma grande rejeição cidadã às práticas corruptas é uma valiosa ferramenta de fiscalização e favorece o funcionamento de mecanismos eficazes de prevenção, controle e sanção.²²⁰

No que tange aos indicadores de desenvolvimento da democracia adquiridos a partir da mensuração e interpretação dos dados coletados nas tabelas 21, 22, 23 e 24, podemos inferir que a percepção dessa parcela dos profissionais da educação de São Gonçalo é a de que, no âmbito da fiscalização dos órgãos competentes, o desenvolvimento democrático é demasiadamente deficiente para os parâmetros de um país de cultura ocidental do século XXI. E ainda, segundo o fragmento do texto acima, essa deficiência caracteriza-se como um “terreno fértil” para a proliferação da corrupção, uma das maiores responsáveis pela destruição de qualquer tentativa de estabelecimento de um regime democrático.

²²⁰ Documento do PNUD: 2004, p. 88

3.9 Conquistas da democracia moderna...

Conforme dialogado no capítulo II, apesar da longa caminhada a ser percorrida em busca da consolidação da democracia social, as conquistas inerentes à democracia moderna são altamente relevantes nessas sendas.

Em Coutinho (1980), vimos que conquistas como *“pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa e dos organismos da sociedade civil em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção permanente do consenso majoritário”*²²¹ que a classe popular conseguiu adquirir com a instituição da democracia política, seja através de lutas populares, seja através do advento da sociedade burguesa, possuem (para esse autor) caráter estratégico para o alcance de novas conquistas que objetivam a consolidação de uma sociedade democrática.

Entendendo que o período político, vivenciado pela sociedade gonçalense durante os anos de 1990 a 2010, caracteriza-se, pelo menos formalmente, por um período formado pela *“pluralidade de sujeitos políticos”*, iniciamos um diálogo das características levantadas nesse recorte temporal com a reflexão acima de Coutinho, a partir da motivação promovida pelo interesse em buscar identificar se existem mais dessas conquistas democráticas em São Gonçalo.

A primeira dessas conquistas a ser investigada foi a da *“legitimação da hegemonia através da obtenção permanente do consenso majoritário”* entre o poder público e a categoria dos profissionais da educação pública de São Gonçalo. E para tanto, foi solicitado aos entrevistados que avaliassem a frequência de realização de debates cujos objetivos seriam o de buscar consenso entre as partes, antes que houvesse a divulgação de deliberações relacionadas à educação pública gonçalense.

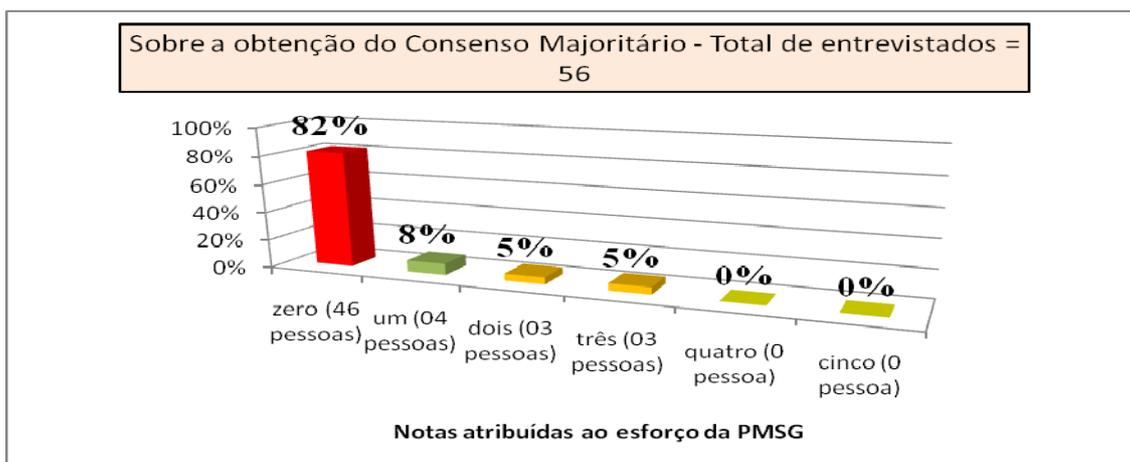
Os entrevistados deveriam atribuir uma nota que poderia variar entre “zero” a “cinco”, mas além dessa avaliação duas pessoas quiseram destacar suas observações quanto ao tema:

“As vezes deixam a gente ver só para fingir democracia, mas o que vai sair já está determinado. A gente opina, discute, eles anotam, mas o que prevalece é o que eles querem.”

“Chamar podem até chamar, mas se vão ouvir é outra coisa. Eu penso que se estamos diante do secretário ou diante de uma estátua é a mesma coisa.”

²²¹ Coutinho: 1980, p. 24

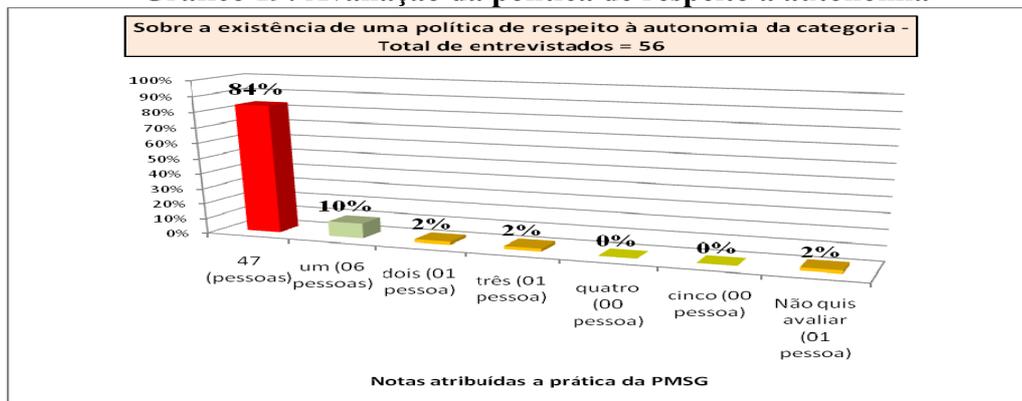
Gráfico 18: Sobre a existência de debates que buscam a obtenção do consenso entre as partes



As falas dos professores, acima registradas, juntamente com os resultados demonstrados no gráfico 18, sobre a avaliação realizada pelo grupo de entrevistados, cuja nota majoritariamente cotada (82% = 46 entrevistados) foi “zero”, nos sinaliza a hipótese de que também nesse grupo de dados coletados o resultado de nossa análise poderá ser, mais uma vez, negativo.

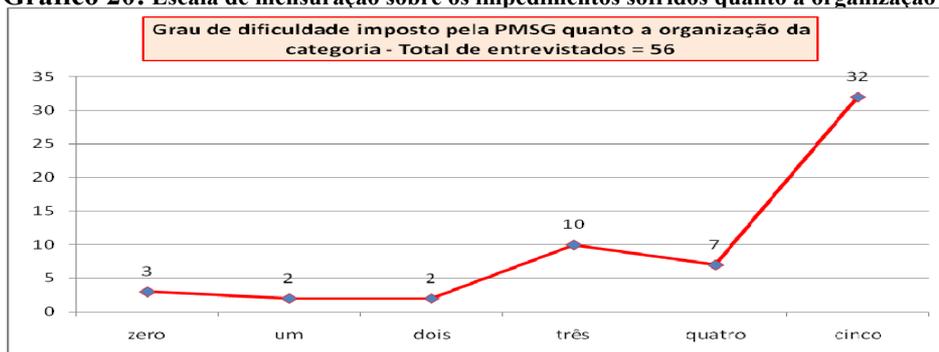
Quanto à observação do poder público local da característica da sociedade democrática que prima pela observância da *“autonomia dos movimentos de massa e dos organismos da sociedade civil em relação ao Estado”*, perguntamos aos entrevistados se existia por parte da PMSG/ SEMED uma política que respeitasse a autonomia da categoria dos profissionais da Educação.

Essa resposta também deveria ser fornecida através da atribuição de uma nota entre zero e dez das quais, além dessas, os entrevistados contribuíram com algumas observações contraditórias: 1) De “um lado” uma professora relata *“Só agora com Aparecida que está acontecendo isso. Os outros não! Eles faziam o que queriam.”*; 2) Do “outro lado” outras duas observações: *“Não tem eleição para diretor! Cadê a autonomia da gente?”*; *“Se você disser que ouvir é respeitar a autonomia, sai do zero, agora se eles irão levar em conta o que ouvirem daí fica em zero.”*

Gráfico 19: Avaliação da política de respeito a autonomia

Contudo, diante do conjunto dos resultados obtidos nesse gráfico 19, as contradições dos comentários acima registrados, se tornam imperceptíveis.

Quanto à estratégia empreendida para medir o grau de liberdade de organização da categoria (mais uma das conquistas mencionadas por Coutinho) decidimos por executar uma forma inversa a que estava sendo proposta até então. Ou seja, ao invés de solicitarmos que fosse atribuída uma nota a prática da PMSG quanto as suas ações em relação a esta “conquista democrática”, solicitamos aos entrevistados que nos orientasse numa escala progressiva de graus de dificuldades impostas pela PMSG quanto à organização da categoria, da qual obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 20: Escala de mensuração sobre os impedimentos sofridos quanto à organização da categoria

A pergunta dirigida aos entrevistados foi: “A PMSG/ SEMED realiza práticas concretas que obstaculizam/ impedem a organização da categoria?”

As respostas fornecidas, demonstradas no gráfico acima cuja escala maior de dificuldade (a cinco) recebeu 57% (32) dos votos é justificada, em parte, pelos seguintes depoimentos:

“Exemplo: Eleição escolar para diretor... não tem!”

“Penso mais neste governo... tento pensar nos outros, mas é mais difícil e os outros não foram tão diferentes deste.”

“Inclusive tentam cooptar o povo dividindo com gratificações.”

“Três porque eles não tem tanta competência, mas tentam atrapalhar.”

“O corte do repasse da verba para o sindicato, por exemplo...”; “Eles tentam, mas não conseguem.”

Assim, levando em consideração os resultados obtidos pelas respostas das 56 pessoas entrevistadas onde:

- a) 82% (46 pessoas no gráfico 18) atribuíram nota “zero” para o desempenho da PMSG quanto ao debate em busca do consenso majoritário;
- b) 84% (47 pessoas no gráfico 19) atribuíram “zero” para o esforço empreendido pelo poder público quanto ao respeito pela autonomia dos profissionais da educação de São Gonçalo e ainda;
- c) que a maioria (57% = 32 pessoas no gráfico 20) considerou o grau mais elevado de dificuldade para representar sua percepção quanto aos esforços desempenhados pela PMSG na obstrução da organização da categoria, contra a apenas 5,5% (03) dos entrevistados que consideraram não haver esse esforço (os demais 37,5% (21) oscilaram entre os graus médios e leves de dificuldades, o que também é um número que não deixa de ser representativo);

Consideramos que as relações entre o poder público local e a categoria dos profissionais da educação durante os últimos 20 anos (entre 1990 – 2010) está longe de fazer parte da população referida por Coutinho (1980) e abordada no capítulo II desta pesquisa que desde o “advento” da classe burguesa (final do século XVIII) conseguiu conquistar os benefícios da democracia moderna.

Em São Gonçalo, a pouco mais de dois séculos depois desse advento, a percepção de nossos entrevistados é a de que essa “novidade” ainda não chegou por aqui. Muito pelo contrário, por aqui o desenvolvimento progressivo é o do clientelismo.

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico (...), exerce sobre a população

um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional (...). Mandonismo, (...) é uma característica do coronelismo, assim como o é o clientelismo (...). As relações clientelísticas (...), dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população (...).²²²

Quais seriam os possíveis motivos para que um panorama político com fortes características do coronelismo, como o mandonismo e principalmente o clientelismo (Carvalho: 1997), ainda sobrevivesse em São Gonçalo? Como Seria possível realizar um caminho inverso para poder contar, também em nossa cidade, com conquistas tão antigas na história da humanidade?

Talvez se conseguíssemos neste trabalho indicar alguma reflexão concreta capaz de contribuir com o encontro dessas respostas eu poderia ter alguma tranquilidade e pretensão de estar, pelo menos minimamente, respondendo aos anseios de um dos 56 entrevistados que carinhosamente chamo de “A”, e que me fez as seguintes indagações: *“Qual o sentido da sua pesquisa? Qual o retorno concreto que ela pode trazer para a gente? Seu objetivo é trazer algum benefício para nós?”*

3.10 Os avanços da democracia...

É historicamente comprovado que os avanços da democracia se desenvolvem a partir da participação política do povo. Esse fato é tão concreto que a idéia sobre os esforços empreendidos na execução de artimanhas de dirigentes tentando a todo custo não perder o poder, já faz parte do senso comum.

Esse fato é tão alarmante que a própria mídia burguesa explora o tema com “incansáveis” denúncias de irregularidades no campo político partidário, contribuindo para sua “purificação” ou para sua completa desmoralização. Quem sabe?

Os artistas também se destacam nessa atividade denunciatória. Um exemplo da ação dos artistas foi a recente exposição de charges retratando a corrupção entre os anos de 1995 a

²²² CARVALHO: 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acesso em 02/4/2011.

2010, de autoria do artista Angeli, e exposta no site da UOL – Universo Online no dia 24 de maio de 2011.²²³

Figura 3: Charge sobre corrupção



23 de agosto de 1995 Angeli

Como um remédio contra essa situação de corrupção e desencanto pela política, temos a mídia, como uma protagonista de peso na “educação política da classe trabalhadora”, cujo investimento em apresentações de figuras individuais de redentores, “salvadores da pátria”, que seriam capazes de resolver todos os problemas da sociedade possui notoriedade comprovada.

A individualização das ações que deveriam ser de todos, traz prejuízos devastadores para a consolidação da democracia social e, como vimos no capítulo II, essa tem sido a artimanha privilegiada da elite que se preocupa, prioritariamente, com a manutenção de seu poder.

Essa inclinação pela instauração de um modelo com características do “cesarismo” de Gramsci, cuja solução dos problemas sociais é confiada a uma personalidade de grande repercussão em um determinado momento histórico é, na atualidade contemporânea, exemplificada por Weffort (1992) com abordagens que destacam as constantes investidas da mídia na atividade de valorização da desvinculação do candidato ao partido político,

²²³ UOL – Universo On Line - Especial Corrupção do Angeli - Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/humor/especialcorrupcao_album.jhtm>. Acesso em 24/5/2011.

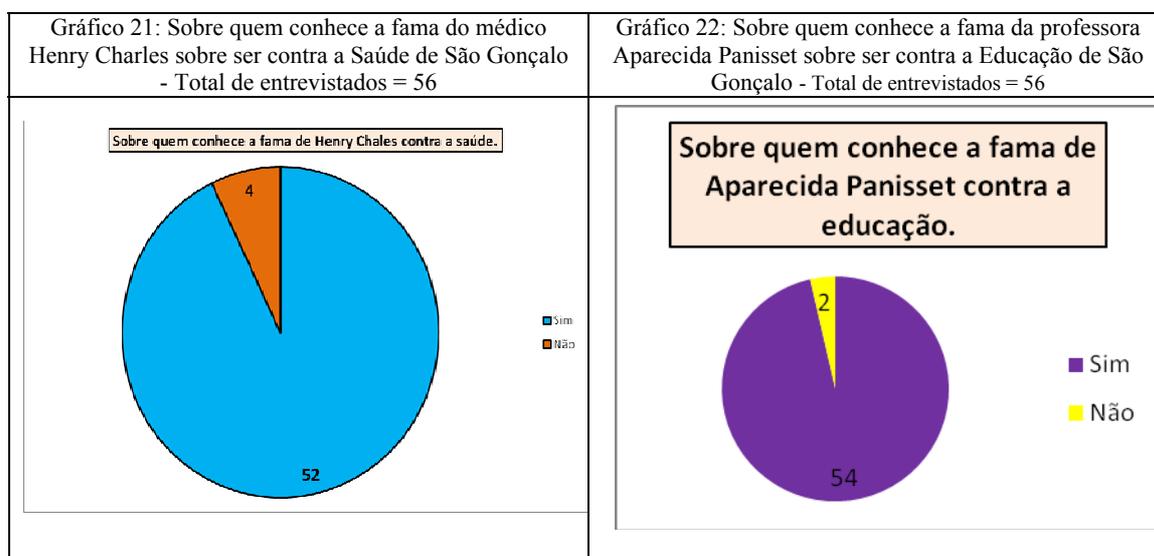
destruindo a possibilidade mais concreta de realização daquele controle público das ações dos políticos discutido no tópico anterior.

Seja na forma mais comum de fazer “humor” com assuntos relacionados à opressão vivenciada diariamente pela população brasileira (como vimos na charge do artista Angeli) ou numa forma com maior aprofundamento teórico, as questões relacionadas a essa perspectiva de consolidação da figura individual do político em detrimento a dos partidos são postas no dia a dia da sociedade gonçalense através de denúncias direcionadas aos dirigentes do Poder Executivo que, ao mesmo tempo em que reforçam esse pensamento “individualizador”, nos chama atenção para maior reflexão sobre o tema.

Duas dessas manifestações que circulam nas conversas do povo comum da sociedade gonçalense foram trazidas para esta pesquisa de maneira que pudéssemos quantificar a percepção de nossos entrevistados sobre essas “verdades” populares.

Elas se referem a uma fama individualista e corporativista, ao inverso, que políticos gonçalenses acabaram adquirindo durante seus governos e que, no decorrer das entrevistas tomamos conhecimento das “famas” dos ex – prefeitos Edson Ezequiel de Matos (1989-1992 e 1997-2000) e João Barbosa Bravo (1993-1996), mas que, quando na organização do questionário para realização das entrevistas só tínhamos conseguido apurar as “famas” referenciadas ao ex e atual prefeitos Henry Charles Armon Calvert (2001-2004) e Maria Aparecida Panisset (de 2005 até hoje).

Os dados abaixo se referem a esses dois últimos dirigentes do Poder Executivo.



Após indagarmos os entrevistados se conheciam as famas desses chefes do poder executivo (ex e atual), e obtermos uma resposta majoritária para o sim e muito similar entre um e outro, 93% (52) dos entrevistados conhecendo a fama do ex prefeito médico e 96% (54) dos entrevistados conhecendo a fama da atual prefeita professora, perguntamos a nossa população pesquisada se concordavam com as referidas famas.

Tabela 26 – Sobre a opinião dos entrevistados quanto à fama de Henry Charles

Questão: Se respondeu sim (conhece) você concorda com essa fama do ex-prefeito?						
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas					Total
	Sim	Não	Parcial mente	Não sei dizer (categoria criada por Edson – SEPE)	Não quis registrar nada	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	09	00	00	01	00	10
Grupo B: formado por professores do CMPCB	31	02	08	00	01	42
TOTAL	40	02	08	01	01	52

Como demonstrado na tabela acima, no que diz respeito as respostas obtidas quanto ao conhecimento da fama do ex – prefeito médico, os resultados apontaram que dos 93% (52) que responderam conhecer 77% (40) concordam com a referida fama.

Entretanto, alguns dos entrevistados fizeram questão de registrar que o fato da saúde estar mal durante o período de governo desse prefeito, não significa que isso fosse prerrogativa do mesmo nem tampouco que os problemas paravam na saúde:

“A educação estava acabada. Então, pressuponho que a saúde também.”

“Concordo parcialmente porque em nenhum governo eu vi a saúde boa. Então, não sei se se repetiu ou foi descaso.”

“Sim eu concordo, mas amplio: todos os serviços públicos iam mal”.

Conforme os dados da tabela abaixo (27), no que diz respeito ao conhecimento da fama da atual prefeita professora, os resultados apontaram que dos 96% (54) que responderam conhecê-la 89% (48) concordam com a referida fama.

Tabela 27 – Sobre a opinião dos entrevistados quanto à fama de Aparecida Panisset

4 Se respondeu sim, você concorda com essa fama da atual prefeita?				
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas			Total
	Sim	Não	Parcialmente	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	11	00	00	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	37	00	06	43
TOTAL	48	00	06	54

Desses 89% (48) que concordam com a fama 15% (07) dos entrevistados fizeram questão de complementar suas respostas, demonstrando que suas reflexões sobre o tema ultrapassaram os limites da apreciação individualista do grupo, abrangendo, inclusive, questões de classe:

“Ela não fez nada pela saúde e nada pela educação (...).”

“Concordo parcialmente pelas mesmas razões anteriores: porque em nenhum governo eu vi a educação boa. Então, não sei se repetiu ou foi descaso. Acho que tudo está deficiente porque parece que se preocupam mais em se projetar do que administrar.”

“Parcialmente, porque só concordo com isso na parte do salário.”

“Sim, mas contra a saúde também.”

“Sim e mais, ela tá contra tudo que favoreça o povo.”

“Sim, mas amplia. Ela está lá para beneficiar as empresas ligadas à saúde, educação, infra-estrutura, aliás, todos eles. O prefeito engenheiro²²⁴ é contra as estradas, na verdade eles estão representando interesses de classe do capital e do capitalismo.”

“Sim. Observação: Edson Ezequiel é Engenheiro de Tráfego e em seu governo ele destruiu as ruas de SG.”

Tomando como base reflexiva essa perspectiva de raciocínio que busca individualizar as ações políticas é que decidimos dedicar nossas próximas reflexões sobre a realidade do

²²⁴ Esse “prefeito engenheiro” que o entrevistado se refere foi o ex-prefeito Edson Ezequiel.

desenvolvimento das relações políticas em São Gonçalo, num esforço de observação contínua às recomendações de Gramsci (1984) de que tais relações não podem ser discutidas dentro de limites impostos por esquemas sociológicos. Deve sim, levar sempre em consideração o contexto histórico vivenciado em diferentes espaços temporais de diferentes espaços territoriais.

Um terceiro sinal de crise (...) está na notável perda de prestígio da atividade política que se observa em alguns países (...). Pelo menos nas eleições presidenciais de 1989, os partidos foram relegados a um lugar secundário, e o eleitorado foi buscar nomes que lhe pareciam desvinculados dos partidos, ou mesmo desvinculados de qualquer atividade política.²²⁵

Diante das orientações teóricas acima expostas que nos alertam sobre os perigos da valorização do individualismo em detrimento da mobilização popular decidimos (nesta parte da pesquisa) focalizar nossa atenção no empreendimento de esforços investigativos quanto a percepção de nossos entrevistados sobre a atuação do SEPE – SG ao invés da atuação do poder público local.

Assim, para “início de conversa”, solicitamos aos entrevistados que respondessem a questão: *Você acredita que o SEPE tem poderes suficientes para mudar significativamente a vida dos profissionais da Educação de São Gonçalo?*

Se levarmos em conta somente os dados obtidos no assinalamento das respostas de múltipla escolha oferecidas aos entrevistados, tivemos 29% (16) dos entrevistados respondendo que “sim” e 71% (48) respondendo que “não”.

²²⁵ Weffort: 1992, p. 72

Entretanto, a interpretação dessa questão foi bastante diversificada e as vezes o “sim” poderia estar querendo dizer “não” e as vezes o “não” poderia estar querendo dizer “sim”, como podemos perceber em algumas das justificativas na tabela abaixo:

Tabela 28 – Sobre os poderes de mudança do SEPE – SG...

Observações de entrevistados (07) que responderam: <i>“Sim. O SEPE tem poderes suficientes para mudar significativamente a vida dos profissionais da educação de São Gonçalo.”</i>	Observações de entrevistados (06) que responderam: <i>“Não. O SEPE não tem poderes suficientes para mudar significativamente a vida dos profissionais da educação de São Gonçalo.”</i>
<p>“Mas depende dos interesses... exemplo: na época de Ezequiel quando 90% dos profissionais da educação pararam e depois de uma reunião com os governantes, o SEPE achou melhor categoria voltar e continuar a negociação trabalhando. Conclusão: não ganhamos nada.”</p> <p>“SEPE junto com a categoria.”</p> <p>“Poder no sentido de convencer a categoria a agitar.”</p> <p>“Mas com os professores envolvidos. Exemplo: greve na época de Charles.”</p> <p>“SEPE total sim. Não só a direção.”</p> <p>“O SEPE somos todos nós na prática.”</p> <p>“Sim. É a única via. Via mobilização. Agora, se as pessoas não vão é outra história. Porque tem um problema sério nessa categoria que é a omissão.”</p> <p>“Sim, mas tinha que ter um meio termo nessa resposta.”</p> <p>“Sim, junto com a categoria”</p> <p>“Sim, o plano de carreira mudou.”</p>	<p>“Sozinho não teria não. Teria que ser enquanto a classe toda”</p> <p>“Mas eles têm o dever, apesar de não conseguirem nada.”</p> <p>“Não, mas gostaria.”</p> <p>“Deveria ter.”</p> <p>“Para o bem: não. O Sepe sozinho não.”</p> <p>“Não. Quem tem é a categoria mobilizada. Sem acreditar em conto de fadas.”</p>

Sem termos a pretensão de mensurar quantitativamente os depoimentos acima, mas entendendo a importância dos mesmos para a interpretação da percepção dos entrevistados quanto aos poderes do SEPE, podemos aferir que a posição majoritária é a de que se acredita na entidade como instrumento de transformação da educação local, desde que todos os profissionais estejam envolvidos com a direção do sindicato.

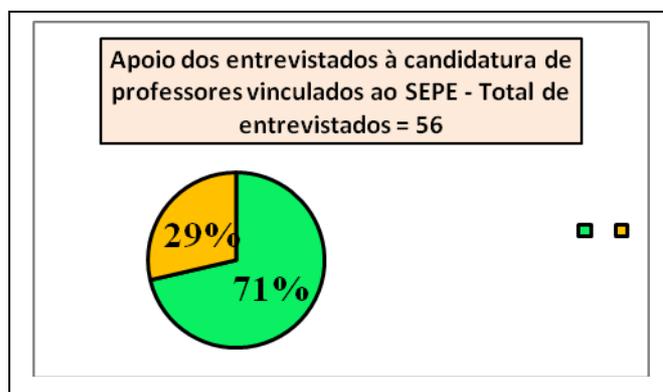
Pelo menos dois dos depoimentos acima registrados nos reportam para um outro tema também discutido no capítulo II deste trabalho: *“O problema dos dirigentes cooptados como parte do modelo conservador de desenvolvimento da sociedade brasileira - logo, numa relação dialética entre os movimentos ocasionais e orgânicos, entre esferas de dimensão macro e micro, um problema também de São Gonçalo”*.

Uma das conseqüências da modernização conservadora no Brasil foi, (...) o excessivo peso assumido pelo Estado, em particular pelas burocracias ligadas ao poder executivo, que iam “engrossando” à medida que as sucessivas “revoluções passivas” punham em prática os mecanismos “transformistas” de cooptação. Isso levou ao enfraquecimento da sociedade civil (...).²²⁶

Essa preocupação dos entrevistados com a cooptação dos membros do SEPE – SG pelo poder público local fica ainda mais evidente quando indagamos aos mesmos sobre o que pensavam quanto à candidatura de professores vinculados ao SEPE a cargos públicos como o de vereadores.

As respostas à essa questão apesar de se apresentarem a partir de um quantitativo majoritário de apoio aos candidatos (71% = 40 entrevistados), depoimentos no formato de “recomendações” quanto aos perigos da cooptação, mostraram que essa seria a condição para o apoio.

Gráfico 23:
Sobre o apoio
dos
entrevistados
a candidatura
de professores



Das pessoas que responderam sim, seis quiseram justificar suas respostas:

“Desde que não se venda.”

“Se for íntegro.”

“Mas sem se corromper.”

“Sim, mas que sejam comprometidos com a categoria.”

“Sim, mas que não seja clientelismo também, pois eu não posso ser vereador só para professor.”

“Sim, mas com salário da categoria”.

A preocupação com a integridade do candidato que vai representar a categoria dos profissionais da educação, além de ultrapassar os limites corporativos demonstrados quando um desses seis profissionais afirma que a representação de um vereador deve ser para além da categoria que o elegeu, os entrevistados sugerem mecanismos de controle das intenções do

²²⁶ Coutinho: 1980, p. 58

candidato, quando propõem a condição de que só apóia se o salário desse vereador for o mesmo que o de toda categoria.

Dos 29% (16) dos entrevistados que optaram por não apoiar, 31% (05) justificaram suas razões escolhendo a alternativa “a” (Quando o professor passar a ser um vereador ele se esquecerá da categoria), 38% (06) optaram pela alternativa “b” (O SEPE não tem que se misturar com a política partidária), 6% (01) decidiram pela duas opções acima (a e b) e dos 25% (04) que disseram que não estavam se sentindo contemplados com as opções, três quiseram registrar suas opiniões:

“Considero importante que tenha professores, mas não necessariamente vinculadas ao SEPE. Aliás, de preferência desvinculados do SEPE, porque estarão puros, sem artimanhas política.”

“Não acho importante – não acho necessário – acho que tem que ter representante, mas não acho necessário que seja professor, porque não é luta corporativa. A Educação é uma luta mais ampla.”

“Eu não quero que o vereador seja profissional da Educação porque não quero corporativismo e sim que ele seja comprometido com a cidade inteira e não só com a educação.”

Os depoimentos acima demonstram que existem diferentes posicionamentos no interior do grupo de pesquisados, mas como não fazia parte de nossa intenção inicial quantificar os depoimentos, não temos condições de organizar um panorama capaz de revelar como as tendências registradas acima são concebidas pelo grupo total.

Entretanto, diante das possibilidades de quantificar posições anteriores do mesmo grupo - sobre o mesmo tema - e cotejá-las a esses depoimentos, conseguimos inferir que o pensamento majoritário do grupo tende para o pensamento que prima pela coletividade democrática ao invés do individualismo liberal acima exposto.

Um dos momentos possibilitadores dessa conclusão foi o propiciado na quantificação sobre o entendimento do grupo em relação ao controverso tema “liberdade” que, segundo Bobbio (1988) é extremamente importante de ser compreendido em suas diferentes faces numa discussão que se pretende realizar quanto a busca pela compreensão sobre um determinado sistema de governo ser ou não ser democrático.

3.11 A liberdade...

(...) a liberdade da tradição liberal é individualista e encontra sua realização na redução ao mínimo do poder coletivo, personificado historicamente pelo Estado, a liberdade da tradição libertária é comunitária e se realiza plenamente apenas na máxima distribuição do poder social, de modo que todos participem dele em igual medida. A sociedade ideal dos primeiros é uma comunidade de indivíduos livres; a dos segundos é uma comunidade livre de indivíduos associados.²²⁷

A última reflexão que nos dispusemos a realizar no capítulo II foi direcionada pela tentativa de compreendermos a complexidade que envolve o conceito de liberdade, do qual a teoria apresentada no tópico nomeadamente como *Liberdade, Igualdade, Fraternidade...* nos possibilitou reconhecer alguns aspectos particulares desse conceito que “passeia” por diferentes ideologias, tomando para si diferentes roupagens de acordo tanto quanto as suas diferentes trajetórias históricas como seus diferentes lugares de “pouso”.

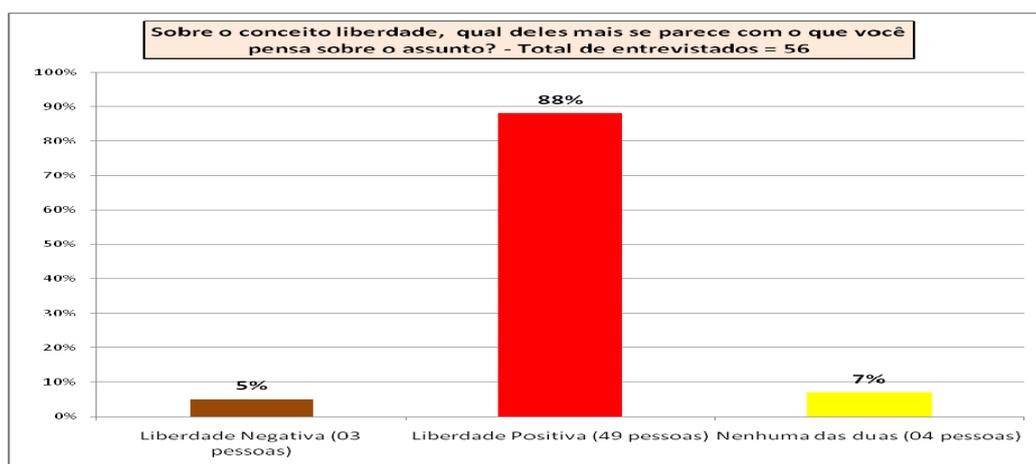
Ainda em Bobbio, citado por Alvarenga (2003), como vimos no capítulo II, o conceito de liberdade é dividido no que o autor denominou de *liberdade negativa* e *liberdade positiva*, cuja diferença principal entre as duas é a de que na primeira versão (a negativa), também denominada de liberdade liberal, defende-se a ampliação das liberdades do indivíduo em detrimento da atuação do Estado e na segunda versão (a positiva), também conhecida como liberdade de cunho libertário, defende-se a divisão do poder entre todos os indivíduos de uma sociedade.

Foi a partir da elaboração de uma “listagem” que dividiu características inerentes tanto ao conceito de liberdade positiva como ao conceito de liberdade negativa que nos reportamos aos nossos entrevistados para indagar sobre qual grupo de características que cada um percebia seu entendimento de liberdade mais próximo.

²²⁷ Bobbio: 1997, p. 72. IN Alvarenga: 2003, p. 109

Os resultados do gráfico a seguir indicam que o grupo se posicionou, majoritariamente (88% = 49 entrevistados) a favor da liberdade positiva em detrimento da liberdade negativa.

Gráfico 24: Sobre o conceito de liberdade



3.12 A credibilidade da categoria...

Ao passo que os corpos legislativos e os partidos políticos têm apoio de menos de um quarto da população, o Poder Judiciário e o Executivo, assim como os serviços de segurança, mostram uma imagem um pouco melhor.²²⁸

Não podemos, conforme esse fragmento do documento do PNUD, afirmar que os “corpos legislativos e partidos políticos” possuem menor apoio do que o Poder Executivo na perspectiva de nossos entrevistados porque esse tema não foi mensurado diretamente em nossa pesquisa.

Entretanto, o resultado final do bloco das três questões que foram elaboradas com o intuito de medir a proximidade de nossa população com os dirigentes do Poder Executivo nos fornece algumas pistas.

O referido “bloco” de questões constituiu-se do objetivo de mensurar, quantitativamente os seguintes itens:

²²⁸ Documento do PNUD: 2004, p. 14

1. Qual seria o contato dos entrevistados com discursos/ falas de modo geral dos dirigentes do Poder Executivo de São Gonçalo, durante o espaço temporal recortado para este trabalho?
2. Qual seria a frequência, nesses discursos, de conteúdo que envolvessem a preocupação dos dirigentes quanto ao bem-estar da população indiferentemente da classe social em que pertence?
3. Caso já tivessem ouvido discursos com esse conteúdo, qual seria o nível de credibilidade de nossos entrevistados?

Os resultados dessa quantificação, que são demonstrados nas tabelas que se seguem (29, 30 e 31), demonstram a notoriedade da insatisfação de nossos entrevistados. O que nos leva a inferir que o apoio dos mesmos ao Poder Executivo está comprometido de forma negativa, tal como o exposto no documento do PNUD mencionado na epígrafe desse tópico sobre a credibilidade.

Tabela 29 – Sobre o contato da categoria com os dirigentes do Poder Executivo de SG

Questão: Você já ouviu discursos/ falas de modo geral, de dirigentes da PMSG?				
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas			Total
	Sim	Não	Não quis marcar nenhuma das duas	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	11	00	00	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	43	01	01	45
TOTAL	54	01	01	56

Tabela 30 – Quanto a frequência nos discursos de conteúdo de ordem classista

Questão: Se você respondeu sim na questão anterior, responda se você já ouviu dirigentes dizendo que em seu governo não há distinção entre as pessoas – que todos somos iguais – que em seu governo não há diferença entre ricos e pobres – que eles tratam todos igualmente?					
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas				Total
	Sim	Não	Algumas vezes	Não me lembro	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	11	00	00	00	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	38	01	03	02	43
TOTAL	49	01	03	01	54

Tabela 31 – Quanto ao grau de credibilidade nos discursos dos dirigentes²²⁹

Se você ouviu essa afirmativa você concorda que esse discurso é real na prática? Pontue sua credibilidade:								
Variável de Exposição	- Variável Resultado - Grupos de Respostas							Total
	0	1	2	3	4	5	Prefiro não avaliar	
Grupo A: formado por dirigentes do SEPE-SG	10	00	00	01	00	00	00	11
Grupo B: formado por professores do CMPCB	31	06	03	01	00	00	00	41
TOTAL	41	06	03	02	00	00	00	52

Diante de todos esses resultados e com o intuito final de organizar um “quadro panorâmico” que pudesse indicar o nível de credibilidade dessa parcela da categoria em relação aos dirigentes do poder público da cidade de São Gonçalo (período de 1990 a 2010), organizamos uma última tabela - a tabela 32.

A tabela 32 buscou quantificar e ao mesmo tempo interpretar os resultados obtidos em 08 gráficos e/ou tabelas expostas ao longo deste capítulo, das quais elegemos, neste momento, como categorias de análise para mensurar os níveis de credibilidade dos profissionais entrevistados.

²²⁹ Observação: três pessoas que não ouviram as afirmações expostas na tabela 34, quiseram contribuir com os resultados da tabela 35 pontuando sua credibilidade.

Tabela 32 - Mensuração da credibilidade da população pesquisada em relação aos dirigentes do poder público da cidade de São Gonçalo (período de 1990 a 2010)

Variáveis observadas	Referencial para classificação do estágio em que se encontra o desenvolvimento democrático				RESULTADOS OBTIDOS
	Credibilidade satisfatória	Credibilidade considerada em processo de consolidação	Grau muito baixo de credibilidade: índice que não é totalmente confiável	Credibilidade mínima ou nula: índice não considerado como representativo	
<u>Gráfico 1:</u> Avaliação das relações entre o poder público e a categoria: em conceitos	Quando “ótimo” e “bom” somarem entre 90% e 100%	Quando “ótimo” e “bom” somarem entre 50% e 89%	Quando “ótimo” e “bom” somarem entre 30% e 49%	Quando “ótimo” e “bom” somarem entre 0% e 29%	2%
<u>Gráfico2:</u> Sobre a relação ser autoritária ou democrática?	Quando a soma do privilégio pela democracia e do caminho para chegar a ela somar entre 90% e 100%	Quando a soma do privilégio pela democracia e do caminho para chegar a ela somar entre 50% e 89%	Quando a soma do privilégio pela democracia e do caminho para chegar a ela somar entre 30% e 49%	Quando a soma do privilégio pela democracia e do caminho para chegar a ela somar entre 0% e 29%	4%
<u>Gráfico 5:</u> Solução de Conflitos	Quando “Através da conversa” se apresenta entre 90% e 100%	Quando “Através da conversa” entre 50% e 89%	Quando “Através da conversa” entre 30% e 49%	Quando o sim se apresenta entre 0% e 29%	7%
<u>Tabela 16:</u> Sobre as ações da PMSG serem ou não secretas	Quando a opção pelo “não” está entre 90% e 100%	Quando a opção pelo “não” está entre 50% e 89%	Quando a opção pelo “não” está entre 30% e 49%	Quando a opção pelo “não” está entre 0% e 29%	0%
<u>Gráfico 18:</u> Sobre a existência de debates que buscam a obtenção do consenso	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 90% e 100%	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 50% e 89%	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 30% e 49%	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 0% e 29%	0%
<u>Gráfico 19:</u> Avaliação da política de respeito a autonomia	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 90% e 100%	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 50% e 89%	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 30% e 49%	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 0% e 29%	0%
<u>Gráfico 20:</u> Escala de mensuração sobre os impedimentos sofridos quanto à organização da categoria	Quando a soma pela opção dos graus zero e um estiver entre 90% e 100%	Quando a soma pela opção dos graus zero e um estiver entre 50% e 89%	Quando a soma pela opção dos graus zero e um estiver entre 30% e 49%	Quando a soma pela opção dos graus zero e um estiver entre 0% e 29%	9%
<u>Tabela 31 –</u> Quanto ao grau de credibilidade nos discursos dos dirigentes	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 90% e 100%	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 50% e 89%	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 30% e 49%	Quando a soma das notas “4” e “5” estiver entre 0% e 29%	0%

Apesar de não se tratar de nenhuma realidade abstrata a esta pesquisadora, os dados visualizados no quadro panorâmico, possibilitado pela organização da tabela 32, causaram certa perplexidade. Não obstante, é importante destacar que essa perplexidade causada pela constatação em dados quantificados daquilo que no senso comum já sabíamos, nos causa impactos motivadores na direção da busca por contribuir com o encontro de caminhos estratégicos de resistência ativa e formação da vontade coletiva de luta pela democratização de nossa sociedade.

Talvez porque ainda não tivéssemos tido contato com essa constatação, matematicamente esquematizada, ou talvez ainda por outro motivo, infelizmente não fez parte de nosso objetivo inicial a mensuração da credibilidade de transformação desse panorama antidemocrático da sociedade gonçalense a partir da mobilização popular. Entretanto, foi

possível perceber, claramente, nos diferentes depoimentos e ensinamentos que tive o privilégio de aprender com os entrevistados, que o posicionamento majoritário da população pesquisada é consolidadamente contra a todas as arbitrariedades que foram relatadas.

4 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Diante dos resultados obtidos com as análises produzidas no decorrer do processo de construção da pesquisa, foi possível compreender que a democracia desejada pelos profissionais da educação pública municipal de São Gonçalo é a democracia social. Democracia essa constituída por conteúdos que garantem e são reflexos da efetiva participação do povo, no sentido de participação com poder de decisão, nas discussões políticas.

Assim, as perspectivas dos professores envolvidos na pesquisa parecem aproximar-se da “democracia do povo” ou o “governo do povo”, que apresentamos logo no início do segundo capítulo, como sendo o conceito de democracia norteador de nossas reflexões.

Também tivemos condições de concluir que a democracia desejada por nossa população pesquisada não é a que foi reconhecida como a que existiu na sociedade gonçalense, durante o recorte temporal delimitado para esta investigação. De acordo com o grupo de entrevistados, diferentes conteúdos que caracterizam sistemas como não democráticos estão bastante presentes na percepção dos profissionais da educação em relação ao poder público local.

Apesar dos diferentes sentidos e suas nuances vimos que existem apenas dois formatos de democracia: a direta e a representativa. Essa percepção vem acompanhada do entendimento de que, em sociedades mais complexas do que aquela de Atenas da Antiga Grécia, o modelo de democracia direta - já desde as palavras de Rousseau - não é possível de ser praticado. Assim, acreditamos que essa questão de cunho interpretativo quanto ao formato desse sistema, ficou resolvida logo no início do desenvolvimento deste trabalho.

Todavia, a “confusão” que envolveu as perspectivas que compõem a democracia representativa em São Gonçalo, mereceu maior empenho nosso. Nossa compreensão sobre esse tema foi sendo construída, paulatinamente, na medida em que íamos cotejando diferentes manifestações reveladas pelos entrevistados com as contribuições teóricas abordadas no capítulo II. Uma dessas manifestações foi a do desejo de que acontecesse a consolidação das características do modelo de democracia social. Outra manifestação era a insatisfação dos mesmos, sobre como eram desenvolvidas as relações de poder no campo educacional do município.

Os resultados obtidos com esse cotejamento evidenciaram que a falta de credibilidade na democracia representativa, na verdade, significava a falta de credibilidade no sistema de governo predominante em São Gonçalo. Governo esse que se dizia (e se diz) democrático apenas por apresentar características mínimas desse sistema. Características essas que, na prática, serviriam como uma “máscara” encobridora do autoritarismo privilegiado por esses governos.

Esse “modelo” de governo, ou essa forma de gerenciamento da coisa pública, complexa e ambígua, ao mesmo tempo em que se apresenta com a “cara de um” age “com a de outro”. Esconde suas intenções, seus interesses, suas verdades, transformando-se em alguma coisa que não é coisa alguma. Ou seja, um sistema que se diz democrático, mas que, contraditoriamente, privilegia ações autoritárias.

O resultado dessa “mistura” é uma espécie de sistema “Frankenstein” de organização social que, além de confundir, gera desânimo e até mesmo, descrença na democracia.

A percepção de que as relações engendradas entre o poder público local e a referida categoria dos profissionais da educação acontecem sob a égide de um “Sistema Frankenstein”, foi possível de ser elaborada a partir do esforço permanente que realizamos em estabelecer um diálogo entre a literatura que nos serviu de suporte teórico-metodológico e os resultados obtidos em nossa coleta de dados. Resultados esses que destacamos, pelo menos, os provenientes de questionamentos sobre os temas: a participação política do povo, o quesito transparência e o controle público das ações do Poder Executivo.

Quanto à participação do povo nas decisões políticas, a contradição que destacamos foi possível de ser compreendida a partir do confronto entre o que está registrado na Lei Orgânica Municipal e os resultados obtidos em três questões distintas, mas sobre o mesmo tema, da entrevista que foi aplicada. Ou seja, em contrapartida as determinações da Lei, que primam pela participação dos munícipes, averiguamos uma percepção negativa dos entrevistados quanto a essa participação. Inicialmente vimos que 82% (46) da população pesquisada atribuíram nota “zero” para o desempenho da PMSG quanto ao estabelecimento de debates. Num segundo momento vimos que 84% (47) atribuíram a nota “zero” para o esforço empreendido pelo poder público local no que tange ao respeito pela autonomia dos profissionais da educação de São Gonçalo. Num terceiro momento, que tratou sobre a construção coletiva de instrumentos regulatórios da sociedade vimos que, a presença desse princípio básico para consolidação do *pacto positivo*, não foi detectada em três documentos que deveriam seguir essa premissa: o PME, o Regimento das Escolas e o Estatuto dos Servidores.

A “segunda parte” do “Sistema Frankenstein” refere-se ao “quesito transparência”. Um quesito não “só” garantido por lei, mas reconhecidamente no senso comum como necessário em processos de consolidação de democracias. A própria PMSG o reconhece em seu “Portal Transparência” exibindo o slogan: “*Informação é um direito seu!*” Entretanto, o resultado sobre a percepção de nossos entrevistados quanto a prática desse quesito, pela PMSG, foi a de 88% (49) das manifestações direcionadas para a resposta: A PMSG “sempre” prioriza o segredo em detrimento da transparência em suas ações. Resultado esse que indica a prevalência do *segredo como essência do poder*. Uma das características elencadas em sistemas que priorizam o autoritarismo.

E, por fim, mas não menos importante, a terceira e última “parte” deste “Sistema” refere-se ao *controle público das ações do Poder Executivo*. Esse controle que é previsto nas já mencionadas Leis “da Transparência” e “Orgânica”, também receberam “cartão vermelho” de nossos entrevistados. Ou seja, ao serem submetidos a um bloco de perguntas que desejava interpretar suas percepções sobre a dinâmica desse controle, nossos entrevistados não tardaram a responder negativamente às questões. Tais questões procuraram mensurar o conhecimento, a participação e a avaliação de duas das instituições públicas que têm essa responsabilidade: O Conselho Municipal de Educação e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro/ atuação junto a PMSG.

Grosso modo, podemos dizer que a percepção dos referidos profissionais é a de que o processo de desenvolvimento da democracia, em São Gonçalo, ficou longe de ser reconhecido como um processo em estágio avançado. Muito pelo contrário, resquícios de características do sistema de governo denominado “coronelismo” como o mandonismo e o clientelismo, foram detectados nas relações investigadas.

O quantitativo de respostas dos entrevistados que optaram pela democracia quando indagados sobre os supostos “três defeitos” do sistema (95% = 53, 98%=55 e 96%= 54) nos revela que: mesmo diante da constatação de que o estágio de desenvolvimento da democracia gonçalense encontra-se distante das conquistas relacionadas a esse modelo de organização social, apenas uma minoria da população entrevistada optou por outro modelo. Essa constatação, somada as demais adquiridas nesta pesquisa, nos possibilitou inferir que o pensamento político da categoria revela um alto índice de apoio à democracia.

Índice esse validado, também, com a aplicação de testes estatísticos cujos resultados obtidos demonstraram que o valor de dispersão, entre as respostas fornecidas pelos grupos que compuseram a população pesquisada, é considerado nulo.

Neste sentido, os testes apontaram que a hipótese de haver diferenças matematicamente significativas entre as opiniões dos dirigentes e não dirigentes do SEPE – SG, não procede. Evidenciando, assim, a legitimidade do pensamento dos dirigentes do SEPE- SG, como pensamento político representante do grupo como um todo e não apenas de sua parte.

A percepção de que as eleições, como única característica da democracia, não garantem a participação efetiva da população nas decisões políticas do município, dialogada com as obras selecionadas como suporte teórico-metodológico para este estudo, nos demonstrou que a construção e execução de diferentes mecanismos formadores de possibilidades para o exercício dessa participação, devem ser privilegiados.

Entretanto, diante do perfil da elite política da cidade, assim como a “dança de cadeiras” que existe entre os compõem esse grupo, contribuíram com a elaboração de, pelo menos, duas convicções sobre a construção dos referidos mecanismos de participação popular: 1ª) a de que tais mecanismos não serão promovidos pela referida elite; 2ª) a de que tais mecanismos devem ser *compreendidos, tomados e consolidados* pelo povo que, no caso deste trabalho, é representado pela categoria dos profissionais da educação pública municipal de São Gonçalo.

Insistindo ainda nos conflitos existentes quanto ao conceito de democracia, concluímos que, se o sistema de governo em São Gonçalo, com todos os seus aspectos ditatoriais é caracterizado como legítimo, pura e simplesmente por conta do processo eleitoral que elege os “representantes” do povo, isso gera em nossa população pesquisada o entendimento de que vivenciamos uma *democracia amputada*.

Agregando esse sentimento de *democracia amputada* com o discurso de que vivemos numa sociedade democrática, consideramos que o repúdio de nossos entrevistados a esse formato de organização social está mais do que justificado.

A *democracia amputada* que os profissionais entrevistados repudiam, assim o fazem porque desejam uma democracia que seja capaz de produzir uma sociedade cuja existência de desigualdades sociais, de pobreza absoluta, de violência, de autoritarismo, de prevalência da busca pela dominação ao invés da hegemonia, de personificação do governo em líderes populistas, de corrupção e de má administração da coisa pública, seja nula. E para tanto, é preciso que criemos condições objetivas para que a *liberdade positiva* seja a liberdade que vigore em nossa sociedade. Liberdade essa que *põe em xeque o sistema capitalista* e todo poder de sua elite, motivo pelo qual a classe popular deve estar atenta a todas as armadilhas que são colocadas a sua frente.

Armadilhas essas que cremos poderem ser superadas com um conjunto de ações das quais destacamos a *resistência ativa*, a construção da *vontade coletiva*, a compreensão da *importância do partido político* e dos *movimentos orgânicos e ocasionais* de uma sociedade.

Desse modo, esse conjunto de ações se configuraria como instrumento essencial no *caminhar pela democracia política como via de acesso a democracia social*, tal como nos esclarece o formato simplificado do sistema democrático de Hobbes, mas com a *combinação de elementos da democracia direta e da democracia representativa*.

A compreensão desse conjunto de ações nos revela possibilidades concretas de construção de uma sociedade democraticamente consolidada capaz de se defender das *invenções e reinvenções da democracia*, que aparecem como forma de manter o jogo de interesses de uma elite que insiste em permanecer no poder como suporte de seu *status quo*.

Tendo o cuidado de não estabelecer uma *divisão simplista da sociedade gonçalense, entre Sociedade Civil e Estado*, supomos que, a partir do esforço que desempenhamos em estabelecer um diálogo permanente e circular - através do exercício da *filosofia da práxis* - entre as contribuições fornecidas pelas obras aqui elencadas e a realidade local, acreditamos ter conseguido elaborar um panorama das idéias dos profissionais entrevistados, sobre a visão de democracia e sobre a percepção que têm sobre qual forma são engendradas suas relações com o poder público local.

Entretanto, o *pessimismo da razão* não pode ser revertido em *pessimismo também da vontade*. Muito pelo contrário, seguindo a sentença gramsciana, elaborada no cárcere fascista logo no início do século XX, devemos nos permitir considerar o quadro da realidade local sem perder de vista a necessidade de se investir no *otimismo da vontade*. Único sentimento capaz de nos manter ativos na luta pela consolidação da democracia social em São Gonçalo.

Diante das conclusões que pudemos formular com esta pesquisa, selecionamos esse sentimento exposto na citação *pessimismo da razão, otimismo da vontade*, como destaque nestas últimas linhas de nossas considerações provisórias, porque percebemos que ele reflete, de forma consistente, o pensamento da categoria pesquisada.

A percepção sobre esse pensamento, que só foi possível de ser elaborada a partir do movimento que tentamos realizar, de transformação das “idéias reais” da categoria (real concreto) em “idéias pensadas” (concreto pensado), nos sugere maior aprofundamento. No entanto, é preciso que deixemos essa tarefa para um outro momento de estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **Movimentos Sociais e Cidadania: Entre o Substantivo e a Forma** (Texto mimeo, 2009)

_____. **História de uma Década Quase Perdida: 1979 -1989**. Tese de Doutorado, UFF, 2000.

ALVARENGA, Dulce Rodrigues. **A ação político-pedagógica do SEPE junto aos professores, na busca de uma escola pública de qualidade e que atenda aos interesses da classe trabalhadora**. Dissertação de Mestrado, UFF, 1991.

ALVARENGA, Márcia Soares de. **Os Sentidos da cidadania: Entre vozes, silenciamentos e resistências no Programa Alfabetização Solidária**. Tese de Doutorado, UFRJ, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 7ª Ed. 1988.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____, Norberto. **Três Ensaios sobre a Democracia**. Prefácio Celso Lafer. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Cardim e Alario Editora, 1991.

BRASIL. **Coletânea de Textos da CONAE** (Tema Central e Colóquios). Tiragem exclusiva para o evento. Brasília: Mais Gráfica Editora Ltda, 2010.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Cartas Marcadas**. São Paulo: Paulus, 2005.

CHAUÍ, Marilena. O Que é Política?. IN: NOVAES, Adauto (org.). **O esquecimento da Política**. Rio de Janeiro. Ed. Agir, 2007.

COSTA, Mª das Dores. Movimentos sociais e cidadania: uma nova dimensão para a política social no Brasil. **Revista de Administração Pública**. RJ, 22 (2): 3 -10, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como Valor Universal**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

DAVIES, Nicholas. **Verbas da Educação – O legal X o real**. Niterói/ RJ: EdUFF, 2000.

DIAS, Edmundo Fernandes. **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

Diniz, Eli. Globalização, reformas econômicas e *elites* empresariais. Rio de Janeiro: FGV, 2000

ENGELS, F.. Prefácio de Engels para a terceira edição alemã. IN: MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril, 1978 a.

- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GOHN Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. Coleção tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- GOUVÊA, Ilana Cardoso. **A formação das correntes políticas no SEPE – SG**. (mimeo, S/D).
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª Ed. 1984.
- GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.
- HOBBSBAWN, E. J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.
- HYMAN, Richard. **El Marxismo y La Sociologia del Sindicalismo**. México, Ediciones Era S. A., 1978.
- KONDER, Leandro. **Filosofia da Educação: De Sócrates a Habermas**. Rio de Janeiro: Editora Forma e Ação, 2010.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- LOSURDO, Domenico. **Liberalismo - Entre civilização e barbárie**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista - 1848**. São Paulo: Ched, 1980.
- MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 a.
- _____. Para a Crítica da Economia Política. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 b.
- PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1972.

PREZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social – Democracia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Os Pensadores).

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação – LDB, Trajetória, Limites e Perspectivas**. 6ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

_____. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2009.

SOUZA, Herbert José de. **Como se Faz Análise de Conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAVARES, Maria Tereza Goudard e [ALVARENGA, Márcia Soares de](#). **É possível sonhar um outro país? Considerações sobre políticas sociais no contexto de um governo popular**. Cadernos de Educação (Duque de Caxias), Duque de Caxias: v. 1, n. 1, p. 41-51, 2003.

TODOROV, Tzvetan . **A conquista da América. A questão do outro** . Editora Martins Fontes: São Paulo, 2003.

WEFFORT, Francisco, **Por que democracia?** São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. **Qual democracia?** São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia Contra Capitalismo – a renovação do materialismo histórico**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

FONTES:

Associação Nacional das Universidades Particulares:

http://www.anup.com.br/interna.php?est_id=8

BRASIL - TCE/ RJ: <http://www.tce.rj.gov.br/main.asp?Team={4BBC7F77-9738-423A-B699-AB24D7C9C586}> – acesso em 02/4/2011

BRASIL: Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

<http://www.ence.ibge.gov.br/estatistica/default.asp> - acesso em 02/3/2011

BRASIL: MEC. Documento Base da CONAE – 2010

http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=327:documento-base-&catid=38:documentos&Itemid=59 –) - acesso em 30/4/2010

BRASIL: MEC. Documento Final CONAE – 2010

http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documento_final.pdf – acesso em 18/6/2010

BRASIL: MEC. Regimento Interno da CONAE – 2010 - <http://conae.mec.gov.br/> - acesso em 30/4/2010.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Criação, Composição e Atribuições do Conselho Municipal de Educação. Disponível em: Portal do Ministério Público de Goiás. Disponível em http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/cme._mec.pdf - acesso em 31/3/2011

BRASIL: Senado Federal: .
<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/wellingtonsalgado/biografia.asp>

BROWN, Mark Malloch. Prólogo do Administrador do PNUD IN: A democracia na América Latina: Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs. São Paulo: LM&X Ltda., 2004. p,14.
<http://www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf> - acesso em 31/3/2011

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual.** IN: **Dados: Print version** ISSN 0011-5258. Vol. 40/ N° 2. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext – acesso em 02/4/2011.

COMED – SG. Artigo disponível em:
http://ensinofernandomota.tempsite.ws/ensinov2/2009_07_01_archive.html - acesso em 10/4/2011

CPDOC: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> - acesso em 04/3/2011

CQC -<http://colunistas.ig.com.br/natv/2011/03/29/carta-aberta-a-jair-bolsonaro-e-ao-cqc-em-defesa-de-preta-gil-e-das-vitimas-de-preconceito/> - acesso em 29/3/2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa.** Educação e Sociedade Versão impressa ISSN 0101-7330: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302008000400012&lng=pt&nrm=i&tlng=pt - acesso em 05/8/2009.

Declaração dos direitos humanos:
http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em 17/01/2011

DICIONÁRIO DE EXPRESSÕES E FRASES LATINAS:
http://www.hkocher.info/minha_pagina/dicionario/s01.htm - acesso em 17/01/2011

Dicionário de Latim: <http://www.oaixote.com.br/caixote01/latim01.htm> - acesso em 28/01/2011

Dicionário: <http://www.dicio.com.br/consolidar/> - acesso em 14/4/2011

DOCUMENTO: Fragmentos da Carta de Goiânia de 1986:
<http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/det.asp?cod=71032&type=P> – acesso em 05/6/2010.

DOM - Diário Oficial <http://www.ofluminense.com.br/ArquivosExternos/Arq885.pdf> - acesso em 21/7/2010

ESTATÍSTICA: Teste do Qui Quadrado. <http://www.ufpa.br/dicas/biome/bioqui.htm> - acesso em 06/3/2011

FAETEC: <http://www.faetec.rj.gov.br/desup/index.php/notas-mainmenu-33/447-i-comed-sao-goncalo> - acesso em 20 de março de 2011

FENEP. Artigo disponível em: <http://rluizaraujo.blogspot.com/2011/04/mec-abriu-as-portas-do-inferno.html> - acesso em 15/5/2011

FERNANDES, Francisco Chagas . A Conferência Nacional de Educação: Construção Democrática de Políticas de Estado:
<http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/texto%20chagas%20alterado25.03.pdf> – acesso em 24/7/2010

FGV- Fundação Getúlio Vargas: <http://portal.fgv.br/> - acesso em 04/3/2011

FILME: A “Fuga das Galinhas”: 2000. Disponível em:
 <<http://www.terra.com.br/cinema/comedia/galinhas.htm>>. Acesso em 04 de março de 2011.

FIRJAN: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:
 <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9229431C90122A02A13081330.htm>>. Acesso em 05/6/2010.

FSM (Fórum Mundial Social). Disponível em: <www.forumsocialmundial.org> . Acessos em 2010.

FUNDAÇÃO José Saramago. Disponível em: <<http://www.josesaramago.org/>>. Acesso em 19/6/2010.

GASSET, Ortega. Disponível em: <http://www.ortegaygasset.edu/contenidos.asp?id_i=105>. Acesso em 22/02/2011.

GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO: Sobre Anthony Garotinho. Disponível em:
 <http://www.tiosam.org/enciclopedia/index.asp?q=Anthony_William_Matheus_Garotinho>/>

GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO: Sobre Benedita da Silva. Disponível em::
 <<http://firmaproducoes.com/2003/01/28/benedita-da-silva-a-primeira-senadora-negra-do-brasil/>>

GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO: Sobre Leonel Brizola. Disponível em:
<<http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u677.jhtm> />

GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO: Sobre Marcello Nunes Alencar . Disponível em:
<<http://eleitor.org.br/node/6206/> />

GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO: Sobre Moreira Franco Disponível em:
<<http://www.presidencia.gov.br/ministros/secretaria-de-assuntos-estrategicos/> />

GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO: Sobre Rosinha Garotinho. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u73579.shtml/> />

GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO: Sobre Sérgio Cabral. Disponível em:
<<http://noticias.r7.com/eleicoes-2010/noticias/sergio-cabral-e-reeleito-governador-do-rio-no-primeiro-turno-20101003.html>>. Acessos em 29 de maio de 2011

IBGE – Dados sobre a população e a escolaridade em São Gonçalo. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtml>> - acesso em 04/3/2011

INEP: CENSO ESCOLAR 2010. Disponível em:
<<http://www.inep.gov.br/basica/censo/censo.asp>> . Acesso em 04/3/2011

INSTITUTO JOÃO GOULART. Disponível em:
<<http://www.institutojoaogoulart.org.br/noticia.php?id=1861>>. Acesso em 10 de abril de 2011.

JORNAL Folha de São Paulo em 11/01/2011: “A Comissão da Inverdade” por Jair Bolsonaro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1101201107.htm>>. Acesso em 02/4/2011.

JORNAL DA UNICAMP- de 21 a 27 de junho de 2004 – em entrevista intitulada: “A Vanguarda do governo está envolvida no círculo vicioso da ortodoxia” Disponível em:
<http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju256pag06.pdf>. Acesso em 15/4/2011.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/748684-entenda-o-que-o-senado-aprovou-em-relacao-ao-pre-sal.shtml>>. Acesso em 10/6/2010.

JORNAL GLOBO.COM/ RJ – TV. Disponível em:<<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL587907-9097,00-GREVE+DOS+PROFESSORES+EM+SAO+GONCALO+PREJUDICA+ESTUDANTES.html>> . Acesso em 28/02/2011.

JORNAL: Folha On line. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/748684-entenda-o-que-o-senado-aprovou-em-relacao-ao-pre-sal.shtml>>. Acesso em 10/6/2010.

JORNAL: UOL Notícias Em São Paulo. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2010/06/18/comunista-e-polemista-saramago-defendeu-cuba-e-a-fusao-de-portugal-com-espanha.jhtm>>. Acesso em 18/6/2010

JUS BRASIL. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/politica/2747251/termina-o-segundo-dia-da-conferencia-municipal-de-educacao>> e <<http://www.jusbrasil.com.br/politica/2737176/sao-goncalo-realiza-conferencia-de-educacao>>. Acessos em 20 de março de 2011

MARTINEZ, Elena. Prefácio da Diretora Regional para América Latina e Caribe do PNUD. IN: A democracia na América Latina: Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs. São Paulo: LM&X Ltda., 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf>>. Acesso em 31/3/2011

ONU . Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/conheca_onu.php>. Acesso em 06 e 07/4/2011

PME – São Gonçalo. Disponível em: <<http://www.pmsg.rj.gov.br/diario/337.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2011

PMSG – Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Disponível em: <www.saogoncalo.rj.gov.br/escolas.php>. Acessos em 08/02/2011 e 04/3/2011

PMSG. Disponível em: <<http://www.pmsg.rj.gov.br>>. Acesso em 10/01/2010.

PNUD. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pnud/> - acesso em 31/3/2011

Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil. Disponível em: <<http://www.controlepublico.org.br/index.php/controle-social/como-funciona-o-controle-externo>>. Acesso em 05/02/2011

PREFEITOS DE SÃO GONÇALO - Aparecida Panisset - Fonte 1: Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo2.asp?num=10693>. Acesso em 23/3/2011 – Fonte 2: Disponível em: <<http://www.mafiadolixo.com/page/50/>>. Acesso em 23/3/2011 – Fonte 3: Disponível em: <http://jornalgoncalense.blogspot.com/2010/03/cidades_6415.html>. Acesso em 23/3/2011 - Fonte 4: Jornal “O Fluminense” Sobre a atual prefeita de São Gonçalo Aparecida Panisset. Disponível em: <<http://jornal.ofluminense.com.br/editorias/politica/aparecida-panisset-exonera-mais-de-100-pessoas-em-sao-goncalo>>. Acesso em 02/4/2011.

PREFEITOS DE SÃO GONÇALO - Edson Ezequiel: Fonte 1: Disponível em: <http://www.deputadoezequiel.com.br/cms/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=6>. Acesso em 23/3/2011 – Fonte 2: Revista Digital “DomTotal” – Notícias do STF, em 12/5/2009. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/41/arquivado-inquerito-contra-deputado-federal-edson-ezequiel>>. Acesso em 02/3/2011.

PREFEITOS DE SÃO GONÇALO - Henry Charles - Fonte 1: Disponível em: <<http://aolliver.vilabol.uol.com.br/politica.html>> - acesso em 23/3/2011 - Fonte 2: Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/henry-charles-tera-o-maior-tempo-na-tv-em-sao-goncalo/63101/>>. Acesso em 23/3/2011 – Fonte 3: Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u10131.shtml>>. Acesso em 23/3/2011

PREFEITOS DE SÃO GONÇALO - João Bravo – Fonte: Disponível em: <<http://www.uff.br/maishumana/acervo/publicacoes/teses/racionalidade.pdf>>. Acesso em 23/3/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Disponível em: <<http://www.pmsg.rj.gov.br/>>. vários acessos em dezembro/ 2010, janeiro e fevereiro de 2011 (27/01/2011).

PRESIDENTES DO BRASIL: Sobre Fernando Collor de Melo , Disponível em: <http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_701.html/ >

PRESIDENTES DO BRASIL: Sobre Fernando Henrique Cardoso. Disponível em:: <<http://www.buscar.com.br/fhc.htm/> >

PRESIDENTES DO BRASIL: Sobre Itamar Franco. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/governo-itamar-franco/governo-itamar-franco-2.php/> >

PRESIDENTES DO BRASIL: Sobre José Ribamar Ferreira de Araújo Costa Sarney. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/informacoespresidenciais/jose-sarney/> >

PRESIDENTES DO BRASIL: Sobre Luís Inácio Lula da Silva . Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/lula/p1237777018616.html/> >

PSICOPEDAGOGIA. Artigo disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=592>>. Acesso em 31/3/11

QUEIROZ, Luiz Ricardo Silva. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia. IN: Claves n. 2 - Novembro de 2006. p. 87 – 98. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/claves/pdf/claves02/claves_2_pesquisa_quantitativa.pdf>. Acesso em 10/3/2011

REDE SOCIAL: Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Disponível em: <ebem@yahoogrupos.com.br>

REVISTA DIGITAL “Dom Total”:. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/41/arquivado-inquerito-contra-deputado-federal-edson-ezequiel>>. Acesso em 02/3/2011.

REVISTA ELETRÔNICA. Disponível em:

<<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=435>>. Acesso em 04/02/2011

REVISTA ELETRÔNICA : Revista Tamoios - FFP-UERJ . Disponível em:

<<http://www.ffp.uerj.br/tamoios/2008.1/Apresenta%E7%E3o.pdf>>. Apresentação da revista - acesso em 04/3/2011

REVISTA ELETRÔNICA: GRAMSCI E O BRASIL. Disponível em:

<<http://www.acesa.com/gramsci/>>. Acesso em 13/4/2011

REVISTA ELETRÔNICA: Espaço Acadêmico. Disponível em:

<<http://www.espacoacademico.com.br/061/61neto.htm>>. Acesso em 02/02/2011

REVISTA ELETRÔNICA: Grécia Antiqua. Disponível em:

<<http://greciantiga.org/arquivo.asp?num=0114>>. Acesso em 19/6/2010.

REVISTA ELETRÔNICA. Disponível em:

<<http://www.cidadevirtual.pt/cpr/asilo1/cesdh.html>>. Acesso em 17/01/2011

REVISTA ELETRÔNICA: Revista Estudos Feministas. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100002>.

Acesso em 05/4/2010

REVISTA ELETRÔNICA: Revista Consciência Org. Disponível em:

<<http://www.consciencia.org/o-estado-ideal-na-republica-de-platao> . Acesso em 23/02/2011

REVISTA ELETRÔNICA: REVISTA CRÍTICA MARXISTA NO 3 - Disponível em:

<www.unicamp.br/cemarx/criticamarxita/3_Wood.pdf>- Acesso em 10/4/2011

REVISTA ELETRÔNICA: Sociedade em Estudos .Curitiba, v. 2, n. 2, p. 40-52, 2007.

Sociedade em Estudos, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 53-61, 2007. Disponível em:

<<http://www.sociedadeemestudos.ufpr.br/Atual/arquivos/junior%20pag%2053.pdf>>. Aesso em 09/4/2010.

REVISTA ELETRÔNICA: Voltair Net. Disponível em:

<<http://www.voltairenet.org/article125716.html>>. Acesso em 28-9-2009. SADER, Emir. Força e debilidade dos movimentos sociais.

REVISTA O PENSADOR. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/autor/a_gramsci/>, Acesso em 31/5/2011

REVISTA ON LINE. Boletim do PNUD. Disponível em:

<http://www.governabilidaddemocratica-pnud.org/proyectos.php?id_pro=11&parte=1>.

Acesso em 07/4/2011

REVISTA ON LINE. Disponível em:

<http://www.angrad.org.br/novidades/petistas_tentam_impedir_que_reitora_integre_cne/1291/>. Acessos em 20/5/2011

REVISTA ON LINE: Entrevista com Dom Pedro Casaldáliga. Disponível em:
<<http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/textos/textos/0302EntrevistaDiarioCuiaba.htm>>. Acesso em 12/7/2011

REVISTA ON LINE Disponível em:
<http://vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=44432&id_secao=76>

REVISTA ON LINE: [O Estado Ideal na República de Platão](#): História da Filosofia na Antiguidade – por Hirschberger. IN: Revista Consciência Org. Disponível em:
<<http://www.consciencia.org/o-estado-ideal-na-republica-de-platao>>. Acesso em 23/02/2011

REVISTA ON LINE: O Repórter. Disponível em:
<<http://www.oreporter.com/detalhes.php?id=6432>>

REVISTA VEJA. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/150498/p_110.html>. Acesso em 31/3/2011.

REVISTA: Ciência e Luta de Classes – Revista de Teoria Marxista/ Leninista – Rio de Janeiro, Ano III – Volume 3 – Nº 4 – p. 36 – 44. MARX, Instituto Cultural Karl (2009). A Crise Econômica e Social: Característica Intrínseca do Capitalismo.

SÃO GONÇALO: História de São Gonçalo. Disponível em:
<<http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/>>. Acesso em 04/3/2011

SÃO GONÇALO: Lei Orgânica do Município. Disponível em:
<http://www.pmsg.rj.gov.br/copias_digitais/leiorganica.pdf>. Acesso em 02/4/2011

SARAMAGO, José. Disponível em: <<http://www.josesaramago.org/>>. Acesso em 19/6/2010.

SAVARESE, Maurício. Comunista e polemista, Saramago defendeu Cuba e a fusão de Portugal com Espanha. IN: UOL Notícias/ Em São Paulo. Disponível em:
<<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2010/06/18/comunista-e-polemista-saramago-defendeu-cuba-e-a-fusao-de-portugal-com-espanha.jhtm>>. Acesso em 18/6/2010.

SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de massas à sociedade civil: a concepção de subjetividade em Gramsci. IN: REVISTA ELETRÔNICA. Disponível em:
<<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv65.htm>>. Acesso em 28/6/2010.

SEPE. Disponível em: <<http://www.seperj.org.br/historia.php>>. Acesso em 23/7/2010

TAVARES, Maria Tereza Goudard . Matéria Sobre os pequenos. IN:
<<http://www.ffp.uerj.br/tamoios/2008.1/Maria%20Tereza%20Goudard%20Tavares.pdf>>

TIMOR-LESTE. História de Timor Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=29&lang=pt>>. Acesso em 31/01/2011

TIMOR-LESTE: “Portal Transparência de Timor- Leste” (<http://www.transparency.gov.tl/>) em 15 de Março de 2011. Disponível em: <<http://umalulik.blogspot.com/2011/03/lancado-o-portal-da-transparencia-de.html>>. Acesso em 07/4/2011

UNCME. Disponível em: <<http://www.uncme.com.br/>>

UNIVERSO. Disponível em: <<http://www.universo.edu.br/>>

UNRIC UNRIC - United Nations Regional Information Centre. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/sobre-o-unric>>. Acesso em 02/4/2011

UOL – Universo On Line - Especial Corrupção do Angeli. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/humor/especialcorrupcao_album.jhtm?>. Acesso em 24/5/2011.

UOL BIBLIOGRAFIAS. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u302.jhtm>>. Acesso em 10 de abril de 2011

VÍDEO: “Vereador Marlos defende a eleição direta para diretor de escolas na abertura da conferencia municipal de educação em 06/07/09”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=IFkCALCaTvg>>

VÍDEO: Chimamanda Adichie: O perigo de uma única história. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/lang/por_pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. Acesso em 18/01/2011

WOOD, Ellen Meiksins Wood. IN: Nova Revista Socialista, de Janeiro de 1996. Disponível em: <<http://www.newsocialist.org/magazine/01.html>>. Acesso 02/3/2011.

ANEXO A : Lista de Nomes das Pessoas Entrevistadas

- 01 Ana Carolina de Moura Roque
- 02 Ana Cristina Ramos de Moura
- 03 Ana Lúcia Chalita
- 04 Ana Regina da S. M. Gonçalves
- 05 André dos Santos de Almeida
- 06 Carla Elizabeth Oliveira de Albuquerque Felix
- 07 Clayde Mara da Silva Venâncio
- 08 Cristina de Andrade
- 09 Dalva Cezimbra de Souza
- 10 Daniela Bruno Quintanilha
- 11 Edson Amaro de Souza
- 12 Elaine de Brito Carneiro
- 13 Elaine Guinancio
- 14 Elaine Ramos da Silva
- 15 Eusébio Abreu Nunes
- 16 Eva Peixoto Gomes
- 17 Fátima Ferreirinha
- 18 Franciane Peres da Silva Costa
- 19 Gyovana da Costa Figueiredo
- 20 Ilana Cardoso de Gouveia
- 21 Jorge Alfredo da Costa Ribeiro

- 22 José Ricardo Vidal
- 23 Júlio Gois de Andrade
- 24 Jurema Dias Bastos Queiroz
- 25 Liz da Rosa Vieira
- 26 Luiz de Mello Teixeira Júnior
- 27 Manoel Gomes Hipólito
- 28 Márcia da Silva Oliveira de Freitas
- 29 Márcia Nazareth Silveira da Costa
- 30 Márcia Teixeira Costa
- 31 Margareth Coelho Neves
- 32 Maria Beatriz Lugão Rios
- 33 Maria Alice Veiga e Souza
- 34 Marilene da Silva Nogueira
- 35 Marilza Coelho de Faria Araujo
- 36 Marinéa Porto de Souza
- 37 Mônica Pereira de Assunção
- 38 Pedro Ivo Cavalcanti
- 39 Regina Mara Marques Mendonça
- 40 Rejane Pimentel de Araujo Luz
- 41 Rita de Cássia de Oliveira
- 42 Rita de Cássia Ferreira da Silva
- 43 Rosa Maria Luiz de Melo

- 44 Rosângela Teixeira Reis de Araujo
- 45 Rosiléa Ribeiro do Amaral Ferreira
- 46 Sandra Nascimento de Vargas
- 47 Sara da Silva Alvarenga Cruz
- 48 Sheila Marques Esteves Tardelly
- 49 Sônia Regina Oliveira da Costa Souza
- 50 Vanessa Lima da Silva
- 51 Vera Lúcia de Oliveira Soares
- 52 Vera Lúcia Figueiredo
- 53 Yara de Souza Ferreira
- 54 Zilá de Oliveira Pires
- 55 Entrevistado 1 que preferiu não se identificar
- 56 Entrevistado 2 que preferiu não se identificar

ANEXO B : TABELAS

Tabela 1 do ANEXO: Cálculo parcial do IAD – Sobre o “Defeito” 1

Variável de Exposição	- Variável Resultado -						
	Grupos de Respostas			Fórmula I	Resultado Parcial	Fórmula II	$\sigma^2 = (o-e)^2 / e$
	Mesmo com esse “defeito” 1 eu prefiro a democracia	Outras respostas	Total Parcial				
Grupo A: formado pelos dirigentes atuais do SEPE-SG	11	00	11	53X 11/56	10,4107	11/ 10,4107	1,0566
				03X 11/56	0,5892	00/ 0,5892	0,0000
Grupo B: formado pela amostra de professores do CMPCB	42	03	45	53X 45/56	42,5892	42/ 42,5892	0,9861
				03X 45/56	2,4107	03/ 2,4107	1,2444
TOTAL	53	03	56				3,2871

Tabela 2 do ANEXO: Cálculo parcial do IAD – Sobre o “Defeito” 2

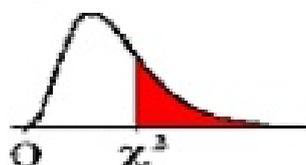
Variável de Exposição	- Variável Resultado -						
	Grupos de Respostas			Fórmula I	Resultado Parcial	Fórmula II	$\sum (o-e)^2 / e$
	Mesmo com esse “defeito” 1 eu prefiro a democracia	Outras respostas	Total Parcial				
Grupo A: formado pelos dirigentes atuais do SEPE-SG	11	00	11	55X 11/56	10,8035	11/ 10,8035	1,0181
				01X 11/56	0,1964	00/ 0,1964	0,0000
Grupo B: formado pela amostra de professores do CMPCB	44	01	45	55X 45/56	44,1964	44/ 44,1964	0,9955
				01X 45/56	0,8035	01/ 0,8035	1,2445
TOTAL	55	01	56				3,2581

Tabela 3 do ANEXO: Cálculo parcial do IAD – Sobre o “Defeito” 3

Variável de Exposição	- Variável Resultado -					Fórmula II	$\square \square = (o-e)^2 / e$
	Grupos de Respostas			Fórmula I	Resultado Parcial		
	Mesmo com esse “defeito” 1 eu prefiro a democracia	Outras respostas	Total Parcial				
Grupo A: formado pelos dirigentes atuais do SEPE-SG	11	00	11	54X 11/56	10,6071	11/ 10,6071	1,0370
				02X 11/56	0,3928	00/ 0,3928	0,0000
Grupo B: formado pela amostra de professores do CMPCB	43	02	45	54X 45/56	43,3928	43/ 43,3928	0,9788
				02X 45/56	1,6071	02/ 1,6071	1,2444
TOTAL	54	02	56				3,2602

Tabela 4 do ANEXO: Distribuição do Qui-Quadrado

Distribuição Qui-Quadrado



gl	0,990	0,950	0,900	0,500	0,100	0,050	0,025	0,010	0,005
1	0,0002	0,0039	0,0158	0,4549	2,7055	3,8415	5,0239	6,6349	7,8794
2	0,0201	0,1026	0,2107	1,3863	4,6052	5,9915	7,3778	9,2104	10,5965
3	0,1148	0,3518	0,5844	2,3660	6,2514	7,8147	9,3484	11,3449	12,8381
4	0,2971	0,7107	1,0636	3,3567	7,7794	9,4877	11,1433	13,2767	14,8602
5	0,5543	1,1455	1,6103	4,3515	9,2363	11,0705	12,8325	15,0863	16,7496
6	0,8721	1,6354	2,2041	5,3481	10,6446	12,5916	14,4494	16,8119	18,5475
7	1,2390	2,1673	2,8331	6,3458	12,0170	14,0671	16,0128	18,4753	20,2777
8	1,6465	2,7326	3,4895	7,3441	13,3616	15,5073	17,5345	20,0902	21,9549
9	2,0879	3,3251	4,1682	8,3428	14,6837	16,9190	19,0228	21,6660	23,5893
10	2,5582	3,9403	4,8652	9,3418	15,9872	18,3070	20,4832	23,2093	25,1881
11	3,0535	4,5748	5,5778	10,3410	17,2750	19,6752	21,9200	24,7250	26,7569
12	3,5706	5,2260	6,3038	11,3403	18,5493	21,0261	23,3367	26,2170	28,2997
13	4,1069	5,8919	7,0415	12,3398	19,8119	22,3620	24,7356	27,6882	29,8193
14	4,6604	6,5706	7,7895	13,3393	21,0641	23,6848	26,1189	29,1412	31,3194
15	5,2294	7,2609	8,5468	14,3389	22,3071	24,9958	27,4884	30,5780	32,8015
16	5,8122	7,9616	9,3122	15,3385	23,5418	26,2962	28,8453	31,9999	34,2671
17	6,4077	8,6718	10,0852	16,3382	24,7690	27,5871	30,1910	33,4087	35,7184
18	7,0149	9,3904	10,8649	17,3379	25,9894	28,8693	31,5264	34,8052	37,1564
19	7,6327	10,1170	11,6509	18,3376	27,2036	30,1435	32,8523	36,1908	38,5821
20	8,2604	10,8508	12,4426	19,3374	28,4120	31,4104	34,1696	37,5663	39,9969
21	8,8972	11,5913	13,2396	20,3372	29,6151	32,6706	35,4789	38,9322	41,4009
22	9,5425	12,3380	14,0415	21,3370	30,8133	33,9245	36,7807	40,2894	42,7957
23	10,1957	13,0905	14,8480	22,3369	32,0069	35,1725	38,0756	41,6383	44,1814
24	10,8563	13,8484	15,6587	23,3367	33,1962	36,4150	39,3641	42,9798	45,5584
25	11,5240	14,6114	16,4734	24,3366	34,3816	37,6525	40,6465	44,3140	46,9280
26	12,1982	15,3792	17,2919	25,3365	35,5632	38,8851	41,9231	45,6416	48,2898
27	12,8785	16,1514	18,1139	26,3363	36,7412	40,1133	43,1945	46,9628	49,6450
28	13,5647	16,9279	18,9392	27,3362	37,9159	41,3372	44,4608	48,2782	50,9936
29	14,2564	17,7084	19,7677	28,3361	39,0875	42,5569	45,7223	49,5878	52,3355
30	14,9535	18,4927	20,5992	29,3360	40,2560	43,7730	46,9792	50,8922	53,6719
35	18,5089	22,4650	24,7966	34,3356	46,0588	49,8018	53,2033	57,3420	60,2746
40	22,1642	26,5093	29,0505	39,3353	51,8050	55,7585	59,3417	63,6908	66,7660
45	25,9012	30,6123	33,3504	44,3351	57,5053	61,6562	65,4101	69,9569	73,1660
50	29,7067	34,7642	37,6886	49,3349	63,1671	67,5048	71,4202	76,1538	79,4898
55	33,5705	38,9681	42,0596	54,3348	68,7962	73,3115	77,3804	82,2920	85,7491
60	37,4848	43,1880	46,4589	59,3347	74,3970	79,0820	83,2977	88,3794	91,9518
70	45,4417	51,7393	55,3289	69,3345	85,5270	90,5313	95,0231	100,4251	104,2148
80	53,5400	60,3915	64,2778	79,3343	96,5782	101,8795	106,6285	112,3288	116,3209
90	61,7540	69,1260	73,2911	89,3342	107,5650	113,1452	118,1359	124,1162	128,2987
100	70,0650	77,9294	82,3581	99,3341	118,4980	124,3421	129,5613	135,8069	140,1697
110	78,4582	86,7916	91,4710	109,3341	129,3852	135,4802	140,9165	147,4143	151,9482
120	86,9233	95,7046	100,6236	119,3340	140,2326	146,5673	152,2113	158,9500	163,6485

Tabela que fornece valores c tais que
 $P(\chi_n^2 > c) = p$, onde n é o número de graus de liberdade

ANEXO C : DOCUMENTOS

DOCUMENTO 1: MOÇÃO DE REPÚDIO

À Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Educação de São Gonçalo/RJ

MOÇÃO DE REPÚDIO

Aos sete dias do mês de julho do ano de 2009, foi realizada a Conferência Municipal de Educação do Município de São Gonçalo/RJ (COMED), com vistas à participação na Conferência Nacional de Educação (CONAE), para construção do Sistema Nacional Articulado de Educação e do Plano Nacional de Educação.

Entendendo que essa iniciativa do Ministério da Educação, a partir das decisões da Conferência Nacional da Educação Básica, em abril de 2008, prioriza para esses encontros um processo de ampla mobilização nacional pela qualidade e valorização da educação com a participação de todos os segmentos educacionais e sociais, os profissionais da educação da rede pública municipal de São Gonçalo e os demais segmentos participantes empenharam-se em debater, pesquisar e buscar alternativas e propostas que contemplassem não só as mais imperiosas demandas do município, mas também representassem significativa contribuição à educação do país.

Com essa perspectiva, nas dependências do Colégio Municipal Ernani Faria, durante a realização da Conferência Municipal de Educação de São Gonçalo/RJ (CONED), foi proposta e aprovada uma moção de repúdio na plenária de votação do Regimento Interno da Conferência.

Tem-se a relatar que a sistemática de trabalho adotada foi a leitura dos dispositivos contidos no Regimento Interno, sendo destacados os artigos que poderiam apresentar controvérsias ou conflitos para o desenvolvimento dos trabalhos.

Faz-se necessário ressaltar que constava no site oficial da Prefeitura uma programação que previa que este dia seria destinado à leitura e à aprovação do referido documento. Entendendo-se a plenária como espaço de decisões consensuadas ou majoritárias todas e quaisquer novas propostas poderiam ser incorporadas ao documento, desde que aprovadas, pois há recomendação expressa do Ministério da Educação de que as Conferências Municipais devem desenvolver-se com a representação efetiva dos profissionais da educação e da sociedade civil organizada e suas deliberações serem o reflexo de seu ideal de educação.

Entretanto, ao se destacar o artigo 18 cujo teor indicava a composição de participação da sociedade, a mesa diretora, composta por representantes do poder executivo, impediu a inserção da proposta de ampliar a representatividade dos servidores municipais.

A plenária argumentou que o poder executivo já estava contemplado com dois representantes indicados pelo Gabinete da Prefeita e que o que propunham não era democrático, pois, além daqueles representantes, ainda, as Secretarias Municipais teriam o direito de indicar mais dois representantes cada.

O critério para tanto foi o da indicação, expressão ressignificada num contexto de práticas conservadoras, não aceitáveis em processos democráticos. A eleição pelos pares não foi utilizada, indicando, portanto, a não representatividade de tais setores da sociedade. A plenária entende que esse procedimento fere os princípios constitucionais de gestão democrática do ensino público com ampla representação da sociedade.

A mesa diretora que conduzia o processo rejeitou a inserção da proposta alegando a impossibilidade de mudança dos termos do regimento no que se refere à composição da representatividade no decorrer do processo.

A situação de eleição entre os pares conferiria legitimidade às decisões da Conferência Municipal de Educação, configurando o respeito do Poder Executivo às proposições de sua coletividade.

A decisão do Poder Público do Município de São Gonçalo/RJ, através da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Educação, de “indicar” os representantes de suas secretarias e rejeitar a alteração sugerida pela plenária torna desproporcional a relação de paridade na representação dos profissionais da educação no processo de construção e definição de propostas educacionais mais relevantes para o país.

ESSA É NOSSA MOÇÃO DE REPÚDIO.

Em 07 de julho de 2009.

Claudia Fernanda Assis Saldanha

Professora Supervisora Educacional de São Gonçalo

Lido em plenária e assinado por 132 pessoas da plenária, do dia de ontem.

DOCUMENTO 2: CARTA DE ESCLARECIMENTO

COMISSÃO ORGANIZADORA DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARTA DE ESCLARECIMENTO

Cabe esclarecer que aos sete dias do mês de julho de 2009 não foi proposta, nem aprovada, moção de repúdio pela plenária de votação da 1ª Conferência Municipal de Educação de São Gonçalo (COMED-SG), com referência ao regimento interno. Na verdade, ocorreram durante a leitura do regimento, alguns destaques em relação ao mesmo e em sua maioria, os destaques foram aprovados pela plenária e inseridos no texto final do regimento. Entretanto, no que se refere ao artigo 18, inciso XIX, inciso este dedicado à escolha dos representantes das Secretarias Municipais, foi apresentado por uma conferencista um destaque que solicitava a alteração da expressão "indicado" pela expressão eleito. A Comissão Organizadora, presente na mesa diretora, esclareceu à referida participante que tal substituição no momento inviabilizaria a participação das secretarias nesta conferência, pelo fato da mesma já estar em andamento e todos os credenciamentos já terem sido realizados.

Lembrou-se também que tal regimento foi colocado no site da Prefeitura para consulta pública há pelo menos 45 dias, de forma que se pudessem ser apresentados destaques anteriores ao início da referida conferência conforme previsto no próprio regimento interno.

Considerando pertinente e justo tal destaque, a mesa orientou que fosse elaborada moção para registrar o referido destaque de forma que o mesmo fosse observado na elaboração de regimentos das posteriores Conferências. Frize-se, portanto, que neste momento NÃO houve VOTAÇÃO, nem mesmo APROVAÇÃO de qualquer tipo de moção de repúdio na plenária.

Ressaltamos que a Comissão Organizadora ao elaborar o regimento interno desta conferência, seguiu e respeitou as orientações do MEC, garantindo a ampla participação dos cidadãos gonçalenses neste processo de democratização do Sistema Nacional de Educação, fato este que pode ser comprovado pelo grande número de inscritos e pelas suas respectivas representações.

Importante ressaltar que a comissão organizadora buscou, durante todo o processo de elaboração desta conferência, garantir o direito à participação de todos os segmentos da sociedade, por entender ser este o caminho para a construção de uma educação de qualidade, não se valendo, em momento nenhum, de posturas autoritárias, ou conservadoras, visto que tais posturas não traduzem a história de vida profissional de seus membros.

Insta ainda esclarecer que a comissão organizadora não é composta apenas de membros pertencentes a setores governamentais, trata-se de uma comissão paritária, dela também fazendo parte representantes das várias esferas da sociedade civil gonçalense.

Assim sendo, a comissão organizadora, ciente da seriedade e do envolvimento de todos os participantes desta conferência, ressalta que qualquer movimento contrário ao processo democrático primado nesta Conferência, não ferirá apenas aos seus membros, mas sim representará um esforço de aniquilamento da democracia ora em processo de construção.

Comissão Organizadora
1ª Conferência Municipal de Educação de São Gonçalo

Por: edirreis@...

Publicado em: 09/07/2009

DOCUMENTO 3: ROTEIRO DE ENTREVISTA (questionário semi-estruturado):

- 1) Nome completo (caso não se importe em se identificar):
- 2) Qual o cargo que você ocupa no SEPE – SG?
- 3) Relate um breve histórico sobre a origem do SEPE-SG:
- 4) Relate um breve histórico sobre sua participação no SEPE-SG:
- 5) Como foi a participação do SEPE-SG na COMED – SG que antecedeu a CONAE-2010?
- 6) (Questão destinada, *somente*, aos que ainda não conversamos): Para você qual foi o motivo pelo qual o SEPE-SG não estava presente, como movimento social, na etapa estadual e nacional da CONAE-2010?
- 7) (Questão destinada, *somente*, aos que já conversamos): Você gostaria de complementar a resposta que me deu alguns meses atrás sobre ser um dos motivos de ausência do SEPE-SG na etapa estadual da CONAE – 2010 a falta de credibilidade na democracia representativa?
- 8) Sobre o poder público local:
 - 8.1 Qual a visão que você tem sobre o poder público local?
 - 8.2 Qual a visão que você acha que o poder público local tem do SEPE-SG? Por quê?
 - 8.3 Como você resumiria a relação do SEPE-SG com o poder público local?
- 9) Na CONAE – 2010, os temas: Sistema Nacional de Educação; Fórum Nacional de Educação; Financiamento da Educação e Plano Nacional de Educação; foram os que mais receberam destaques nas discussões. Caso o SEPE-SG tivesse participado das etapas estadual e nacional da CONAE-2010, quais seriam as teses defendidas pela entidade?